UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

JULIA MARQUES BELLACOSA

OS DESAFIOS DA REPRODUÇÃO CAMPONESA FRENTE À
EXPANSÃO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS: O ASSENTAMENTO
MONTE ALEGRE - ARARAQUARA-SP.

São Paulo

2012

<p>JULIA MARQUES BELLACOSA</p>	<p>OS DESAFIOS DA REPRODUÇÃO CAMPONESA FRENTE À EXPANSÃO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS: O ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE - ARARAQUARA-SP. (v. 1)</p>	<p>Mestrado FFLCH</p>	<p>São Paulo 2012</p>
------------------------------------	---	---------------------------	---------------------------

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

JULIA MARQUES BELLACOSA

OS DESAFIOS DA REPRODUÇÃO CAMPONESA FRENTE À
EXPANSÃO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS: O ASSENTAMENTO
MONTE ALEGRE - ARARAQUARA-SP.

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,
para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Larissa Mies Bombardi

São Paulo
2012

*Aos meus amados pais
Fabio e Edna.*

Agradecimentos

Meus primeiros agradecimentos são, certamente, ao Martin Hoffmann que me acompanhou e me auxiliou em toda a trajetória desse estudo, desde os trabalhos de campo até a elaboração cartográfica e sistemática dos dados, e com quem pude dividir as reflexões construídas ao longo desta pesquisa. Martin, não há palavras que expressem meu sincero agradecimento por todo o seu carinho, paciência e dedicação. Sou enormemente grata pela oportunidade de compartilhar essa caminhada com você.

Agradeço muito à estimada professora Larissa, pela preciosa orientação e amizade, e também pela oportunidade concedida ao desenvolvimento deste trabalho. Também agradeço aos queridos professores Ariovaldo e Valéria pelos valiosos ensinamentos durante as disciplinas ministradas e pelas contribuições dedicadas a essa pesquisa na ocasião do exame de qualificação.

Também sou muito grata à querida amiga Debora Pavan, que contribuiu generosamente às análises aqui presentes, me fazendo refletir e avançar nos momentos cruciais dessa pesquisa.

Também quero agradecer ao meu grande amigo Marcos Yanata, que me auxiliou em diversas etapas dessa dissertação, principalmente na formatação final do trabalho, e compartilhou de perto minhas angústias acadêmicas, profissionais e pessoais.

Agradeço enormemente a toda equipe da Fundação ITESP por todo o auxílio despendido, especialmente ao precioso apoio de Mauro Cavichioli, Leonora Queiroz, Luiz Marinho e Maria Helena.

Agradeço também ao Élio Neves, presidente da Feraesp, que me recebeu gentilmente para uma longa e estimável conversa. Sem dúvida, uma contribuição valiosíssima.

Agradeço ao Dirlei Marcello, da corretora de etanol SCA Brasil pela entrevista concedida especialmente para essa pesquisa.

Também sou extremamente grata ao Alexandre Guerra e ao Paulinho, que me permitiram acompanhar o desenvolvimento do Projeto Biodiesel ao longo dos anos em que me debrucei sobre esse estudo.

Agradeço também ao João Ferreira, que me abriu as portas da usina Maringá e me proporcionou uma preciosa conversa.

Quero agradecer com enorme estima ao Jair dos Santos, Secretário da Agricultura de Motuca, meu primeiro interlocutor no assentamento e o responsável por me abrir as portas dos projetos temas dessa pesquisa. Jair, muito obrigada por todo seu apoio, pelo material concedido e pelas longas conversas durante esses três anos que possibilitaram muitas das discussões aqui presentes. Sua contribuição a esta pesquisa é incomensurável.

É com tamanho apreço que eu também quero expressar meus agradecimentos a todos os camponeses do assentamento Monte Alegre, os grandes protagonistas dessa pesquisa, que me acolheram gentilmente em suas casas e não pouparam esforços ao desenvolvimento desse estudo. Os ensinamentos adquiridos transcendem os limites desse trabalho e com certeza vou levar vida afora. Quero agradecer especialmente à família do Sr. Fagundes, ao Sr. Domingos e D. Rosa, a família do Jair, Sr. Pedro e Aureliana, à família do Moisés, à família Pereira, à família do Sr. Artur, ao Sr. Dorvalino, à família da Neusa, ao Sr. José Sanches e esposa, ao Wanderlei, à Selma e Célia, ao João Batista, e ao Sr. José Prudente e esposa.

Aos meus amigos e familiares por me acompanharem nessa jornada.

E especialmente aos meus pais, aos quais dedico esse trabalho, por todo o apoio, incentivo e dedicação para que eu pudesse trilhar meu caminho na universidade e fora dela. E à minha querida e companheira irmã Isa, meu cunhado Brett e meus amores Nicholas e Sophia, que mesmo de longe estão muito presentes e preenchem minha vida de muita alegria.

Meus sinceros agradecimentos a todos vocês!

"A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir
Faz tempo que a gente cultiva
A mais linda roseira que há
Mas eis que chega a roda viva
E carrega a roseira prá lá..."

(Chico Buarque, *Roda Viva*)

Resumo

O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, marcado por intensas mudanças desencadeadas pelo processo de mundialização do capital, traz fortes consequências para as populações camponesas. Inserido nesse contexto está o avanço dos agrocombustíveis em terras de reforma agrária, através de mecanismos de subordinação da produção camponesa aos complexos agroenergéticos. O crescimento significativo de cultivos para geração de energia ocorre no momento em que os agrocombustíveis são apontados como solução para o futuro do planeta. Dessa forma, o avanço do agronegócio no campo sob o viés dos agrocombustíveis, impõe novos desafios para repensar o campesinato brasileiro. No intuito de refletir sobre essa e outras questões, o trabalho ora apresentado constrói uma análise sobre a reprodução do campesinato brasileiro frente à expansão dos agrocombustíveis, tanto cana-de-açúcar, quanto oleaginosas para a produção de biodiesel, sob a perspectiva de um fragmento - o assentamento rural Monte Alegre, localizado na região conhecida como “Califórnia Brasileira”, uma área de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas de cana-de-açúcar e laranja. Trata-se de um dos mais antigos assentamentos do Estado de São Paulo, distribuído entre os municípios de Araraquara e Motuca, que se encontra no cerne dessas questões. Vislumbra-se, nesse sentido, que a análise sobre a reprodução do campesinato no âmago do desenvolvimento capitalista atual, através do estudo do movimento de territorialização e monopolização do território, possa desvendar as transformações recentes do campo brasileiro e ainda subsidiar uma reflexão acerca dos rumos pelos quais avança a reforma agrária brasileira frente à expansão dos agrocombustíveis.

Palavras-chave: agrocombustíveis, campesinato, assentamento Monte Alegre, internacionalização do capital, renda da terra.

Abstract

The current stage of development of capitalism, marked by intense changes initiated by the process of globalization of capital, brings strong consequences for the peasant populations. Inserted into this context is the advance of agrofuels in lands of agrarian reform, through mechanisms of subordination of peasant production by the agroenergetic complex. The significant growth of crops for energy production occurs at a time when agrofuels are seen as a solution for the future of the planet. Thus the advance of agribusiness in the field under the bias of agrofuels poses new challenges to rethink the Brazilian peasantry. In an attempt to reflect on this and other issues, this presentation builds an analysis about the reproduction of the Brazilian peasantry against the expansion of agrofuels, both sugarcane and oilseed crops, from a fragment perspective - the rural settlement Monte Alegre, located in the region known as the "Brazilian California", a modernized agriculture area, dominated by the sugar cane and orange crops. This is one of the oldest rural settlements in the state of São Paulo, situated between the municipalities of Araraquara and Motuca, which lies at the heart of these issues. It is hoped that, in this sense, the analysis of the reproduction of the peasantry at the heart of capitalist development today, through the study of movement of territorialization and monopolization of territory, can unravel the recent transformations of the Brazilian countryside and even subsidize a reflection about the routes that advance Brazilian agrarian reform against the expansion of agrofuels.

Keywords: agrofuels, peasantry, Monte Alegre settlement, internationalization of capital, land income.

Lista de Mapas

Mapa 1. Localização da Área de Estudo.....	31
Mapa 2. Assentamento Monte Alegre.....	33
Mapa 3. Assentamento Monte Alegre: evolução das áreas de produção de cana – Safras 2004 a 2011.....	82
Mapa 4. Assentamento Monte Alegre: divisão dos contratos agroenergéticos após a falência da usina Sta. Luiza.....	92
Mapa 5. Distância das usinas de cana em relação ao assentamento Monte Alegre.....	93
Mapa 6. Assentamento Monte Alegre: divisão atual das usinas dentro do assentamento.....	178
Mapa 7. Polos produtores de biodiesel da Região Sudeste.....	191
Mapa 8. Localização das usinas de agroenergia no Estado de São Paulo – 2006.....	192
Mapa 9. Localização da futura usina de biodiesel dos assentados e da usina de biodiesel “parceira” do projeto.....	200
Mapa 10. Assentamento Monte Alegre: localização dos lotes do projeto de biodiesel – 2010/2011.....	208

Lista de Tabelas

Tabela 1. Área ocupada por cana nos municípios de Motuca/SP e Araraquara/SP.....	32
Tabela 2. Núcleos do assentamento Monte Alegre.....	33
Tabela 3. Balanço socioeconômico do cultivo da cana no assentamento.....	155

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Número de lotes produtores.....	133
--	-----

Gráfico 2. Área utilizada para produção de cana-de-açúcar no assentamento Monte Alegre.....	134
Gráfico 3. Porcentagem da área plantada de cana.....	135
Gráfico 4. Média da renda total líquida no assentamento Monte Alegre.....	136
Gráfico 5. Renda total líquida – assentamento Monte Alegre.....	138
Gráfico 6. Produtividade média, mínima e máxima por hectare.....	140
Gráfico 7. Produção de biodiesel em 2010.....	185
Gráfico 8. Evolução das aquisições de matéria-prima da agricultura familiar no Brasil, em milhões de reais, no PNPB de 2006 a 2010.....	188

Lista de Fotografias

Fotografias 1 e 2. Prédio Sede da Feraesp em Araraquara-SP, e ao lado seu presidente, Élio Neves, durante entrevista.....	39
Fotografia 3. Retrato das primeiras moradias do assentamento Monte Alegre I.....	47
Fotografia 4. Retrato das primeiras moradias do assentamento Monte Alegre I.....	48
Fotografia 5. Aureliana em seu bar.....	50
Fotografia 6. Casa do Sr. Fagundes, resultado de anos de trabalho na terra.....	51
Fotografia 7. Exemplo da evolução no padrão de habitação no assentamento.....	52
Fotografia 8. Os canaviais do Sr. Fagundes: um retrato do Projeto Cana no assentamento Monte Alegre.....	83
Fotografia 9. Monte Alegre: a presença do canavial nos espaços de reforma agrária.....	85
Fotografia 10. Maquinários abandonados da usina Santa Luiza.....	89
Fotografia 11. Maquinários abandonados da usina Santa Luiza.....	89
Fotografia 12. Apesar da desativação da usina Santa Luiza, a placa com a sua indicação ainda permanece no mesmo local.....	90
Fotografia 13. Colheita e carregamento da cana no assentamento Monte Alegre.....	104

Fotografia 14. Caminhão estacionado na usina para recolhimento de amostra de cana.....	146
Fotografia 15. Medição do ATR da cana no laboratório de uma usina da região. Ao fundo, de vestuário azul, estão 2 representantes da CANASOL fiscalizando o processo.....	147
Fotografia 16. Sr. Dorvalino em sua nova moradia, construída com o auxílio dos rendimentos da cana.....	153
Fotografia 17. Moradia antiga do Sr. Dorvalino.....	153
Fotografia 18. Monte Alegre 1 – piscina construída com a renda da cana.....	156
Fotografia 19. Trator do Sr. Fagundes comprado através da renda do plantio de cana.....	157
Fotografia 20. Sr. Domingos com sua criação de suínos e a horta ao fundo.....	157
Fotografia 21. Sr. Fagundes em seu pasto.....	159
Fotografia 22. Célia em sua horta.....	164
Fotografias 23 e 24. Jair dos Santos, Secretário da Agricultura de Motuca e um dos idealizadores do Projeto Biodiesel no Monte Alegre, durante entrevista, e ao lado o técnico agrícola Paulinho indicando no mapa os lotes participantes da produção das oleaginosas no assentamento.....	196
Fotografia 25. Membros da COOPERFASC reunidos para discutir o projeto de biodiesel.....	207
Fotografia 26. Uso do trator na preparação do solo no Monte Alegre.....	217
Fotografia 27. Plantio de soja no assentamento Monte Alegre.....	218

Lista de Figuras

Figura 1. As relações de trabalho na “parceria” dos canaviais durante a vigência do Projeto Cana no assentamento Monte Alegre.....	121
--	-----

Lista de Siglas

AGU - Advocacia-Geral da União

Ampa - Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão

ANP - Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

ATR - Açúcar Total Recuperável

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAIC - Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora

CANASOL – Associação dos Fornecedores de Cana de Araraquara

CATI – Coordenadoria de Assistência Integral

CBRN - Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CODASP - Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONSECANA-SP - Conselho dos Produtores de Cana-De-Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

COOPERFASC - Cooperativa dos Agricultores Familiares da Região Centro Paulista

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DAF - Departamento de Assuntos Fundiários

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EUA – Estados Unidos da América

FAF – Federação da Agricultura Familiar

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FEPAF - Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais

Fepasa – Ferrovia Paulista S.A

Feraesp – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

Fetaesp – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo

Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IAF - Instituto de Assuntos Fundiários
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IED - Investimento Estrangeiro Direto
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Meio Ambiente
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIP - Manejo Integrado de Pragas
MRE - Ministério das Relações Exteriores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PGPAF - Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar
PIS - Programa de Integração Social
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNPB - Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PPR – Partido Progressista Renovador
Proálcool - Programa Nacional do Álcool
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar
SER - Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STRA - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados de Araraquara
UEMOA - União Econômica e Monetária do Oeste Africano

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNIARA - Centro Universitário de Araraquara

UNICA – União da Indústria de Cana-de-açúcar

USP – Universidade de São Paulo

Sumário

INTRODUÇÃO.....	18
CAP.1- O ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE.....	31
1.1 As origens do assentamento Monte Alegre.....	34
1.2 Fetaesp X Feraesp: o papel dos sindicatos na luta pela terra.....	36
1.3 Histórico de ocupação da Fazenda Monte Alegre.....	42
1.4 A trajetória da luta na terra.....	47
1.5 As primeiras experiências de produção.....	52
CAP.2– TERRITÓRIO CAMPONÊS X TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO: O AVANÇO DA CANA NAS TERRAS DE REFORMA AGRÁRIA.....	56
2.1 A produção de etanol no Brasil - panorama geral e novas perspectivas.....	56
2.2 A subordinação em forma de “parceria”: a entrada da cana no assentamento Monte Alegre.....	62
2.3 A falência da usina Santa Luiza e a internacionalização do capital na agricultura.....	85
2.4 As relações de trabalho na “parceria” dos canaviais.....	101
2.5 O cenário pré-cana: uma análise da reprodução familiar camponesa antes do ingresso da cana no assentamento.....	127
2.6 Balanço da produção canavieira no assentamento Monte Alegre: a renda da cana em números.....	132
2.7 O que foi feito com a renda da cana? A reprodução contraditória do campesinato.....	148
2.8 A crise do Projeto Cana.....	167
CAP.3– O BIODIESEL E OS LIMITES DA REPRODUÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE.....	180

3.1 Do alimento à energia: o biodiesel como moeda de negociação no mercado internacional.....	180
3.2 A iniciativa brasileira: o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.....	184
3.3 O Projeto Biodiesel no assentamento Monte Alegre.....	194
3.4 A organização do Projeto Biodiesel: a formação da cooperativa.....	201
3.5 As características do Projeto Biodiesel no assentamento Monte Alegre e os desafios da reprodução camponesa.....	209
3.6 O projeto-piloto em ação: o cultivo e os primeiros resultados.....	215
3.7 A nova tentativa: a parceria com a Granol.....	221

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	227
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	236
--	------------

ANEXOS.....	245
--------------------	------------

Anexo 1 Conjunto de Mapas

Anexo 2 Relatório Analítico do Projeto Cana da Casa de Agricultura de Motuca e Proposta de Parceria Agrícola no Agronegócio – Projeto Cana 2002

Anexo 3 *Folder* do Projeto Cana

Anexo 4 Compromisso Particular de Plantio, Cultivo e Fornecimento de Cana-de-açúcar safras 2008 a 2012

Anexo 5 Compromisso Particular de Plantio, Cultivo e Fornecimento de Oleaginosas na safra de verão 2012/2012, formado entre a COOPERFASC e agricultor(a) – Assentamento Monte Alegre

Introdução

A discussão da questão agrária não pode prescindir do debate da resistência camponesa na atualidade. Se de um lado estão aqueles que usam a terra para garantir a reprodução ampliada do capital, do outro se encontram os camponeses cujo objetivo é a reprodução do grupo familiar (PAULINO, 2010). A vida camponesa não é organizada pelas necessidades do mercado, ela está assentada na forma simples de circulação de mercadoria, no processo de vender para comprar, que culmina na apropriação de valores de uso, em oposição à produção capitalista em que dinheiro é convertido em mercadoria para novamente compor dinheiro, atribuídos aos valores de troca (OLIVEIRA, 1999).

Haja vista a necessidade de reposição dos meios de trabalho a cada ciclo agrícola e diante da descapitalização comum a essa classe, a família camponesa tende a adquirir empréstimos junto às instituições financeiras para a compra de insumos e equipamentos necessários ao cultivo, cujos valores de compra são superiores aos de venda do produto camponês. Essa diferença se resvala na transferência de parte do valor incorporado no produto camponês para o capital industrial que supostamente alimenta esse ciclo (SANTOS, 1978). O endividamento constante também é consequência do processo de circulação do produto camponês que é obrigado a vender sua produção a preços vis (OLIVEIRA, 1990).

Nesse contexto, é comum os camponeses disporem de rendimentos negativos determinados pelo modo de produção capitalista e pelas exigências que a dominação deste impõe ao produtor simples de mercadoria. Logo, apesar do processo de trabalho camponês não ser especificamente capitalista ele é reproduzido pelo modo de produção capitalista, isto é, ele é necessário à reprodução ampliada do capital.

Por conseguinte, o campesinato nasce do interior do capitalismo, uma vez que esse sistema gera relações capitalistas e não capitalistas em decorrência do processo contraditório inerente a seu desenvolvimento desigual e combinado, conforme nos revela Oliveira:

(...) o desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta, como reprodução de formas sociais não-capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista; nesse sentido o capitalismo se nutre de realidades não-capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista (OLIVEIRA, 1981, pg. 7).

Portanto, ao mesmo tempo em que o capitalismo avança reproduzindo relações tipicamente capitalistas, ele também recria relações não capitalistas a ele vinculadas. Nesta perspectiva, os camponeses têm contrariado os prognósticos sobre o seu desaparecimento e tem desafiado com sua reprodução contraditória.

A compreensão de que o campesinato estaria fadado ao desaparecimento imperou tanto na tradição dos estudos marxistas como entre os neoliberais, apoiado em análises que demonstravam a inviabilidade econômica da unidade de produção camponesa. Assim, contraditoriamente, a teoria da descamponização aproximou campos distintos, ou seja, teóricos com uma práxis voltada para a transformação social rumo ao socialismo, acabam convergindo com os neoliberais defensores de um mundo onde a agricultura é um ramo da indústria submetido à taxa média de lucro (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

O fato é que o campesinato não está em vias de extinção, assim como também não está isolado, uma vez que a resistência vem do interior do modo capitalista e envolve a luta pelo controle de frações do território, o que supõe a redução do poder de extrair renda pelos setores hegemônicos da sociedade.

Neste sentido, como nos revela os ensinamentos de Shanin (2008) os camponeses podem nos mostrar não somente as razões de sua capacidade de resistência, como também podem contribuir com os preceitos de sua economia familiar, cujos caminhos apontam ao enfrentamento de situações de crise:

Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações (SHANIN, 2008, pg.28).

Ademais, o processo de reprodução do campesinato no cerne do desenvolvimento capitalista atual, sinaliza um dos caminhos para desvendar as transformações recentes do campo brasileiro.

O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, marcado por intensas mudanças desencadeadas pelo processo de mundialização do capital, traz fortes consequências para as populações camponesas. Neste contexto de avanço do agronegócio no campo, a internacionalização do capital na agricultura e a concentração de capitais nas mãos de grandes corporações transnacionais impõem novos desafios para repensar o campesinato brasileiro, o que o torna ainda mais difícil de ser compreendido.

À luz dos novos processos engendrados no campo está a transformação dos alimentos em energia e a reconfiguração territorial daí decorrente que coloca o continente africano e outros países da América Latina e Ásia como centro da exploração agrícola, através da velha fórmula baseada na monocultura, concentração fundiária, e exploração da mão de obra.

Inserido neste contexto também está a crescente utilização de mecanismos de “integração” e subordinação da produção camponesa aos complexos agroenergéticos. Daí a pertinência de trazer esse debate - sobre a reprodução camponesa - para a atualidade, sob uma abordagem dialética que reconhece avanços e ao mesmo tempo recuos nesse processo contraditório. Se os processos sociais que viabilizam a existência do camponês têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam à extinção, é mais correto falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato (MOURA, 1986).

O crescimento significativo de cultivos para geração de energia ocorre no momento em que os agrocombustíveis são apontados como solução para o futuro do planeta. O aumento vertiginoso da produção dos agrocombustíveis se inscreve antes de tudo na lógica do capitalismo, e que é este último que explica o desenvolvimento repentino e rápido de um setor bem preciso do sistema econômico: aquele da energia, que é estratégico para o conjunto das atividades humanas (HOUTART, 2010).

De acordo com o governo brasileiro, o Brasil estaria predestinado a liderar o processo de transição mundial da “civilização do petróleo” para a “civilização da

biomassa” (FABRINI, 2010). Neste âmbito, o crescimento de cultivos para geração de energia no País encontra respaldo na política governamental, em sua tentativa de colocar o Brasil no restrito *hall* dos países “ambientalmente sustentáveis”. O embasamento ideológico que circunda a proposta do governo brasileiro expresso pela ideia de “sustentabilidade” é aqui entendido conforme Bombardi¹:

Esta expressão deve ser entendida como uma contradição nos próprios termos. Ou seja, se o desenvolvimento da sociedade capitalista é necessariamente a reprodução ampliada do capital, que tem por princípio a apropriação do planeta e a transformação de tudo quanto possível em mercadoria, não é possível que este “desenvolvimento ilimitado” se concretize sem ferir o ambiente, quer dizer, “sustentavelmente” (BOMBARDI, 2010, pg.5).

Neste sentido, o uso indiscriminado de recursos naturais é inerente ao desenvolvimento capitalista que ao mesmo tempo em que conduz à diminuição desses recursos cria, dialeticamente, a “raridade” deles visando o lucro. Isto é, cria-se um mercado da “sustentabilidade”, expresso pelas certificações ambientais, pela venda de créditos de carbono no mercado internacional, pela valorização das áreas verdes nas metrópoles, pelo desenvolvimento de energias alternativas ao petróleo, entre outros.

A respeito dessa contradição do sistema capitalista, Carlos (2009) mostra como esta ação se realiza na reprodução do espaço metropolitano paulistano:

O processo de produção transforma a natureza em recurso natural, e, nessa condição, essa natureza passou a ser mercadoria; e a busca do lucro imediato fez que ela fosse degradada, uma vez que o processo teve de ser rapidamente realizado. Nessa condição de degradação, a natureza se transforma em raridade, e a crise ecológica é um produto incontestável do modo como o capital se reproduziu especialmente nos países periféricos. Na condição de raridade essa natureza sobrança, ou simbolicamente sobrança – trata-se na realidade da natureza reproduzida socialmente –, é vendida no mercado imobiliário para justificar a construção dos conjuntos habitacionais para a classe de renda alta que, caso contrário, não se deslocaria para longe de seus empregos, lugares de lazer etc (CARLOS, 2009, pg.312).

¹ Ver Bombardi, L. M. *“Impactos da Expansão da Cana no Estado de São Paulo”*. Porto Alegre, 2010, pg.5. Segundo a autora, a ideia de desenvolvimento sustentável, que ancora a expansão dos agrocombustíveis foi criada quando os organismos supra-nacionais – após as barbaridades ambientais ocorridas desde o fim da II Guerra até meados dos anos 80 – procuraram uma saída para a crise ambiental que no limite significava: “é possível ter desenvolvimento sem agredir o ambiente”.

É nesse contexto, sob o fundamento da degradação da natureza, e consequentemente, da busca por “sustentabilidade”, que os agrocombustíveis se tornam uma importante moeda de negociação no mercado internacional.

A opção pela elevação da produção de agroenergéticos², etanol e biodiesel, visa atender às promissoras projeções de demanda dos agrocombustíveis no mercado internacional, em busca de fontes alternativas de energia. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento³ - MAPA, o aumento da população e do consumo per capita, associados ao problema da mudança do clima, ensejam a necessidade de ações mais coordenadas e “sustentáveis”, em seus aspectos ambientais, sociais e econômicos. É através de um discurso pautado, sobretudo, na segurança energética, que o governo brasileiro tem moldado suas estratégias para alavancar o setor de agroenergia no país.

Com a previsão de esgotamento das fontes de petróleo para os próximos 50 anos e a reincidência de problemas ambientais, muitos governos ampliaram os programas de utilização de fontes alternativas de energia, como é o caso do Brasil.

No fim da década de 70, o Estado lançou o Programa Nacional do Álcool - Proálcool⁴, orientado para a redução da dependência do petróleo importado pelo Brasil. Este fomentou o destino da cana para produção de combustível, tendo efeito positivo no aumento da competitividade do sistema com um todo. Neste momento, verifica-se então a transformação do setor que deixou de ser exclusivamente voltado para o setor de alimentos, para destinar-se ao setor energético. O projeto governamental consistia em incentivos na forma de subsídios diversos, como instalação de destilarias, desenvolvimento de tecnologias, facilidade de aquisição de automóveis movidos a álcool, etc.

Segundo Fabrini (2010), após um período de estagnação do Proálcool e fabricação de veículos equipados com motores a álcool, emergiu novamente, a partir de 2000, a produção de combustível de biomassa (etanol). A elevação dos preços do

² Segundo o escopo do Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011, lançado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o termo agroenergia refere-se à energia proveniente do aproveitamento da biomassa obtida nas cadeias produtivas de etanol, biodiesel, florestas energéticas e aproveitamento de coprodutos e resíduos.

³ As informações foram obtidas junto ao Anuário Estatístico da Agroenergia (2009), publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

⁴ Sobre o Proálcool ver: FABRINI (2010), BRAY, FERREIRA, RUAS (2000).

petróleo e o desenvolvimento de tecnologias com a fabricação de veículos biocombustível (*flex fuel*) em 2003 elevou a demanda de álcool no mercado interno e externo. E diferentemente da década de 1970, o novo arranque na produção de álcool no início de 2000 não se fez por meio de programa de governo, mas pela iniciativa privada, no sistema de produção de agronegócio canavieiro.

Dessa forma, embora a produção de etanol tenha tido início na década de 70, foram nos últimos anos que obteve um aumento extraordinário: a produção saltou de 16 milhões de m³ de etanol na safra de 2005/2006 para 27,7 milhões m³ na safra 2010/2011⁵. Para tanto, foi necessário elevar a área cultivada com cana-de-açúcar de 5,6 milhões de hectares para 8,1 milhões de hectares, isto é, um crescimento de 44% dos canaviais em cinco anos.

A corrida na produção de agrocombustíveis se intensificou também devido a um potencial mercado externo europeu, uma vez que a União Européia mostrou interesse em substituir 10% do consumo de combustíveis derivados de petróleo usado no transporte até 2020.

Logo, em 2004, com vistas de substituir gradualmente o combustível de petróleo e não depender somente do etanol, o governo brasileiro resolveu apostar em um novo segmento de fonte renovável de energia, e criou o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB)⁶, cujo objetivo, nas palavras de seus criadores, foi o de implementar de forma “sustentável”, tanto técnica, como economicamente, a produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda.

Desse modo, o governo brasileiro, através do PNPB, tem apostado na inserção da pequena agricultura na produção da agroenergia, controlada em grande parte pelas corporações nacionais e estrangeiras globalizadas. Para atingir esse objetivo, criou alguns artifícios, como linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf e o Selo Combustível Social, baseado na desoneração de alguns tributos, e incentivos governamentais às empresas que comprarem matérias-primas de agricultores de pequeno porte.

⁵ Fonte: MAPA e UNICA.

⁶Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, disponível em: <http://www.biodiesel.gov.br/programa.html>, Acesso: Janeiro de 2011.

Com o objetivo de incentivar o crescimento desse mercado, o governo brasileiro também impôs a mistura de um percentual de biodiesel ao diesel comercializado no país, que atualmente é da ordem de 5%.

Dessa forma, enquanto o projeto de álcool é operacionalizado atualmente pela iniciativa privada, a produção de biodiesel se realiza no PNPB e conta com importante participação estatal na sua realização. Porém, conforme ressalta Fabrini (2010), a principal diferença entre os dois parece residir no conteúdo social do segundo, que visa incorporar os agricultores de pequeno porte à produção em busca de reduzir a pobreza no campo, segundo expresso no discurso oficial.

A cana-de-açúcar, cultivo tradicionalmente produzido em latifúndios, já adentrou no universo dos agricultores de pequeno porte e atualmente é presença maciça nos assentamentos rurais de reforma agrária de São Paulo⁷, o que expõe as contradições do desenvolvimento capitalista no campo. O crescimento da cana nessas áreas expõe ao mesmo tempo a fragilidade e os desafios da consolidação de uma efetiva reforma agrária brasileira. É necessário analisar as contradições desse processo e os desafios iminentes destes à reprodução camponesa.

Menos expressivo até o momento, mas também em ascensão, o biodiesel ganha gradualmente espaço no cenário energético brasileiro e incorpora uma quantidade cada vez maior de agricultores de pequeno porte. De acordo com o coordenador de Biocombustível da Secretaria da Agricultura Familiar-SAF/MDA, Marco Antônio Leite⁸, nesses últimos anos foram incluídas em média 276 mil famílias no PNPB. E o total de aquisições de matéria-prima oriundas dessas famílias pelo setor produtivo entre os anos de 2005 a 2010 foi de mais de R\$ 2 bilhões. No estado de São Paulo, a produção ainda é pequena, e na maioria dos casos encontra-se em caráter experimental. Mas assim como a cana-de-açúcar adentrou nos assentamentos rurais paulistas, já é possível encontrar experiências de produção de matérias-primas para biodiesel em alguns desses núcleos.

⁷ Segundo dados do ITESP, 2008, a produção de cana-de-açúcar para fornecimento a agroindústrias está presente em diversos assentamentos rurais de São Paulo, a exemplo de assentamentos localizados em Araraquara, Teodoro Sampaio, Bebedouro, Rosana, entre outros.

⁸ Segundo reportagem do canal rural, disponível em <http://www.canalrural.com.br/canalrural/jsp/default.jsp?uf=2§ion=Canal%20Rural&id=3219791&action=noticias>. Acesso: fevereiro de 2011.

Como ocorre na prática a inserção dos camponeses na produção dos agrocombustíveis? Quais são as reais consequências da tentativa governamental ao vincular a agricultura camponesa com os interesses das agroindústrias do setor de agroenergia? Quais são as implicações da expansão dos agrocombustíveis para o processo de reprodução camponesa? A produção de matérias-primas para a fabricação de biodiesel possui impactos diferenciados da produção voltada ao etanol? Como compreender essas novas transformações no campo? Como parte inerente do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, sob a égide da economia capitalista internacionalizada? Como mais uma faceta do agronegócio⁹ brasileiro? Como estratégia de sobrevivência dos assentados na terra?

No intuito de refletir sobre estas e outras questões, o presente estudo se propõe a analisar a reprodução do campesinato brasileiro frente à expansão dos agrocombustíveis, sob a perspectiva de um fragmento - o assentamento rural Monte Alegre, localizado na região conhecida como “Califórnia Brasileira”, uma área de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas de cana-de-açúcar e laranja. Trata-se de um dos mais antigos assentamentos do Estado de São Paulo, distribuído entre os municípios de Araraquara e Motuca, que se encontra no cerne dessas questões.

A possibilidade prática da parceria¹⁰, consorciada ou arrendada com usinas de cana no assentamento Monte Alegre, não havia tido até o final dos anos noventa, forte defesa interna. Esbarrava na própria concepção da reforma agrária, provedora de alimentos, diversificada e nas “cicatrices” carregadas pelos trabalhadores assentados, muitos dos quais foram assalariados de usinas (FERRANTE, 1994).

Todavia, a pressão cada vez maior das usinas da região, o interesse do poder público local, a ausência de eficientes políticas públicas, entre outros, propiciaram a entrada da cana no assentamento a partir de 2000. Desde então, a cana se expandiu nos núcleos do Monte Alegre, onde 317 famílias aderiram ao plantio com as usinas – o que corresponde a 89% de todas as famílias do

⁹ O agronegócio é entendido como a própria agricultura capitalista, cujas características são a busca do lucro, o trabalho assalariado, a produção especializada para o mercado mundial e a produção integrada nas cadeias produtivas das grandes empresas nacionais e internacionais.

¹⁰ O termo parceria foi adotado pelo ITESP para designar contratos entre assentados e usinas, envolvendo a permissão e expansão da cana nos assentamentos rurais. Todavia, não se trata de uma parceria propriamente dita, como veremos mais adiante.

assentamento – o que permite que o campesinato fique sujeito ao capital, sem que seja expulso da terra, sem que ocorra a expropriação dos seus instrumentos de trabalho.

A origem da produção de etanol e biodiesel é de ordem vegetal, e a fim de dominar o setor, o controle da terra é feito de maneira direta ou indireta. A primeira consiste na aquisição de terras e a segunda se realiza pelo controle da renda dos camponeses, que conservam suas terras e entram, através de contratos, numa relação de dependência em relação às grandes empresas do agronegócio. Segundo Oliveira (1999), esse processo contraditório revela que no primeiro caso o capital se territorializa e no segundo ele monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se. Trata-se dos processos de territorialização e monopolização do território pelo capital – movimento que tem como direção o preço da terra, ou o desenrolar conjuntural das leis do mercado financeiro.

Então o movimento que o setor sucroalcooleiro tem feito atualmente para expandir seus domínios sobre parcelas do território como resposta ao aumento da demanda de matérias-primas agroenergéticas na região de estudo também é um dos objetivos norteadores desse trabalho.

O assentamento Monte Alegre também se consagra atualmente como um dos pioneiros na produção de biodiesel do Estado de São Paulo. Diversos lotes do assentamento já iniciaram experimentos com cultivos de *crambe*, soja, e girassol. O projeto, fruto de uma parceria entre a prefeitura de Motuca, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e a Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais - a FEPAF, tem como principal objetivo a construção de uma usina de biodiesel a ser gerida pelos próprios assentados através de cooperativa. Para isso, os gestores têm pleiteado verbas junto ao governo federal e estadual¹¹.

O projeto em questão supera os princípios de inclusão, propostos no Programa Nacional de Biodiesel, que prevê a “parceria” entre os agricultores de pequeno porte e as grandes corporações, com relação à produção do biodiesel, e eleva a participação dos camponeses na cadeia da agroenergia. Caso a usina seja viabilizada, eles atuarão na produção e fornecimento da matéria-prima e na

¹¹ Informações obtidas em trabalho de campo na região de estudo e através de notícias veiculadas na mídia, em sites e jornais, a exemplo do Cenário – notícias de Motuca, edição de outubro de 2010.

transformação desta em biodiesel, por meio de processos industriais. Em tese, vão gerir a produção do biodiesel do início ao fim. Todavia, a real participação desses atores como protagonistas deve ser amplamente analisada, uma vez que podemos ter, mesmo que menos aparente, diversos tipos de subordinação.

A inserção dos camponeses na produção da agroenergia, principalmente do biodiesel, tem sido palco de divergências entre entidades e movimentos sociais. Os que são favoráveis reconhecem nesse projeto uma alternativa de renda que possa conjugar a produção de energia e alimentos. Segundo Fabrini (2010) os movimentos camponeses não são necessariamente contra a produção de agrocombustível, mas contra a produção hegemonizada pelos setores dominantes no campo, ligados ao agronegócio. Então é possível produzir agrocombustível sem perder a condição camponesa? A princípio não há contradição explícita entre os dois.

Segundo avaliação de Fabrini (2010), a participação dos camponeses na produção de agrocombustíveis tem implicado em uma “inclusão subordinada”, em que o trabalho e renda da terra são transferidos ao capital no processo de circulação principalmente.

É a partir dessas reflexões que esta pesquisa pretende avançar, buscando analisar a reprodução do campesinato a partir dos projetos agroenergéticos que colocam, frente a frente, as possibilidades dos camponeses e o monopólio do agronegócio nas atividades agrícolas.

Para alcançar os objetivos propostos nos valem de diversos procedimentos metodológicos tais como revisão bibliográfica realizada através de revisão teórica sobre o tema proposto, pesquisa documental, junto a diversas instituições com destaque para ITESP, INCRA, Feraesp, Prefeitura de Motuca, IBGE, EMBRAPA, Jornal O Imparcial (o mais antigo de Araraquara) e Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

Entretanto, a etapa mais primordial da pesquisa foi a realização dos trabalhos de campo na região de estudo entre os anos de 2010 e 2012, onde foram colhidos, através de entrevistas, depoimentos de diversos “atores” envolvidos, isto é, procuramos dialogar com todos aqueles que por algum motivo participam e/ou participaram direta ou indiretamente do nosso tema de estudo. Nesse sentido, realizamos entrevistas com mais de 20 famílias distribuídas entre os núcleos I, II, III

e IV do assentamento Monte Alegre, além de contar com depoimentos de representantes do poder público (ITESP e prefeitura de Motuca); presidente do sindicato rural da região, Élio Neves; representantes de duas usinas da região; consultor da SCA, uma empresa que comercializa o etanol brasileiro; técnicos da Embrapa que atuam no projeto de biodiesel, entre outros.

O conjunto de entrevistas tornou-se a fonte básica de informações do assentamento Monte Alegre, isto é, no processo de interpretação do material coletado, o conteúdo das entrevistas foi o eixo referencial para a incorporação das informações contidas nas fontes primárias e secundárias. Daí a importância de ouvirmos os diversos “atores” envolvidos no tema proposto.

Focamos nossos esforços também na produção cartográfica¹², pois reconhecemos o potencial analítico e discursivo dos mapas, os quais foram fundamentais para a análise efetuada.

A realização de entrevistas, os trabalhos de campo, a análise e sistematização das informações primárias obtidas e a elaboração de um conjunto de mapas constituíram, assim, insumos fundamentais das considerações que se seguem.

O presente trabalho se divide em três capítulos. No primeiro deles, apresentamos o fragmento do nosso estudo – o assentamento Monte Alegre - onde nos valem de um recuo histórico para resgatar a luta pela fração do território camponês que deu origem ao assentamento, processo fundamental para compreendermos tanto a expressão do movimento de resistência camponesa em busca da redemocratização da terra que marcou a década de 80, quanto às particularidades dos camponeses dessa região. Nesse sentido, analisamos o contexto da ação política desses trabalhadores, o papel dos sindicatos rurais na luta pela terra, as políticas públicas destinadas ao assentamento, bem como a trajetória desses camponeses na luta após a conquista do território, discorrendo sobre as inúmeras dificuldades e as primeiras experiências de organização da produção, marcadas pela gestão coletiva. Dissertamos então sobre elementos centrais que subsidiaram a compreensão do ingresso da cana e do biodiesel no assentamento e o

¹² Com exceção do Mapa 7, todos os mapas presentes no corpo dessa pesquisa poderão ser visualizados no formato A4 na parte anexa do trabalho.

resultado dessas experiências no interior desse espaço de reforma agrária, revelados nas seções posteriores.

No segundo capítulo, analisamos a relação campesinato e agrocombustível, na perspectiva de desvendar de que forma o território camponês transforma-se em espaço de produção da agroenergia e os desdobramentos daí decorrentes. Primeiramente contextualizamos o setor sucroalcooleiro no período atual de desenvolvimento do capitalismo no campo, atentando para a internacionalização do capital na agricultura, sinalizada pelo monopólio das transnacionais na canavicultura em detrimento do esfacelamento das usinas comandadas por relações familiares. Nesse sentido, mostramos o movimento do capital sucroalcooleiro na região, cujas estratégias hegemônicas se pautam, sobretudo, pelos processos de territorialização e monopolização do território.

Na sequência apresentamos em detalhes o Projeto Cana e sua inserção no assentamento em todo o período de sua vigência, atentando para as relações entre camponeses e agroindústrias. Nesse sentido, focamos a análise em um primeiro momento nas formas de subordinação que grassam nesse “consórcio”, e na subsequente transferência de renda da terra camponesa a outros setores. Então, a partir do movimento dialético avaliamos também de que forma a “parceria” com as usinas no cultivo da cana, que desde então se mostrou uma ameaça à condição camponesa, contraditoriamente pode ter favorecido a reprodução camponesa no período em questão, colocando à prova as prerrogativas iniciais desta pesquisa.

Em um segundo momento, nos propusemos a realizar um balanço socioeconômico do ingresso da cana no assentamento com o objetivo de conhecer concretamente qual foi a renda advinda dessa atividade e onde ela foi aplicada, no esforço de refletir sobre os liames da reprodução social camponesa nesse processo. Para tanto, além da realização de diversas entrevistas, nos valem de um rico material concedido pelo ITESP em formato analógico composto por mais de 50 folhas repletas de tabelas sobre a renda obtida por cada família do Monte Alegre durante as safras 2004 a 2011. Esses dados foram minuciosamente transformados em formato digital, cujo material serviu de base para a elaboração de diversos gráficos e tabelas, que subsidiaram a análise desenvolvida.

Neste capítulo, realizamos ainda uma reflexão sobre a crise atual do Projeto Cana no assentamento Monte Alegre que se resvala na não renovação dos contratos pelas usinas, reafirmando a fragilidade do campesinato nessa cadeia agroenergética oriunda do setor sucroalcooleiro.

No terceiro capítulo, analisamos as singularidades da participação do campesinato na produção agroenergética do biodiesel, apresentando inicialmente um panorama geral do setor em âmbito mundial, cujo Brasil tem orientado esforços para liderar esse mercado em prol da “sustentabilidade”. Nesse contexto, avaliamos as características do programa criado pelo governo federal para alavancar o setor do biodiesel no País, que tem como “chamariz” a inclusão dos agricultores de pequeno porte no projeto. Estaríamos então diante de uma nova era no campo em que o camponês será o grande protagonista? Com essa questão norteadora, acompanhamos as primeiras experiências do cultivo de oleaginosas no assentamento Monte Alegre, no intuito de analisar de que forma a proposição do governo tem se realizado na prática, isto é, como tem ocorrido atualmente a integração dos camponeses na produção do biodiesel e sua consequente reprodução.

Por fim tecemos nossas considerações finais sobre o trabalho realizado, a partir de reflexões que certamente não se esgotam nesta pesquisa, mas visam suscitar nos leitores a busca por novas formas de compreensão do campesinato diante dos novos desafios impostos à reprodução contraditória do mesmo. De fato, a existência camponesa deve ser vista em suas expressões ambíguas, que “pressupõem a diferenciação interna, mostrando assim que os camponeses não são puros, mas sujeitos que podem enriquecer-se e aburguesar-se. Ao mesmo tempo, também podem enriquecer-se sem deixar de ser camponeses” (PAULINO, 2007, p. 349).

Capítulo 1 – O assentamento Monte Alegre

O assentamento Monte Alegre (Mapa 1) está situado na região central do Estado de São Paulo, entre os municípios de Araraquara, composto por 208.725 habitantes, e Motuca¹³, com apenas 4.290 habitantes.

Mapa1

Localização da área de estudo

Ambos os municípios estão inseridos na Região Administrativa de Araraquara, conhecida por integrar a Região de Ribeirão Preto, também chamada “Califórnia Brasileira” - uma área de agricultura modernizada, onde se destacam a cana-de-açúcar e a laranja. Grande parte das terras agricultáveis da região está cultivada com cana - cuja extensão chega, no município de Araraquara, a 49 mil hectares – o

¹³ O município de Motuca foi constituído somente em 1990, quando se emancipou de Araraquara.

que representa 49% de toda a área do município. No caso de Motuca esse número é ainda mais expressivo: 76% da área do município é ocupada por cana, o que corresponde a 17.500 hectares¹⁴. Esses números mostram ainda uma elevação da área ocupada por cana-de-açúcar na região. Somente nos últimos quatro anos, a área ocupada por cana em Araraquara saltou de 39% para 49%, e em Motuca subiu de 65% para 76%, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Área ocupada por cana nos municípios de Motuca/SP e Araraquara/SP

Município	Área do município (ha)	Área total de cana-de-açúcar (ha)		Área do município ocupada por cana (%)	
		Safra 2004/2005	Safra 2008/2009	Safra 2004/2005	Safra 2008/2009
Araraquara	100.400	39.167	49.000	39%	49%
Motuca	22.900	14.849	17.500	65%	76%

Fonte: INPE-11421-RPQ/762 (2004); IBGE, 2009 Org. BELLACOSA, Julia.

Atualmente o assentamento Monte Alegre é constituído por seis núcleos formados entre 1985 e 1997, que representam um total de 358 lotes, correspondente a uma área de 5.100 hectares, sendo 4.960 hectares de área agrícola, conforme Tabela 2. Cada família possui 14 hectares de terras no lote agrícola e nos casos dos núcleos com agrovila mais 1 hectare de terra. O assentamento também está rodeado por propriedades de usinas e, em menor parte, por pequenas e médias propriedades rurais, muitas destas fornecedoras de cana para as usinas (AMARAL, FERRANTE, 2007).

¹⁴ Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal 2009.

Tabela 2 - Núcleos do Assentamento Monte Alegre

Município	Projeto de Assentamento	Início	Domínio da Terra	No. De Lotes	Área Total (ha)	Área Agrícola (ha)
Motuca	Monte Alegre 1	mai/85	Estadual	49	726	684
Motuca	Monte Alegre 2	out/85	Estadual	62	858	858
Araraquara	Monte Alegre 3	ago/86	Estadual	76	1.100	1.036
Motuca	Monte Alegre 4	ago/86	Estadual	49	679	679
Motuca	Monte Alegre 5	out/91	Estadual	34	484	451
Araraquara	Monte Alegre 6	mai/97	Estadual	88	1.254	1.252
Total				358	5.100	4.960

Fonte: ITESP, 2010. Org. BELLACOSA, Julia.

Os núcleos III e VI pertencem ao município de Araraquara enquanto o restante – núcleos I, II, IV e V, a Motuca. Os núcleos, dos quais a localização pode ser visualizada no Mapa 2, são de responsabilidade da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) – e cujo processo de formação será descrito a seguir.

Mapa 2
Assentamento Monte Alegre

1.1 As origens do Monte Alegre

Nos anos de 1960 e 1970, a região de Araraquara, assim como uma boa parte do Brasil, passou por uma intensa onda de modernização, e experimentou um rápido crescimento econômico, baseado, sobretudo, na constituição do complexo sucroalcooleiro e na consolidação do complexo agroindustrial de produção de citros (FERRANTE, et al., 2005).

Junto com a modernização e a criação dos complexos agroindustriais, cresceu a concentração fundiária e a expulsão de milhões de famílias. Como alternativa, muitos foram para a cidade trabalhar como operários nas indústrias, enquanto outros permaneceram no campo como mão de obra volante, trabalhando como cortadores de cana, colhedores de laranja, genericamente chamados de boias-frias.

Conforme explicita Marques (2008), a emergência da luta pela reforma agrária e sua ampla disseminação se dá quando o país reafirma a sua opção por um modelo de agricultura extremamente excludente e as oportunidades de trabalho na cidade tornam-se mais restritas:

A reforma agrária surge como alternativa de trabalho, morada e reprodução social para um número crescente de trabalhadores pobres que, dada a sua baixa qualificação em relação às atuais exigências do mercado, dificilmente encontrariam melhor forma de inserção produtiva (MARQUES, 2008, p.63).

No início da década de 80, a região de Ribeirão Preto, que integra 80 municípios, era responsável por 25% da produção nacional de álcool e 30% da produção nacional de açúcar. Cerca de 100.000 boias frias oriundos em grande parte de Minas Gerais e do Nordeste trabalhavam nas 46 usinas e destilarias da região. O alto padrão tecnológico empregado na lavoura canavieira nesse período não diminuiu os níveis de exploração a qual estavam submetidos os trabalhadores¹⁵.

Em meio a penosas condições de vida e de trabalho, os assalariados rurais temporários organizam a partir dos anos 1980 mobilizações e reivindicações, apoiadas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais. A primeira greve de repercussão

¹⁵ Ver o filme "Califórnia à Brasileira".

internacional ocorreu em Guariba, em maio de 1984, impulsionada pelo aumento do preço da água pelo estado, pelo desemprego e a instituição de sete ruas no lugar de cinco, como regra de trabalho no corte da cana pelos usineiros.

Esse movimento se expandiu pela zona da cana que domina a agricultura paulista, e fez eclodir uma seqüência de greves em diversos municípios da região. *"A greve de Guariba foi o começo. Foi ela que deu o start para que a questão do boia-fria fosse discutida como política pública e nós que lideramos aquele movimento colocamos na pauta o acesso a terra"* ¹⁶.

É nesse contexto que os municípios afetados pelos conflitos em questão são incitados a acolher o Programa Bóia-Fria, da Secretaria dos Negócios Interiores, cuja finalidade era a de facilitar o acesso a terra para estes trabalhadores, orientando-os para a produção alimentar (CHONCHOL, 2003).

Nestas circunstâncias, em meio ao processo de redemocratização da sociedade brasileira e em resposta às reivindicações e pressões exercidas pelos trabalhadores rurais pela posse da terra, que o Governo do estado de São Paulo na gestão de Franco Montoro (1983-1987) lança um programa fundiário cujas bases são formadas por dois instrumentos políticos: o Plano de Valorização de Terras Públicas e o Plano de Regularização Fundiária. Segundo Antuniassi (1993), a implantação desses planos resultou na constituição e/ou regulamentação de 38 assentamentos rurais no período de 1984 a 1992, cobrindo uma área total de 3.934 hectares, envolvendo 3556 famílias.

Inserido neste montante está o Assentamento Monte Alegre, cujos primeiros lotes foram obtidos em 1985, fruto do processo de mobilização dos trabalhadores rurais, do Sindicato de Trabalhadores Rurais, com a mediação do extinto Instituto de Assuntos Fundiários - IAF e do Escritório Regional de Governo.

"Na abertura da democracia, nos anos 80, os trabalhadores dessa região lutavam por terra porque estavam já na época desempregados pelo processo de mecanização, de repressão aos movimentos. E foram as comissões de trabalhadores das greves que lutaram pela Fazenda Monte Alegre. A origem do Monte Alegre tem origem exatamente nisso" ¹⁷.

¹⁶ Entrevista realizada com Élio Neves, presidente da Feraesp, em outubro de 2011.

¹⁷ Idem, 2011.

De acordo com dados do Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo (FERRANTE; BERGAMASCO, 1995), 66,5% dos assentados dos núcleos Monte Alegre vieram da condição de assalariados rurais (os boias-frias das lavouras de cana e laranja). Entre os vários núcleos, a maior frequência de ex-boias-frias ocorre nos núcleos III e IV da fazenda Monte Alegre, onde 90% e 83% dos agricultores assentados, respectivamente, foram assalariados rurais; a seguir, encontra-se o núcleo I do mesmo assentamento, com 71% de frequência e o núcleo II, este com 65% de ex-assalariados rurais.

1.2 Fetaesp x Feraesp: o papel dos sindicatos na luta pela terra

Nos anos 60 o governo militar juntou todos os movimentos de trabalhadores do campo em uma só organização, tanto os assalariados quanto os proprietários rurais. A lei criada durante o governo Vargas, que permitia o desmembramento por categoria, foi colocada em xeque no período militar, após a promulgação de alguns decretos.

Dessa forma, o sindicato era estruturado por categorias de trabalhadores tais como Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Sindicato dos Trabalhadores no Transporte, etc, definidas pelo processo de produção e tendo como base a divisão técnica do trabalho como definidora do enquadramento sindical. A formação do sindicato era pautada pela unicidade sindical tanto em relação à base territorial quanto em relação à categoria, que significava manter um sindicato único em uma mesma unidade territorial (município).

Então tanto os STRs quanto a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo - Fetaesp abarcavam dentro da mesma entidade sindical assalariados e pequenos produtores rurais, tais como proprietários, arrendatários, meeiros, parceiros, etc. Esse antagonismo passou a motivar rachas na estrutura sindical, conforme fala do líder Élio Neves:

"Juntar em uma mesma organização sindical produtores rurais e trabalhadores com o nome de trabalhador rural é uma baita contradição porque o princípio que junta a organização de trabalhadores é o da

*solidariedade. E não há uma semelhança de interesses, de vida em comum. Se você coloca os dois juntos na mesma casa vira rolo, porque os interesses são contraditórios. O produtor pequeno quer vender o alface caro, e o assalariado quer comprar barato. Não tem acordo”.*¹⁸

Em 1988, uma nova constituição brasileira é promulgada e a estrutura sindical passa a admitir flexibilidade, dentre as quais se destaca o fenômeno denominado de desmembramento sindical. A partir da nova constituição federal, quando o sindicato abrange categorias similares ou conexas, passa a ser facultada a dissociação do mesmo. Então qualquer das atividades ou profissões concentradas poderá dissociar-se do sindicato principal, formando um sindicato específico.

A dissociação ou desmembramento, no sistema estabelecido após promulgação da Constituição de 1988, independe de prévia anuência do Ministério do Trabalho, bastando que os interessados, em assembléia geral, deliberem favoravelmente ao desmembramento, e conseqüente criação de sindicato novo¹⁹.

Os conflitos presentes na composição dos STRs, gerados pelo antagonismo entre a presença do trabalhador assalariado (cortador de cana) e do patrão (o capitalista na figura do pequeno produtor/proprietário rural) na mesma representação sindical, culminaram no final dos anos 80 em um quadro de ruptura parcial do modelo oficial, com o desmembramento de categoria profissional. É nesse contexto que emergem os Sindicatos dos Empregados Rurais Assalariados – SERs, e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – Feraesp restringindo-se como a própria denominação explícita, à organização e representação dos assalariados rurais, como nos revelou o presidente da Feraesp:

O regime militar uniu em uma mesma organização sindical produtores rurais e trabalhadores com o nome de trabalhador rural. O que a Feraesp fez, em 1988, com a liberdade alcançada pela constituição, foi sair desse amarrão. Então criou uma organização específica de assalariados rurais, que não tem mais os pequenos agricultores na sua organização. O que é chamado de desmembramento sindical, sai uma categoria que estava junto com a outra para criar uma outra organização. Por isso que é Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, porque todo empregado é trabalhador, mas nem todo trabalhador é empregado. Ainda existem sindicatos que abrigam as duas categorias: Contag, Fetaesp, o que

¹⁸ Entrevista realizada com Élio Neves, presidente da Feraesp, em outubro de 2011.

¹⁹ Segundo inciso I, do art. 8º, da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988: “A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público e interferência e a intervenção na organização sindical”.

é uma baita contradição. No nosso caso essa contradição foi superada. Então a Feraesp não representa os assentados (sindicalmente falando).²⁰

Os confrontos, expressos com vigor a partir de 1984, acirraram-se nas campanhas salariais de 1988, nas quais os usineiros nitidamente aproveitaram-se das cisões e fragmentações existentes na direção da Fetaesp no enfrentamento das negociações. A criação da Feraesp foi uma resposta aos equívocos detectados na trajetória da Fetaesp (FERRANTE, 1994), configurando-se no grande racha do movimento sindical rural paulista.

Em contraposição à Fetaesp que agrupava os sindicatos de trabalhadores rurais do Estado de São Paulo, foi fundada em 16 de abril de 1989 a Feraesp no município de Jaboticabal, conforme trecho do discurso proferido por Élio Neves, durante o encerramento do primeiro congresso da entidade²¹:

Construir uma nova estrutura sindical foi a única alternativa que nos restou, pois o assalariado rural tem que ter sua própria identidade, tem que estar junto numa única entidade que lhe represente de fato, que encaminhe suas lutas e demandas específicas e não fiquem perdidos e abandonados nos STR's e na política suicida e retrógrada da Fetaesp, que insiste em administrar interesses opostos dentro da mesma entidade (assalariados e patrões), e imóvel no tocante à necessidade de organizar os trabalhadores assalariados, não aposta na mobilização da categoria ficando à distância dos desdobramentos que estão ocorrendo com os trabalhadores, mesmo em vista a ofensiva lançada pelo patronato com a mecanização do corte da cana-de-açúcar. Manter-se cego em relação ao que está acontecendo é um direito deles, mas para nós basta! O que nos resta é seguir fortes e unidos no propósito de inaugurar uma nova concepção de estrutura, organização e ação sindical.

Então em meio às divergências de concepção e prática no interior do movimento sindical, surgem os sindicatos de empregados rurais, específicos de assalariados, organizados na Feraesp.

²⁰ Entrevista realizada com Élio Neves, presidente da Feraesp, em outubro de 2011.

²¹ Trecho do discurso de Élio Neves, presidente da Feraesp, durante o encerramento do primeiro congresso da Feraesp, realizado em Jaboticabal, em abril de 1990, em A. Thomaz Jr., Por trás dos canaviais, os "nós" da cana, 2002, pg. 282.

Fotografias 1 e 2 – Prédio Sede da Feraesp em Araraquara-SP, e ao lado seu presidente, Élio Neves, durante entrevista.

(Fonte: BELLACOSA, J. 2011)

A questão da luta pela terra começou a fazer parte do discurso oficial da Feraesp a partir do II Congresso da entidade, em 1990. Segundo Thomaz Jr (2002), a Feraesp toma à dianteira (apesar de não haver unanimidade dentro da própria direção) desse processo de ocupação de terra na porção do território canavieiro onde se concentram as maiores empresas sucroalcooleiras do Estado.

O foco da entidade é o questionamento de áreas públicas estaduais, que estão abandonadas, subutilizadas ou de uso inadequado, tais como hortos florestais, estações experimentais, etc. A área de atuação está localizada principalmente na região norte e nordeste do estado, organizando trabalhadores rurais desempregados e camponeses expropriados com o processo de territorialização do capital (FELICIANO, 2006). É nesse contexto que a fazenda Monte Alegre, de propriedade da Ferrovias S.A - FEPASA que a explorava comercialmente com reflorestamentos, torna-se alvo de ocupação.

Os camponeses do primeiro núcleo, composto basicamente por boias-frias da região e migrantes, discutiram a entrada na área entre os anos de 1984 e 1985 sob a mediação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do qual fazia parte Élio Neves, o fundador e atual presidente da Feraesp, que nos relatou:

"A nossa solução na época foi buscar terras pra fazer assentamento de gente que não tinha mais espaço no mercado de trabalho: ai nasceu a Monte Alegre. A minha história política se confunde com isso. Eu sou cortador de cana e desde o início da luta sindical a questão da terra sempre foi pra nós a grande saída. Porque nós somos trabalhadores rurais. O nosso espaço é a terra, embora nós tenhamos sido lançados pra cidade, fomos iludidos pelo modelo de desenvolvimento. Teve toda uma estória que nos

*jogou pra cidade. Mas nós temos uma origem, e é isso que nos alimenta. A Monte Alegre teve essa característica. Então o que se combinou naquele momento: a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho a partir da relação de emprego, com a luta pela terra onde as pessoas podiam alcançar uma estabilidade melhor para sua reprodução familiar, para construir suas famílias, ter suas casas a partir do espaço rural. É um pouco da história”.*²²

Cortador de cana de origem, Élio Neves teve seu primeiro registro em carteira no corte da cana aos 13 anos de idade. Ele trabalhou para diversas usinas da região e viu alguns de seus amigos morrerem em acidentes de trabalho, o que lhe serviu de estímulo para ingressar na vida sindical:

*Então eu vivi esse mundo, e continuei vivendo como sindicalista. E vivi na década de 80 as greves dos cortadores de cana de Guariba, e etc, que lutavam por melhores salários e melhores condições de trabalho, e ganharam em troca demissões, como todo trabalhador que luta ganha a opressão do capital e do governo.*²³

A Feraesp, juntamente com os sindicatos rurais, surge, sobretudo, como mediadora nas negociações com o Estado, como responsável pela exterioridade da luta, passo que a forma de organização e decisão interna do acampamento permanece sob o domínio das famílias.

Há, no entanto, um fator que coloca a Feraesp em armadilhas que transcendem o campo da legalidade, conforme revela Ferrante (1994, pg.100): “Nessa rede, vemos de um lado a Feraesp justificada pela existência de uma oposição entre trabalhadores assalariados e pequenos proprietários, o que pode gerar distorções”. Segundo Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca: “a Feraesp foi criada inicialmente com o objetivo de trabalhar exclusivamente com os empregados assalariados mas ao longo de sua trajetória ela não abriu mão de trabalhar com a agricultura familiar”.²⁴

A proposta da Feraesp de não incluir em sua base trabalhadores com qualquer forma ou relação de posse com a terra entra em contradição com o próprio

²² Entrevista realizada com Élio Neves, presidente da Feraesp, em outubro de 2011.

²³ Idem, 2011.

²⁴ Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2, e atual Secretário de Desenvolvimento, Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em outubro de 2011.

campo de atuação da entidade, que direciona esforços na organização dos boias-frias rumo às ocupações de terra e possível constituição dos assentamentos.

O assentamento Monte Alegre, por exemplo, nasce da atuação do sindicalismo rural na luta camponesa, no seio da Feraesp. Segundo Élio Neves, isso ocorre em grande medida pela identidade política que existe entre esses grupos: grande parte dos trabalhadores que lutaram por um pedaço de terra na fazenda Monte Alegre é ex-assalariado das lavouras de cana e laranja. Segundo ele, desde o início do assentamento, o esforço da entidade tem sido o de encontrar uma semelhança de interesses entre o assentado e o trabalhador assalariado que precisa consumir.

A direção da entidade acredita na possibilidade de formar parcerias entre os assalariados rurais organizados em sindicatos e os produtores organizados em associações, cooperativas, grupos de produção. Esforços nesse sentido têm sido observados com relação à “parceria” firmada entre os assentados e a agroindústria canavieira – fato que será analisado mais adiante, quando tratarmos das negociações em torno da continuidade do Projeto Cana no assentamento. Após a constituição dos assentamentos, a Feraesp tem atuado, então, como interlocutora dos assentados em diversos assuntos, mas sem exercer uma representação formal.

Segundo relatos obtidos durante entrevistas, a influência política da Feraesp e de outros sindicatos como a Fetaesp e a Federação da Agricultura Familiar – Faf no interior do assentamento Monte Alegre tem mudado ao longo do tempo. A força política da Fetaesp, por exemplo, cresceu no Monte Alegre durante o período de implantação do Projeto Cana. A posição favorável da entidade à entrada da cana agradou grande parte dos assentados que aderiram ao projeto. Em contraposição, a Feraesp que se posicionou contrária à “parceria” agroindustrial canavieira, perdeu influência e se afastou por um longo período do assentamento.

Então muitos assentados que conquistaram a terra com o auxílio da Feraesp migraram suas atenções para a Fetaesp durante o período do Projeto Cana, e posteriormente retornaram à Feraesp, a exemplo da tradicional família Pereira, do assentamento Monte Alegre I. Segundo depoimentos, atualmente a atuação da Fetaesp no assentamento é praticamente nula.

Na visão do presidente da Feraesp, a entidade não deve representar formalmente os assentados, conforme nos revelou:

*Eu, particularmente, não acho que eles têm que ter sindicato. Na minha concepção, sindicato é uma ferramenta de conflito, sindicato foi feito pra brigar. O produtor precisa ter ferramentas de paz e não de conflito, precisa ter ferramentas que organiza a produção. Então se a Feraesp for defender o assentado, vai ficar do lado do usineiro. Não pode. Tanto que a Feraesp fez greve no assentamento, processou os assentados que não pagaram os salários dos cortadores de cana. Teve assentado que contratou cortador de cana, e não pagou. O cara contratou mão de obra e explorou. Não é porque é pequeno patrão que vai explorar mais que o grande. Quer ser capitalista? Paga conta, senão encontra outra forma de organização. Agora quer ser capitalista e não quer pagar o ônus?*²⁵

Neste sentido, a Feraesp tem atuado como interlocutora dos assentados em projetos e/ou situações dos quais a participação da entidade é requerida. Segundo Élio Neves, a organização se dispõe a fomentar a organização livre dos assentados, sem uma representatividade formal.

Então mesmo que de forma secundária, isto é, sem uma representatividade formal, os diversos sindicatos como a Feraesp, a Fetaesp e a Faf disputam influência no território dos assentados, que é dotado de certa independência por parte dos mesmos. Nesse ínterim há um embate contraditório sobre a atuação de cada entidade.

O subcapítulo seguinte discorre sobre a atuação da Feraesp frente ao movimento dos assalariados rurais que culminou na conquista da Fazenda Monte Alegre, bem como relata a trajetória desses trabalhadores até a aquisição dessa fração do território camponês.

1.3 Histórico de ocupação da Fazenda Monte Alegre

A Fazenda Monte Alegre, de propriedade da Ferrovia Paulista S.A - Fepasa, administrada pela Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora (CAIC), era uma antiga área de plantio de eucalipto. Com 7300 hectares de terra, a Monte Alegre guarda a unidade geográfica e os limites definidos nos anos vinte do século XX. No

²⁵ Entrevista realizada com Élio Neves, presidente da Feraesp, em outubro de 2011.

entanto, em 1940 o governo do Estado de São Paulo adquiriu as terras, que passaram a pertencer ao domínio público.

A constatação de que as terras da fazenda Monte Alegre pertenciam ao Estado e eram exploradas por empresas com investimento em eucalipto, foi feita pelo Sindicato dos Trabalhadores de Araraquara:

"Nós encontramos na Monte Alegre um espaço de terras públicas, com mais de 6000 hectares de terras do governo de São Paulo ocupada por grandes empresas de investimento em eucalipto, que era administrada então pela Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora - CAIC, que depois virou Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - Codasp, em 1987. A CAIC, ligada à secretaria da Agricultura, se apropriou daquelas terras no período do regime militar, fez um mega investimento em bolsa. Então banqueiros, grandes multinacionais faziam parte de um mega investimento e iam ganhar dinheiro com eucalipto. O governo militar dava incentivo fiscal para quem produzisse eucalipto porque tinha interesse no carvão e na indústria de papel. A partir disso, fizeram contratos milionários de dinheiro público, porque é dinheiro de incentivo fiscal, isto é, deixavam de recolher imposto para poder aplicar no plantio de eucalipto. Por ser uma empresa pública administrada, a Codasp não corria risco. E como a área que receberia o eucalipto também era terra pública, tratava-se de um alto negócio na década de 70. Nós descobrimos esse alto negócio e passamos a fazer as ocupações".²⁶

A partir da constatação da existência dessas terras, que se *tratava de um alto negócio da década de 70*, membros do sindicato rural de Araraquara mapearam toda a fazenda para descobrir as divisas das terras públicas: *"juntei mais dois companheiros e fizemos todo o levantamento da fazenda. Porque daí foi organizar o povo e descobrir os mecanismos de disputa".²⁷*

Esta identificação concreta serviu de suporte para os diálogos estabelecidos na sede da CAIC, responsável na época pela exploração dos domínios da fazenda Monte Alegre. A CAIC se opôs vigorosamente à entrada dos boias-frias sobre suas terras, mas continuaram as negociações entre este órgão, a Secretaria da Agricultura, o escritório regional de Governo e o Sindicato. Os trabalhadores avisaram as autoridades competentes que, na ausência de resposta, ocupariam as terras (CHONCHOL, 2003).

²⁶ Entrevista realizada com Élio Neves, presidente da Feraesp, em outubro de 2011.

²⁷ Idem, 2011.

No dia 4 de julho de 1985, um grupo de 44 famílias oriundas do interior paulista, município de Pontal, Urupês, entre outros, ingressou na Fazenda Monte Alegre em dois caminhões de mudança, dispostos a ocupar as terras. O relato de Élio Neves revela as características da luta, cuja ocupação ocorreu pela porta da frente da fazenda:

"Nós organizamos uma ocupação pela portaria da fazenda. Do lado de dentro da porteira estava o gerente da usina, defendendo a propriedade, e do lado de cá da estrada, nós com os caminhões. Sabe o que o povo fez? Arrancou a porteira e pulou pra dentro, na cara dos caras"²⁸

Os caminhões foram interceptados pelos veículos da CAIC após terem percorridos dois quilômetros no interior da fazenda Monte Alegre, e os trabalhadores foram para a sede do sindicato e montaram acampamento. Após uma semana, no dia 11 de julho, as famílias puderam ocupar as terras, sob decisão da Secretaria da Agricultura, da qual depende a CAIC, e constituíram o primeiro núcleo do assentamento (CHONCHOL, 2003).

Em outubro do mesmo ano, 42 famílias oriundas de Sertãozinho e região ocuparam o Horto da Fazenda Guarani, em Pradópolis, cuja terra era da Fepasa. Despejados desse local, os trabalhadores mantiveram o acampamento na beira da rodovia que liga Pradópolis a Jaboticabal e posteriormente foram alocados para constituir o segundo núcleo da Fazenda Monte Alegre. Sobre o processo de conquista da terra, Sr. Fagundes, morador do Monte Alegre II que participou dessa luta relata:

Eu fiquei acampado em Pradópolis. Eu trabalhava na usina São Martinho, eu cortava cana. Aí tinha um projeto, um plano de reforma agrária, e nós era cortador de cana e tinha um desejo de ter uma terra. Aí surgiu na secretaria de Sertãozinho documentação sobre o plano de reforma agrária. Aí nós fizemos cadastramento, nós cadastramos, mas naquela época era difícil mesmo, ninguém pega terra fácil. Aí invadimos a Guarani em Pradópolis, depois colocaram nós na beira da pista e enquanto isso nós procuramos o governo Montoro e ele trouxe nós pra cá e deu essa terra pra nós"²⁹.

²⁸ Ibidem, 2011.

²⁹ Entrevista realizada com o Sr. Fagundes, assentado do Monte Alegre 2, em dezembro de 2010.

O *desejo de ter uma terra* fez com que Sr. Fagundes e muitas outras famílias se cadastrassem no plano de reforma agrária. Porém, *como naquela época era difícil mesmo, ninguém pega terra fácil*, a ocupação apareceu como uma possibilidade de acesso a terra: *aí invadimos a Guarani em Pradópolis*. A fala de S. Fagundes sinaliza que a luta pela terra avança alheia à existência ou não de um plano de reforma agrária, já que ela é uma luta popular e a reforma agrária, uma política pública de competência do Estado (FERNANDES, 2008). Segundo Fernandes (2001) esta ação de resistência é inerente à formação camponesa no interior do processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo, e neste sentido, os acampamentos seriam a expressão da luta popular de resistência do campesinato para sua criação e recriação.

Em outro relato, Wanderley, que também participou do início da luta, destaca a participação do Sindicato Rural no processo:

Eu comecei a participar das reuniões do sindicato lá em Sertãozinho, aí invadimos lá e conseguimos a área. Desde que invadimos até ganhar a terra foram 26 dias: 12 dias na fazenda com mais 14. Eles foram lá falar com o governador e ele liberou a gleba aqui. Nós invadimos em Pradópolis e ganhamos aqui em Monte Alegre.³⁰

Os núcleos III e IV do assentamento foram formados em 1986, por trajetórias bem distintas. O III foi formado por boias-frias oriundos de Minas Gerais que estavam ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados de Araraquara - STRA, responsável por cadastrar e selecionar esses trabalhadores para a instauração de mais um núcleo. Logo, essas famílias foram selecionadas oficialmente para habitar uma terceira área na Fazenda Monte Alegre, e não passaram pelo processo de ocupação, como as demais. E em agosto de 1986, foram oficialmente constituir o núcleo III.

Já o núcleo IV foi formado por trabalhadores de Guariba que não possuíam vínculo com o sindicato, mas contavam com o apoio de lideranças políticas locais e regionais. Em 27 de maio de 1986, 60 famílias ocuparam a área dentro da fazenda Monte Alegre, que estava sendo preparada para a constituição do núcleo III do assentamento, onde iriam ser assentados o grupo selecionado pelo STRA e IAF.

³⁰ Entrevista realizada com Wanderley, assentado do Monte Alegre 2, em dezembro de 2010.

Pressionados a desocupar o local, o grupo conseguiu negociar, juntamente com as lideranças regionais, sua transferência para outra área do assentamento. Após seis meses, em novembro de 1986, as 22 famílias remanescentes do grupo de Guariba puderam ocupar oficialmente uma área na fronteira leste da fazenda Monte Alegre – o núcleo IV.

Em 1987, uma quinta área da fazenda Monte Alegre foi ocupada por 65 famílias provenientes de Sertãozinho-SP; destas, 35 permaneceram. O grupo foi alocado para lotes vazios nos núcleos já existentes: 12 famílias foram para o núcleo I, 11 famílias foram colocadas no núcleo IV, e, 12 famílias restantes foram transferidas, no ano seguinte, para outro Projeto de Assentamento (Assentamento Bela Vista do Chibarro em Araraquara). Esta quinta área ficou desocupada até novembro de 1989, quando 42 famílias a ocuparam, reivindicando a área. Dessas 42 famílias, 35 persistiram no local e foram regularizadas em 1991, formando o núcleo V do Monte Alegre (KURANAGA, 2006).

Dada à existência de 22 lotes agrícolas vazios nas áreas já implantadas, em julho de 1990 foi aberto cadastramento para seleção de novos beneficiários e, em novembro do mesmo ano, os lotes foram ocupados.

Em 1997, 250 famílias ocupam a última área do Projeto de Assentamento Monte Alegre, das quais 179 são assentadas: 88 ficam na área ocupada que constitui o núcleo VI e as 91 famílias restantes são distribuídas em lotes vagos dos núcleos I, II, III e IV (GAVIOLI, 2010).

Em 1998, nova ocupação foi realizada na fazenda por 27 famílias de trabalhadores rurais na área da sede da Fazenda Monte Alegre (escritório central), administrada pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo (CODASP), após inscrição/cadastramento destas famílias. Em novembro do mesmo ano, 19 delas foram assentadas nesta área, hoje denominada Projeto de Assentamento Horto de Silvânia, considerada um anexo do Projeto de Assentamento Monte Alegre, enquanto as outras oito famílias restantes foram assentadas em 2002.

1.4 A trajetória da luta na terra

A luta pela terra no Brasil é sinalizada principalmente por duas manifestações políticas: a ocupação da terra que tem sido a principal forma de acesso a terra no País e as marchas de diversos movimentos camponeses para pressionar o Estado na realização de políticas públicas, como por exemplo: políticas de créditos, de educação e moradia, que acontecem periodicamente (FERNANDES, 2008). Ao conquistar a terra, eis que surge um novo desafio para o camponês: a luta na terra. Como garantir a permanência na terra?

No assentamento Monte Alegre foram inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos camponeses. Segundo Antuniassi (1993), o Monte Alegre surge em quase completo isolamento dos centros comerciais da região, privado dos serviços de saúde e de educação, tanto pela situação geográfica das terras quanto pela falta de vias de acesso e de meios de transporte. A instalação da infraestrutura nos diversos núcleos do assentamento Monte Alegre (estradas, moradias, rede elétrica, irrigação, serviços de saúde e educação) ficou muito aquém das expectativas das famílias. Até 1992 algumas famílias ainda residiam em barracos, uma vez que o financiamento para as casas não havia sido liberado, outras somente depois de vários anos conseguiram os recursos para construir casa de blocos.

Fotografia 3 – Retrato das primeiras moradias do assentamento Monte Alegre I.
(Fonte: Arquivo ITESP, 1993)

Fotografia 4 – Retrato das primeiras moradias do assentamento Monte Alegre I.
(Fonte: Arquivo ITESP, 1993)

Tendo realizado o sonho da terra própria, Aureliana, uma das pioneiras do assentamento II, recorda emocionada a história de vida/luta na terra. Ela relata às lágrimas o primeiro dia de sua família no assentamento Monte Alegre. As dificuldades relatadas por ela, que remetem ao início da luta na terra, têm, entretanto, o sabor da conquista:

Eu falei pra ele [para o marido], não vai perder todo aquele tempo que você ficou lá no acampamento. Compra um plástico, pede um caminhão na prefeitura e nós vamos pra lá. Nós viemos com a vontade de trabalhar, a esperança de melhora, com as crianças tudo pequenas. E nós pusemos um pau pra cima assim a lona em cima, todas as coisas no chão, galinha no meio sabe porque tinha muito escorpião e as galinhas ciscava e catavam os escorpiões. A gente cozinhava no fogão no meio do quintal. E aí quando a gente acabou de colocar as coisas embaixo e aí eu estava fazendo um arroz, e molhou e encheu de água e nós ficou tudo sem comida...A minha sorte é que meu menino mamava em mim, porque nós não tinha leite, não tinha nada. Ele mamou até os 3 anos. Durante o dia, aquela lona abaixava assim, murchava com o calor e ninguém conseguia ficar ali dentro. Aí eu pegava e falava para os meus filhos mais velhos: vão até os eucaliptos, fiquem lá embaixo até o sol abaixar. Aí depois eles chegavam, a gente dava banho. Para nós foi uma glória de Deus ganhar essa terra. Foi difícil, mas foi uma glória.³¹

³¹ Entrevista realizada com Aureliana, assentada do Monte Alegre 2, em Dezembro de 2010.

Sobre a escassa infraestrutura que acompanhou o início da constituição do assentamento, ela conta:

No início foi muito sofrido, mas hoje estamos no céu. Aqui teve muita fome, muito sofrimento, teve famílias aqui que morreram por falta de recurso, falta de condução pra levar. Só depois de um ano que começou a ter transporte para levar as crianças até a escola. Depois de uns 2 anos que começou a vir polícia, ambulância, porque até aí a gente ia daqui do assentamento até Bueno de Andrada³² carregando uma criança no ombro a pé pra poder passar no médico em Araraquara. Moramos em barraco de madeira, de lona. Água a gente pegava no rio, água suja.³³

As dificuldades apontadas revelam a precariedade inicial do assentamento, cujas condições de saúde, transporte, abastecimento de água, entre outros, favoreceram o abandono dos lotes por muitas famílias. De acordo com as entrevistas realizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2010, das 42 famílias pioneiras do núcleo II do assentamento Monte Alegre, somente cerca de 6 famílias permanecem hoje no local.

Aureliana também relata a “luta” para a construção da moradia:

Aqui não tinha nada. Os barracos fomos construindo através dos eucaliptos caídos, porque não podia pegar eucalipto porque era da Codasp, do governo, você não podia entrar lá para pegar, então quando caía algum eucalipto a gente pegava. Moramos em um barraco de lona durante uns 4 anos. Pra mim fazer essa casa aqui, meus filhos e marido trabalhavam na folhinha, tiravam os galhos do eucalipto para fazer óleo de eucalipto em Torinhas e eu saía às 6 da manhã, ia até Bueno de Andrada a pé, pegava o ônibus às 09h30min e ia para Araraquara fazer faxina para eu construir essa casa. Eu ganhava 26 cruzeiros por semana, aí eu dava para o pedreiro. Trabalhei 10 anos, e eu tinha que andar 10 km pra ir, e 10 km pra voltar.³⁴

Aureliana e sua família moraram durante os quatro primeiros anos no Monte Alegre em barraco de lona. Para construir a casa, ela teve de combinar a força de trabalho familiar com a assalariada, que lhe proporcionou uma fonte de renda suplementar na unidade camponesa: *eu saía às 6 da manhã, ia até Bueno de Andrada a pé, pegava o ônibus às 09h30min e ia para Araraquara fazer faxina para eu construir essa casa.* O trabalho acessório é o meio através do qual o camponês

³² Bueno de Andrada é um distrito do município paulista de Araraquara.

³³ Entrevista realizada com o Sr. Fagundes, assentado do Monte Alegre 2, em dezembro de 2010.

³⁴ Idem, 2010.

transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho (OLIVEIRA, 1990). Hoje, além do trabalho agrícola, ela administra junto com o marido o único bar do núcleo II do Monte Alegre (Fotografia 5) que fica repleto de pessoas nos finais de semana.

Fotografia 5 – Aureliana em seu bar.
(Fonte: BELLACOSA, J. 2011)

Em outro relato, Sr. Fagundes, ex-cortador de cana, fala com entusiasmo sobre a liberdade que adquiriu com a conquista da terra:

Como nós estamos falando, por exemplo, o plano de reforma agrária foi o melhor que teve para o pobre. Porque o pobre não tem nada, mas quando cria uma liberdade a vida é outra. Quando eu não tinha terra, antes eu não tinha liberdade, é difícil pra caramba estar trabalhando de empregado e principalmente no rural, quando a gente é empregado metalúrgico é diferente, mas rural não vai. Foi um sonho realizado, porque a gente tinha vontade. Quando nós chegou aqui tinha um barraco de lona, então foi lutando, lutando, fizemos uma casa de alvenaria, mas muito fraquinha também, que está lá hoje em pé. Eu tinha agrovila, tinha um lote agrícola separado. E hoje nós pode dizer que temos uma casa boa, confortável, sempre nossa mesa está enfeitada, sempre tem o que comer.³⁵

A conquista da terra representa a liberdade, a autonomia que não se encontra no trabalho assalariado no campo: *Porque o pobre não tem nada, mas*

³⁵ Entrevista realizada com o Sr. Fagundes, assentado do Monte Alegre 2, em dezembro de 2010.

quando cria uma liberdade a vida é outra. Quando eu não tinha terra, antes eu não tinha liberdade, é difícil pra caramba estar trabalhando de empregado e principalmente no rural, quando a gente é empregado metalúrgico é diferente, mas rural não vai. A fala de Sr. Fagundes sinaliza o projeto de vida camponês, onde a terra é vista como patrimônio da família e a casa aparece como o centro, o espaço por excelência da construção da vida familiar, que guarda os sonhos de liberdade (D'AQUINO, 1996). A terra também simboliza para ele o fator que permite o sustento da família e a fonte da fartura: *hoje nós pode dizer que sempre nossa mesa está enfeitada, sempre tem o que comer.*

Dessa forma, a terra surge para o camponês como possibilidade do controle do processo de trabalho, portanto, condição determinante de sua autonomia, e também como meio de produção fundamental.

Assim como Aureliana, Sr. Fagundes também revela sua trajetória de luta na construção da nova vida na terra. Com o passar dos anos e através de muito esforço ele pode se orgulhar do que conseguiu: *hoje nois pode dizer que tem uma casa boa, confortável.* Nas Fotografias 6 e 7 é possível visualizar a evolução no padrão de habitação dos moradores do Monte Alegre, exemplos que se multiplicam no assentamento.

Fotografia 6 – Casa do Sr. Fagundes, resultado de anos de trabalho na terra.
(Fonte: BELLACOSA, J. 2011)

Fotografia 7 – Exemplo da evolução no padrão de habitação no assentamento.

(Fonte: BELLACOSA, J. 2011)

1.5 As primeiras experiências de produção

O processo de distribuição dos lotes, e organização agrícola no Monte Alegre se alterou ao longo da história do assentamento. No início, a partir da proposição dos técnicos do IAF, a exploração agrícola foi orientada para a produção coletiva (de 1985 a 1986). De acordo com Antuniassi (1993), foram plantados 450 hectares com arroz, sorgo, soja e milho, porém devido ao plantio tardio, à inadequação do solo aos cultivos, e as dificuldades de gestão coletiva, a colheita foi desastrosa.

De acordo com Wanderley, um dos pioneiros do Monte Alegre II, o fracasso da produção coletiva deveu-se à heterogeneidade no que se refere ao esforço aplicado por cada assentado no processo coletivo, conforme relata:

*No primeiro ano nós trabalhava tudo junto, produzia, pagava as contas e dividia tudo, mas não estava dando certo ai depois que decidiu separar os grupos e dividir as terras melhorou em um ponto: os que lutavam estão aqui até hoje e os que gostavam de se encostar foram embora, abandonaram. Tinha uns que gostavam de se encostar nos outros.*³⁶

³⁶ Entrevista realizada com Wanderley, assentado do Monte Alegre 2, em dezembro de 2010.

Outro antigo morador do Monte Alegre II, Sr. Fagundes, também compartilha da mesma opinião a respeito do insucesso da produção coletiva inicial:

Nós era coletivo, era uma área coletiva de 38 famílias trabalhando junto, aí não deu certo. Uns trabalhava, outros não, então o negócio foi difícil. Depois de três anos, dividiram as terras. Aquele que não queria trabalhar na terra foi saindo. Aquele que tinha um sonho de trabalhar, que tinha um sonho de investir na terra, foi ficando mesmo com as dificuldades.³⁷

Para Jair, que também fez parte da formação do assentamento Monte Alegre II, a falta de êxito na gestão unificada do processo produtivo inicial pode estar relacionado a outros fatores como: baixo grau de escolaridade, desconhecimento dos assentados sobre o que é uma cooperativa, e diversidade de origem dos assentados, que seria um complicador no relacionamento entre eles. Ele também destaca que o boia-fria não tem muita experiência em gerir a sua própria produção, conforme relata:

Olha, hoje você vendo bem, até hoje é difícil trabalhar em cooperativa dentro do assentamento. As pessoas também não tinham cultura pra isso. Eram cortadores de cana, na verdade, poucos tinham uma ocupação rural. Eram cortadores de cana, não eram empresários rurais, não eram agricultores familiares. Então até que isso fosse criado, as pessoas foram percebendo isso. De início imediato, as pessoas não tinham noção do que era isso. O pensamento era vou pegar um sítio, vou ficar rico, isso e aquilo. E as pessoas não tinham uma noção de que um dependia tanto do outro. E aí outra questão também, as pessoas tinham um baixo grau de escolaridade, de estudo, pouca cultura, era muito difícil e diversificado, um veio do nordeste, outro de São Paulo. Você não tinha um padrão igual no Sul, que era uma coisa só, pessoas tradicionais. Não existia uma tradição, existia uma tradição de trabalhador rural, mas no corte de cana. Então tinha muita dificuldade de trabalhar isso, então eles acabaram se digladiando.³⁸

De acordo com Antuniassi (1993), o fato de as famílias assentadas terem um período de sua vida como boias-frias é suficiente para que sejam vistos como trabalhadores que perderam as raízes rurais. Frequentemente a suposta incapacidade é atribuída ao padrão cultural das famílias que as levariam a agir em desacordo com a racionalidade requerida pelo processo de modernização. Este discurso geralmente é proferido para explicar a ausência de políticas públicas

³⁷ Entrevista realizada com o Sr. Fagundes, assentado do Monte Alegre 2, em dezembro de 2010.

³⁸ Entrevista realizada com o Sr. Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em dezembro de 2010.

eficazes nos assentamentos - como uma forma de encobrir o papel do Estado no processo.

Segundo Terezinha D'Aquino (1996), as diferentes origens e trajetórias familiares, a participação nos movimentos sociais refletem-se nos projetos grupais: se para um conjunto de trabalhadores assentados sua identidade se constrói em torno de um projeto de vida camponês, onde a terra seria sinônimo de fartura e autonomia, para outro conjunto de trabalhadores, o projeto traçado pode apontar para a vida em coletividade, ou no mínimo para a produção e/ou comercialização conjunta do produto. São diferentes concepções e diferentes projetos de vida:

Para as famílias de tradição camponesa, a terra simboliza a última alternativa possível para a reconquista do velho estilo de vida e da autonomia, enquanto para os trabalhadores urbanos ela aparece como alternativa à fome, ao desemprego ou ao cartão de ponto (D'AQUINO, 1996, pg.4).

No caso do assentamento Monte Alegre, conforme dito anteriormente, cerca de 70% dos assentados nestes núcleos vieram da condição de assalariados rurais, boias-frias das lavouras de cana e laranja. Dentro da concepção de D'Aquino (1996), podemos ressaltar que para a maioria dos assentados do Monte Alegre a terra simboliza a realização do sonho da autonomia, e a identidade se constrói em torno de um projeto de vida camponês, que em muitos casos entra em conflito com o projeto de vida coletivo.

No segundo ano agrícola (1987 a 1988) a dinâmica do coletivo se transforma em dinâmica de "grupos", onde a gestão e o planejamento da produção continuam coletivos, mas a exploração das terras fica por conta de grupos de famílias com as maiores afinidades entre si. No entanto, com resultados deficientes e com a precariedade econômica, 18 famílias abandonam o assentamento e o restante passa a se reorganizar e reivindicar a demarcação dos lotes agrícolas.

Com a insatisfação instaurada entre os assentados, o Estado finalmente cede à pressão em 1989 e realiza a distribuição dos lotes, baseada no critério de conveniência das famílias, isto é, foi dada preferência à proximidade dos familiares, depois aos amigos, sobretudo àqueles com quem se conta para a ajuda necessária no lote. Neste período era comum o sistema de mutirão, os intercâmbios de

produtos, o empréstimo de sementes e de instrumentos de trabalhos (ANTUNIASI, 1993). É importante ressaltar, que se por um lado a coletivização dos meios de produção parece entrar em conflito com os ideais camponeses, por outro, as coletividades camponesas se realizariam nos aspectos comunitários (MARCOS e FABRINI, 2010).

Desta forma, a divisão dos lotes foi feita cabendo a cada família 14 hectares de terras no lote agrícola e nos casos dos núcleos com agrovila mais um hectare de terra.

Capítulo 2 – Território camponês x território do agronegócio: o avanço da cana nas terras de reforma agrária

2.1- A produção de etanol no Brasil – um panorama geral e novas perspectivas

As primeiras experiências de produção de agrocombustíveis no Brasil surgiram no início do século XX, mas foi a partir dos choques nos preços do petróleo nos anos 70³⁹ do século passado que se intensificou seu uso como substituto de derivados leves do petróleo, especialmente a gasolina. No Brasil, como resposta à elevação dos preços do petróleo no mercado internacional, foi instituído pelo governo federal, em 1975, o Programa Nacional do Álcool – Proálcool. À época, o país apresentava grande dependência de óleo cru importado, de modo que uma das motivações do programa foi contribuir para a redução dessa importação.

O referido programa alterou toda a especialização da cana-de-açúcar, dinamizando a produção alcooleira nos estados dos grandes centros consumidores (BRAY, FERREIRA, RUAS, 2000). Em pouco tempo, o país criou uma ampla rede de distribuição de álcool hidratado, adaptou pioneiramente veículos e desenvolveu tecnologias para uso do álcool anidro como aditivo para combustíveis⁴⁰.

O Proálcool passou por várias fases, tendo significativa participação nos rumos energéticos e econômicos do País: a primeira abrangeu de 1975/79 – período do surgimento do Proálcool até o denominado “segundo choque do petróleo”, que consistiu na produção de álcool anidro⁴¹ para mistura à gasolina e com o surgimento

³⁹ O preço do petróleo passou de 2 dólares em 1973 para 11 dólares em 1975.

⁴⁰ O álcool é proveniente da fermentação do caldo de cana, submetido a posterior destilação. Basicamente são três tipos: o neutro, usado na elaboração de bebidas em geral, cosméticos e produtos farmacêuticos; o hidratado carburante (96GL – 96% de álcool e 4% de água), usado para consumo direto nos automóveis e na indústria química; e, finalmente, o anidro (99,5GL), que é adicionado à gasolina. Atualmente, ele é adicionado na proporção de 20%. Como derivados do álcool existem os produtos da alcoolquímica, notadamente divididos em dois grupos: os desidratados (etilenos) e os desidrogenados (acetaldeídos).

⁴¹ Segundo o Plano Nacional de Energia 2030, publicado pelo governo brasileiro, através do Ministério de Minas e Energia em 2007, durante o Proálcool houve o deslocamento de um volume expressivo da demanda por gasolina, pela adição de uma fração de álcool anidro (entre 1,1% a 25% em volume) a esse combustível, que movia uma frota superior a 10 milhões de veículos. Assim, no período, foi

dos primeiros automóveis movidos a álcool em 1978; a segunda fase abarcou o período de 1980/1985 – cuja postura do programa foi além de uma mera alternativa energética, isto é, caracterizava-se como um plano que visava principalmente à substituição da gasolina. Segundo Fabrini (2010), a produção de automóveis movidos a álcool saltou de 0,4% em 1979 para 78% em 1986.

Já a terceira fase, de 1986 a 1995, foi caracterizada pela estagnação do programa, período em que o mercado internacional se alterou significativamente: os preços do barril de óleo cru caíram e se mantiveram relativamente estáveis por vários anos. Esse “contrachoque do petróleo” coincidiu com a suspensão de financiamentos e subsídios para as novas destilarias do Proálcool por parte do governo federal e as empresas passaram a operar de acordo com as condições existentes. O Proálcool continuou como um programa de alternativa energética e de substituição da gasolina, mas com perspectivas pouco definidas e problemas institucionais (BRAY, FERREIRA, RUAS, 2000; FABRINI, 2010).

Após esse período de estagnação, a produção de etanol emerge novamente a partir de 2000. A elevação dos preços do petróleo, e, mais recentemente, a tecnologia dos motores *flex fuel*, vieram dar novo fôlego para os mercados interno e externo do etanol. O carro, que pode ser movido à gasolina, álcool, ou uma mistura dos dois combustíveis, foi introduzido no país em março de 2003. Hoje, a opção já é oferecida para quase todos os modelos, e representou, em 2006, 75% das vendas de veículos leves no país.⁴²

Ao contrário da década de 70, o novo *boom* do etanol não foi engendrado por programas governamentais, mas sim pela iniciativa privada no sistema de agronegócio canavieiro, embora o governo participe através de incentivos, tais como financiamento, investimentos para construção de usinas, pesquisa e tecnologia, logísticas, *marketing* comercial internacional, etc. (FABRINI, 2010).

Esta nova arrancada dos agrocombustíveis também se deve ao despertar do mercado mundial para os combustíveis ditos “sustentáveis”. Neste contexto, a energia verde ou agroenergia é apontada como solução para o futuro do planeta.

evitada a importação de aproximadamente 550 milhões de barris de petróleo, e também foram evitadas emissões de gás carbônico.

⁴² Dados do Plano Nacional de Energia 2030 publicado pelo Ministério de Minas e Energia em 2007.

Nesse sentido, a União Européia adotou em 2005 diretrizes para reduzir as emissões de gás de efeito estufa em 20% até 2020, com base nas emissões de 1990 – e até 30% na medida em que houvesse um acordo mundial. A Comissão Européia também aprovou na mesma proposta a elevação de 20% no consumo de energias renováveis e a utilização de 10% de agrocombustíveis no transporte, percentual que, em 2008, por causa das reações contrárias, foi reduzido para 8%. Os EUA também anunciaram o interesse em substituir 20% da demanda de gasolina por etanol até 2020.

Dessa forma, surgem mercados promissores para a comercialização dos agrocombustíveis em âmbito mundial. De acordo com o governo brasileiro, o Brasil estaria predestinado a liderar o processo de transição mundial da “civilização do petróleo” para a “civilização da biomassa”, em decorrência de condições favoráveis tais como o clima, extensão do território, experiência na produção de agroenergia, dentre outras (FABRINI, 2010). É o que nos revela o trecho extraído do Plano Nacional de Energia 2030, divulgado em 2007 pelo Ministério de Minas e Energia:

(...) o Brasil, com sua dimensão continental e diversidade geográfica, apresentando variedade de clima e exuberância de biodiversidade, além de deter um quarto das reservas superficiais e sub-superficiais de água doce do mundo, consegue produzir praticamente todos os principais produtos agrícolas comercializados mundialmente. Em complemento, o país apresenta importantes avanços no desenvolvimento e implantação de tecnologia de agricultura tropical, em que um dos paradigmas é a agroindústria de etanol, com reconhecimento internacional.⁴³

Então embora a produção de etanol tenha sido significativa durante o Proálcool, foi na última década que ela tomou proporções grandiosas. É o que mostram os números: a produção de cana-de-açúcar saltou de 431 milhões de toneladas na safra 2005/2006, que resultou na produção de 16 milhões de m³ de etanol para 664 milhões de toneladas na safra 2010/2011, cujo volume de etanol gerado foi equivalente a 27,7 milhões de m³.

Mas, naturalmente, a evolução da produção de cana-de-açúcar está relacionada com a expansão da área plantada e o aumento de produtividade da cultura. Para tanto, foi necessário elevar a área cultivada com cana-de-açúcar de 5,6

⁴³ Trecho extraído do Plano Nacional de Energia 2030 divulgado pelo Ministério de Minas e Energia em 2007.

milhões de hectares em 2005/2006 para 8,1 milhões de hectares em 2010/2011, isto é, um crescimento de 44% dos canaviais em cinco anos.

Nesta perspectiva e pautado sobre o discurso da segurança energética, o governo brasileiro lançou em 2011 uma nova medida provisória que insere o etanol sob normas do setor energético. O etanol produzido da biomassa passa a ser um produto energético, não mais agrícola, cuja regulação e fiscalização cabem à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Trata-se da confirmação sinalizada na década de 70, que propõe a transformação do alimento cana em energia, impondo uma nova configuração territorial do capital na agricultura, como veremos no decorrer do trabalho.

A área cultivada com cana-de-açúcar que será colhida e destinada à atividade sucroalcooleira na safra 2012/13 está estimada em 8,5 milhões de hectares. O estado de São Paulo é o maior produtor com 51,66% (4,42 milhões de hectares), seguido por Minas Gerais com 8,97% (768 mil hectares), Goiás com 8,54% (732 mil hectares), Paraná com 7,17% (614 mil hectares), Mato Grosso do Sul com 6,31% (540 mil hectares), Alagoas com 5,35% (458 mil hectares) e Pernambuco com 3,48% (298 mil hectares). Nos demais estados produtores as áreas são menores, com representações abaixo de 3%⁴⁴.

Esses dados revelam que a produção da cana-de-açúcar ocorre de forma concentrada, uma vez que somente o Estado de São Paulo é responsável por mais de 50% de toda a área destinada a essa cultura no País.

Esta concentração espacial também é sinalizada nos dados referentes à expansão da área plantada com cana-de-açúcar na safra 2012/2013. A região Sudeste foi a que apresentou o maior aumento, acrescentando 357.183 hectares à área existente. Em São Paulo o aumento foi de 246.011 mil hectares e em Minas Gerais 106.640 hectares. Outra região que apresentou crescimento significativo na área de expansão foi a Centro-Oeste, com 188.396 hectares, com destaque para Goiás, cujo plantio foi de 115.792 hectares, seguido por Mato Grosso do Sul, com 65.347 hectares.

⁴⁴ Dados do primeiro levantamento da safra 2012/2013 de cana-de-açúcar realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no âmbito de um programa de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_04_10_09_19_04_boletim_de_cana.pdf. Acesso: agosto de 2012.

A perspectiva é de, nos próximos anos, elevar ainda mais a produção de cana no País. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sinaliza uma produção de 45,2 milhões de toneladas de açúcar e de 36,8 milhões de m³ de etanol em 2015. Uma projeção tendencial com base na evolução histórica aponta, para 2030, produção de 78 milhões de toneladas de açúcar e 67 milhões de m³ de etanol. Segundo projeção do Plano Nacional de Energia 2030 divulgado pelo Ministério de Minas e Energia, essa produção, nas condições descritas, requer que a área ocupada pela produção de cana-de-açúcar no Brasil passe dos atuais 8,5 milhões de hectares para aproximadamente 10,6 milhões em 2020 e 13,9 em 2030⁴⁵.

Já as projeções regionais estão indicando que os maiores aumentos de produção, 40,5%, e de área, 41,3% da cana-de-açúcar, devem ocorrer no Estado de Goiás, embora este ainda seja um estado de produção pequena. Mas São Paulo como maior produtor nacional, também, projeta expansões elevadas de produção e de área desse produto⁴⁶.

A aposta do governo brasileiro no projeto do agrocombustível, isto é, no crescimento desse setor estratégico, operacionalizado via agronegócio, é sinalizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através de publicação sobre as Projeções do Agronegócio 2011/2012 a 2021/2022. Segundo os planos do governo, as matérias-primas do agrocombustível são as culturas que mais crescerão nas terras brasileiras durante os próximos anos.

Neste íterim questiona-se: qual é o impacto do crescimento das áreas agrícolas destinadas à geração de energia sobre as áreas produtoras de alimentos?

Conforme a publicação do governo, as estimativas realizadas até 2021/2022 são de que a área total plantada com lavouras deve passar de 64,9 milhões de hectares em 2012 para 71,9 milhões em 2022. Um acréscimo de 7,0 milhões de hectares. Essa expansão de área está concentrada em soja, cerca de 4,7 milhões de hectares, e na cana-de-açúcar, cerca de 1,9 milhão. A expansão de área de soja e cana-de-açúcar deverá ocorrer pela incorporação de áreas novas e também pela

⁴⁵ Dados do Plano Nacional de Energia 2030 divulgado pelo Ministério de Minas e Energia em 2007.

⁴⁶ Informações do estudo Brasil Projeções do Agronegócio 2011/2012 a 2021/2022, publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Assessoria de Gestão Estratégica em abril de 2012.

substituição de outras lavouras que deverão ceder área. O milho deve ter uma expansão de área por volta de 600 mil hectares e as demais lavouras analisadas mantêm-se praticamente sem alteração ou perdem área, como o arroz, mandioca, trigo e feijão⁴⁷.

Significa dizer que nenhuma outra cultura expandirá mais do que cana e soja, cujo crescimento se fará pela incorporação de áreas novas e pela substituição de outras lavouras, que podem ser de feijão, arroz e etc. Então a cana e a soja tendem a avançar sobre áreas de pastagens e cultivos onde a taxa de renda é menor, atingindo produtos básicos da alimentação dos brasileiros, como é o caso do feijão, e ainda segmentos tradicionais de produção de alimentos da agricultura camponesa.

A produção da cana também ocasiona um deslocamento de algumas culturas alimentares e a criação de gado, que repercutem nas zonas florestais. No caso brasileiro, por exemplo, essa expansão tem implicado no avanço do gado na Amazônia. Um estudo apresentado no final de 2011 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), apontou que, dos 719 mil quilômetros quadrados de árvores abatidas na Amazônia até o ano de 2008, pouco mais de 62% são ocupados atualmente por pastagens e outros 20% passam por processo de recuperação natural da vegetação. Significa dizer que, nos últimos anos, a maior parte da área desmatada da Amazônia virou pasto.

Entretanto, há os que defendem o avanço dos agrocombustíveis como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). De acordo com a entidade⁴⁸, o investimento em agrocombustível pode ajudar a aumentar a segurança alimentar nas economias rurais ao estimular a criação de empregos e elevar a renda. Segundo a organização, se administrados com responsabilidade, o cultivo pode desencadear investimentos necessários em infraestrutura agrícola e de transporte em áreas rurais. A posição da entidade não somente minimiza os possíveis impactos da produção dos agrocombustíveis sobre as áreas agrícolas, como reforça ser esse um caminho em direção à soberania alimentar.

⁴⁷ Informações do estudo Brasil Projeções do Agronegócio 2011/2012 a 2021/2022, publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Assessoria de Gestão Estratégica em abril de 2012.

⁴⁸ Reportagem do Jornal O Estado de São Paulo, publicada em 17 de maio de 2011.

Em meio a esse período expansionista do sistema canavieiro, observa-se também um processo de internacionalização do setor através da intensificação de fusões envolvendo capitais de origem nacional e estrangeira, como veremos no desenrolar da pesquisa.

A internacionalização do setor é sinalizada pelo interesse de dois novos setores na agricultura: as sociedades petrolíferas e a indústria automobilística. No caso da primeira, trata-se de conservar os monopólios estabelecidos sobre os recursos energéticos e, no etanol, de guardar o controle dos novos carburantes adaptando-os ao ritmo exigido pelas tecnologias aplicada aos motores. Podemos citar como exemplo a Total na África, a Shell que investiu em pesquisas para produzir etanol a partir da celulose, a BP, Exxon, ou ainda a Petrobras no Brasil (HOUTART, 2010). Um dos casos mais emblemáticos desse processo é a parceria da Shell com a Cosan - líder global na produção de açúcar e etanol de cana-de-açúcar, na formação da *Joint Venture* Raízen.

Outro fator de destaque é o interesse de grupos financeiros pelo setor. É o caso de Peter Cremer Gruppe que investiu 20 milhões de dólares em Singapura em uma refinaria destinada a produzir agrodiesel, ou de Bill Gates, acionário da Pacific Ethanol, empresa ativa no Brasil (HOUTART, 2010).

A questão é que esse processo de mundialização do capital no campo traz fortes consequências para as populações camponesas. Inserido neste contexto está a crescente utilização de mecanismos de subordinação da produção camponesa aos complexos agroindustriais – fato que vamos analisar no capítulo a seguir.

2.2 A subordinação em forma de “parceria”: a entrada da cana no assentamento Monte Alegre

Quando eu andava de bicicleta na região de Araraquara, o que víamos eram muitos sítios. Hoje é um mar de cana. Élio Neves

A entrada do plantio de cana-de-açúcar no assentamento Monte Alegre começou a ser discutida no início da década de 90:

A luta para o plantio começou no início da década de 90, com uma proposta da usina. Motuca até então era uma cidade distrito de Araraquara⁴⁹, só depois que passou a se constituir em um município. E o prefeito era diretor da usina, então ele viu a possibilidade de ganhar dinheiro em cima disso, e com a reforma agrária, viu a situação do pessoal e a possibilidade de fazer negócio. E era um negócio, porque você acabava pegando uma área que estava disponível na região, não tinha outra. Na época era cana ou laranja e a única área de crescimento da usina eram as terras dos assentados. Então, era um grande negócio. Para os assentados, que não tinham muita perspectiva, era também um bom negócio. E aí deu-se o plantio de cana, após várias negociações, porque de imediato não foi aceito, até porque não se cumpria a função social da terra, e o próprio Estado percebia isso.⁵⁰

A escassez de terras e o interesse do poder público local impulsionaram a entrada da cana-de-açúcar nos assentamentos da região, que a princípio não contava com a aceitação dos órgãos gestores – ITESP e INCRA⁵¹. Conforme estudo realizado por Amaral e Ferrante (2007), a expansão da lavoura canavieira encontra-se próxima do seu limite no eixo Araraquara – Jaboticabal – Ribeirão Preto, cuja ocupação chega a 90% dos solos. Neste sentido, os espaços de diversificação produtiva e mesmo de reforma agrária, inscritos nessa região, passam a se tornar áreas potenciais para a expansão da lavoura canavieira, a qual começa a usar diferentes estratégias de cercamento junto aos assentamentos. Neste sentido, os grupos usineiros da região, nesse primeiro momento representado pela família Malzoni, da usina Santa Luiza, tentam expandir seus domínios sobre áreas de terceiros em busca de deter parcelas consideráveis do território, o que revela estratégias de garantir o monopólio agroindustrial da região.

As dificuldades na comercialização e o anseio de obter uma renda fixa, um retorno financeiro garantido, fez com que crescesse também o interesse dos assentados em ingressar no cultivo da cana:

⁴⁹ Motuca se tornou um município em 1990 e, de acordo com os dados do Censo 2010, possui atualmente 4290 habitantes.

⁵⁰ Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em dezembro de 2010.

⁵¹ O INCRA é responsável pela gestão do assentamento Bela Vista do Chibarro, e o ITESP pelos demais assentamentos da região, como Monte Alegre, Bueno de Andrada e Silvânia. De acordo com Ferrante (2007), o INCRA, apesar de continuar, em princípio, contrário ao plantio da cana, pareceu assistir ao movimento como ator coadjuvante. Simultaneamente, o ITESP, através de portaria (24/10/2002) (re) estabeleceu parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, como veremos adiante.

*O que existia era o seguinte: as pessoas até produziam, mas tinham dificuldades na venda e também não se organizavam para resolver isso. Então preferiam pegar uma coisa muito mais fácil (cana) que é só plantar ali, os caras colhem, chega uma indústria que já paga. Você tem uma produção praticamente garantida e uma comercialização pronta. É a certeza de que você vai ter lucro.*⁵²

Integram-se às dificuldades da comercialização: a necessidade do retorno financeiro imediato para sanar a dívida com o banco, e a ausência de infraestrutura para armazenar os alimentos:

*Você pode produzir bem, e pagar um custo alto por isso, mas na hora de vender não tem preço. E a gente não tem condições de segurar o alimento. Que nem o milho que eu colhi em maio e junho, o pessoal pagou 16 reais o saco. Se a gente pudesse segurar, agora o milho está 25 reais o saco. Mas a gente não tem lugar para armazenar e a gente não tem condições porque o banco não espera, passou um dia do vencimento, o juro é altíssimo. Que nem o meu esse ano não deu para cobrir a dívida. Então eu mesmo já mudei, plantei um pouco de milho para as criações e agora estou investindo na mandioca e a cana.*⁵³

Em 1992, o então prefeito de Motuca, Rui Fernando Pinotti (PPR), divulgou na imprensa a sua intenção de abrir as “portas” do Monte Alegre, denominado por ele de “favela rural”, para o plantio da cana, através de um consórcio entre assentados e a usina açucareira Santa Luiza. A proposta consistia na utilização de 12 dos 16 hectares para a plantação de cana, restando somente 4 hectares para a produção de outro cultivo, que ficaria à escolha do assentado (FERRANTE; ALMEIDA, 2009).

O consórcio, anunciado como a única perspectiva de viabilizar economicamente os assentamentos de trabalhadores rurais, assentava-se, na verdade, no atributo de ser o boia-fria incapaz de “tocar a terra” (FERRANTE; ALMEIDA, 2009, pg.136).

Em 1995, a usina reapareceu no núcleo da Fazenda Monte Alegre com uma nova proposta, que estabelecia 50% dos lotes para o plantio de cana-de-açúcar. A adesão ao projeto aumentou: cerca de 70% das famílias do assentamento se interessaram em participar do plantio em “parceria” com a usina, o que causou certa preocupação nos órgãos estatais gestores. Segundo Stetter (2004), os órgãos

⁵² Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em dezembro de 2010.

⁵³ Entrevista realizada com Wanderley, assentado do Monte Alegre 2, em dezembro de 2010.

estatais começaram a intervir, na tentativa de evitar o controle da iniciativa privada sobre os assentamentos. Um exemplo disso foi a contraproposta do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara e do Departamento de Assuntos Fundiários - DAF no sentido de continuidade da gestão e administração dos assentamentos, caso a “parceria” se efetivasse.

Apesar do alto índice de aprovação do projeto entre os assentados, não foi dessa vez que o plantio de cana se consolidou no Monte Alegre:

“(...) as condições de sua operacionalização sob comando de uma cooperativa frustraram-se pelas próprias dificuldades associativas e pela resistência à adaptação a modelos coletivos forjados por outros para a vida dessas famílias” (FERRANTE; ALMEIDA, 2009, pg.137).

Em 2001 o prefeito recém-eleito Emílio Fortes (PMDB) anunciou a intenção de estabelecer durante sua gestão a “parceria” entre a usina Santa Luiza, os assentados e a Prefeitura Municipal de Motuca. Seus argumentos se assemelhavam muito ao discurso proferido pelo prefeito anterior Rui Pinotti, que justificava “a parceria” como única forma de sobrevivência dos assentados. Segundo ele:

Alguns plantam milho, pequenas culturas de manga, há quem plante limão. Mas é preciso observar que os grandes supermercados vendem limão por R\$ 0,09 o quilo. Eles não têm como sobreviver e a Prefeitura acaba gastando muito para mantê-los, justamente porque eles não têm uma renda.⁵⁴

Os assentados eram vistos como um “peso” no orçamento público municipal, um ônus social a ser “injustamente” arcado pelo município de Motuca, cujo discurso oficial é expresso nas páginas do documento do Projeto Cana, da Casa de Agricultura de Motuca:

Desta forma, observa-se que atualmente apenas o município de Motuca vem arcando com o ônus social dos assentamentos, pois Motuca sempre atuou de forma imediata no auxílio à comunidade ali existente, através da infra-estrutura formada dentro do próprio assentamento, demonstrada pela saúde, construção de posto de saúde 24 horas, educação, absorção de todas as crianças do campo na escola pública, transporte diário tanto escolar como convencional, passando por todos assentamentos (...)

⁵⁴ Trecho retirado da entrevista concedida ao jornal Tribuna Impressa, de 24 de janeiro de 2001.

O projeto do prefeito Emilio Fortes também fundamentava a necessidade da “parceria” como forma de resolver a questão da ociosidade de terras agricultáveis, conforme trecho:

“...apesar de muitos agricultores estarem assentados há mais de 15 anos, ainda não conseguem cultivar e obter rendimento satisfatório de forma plena em seu lote agrícola, pois se encontram muitas vezes inadimplentes, descapitalizados, sofrendo exclusão ao crédito rural convencional, levando à procura de outros afazeres fora de seu lote agrícola, trabalhando informalmente, esporadicamente, ficando na maioria das vezes de mão atadas, quando se pretende produzir dentro do lote agrícola confiado.”⁵⁵

A esse respeito Stetter (2004, pg. 123) destaca: “(...) o poder local volta ao cenário político propondo a mesma sentença – integrar os assentamentos à agroindústria canavieira como forma de resolução dos problemas desses trabalhadores”. De fato, a inadimplência e a descapitalização faziam parte da realidade dos moradores do Monte Alegre, cujos processos revelam a ineficiência de políticas públicas direcionadas a esses espaços. Entretanto, a questão principal que perpassa a omissão do Estado foi transformada em ônus social pelo discurso oficial.

O cultivo da cana, à semelhança de um arrendamento permitiria, sob os termos anunciados no Projeto Cana, um aumento do poder aquisitivo do assentado, cuja projeção da receita líquida média nas cinco safras por lote agrícola era de R\$ 10.000 ao ano.

Em 2002, passados 10 anos desde a primeira proposta de consórcio entre a usina e os assentados, a cana-de-açúcar finalmente adentra nos núcleos do Monte Alegre.

Diante da proposta, a Feraesp se mostrou contrária à entrada do plantio de cana no assentamento. Conforme reportagem do jornal Folha de São Paulo, publicada em 14 de março de 2004, o presidente da entidade, Élio Neves, declarou que através da “parceria”, a usina consegue mão de obra e produção sem pagar encargos trabalhistas. Segundo ele, esse tipo de contrato ameniza a responsabilidade dos governos estadual e federal em relação às condições ideais para que os assentamentos progridam.

⁵⁵ Trecho da Proposta de Parceria Agrícola no Agronegócio – O Projeto Cana 2002, assinado em 10 de maio de 2002 pelo prefeito Emílio Fortes. Fonte: Casa da Agricultura. Consulta em agosto de 2012. O documento pode ser visualizado na íntegra vide anexo 2.

O Projeto Cana trazia como slogan “O agronegócio na agricultura familiar⁵⁶”, cujo discurso era o de criar oportunidades para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar empreendida no assentamento Monte Alegre através da concretização do retorno econômico ao pequeno produtor, proporcionada em 1º plano pelo cultivo da cana-de-açúcar no sistema agroindustrial sem o advento do crédito rural.

Trata-se da utilização de mecanismos de integração e subordinação camponesa aos complexos agroindustriais. Agronegócio e campesinato possuem lógicas de reprodução distintas. A participação do campesinato no sistema agrícola do agronegócio é uma condição determinada pelo capital. Conforme ressaltam Welch e Fernandes (2008)

O sistema agrícola do agronegócio é distinto do sistema agrícola do campesinato. No sistema agrícola do agronegócio, a acumulação, o trabalho assalariado e a produção em grande escala são algumas das principais referências. No sistema agrícola camponês, a reprodução, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências. Com esta leitura estamos afirmando que o sistema agrícola camponês não é parte do agronegócio. No entanto, como o capital controla a tecnologia, o conhecimento, o mercado, as políticas agrícolas, os camponeses estão subalternos à sua hegemonia. (WELCH; FERNANDES, 2008, pg.166)

De forma geral, podemos dizer que a lógica camponesa se centra na economia familiar, no apoio e na ajuda mútua, na perspectiva da autonomia, enquanto a acumulação e o lucro fazem parte da lógica do agronegócio. Este último é entendido como expressão máxima da terra de negócio, exemplarmente definida por TEUBAL (2008) como:

(...) um modelo cujo modo de funcionamento global, com predomínio do capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas *commodities* orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração. (TEUBAL, 2008, pg. 140)

⁵⁶ Trecho extraído do *folder* do Projeto Cana, distribuído pela prefeitura de Motuca, na época de sua implantação. O *folder* pode ser visualizado vide anexo 3.

Cabe destacar que o termo agronegócio é utilizado para escamotear o caráter concentrador da agricultura capitalista, na tentativa de vinculá-lo aos desígnios da modernidade, sob o enfoque da tecnologia e de seu caráter economicista:

Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista [...]. A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias (FERNANDES; MOLINA, 2005, pg. 14 e 15).

Neste sentido, campesinato e agronegócio apresentam dois diferentes modelos de desenvolvimento para o campo e disputam territórios entre si, como assevera Fernandes:

Temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional (FERNANDES, 2008, pg.6).

No cerne desse processo encontra-se a existência da propriedade privada da terra, condição de reprodução do capitalismo no campo. Então enquanto o agronegócio organiza seu território para a produção de mercadorias, os camponeses organizam o território para a reprodução de suas famílias.

Nesse contexto, atentamos para o fato de que o território supõe espaços delimitados por e para relações de poder, conforme afirmou Raffestin (1993):

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação (RAFFESTIN, 1993, pg.153).

Esse limite do qual aborda Raffestin pode ser também invisível e se deve aos conflitos que permeiam as relações de classe na sociedade capitalista.

Já o termo agricultura familiar tem sido introduzido - principalmente a partir da década de 90 - em oposição ao conceito de camponês, para designar o quão os agricultores estão inseridos no mercado.

Esta visão de agricultura familiar, assentada na ideia de que estes já não são camponeses tem duas sérias implicações, como constata Bombardi (2003):

A primeira questão é que esta visão negligencia toda uma ordem de valores que se inserem no plano moral e, que, a despeito da integração destes camponeses no mercado, orienta-lhes a prática, a vida cotidiana e as relações que estabelecem com a sociedade global. A segunda implicação está no fato de que esta abordagem não comporta uma explicação para os movimentos sociais no campo que lutam pela reforma agrária (BOMBARDI, 2003, pg.6).

O que se esconde por trás desse debate camponês versus agricultor familiar é a velha questão da irracionalidade do campesinato e a tentativa de vincular o termo camponês à ideia de atraso. Neste sentido, vale a reflexão de Paulino e Almeida (2010):

A todo o momento vemos o corolário de explicações dos arautos da agricultura familiar enaltecendo a capacidade de empreendedorismo dos novos agentes sociais (leia-se agricultores familiares), identificados como aqueles agricultores modernos que não tem medo do risco de investimento e da participação em mercados completos. Ignoram que não é necessário criar um outro conceito para explicar a complexidade desse sujeito social, bastaria analisar o processo de diferenciação interna do campesinato alicerçado na teoria chayanoviana do balanço trabalho-consumo, pois nela encontram-se as explicações para o trabalho não agrícola, para as decisões de renovação e ampliação de capital; para a migração temporária urbana das massas camponesas, enfim, para a motivação do trabalho camponês (PAULINO; ALMEIDA, 2010, pg.56).

Evidencia-se, sobretudo, o quão contraditório é diferenciar agricultor familiar de camponês tendo em vista seu grau de tecnificação e sua inserção no mercado. Como o slogan do Projeto Cana mesmo exemplifica o termo agricultura familiar tem servido de base para as políticas públicas no tocante à questão agrária e tem mostrado um forte cunho político.

A respeito do contrato agroindustrial, o Projeto Cana apresentava como objetivos básicos, segundo documento apresentado pela prefeitura de Motuca:

" ...ocupar com o plantio da cana-de-açúcar áreas ociosas dos assentamentos Monte Alegre, trabalhando em sistema de parceria agrícola, agregando valor ao trabalho dos produtores rurais, ocupando uma área de dentro do lote agrícola de no máximo 50% de sua totalidade. O empreendimento também preconiza o fomento à economia local, possibilitando o aumento da renda agrícola anual do agricultor familiar, aumento do volume de cana-de-açúcar processada na indústria, tendo como consequência, aumento da produção de açúcar e álcool e, posteriormente, aumento de arrecadação, traduzido na melhoria da qualidade de vida da comunidade e justiça tributária local."⁵⁷

No ano de 2002, o município de Motuca estava circunscrito em uma área de 23.200 hectares, dos quais mais de 17.000 eram cultivados com o plantio de cana-de-açúcar – a qual respondia por 70% da arrecadação municipal. A cana-de-açúcar, portanto, era base da economia municipal e o Projeto Cana elevaria a arrecadação de impostos, como o Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços - ICMS. A agroindústria local - usina Santa Luiza, por sua vez, localizava-se muito próxima a diversas propriedades rurais do assentamento Monte Alegre – cerca de 10 km - o que reforçava o interesse da usina em firmar o contrato junto aos assentados.

Um grupo de 40 assentados com lotes pertencentes ao domínio de Motuca (núcleo 6) e Araraquara (núcleo 1), incentivados mais uma vez pelo poder público local na figura do prefeito de Motuca, oficializaram a proposta de consórcio da cana diretamente ao governador do Estado, Geraldo Alckmin (PSDB), em visita realizada ao assentamento em maio de 2002. Colocou-se, neste momento, a necessidade de revisão das leis proibitivas da "parceria" com agroindústria em assentamentos (AMARAL e FERRANTE, 2007).

É neste contexto que é promulgado pelo ITESP - órgão gestor do Monte Alegre - a portaria nº75 de 24/10/2002, revogada posteriormente pela Portaria nº77 de 27/07/2004, como forma de viabilizar, por meios oficiais, a "parceria" entre a agroindústria e os assentados, atividade que já estava sendo realizada em alguns lotes. O Estado, único capaz de intervir, permitir ou coordenar a intervenção do espaço, interveio mudando a legislação, criando novos mecanismos que permitissem concretizar essa nova "parceria", estabelecendo os limites da área de cana cultivada, conforme texto sancionado:

⁵⁷ Trecho da Proposta de Parceria Agrícola no Agronegócio, denominada de Projeto Cana 2002, apresentado pela prefeitura de Motuca, sob a vigência do prefeito Emílio Fortes. Fonte: Casa da Agricultura. O documento pode ser visualizado na íntegra vide anexo 2.

Artigo 2º - As culturas para fins de processamento industrial poderão, a requerimento do interessado, ser implantadas nos lotes com área de até 15 (quinze) hectares, ocupando até 50% (cinquenta por cento) da área total, e, nos lotes com área superior a 15 (quinze) hectares, ocupando até 30% (trinta por cento) da área total.

O texto não é específico para o cultivo de cana-de-açúcar, ele discorre sobre a produção de qualquer cultivo para fins industriais. Todavia, ele foi sancionado como resposta às tentativas de ingresso da cana nos assentamentos. Esta normatização do uso do espaço agrícola em áreas de assentamentos rurais paulistas revela que ao mesmo tempo em que o Estado oficializa a permissão da “parceria” entre as agroindústrias e os assentados, ele segue impondo os limites dessa produção e reforça sua participação na condução da nova atividade. Esta assertiva também é compartilhada por Jan Ploeg (2008), que acrescenta a atuação de grupos de agronegócios no conjunto das decisões:

No ocidente, os mercados agrícolas e alimentares não são governados por uma mão invisível que surge do encontro entre forças anônimas de oferta e demanda. Eles são sim (se não especialmente) governados por intervenções e regulamentações políticas, bem como por operações estratégicas de grupos do agronegócio (PLOEG, 2008, pg.57).

A portaria também estabeleceu (Artigo 5º) que o projeto técnico deverá incluir, ainda, o plantio de gêneros alimentícios, ocupando, no mínimo, a terça parte da área remanescente, considerando a vocação do solo e ouvido o beneficiário sobre a espécie agrícola a ser cultivada. De acordo com Mauro Cavichioli, técnico do ITESP na regional de Araraquara, a ação do Estado exerceu a finalidade de regulamentar a exploração que já vinha ocorrendo. Segundo ele, com a nova legislação, os assentados podem plantar cana em até 50% do lote, sendo que a outra metade deve ser dividida em: 1/3 com culturas de subsistência, como milho, mandioca, arroz, etc, e os outros 2/3 podem ser explorados com outra cultura, como eucalipto, criação de gado, etc.

Tanto a parceria quanto o arrendamento constituem-se como práticas utilizadas pelos grupos usineiros para expandir seus domínios sobre parcelas do território como resposta ao aumento da capacidade de produção e, conseqüentemente, ao aumento da demanda de matéria-prima, principalmente em

momentos cruciais e importantes dentro do quadro de modernização da agroindústria canavieira, uma vez que as usinas dependem estritamente do fornecimento da cana-de-açúcar para a transformação industrial.

O arrendamento, por exemplo, tornou-se uma alternativa ao processo de anexação de terras a partir do final da década de 1960 para responder à demanda do açúcar no plano internacional. Já a parceria, passa a ser utilizada pelos grupos usineiros a partir de 1975 com o Proálcool – período em que o álcool ganha destaque no cenário econômico. Então a parceria na cana ganha destaque no período de arranque da produção alcooleira, a partir de 1980 (THOMAZ, Jr., 1988).

O arrendamento rural⁵⁸ é um contrato agrário, através do qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo ou não outros bens, benfeitorias e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista, mediante certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da lei. A remuneração no arrendamento é feita em dinheiro, ou no seu equivalente em produto, sobre a área efetivamente plantada pelo arrendatário.

Tanto no arrendamento quanto na parceria, os contratos devem ser estabelecidos no prazo mínimo de três anos, sendo usual no setor canavieiro o prazo de 5 a 6 anos. A principal diferença entre as duas práticas reside no fato de que na parceria não há fixação de um preço certo, mas a partilha dos frutos conforme estipulado no contrato entre o parceiro-outorgante e o parceiro-outorgado. Enquanto no arrendamento, o arrendador cede o uso e o gozo do imóvel rural arrendado, sendo todo o lucro do arrendatário que deve apenas pagar o valor convencionado, na parceria, o parceiro-outorgante cede o uso e parte do gozo, vez que os frutos e os produtos são repartidos, nos termos do contrato e da legislação em vigor. Então o parceiro participa dos riscos do negócio, partilhando os lucros e os

⁵⁸ CONFEDERAÇÃO da Agricultura e Pecuária do Brasil. *Cana-de-açúcar*: orientações para o setor canavieiro. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Brasília: CNA/SENAR, 2007. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Cana-deacucar_orientacoes_para_o_setor_canavieiro_000fipw96tk02wyiv80z4s4733kvhu6q.pdf>

prejuízos. O pagamento é realizado através dos valores estipulados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar e Álcool - CONSECANA⁵⁹.

O surgimento da prática da parceria foi estudado por Thomaz Junior em sua dissertação de mestrado intitulada "A territorialização do monopólio: as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal" (1988). Segundo o autor, trata-se de uma "jogada econômica", um arrendamento "disfarçado" criado para burlar o fisco encontrado pelo capitalista, uma vez que "como rege a tributação federal, a referência em que se enquadra a parceria recai sob alíquotas que são mais vantajosas economicamente em relação aos contratos de arrendamento" (THOMAZ Jr, 1988, pg.231).

Outra prática adotada pelos grupos usineiros para responder à demanda por matéria-prima, sem o intermédio da compra de terras, é a aquisição de cana-de-açúcar através de fornecedores, que produzem a cana às suas expensas e, posteriormente, efetuam a venda. A comercialização pode ser realizada por meio de um contrato de fornecimento exclusivo, previamente estabelecido com uma determinada usina, ou de forma avulsa, com qualquer usina. A remuneração é quase sempre realizada pelo modelo CONSECANA, no qual o preço da cana é definido pela quantidade de Açúcar Total Recuperável (ATR) presente em cada tonelada de cana.

No momento atual, conforme fala de um representante da usina Maringá⁶⁰ em que se configura uma crise no setor, não é possível imobilizar capital para compra de terras. Nesse caso, o arrendamento e a parceria tornam-se alternativas atrativas. No entanto, ele destaca a importância da usina garantir o fornecimento de matéria-prima através de terras próprias, conforme trecho:

É muito importante ter terras próprias ou terra arrendada, pois você tem uma garantia da matéria-prima. Quando você depende muito do mercado, você está à mercê do preço do produto. Foi o que aconteceu no começo dessa safra: para comprar cana do produtor estava dando R\$ 25,00 de prejuízo por tonelada para você processar ela. A cana estava muito valorizada e, nesse caso, você depende da lei do mercado. Existe hoje no estado de São Paulo o CONSECANA, que determina o valor da cana, mas o

⁵⁹ Consecana é uma associação civil sem fins lucrativos, composta por representantes dos produtores rurais de cana-de-açúcar e representantes da indústria. Seu principal objetivo é o de estabelecer e divulgar valores de referência para a comercialização da matéria-prima cana-de-açúcar.

⁶⁰ A usina Maringá foi fundada em 4 de julho de 1952 por uma tradicional família de Araraquara. Em 1995 ela foi vendida para a família de Nelson Cury, que a administra até o momento atual. É uma das poucas usinas sustentadas por relações familiares da região de Araraquara.

produtor pode vender no mercado SPOT⁶¹. Como tem várias usinas na região, o fornecedor deixa pra vender no último momento, e aí ele faz um leilão, né?⁶²

Então mesmo que as usinas utilizem estratégias como a parceria, o arrendamento, e a compra de cana por fornecedores como forma de suprir a demanda crescente por matéria-prima, há a necessidade inerente da reprodução do capital sucroalcooleiro de manter uma parcela considerável de terras próprias, de forma a proteger-se das oscilações do mercado. Trata-se do processo do qual Oliveira (1999) denominou de territorialização do capital, que ocorre quando o capitalista torna-se também proprietário fundiário, acumulando simultaneamente o lucro da atividade industrial e agrícola, e a renda da terra gerada por essa atividade.

A esse respeito é importante destacar que a terra é condição fundamental para a produção agropecuária e é o meio de produção do camponês e a forma como ela é distribuída e apropriada determina as relações que compõem a questão agrária (GIRARDI, 2008). A existência da propriedade privada da terra e o consequente monopólio que os proprietários têm sobre a terra fazem com que todos os proprietários, inclusive os detentores dos piores solos, se apropriem de uma renda excedente acima do lucro médio do capitalista. Trata-se da renda absoluta que reside no fato de que um grupo de pessoas detém a propriedade do solo em detrimento do restante da sociedade que, por sua vez, necessita pagar um tributo para que essa terra seja colocada em produção (OLIVEIRA, 1985; GIRARDI, 2008; PAULINO, 2010; SANTOS, 1978).

Nesse contexto, como o preço mínimo dos produtos são determinados a partir da produtividade dos piores solos, aqueles que tiverem uma terra mais fértil e melhor localizada poderão se apropriar de uma renda diferencial (I), assim como aqueles que adicionarem capital para elevar a produtividade poderão extrair também uma renda diferencial (II). Há ainda a renda de monopólio gerada pela combinação de condições muito particulares, que possibilitam o cultivo de produtos exclusivos.

⁶¹ O mercado *spot* é um tipo de mercado cujas transações se resolvem em um único instante do tempo, marcado por transações rápidas. Ele também é tipicamente esporádico (AZEVEDO, 2001).

⁶² Entrevista realizada com João Ferreira em agosto de 2012. João trabalha há 20 anos na usina Maringá e atualmente ocupa o cargo de supervisor administrativo na empresa.

Todavia, como nem sempre é viável ao capitalista imobilizar dinheiro na compra fundiária, surgem outras estratégias para sujeitar a renda da terra, como nos revela o processo de monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 1999), do qual fazem parte o arrendamento, a parceria e a compra de cana por fornecedores.

Nesse caso, o capital monopoliza a unidade camponesa através da subordinação de sua renda. Ao firmarem contrato com as usinas, os produtores perdem autonomia e tornam-se quase sempre dependentes das indústrias processadoras que viabilizam a produção.

Segundo informou Ferreira⁶³, a Maringá possui em torno de 55% de terras próprias, que representam cerca de 16.000 hectares, outros 20% de terras sob contratos de arrendamento e o restante da matéria-prima é adquirida através de fornecedores - o equivalente a 25% do total da cana processada na usina.

O Grupo São Martinho, que também atua na região de Araraquara, possui cerca de 2/3 da produção cultivados em terras arrendadas e próprias - estas últimas somam mais de 120 mil hectares. Já a usina Santa Cruz⁶⁴ processa por safra quatro milhões de toneladas de cana, sendo três milhões de cana própria, e um milhão oriunda de fornecedores, cujo montante representa 48 mil hectares administrados pela usina. Então todas essas usinas possuem mais de 50% da cana cultivada em terras próprias, o que sinaliza o quão expressivo é o processo de territorialização do capital no setor sucroalcooleiro.

Conforme constata Thomaz Jr (1988), o processo de territorialização do setor sucroalcooleiro tem como direção o preço da terra, ou o desenrolar conjuntural das leis do mercado financeiro, que apontará quais das opções a serem concretizadas, se a compra em maior intensidade, ou o arrendamento e a parceria, ou ainda, a simultaneidade das mesmas. Então os grupos usineiros articulam os dois processos - territorialização e monopolização do território – de acordo com a configuração do mercado, de forma a garantir a reprodução do capital sucroalcooleiro na região.

⁶³ Entrevista realizada com João Ferreira, supervisor administrativo da usina Maringá, em agosto de 2012.

⁶⁴ A Santa Cruz iniciou suas atividades em 1946 - um ano após a compra da fazenda Santa Cruz por Luiz Ometto, filho de imigrantes italianos, onde a empresa realizou sua primeira safra com a produção de 2 milhões de litros de água ardente. Informações obtidas no site oficial da usina Santa Cruz, disponível em: <http://www.usinasantacruz.com.br>. Acesso: agosto de 2012.

Esta assertiva é exemplificada na fala de Dirlei Marcello, gestor da empresa SCA Etanol do Brasil:

Tem usina que tem toda a terra própria, e tem usina que tem toda a cana de fornecedores. Mas eu diria que a maioria é na faixa de 60% própria 40% fornecedores, 70% própria, 30% fornecedores. Até alguns anos atrás, antes desse último boom no anos 2000, que chamamos de pró-álcool 2, você tinha terras disponíveis, mesmo no Estado de São Paulo, com exceção da região de Ribeirão Preto. Então você tinha como crescer, tomando áreas de pastagens, laranja. E isso foi a grande expansão. Agora de uns anos pra cá, a terra ficou tão cara no Estado de São Paulo, que o pessoal resolveu ir para o Centro-Oeste. Lá tem um monte de terras disponíveis por um preço melhor. A grande maioria que está indo para esses lugares, eu diria que é 80% própria, até 100% própria. Só que a logística é complicada.⁶⁵

Ele afirma que as usinas do Estado de São Paulo mantêm a proporção de terras próprias acima de 50% - processo que tem ocorrido com a expansão dos canaviais em antigas áreas de pastagens e laranja. Todavia, como o preço da terra em São Paulo se elevou muito na última década, as usinas têm orientado sua estratégia de aquisição de terras para o Centro-Oeste. Nessa região, o processo de territorialização do capital no setor aparece de forma imperativa, pois como o preço da terra é mais baixo, a proporção de terras próprias se eleva, alcançando índices entre 80% a 100%.

Segundo ele, a expansão do setor sucroalcooleiro na região de Araraquara tem ocorrido em áreas produtoras de citrus. Muitos produtores que cultivavam laranja começaram a produzir cana, conforme destaca:

No caso da região que você está estudando, Araraquara, houve um grande número de parcerias com a área de laranja. Porque o setor de laranja, guardada as devidas proporções, é mais ou menos o setor de cana, ou seja, de um lado você tem 3 ou 4 grandes compradores, e de outro lado você tem uma pulverização de fornecedores. A força desses 3 ou 4 aqui é extremamente grande. Isso faz com que esses 3 ou 4 aqui administrem o preço e paguem quando e a forma que querem, porque você não tem uma SCA⁶⁶ de produção de laranja. E por isso muita gente resolveu fazer parceria com usina e ter um negócio mais seguro. Porque no nosso negócio, e agora o setor de citrus acho que vai implantar isso, tem o Consecana.

⁶⁵ Dirlei Marcello atua no setor sucroalcooleiro há 40 anos, e há 12 anos está à frente da SCA Etanol do Brasil - corretora que atua desde 2000 no mercado físico de etanol, prestando serviços de comercialização para mais de 60 produtores. Ele nos concedeu uma entrevista em agosto de 2011.

⁶⁶ A SCA Etanol do Brasil é uma empresa que comercializa o etanol brasileiro e presta serviços de corretagem, logística e informações sobre o setor sucroenergético. Disponível em: <http://www.scalcool.com.br>. Acesso: agosto de 2012.

*Então eu reparto os meus ganhos com o fornecedor. E é um negócio bem transparente e claro, que não tinha até agora no setor de citrus.*⁶⁷

Este processo de expansão da cana sobre áreas produtoras de laranja (no caso de Araraquara), e a compra de terras por usineiros no Centro-Oeste não somente sinaliza uma pressão sobre os recursos agrícolas como também pode elevar os índices de desmatamento através do deslocamento do gado para a Amazônia. Então de fato o setor sucroalcooleiro, seja através da aquisição de terras, ou de contratos de arrendamento ou parceria tem expandido seus domínios sobre áreas agrícolas.

No caso dos assentamentos rurais, não é possível territorializar o capital, já que as terras de reforma agrária não são passíveis de compra aos usineiros. Então a expansão da cana sobre essas áreas tem se pautado sobre “consórcios” que se assemelham a arrendamentos, como veremos adiante.

Entretanto, para viabilizar a expansão do domínio das usinas nestas áreas, foi utilizado o termo parceria, uma vez que a utilização do termo arrendamento enfrentaria obstáculos e resistência por se tratar de espaços de reforma agrária. Mas não se trata também de uma parceria, como analisaremos ao longo deste trabalho. Então o termo criado pelos órgãos gestores para designar contratos entre assentados e usinas, envolvendo a permissão e expansão da cana nos assentamentos rurais legalizada pelo ITESP, através da portaria de 24/10/2002 - também ajuda a mascarar a assimetria de poder entre os dois contratantes. Como veremos a seguir, os assentados se encontram em relação de subordinação frente às usinas.

O primeiro momento do sistema de “parceria” agrícola que durou de 2002 a 2004 foi implementado da seguinte forma: a usina Santa Luiza forneceu as mudas de cana, a tecnologia do plantio, assistência técnica primária e processamento de compra da matéria-prima, enquanto coube à prefeitura o fornecimento dos insumos básicos necessários para o cultivo (adubo e calcário), bem como assistência técnica

⁶⁷ Entrevista realizada com Dirlei Marcello, que atua no setor sucroalcooleiro há 40 anos, e há 12 anos está à frente da SCA Etanol do Brasil, em agosto de 2011.

complementar, disponibilização de patrulha agrícola principalmente no cultivo da cana “soca”⁶⁸ a partir da segunda colheita.

Os assentados entraram com a mão de obra braçal necessária à colheita e manejo da cultura, e posteriormente com todos os insumos para os tratos culturais a partir da primeira colheita da cana.

Cabe um destaque aqui no tocante à mão de obra. Se a princípio o projeto foi introduzido com a ressalva de que o trabalho no cultivo da cana deveria ser 100% feito pelos assentados, posteriormente isso foi desfeito como veremos mais adiante. Para a concretização do “polêmico” projeto, foi preciso manter um discurso que acenasse para a participação efetiva do assentado no processo produtivo – de forma a diminuir os setores resistentes. Projetou-se um caminho árduo naquela ocasião para que houvesse um consenso entre o poder público, os produtores assentados, a iniciativa privada e o sindicato da região, tendo em vista a complexidade ideológica e diversidade de pensamentos sobre o plantio de culturas agroindustriais em assentamentos rurais.

Ao firmarem a “parceria”, os assentados ficam com metade da área de seus lotes presa em um contrato de cinco anos, inutilizada para outras culturas, conforme cláusula do contrato firmado entre a usina Santa Luiza e os assentados:

“O(s) FORNECEDOR(ES) se obrigam e se compromete(m) a entregar toda a produção das canas advindas da mencionada área à RECEBEDORA e esta por sua vez, se obriga e se compromete a adquirir a totalidade das mesmas durante todo o ciclo canavieiro, correspondendo às colheitas das safras dos anos 2008 à 2012.”⁶⁹

A compra “casada” é justificada pelo ITESP como um benefício fornecido ao camponês para que o mesmo consiga vender toda a sua produção:

“Nos termos da mencionada Portaria ITESP n.77/2004, (s) FORNECEDOR(ES) está(ão) ciente(s) que o objetivo da mesma é que ele(s), na qualidade de beneficiário(s) do citado projeto, deverá(ão) envidar todos os possíveis, para poder diretamente planejar, conduzir e comercializar a

⁶⁸ Trata-se da área de cana após o corte, que irá produzir novamente, sem a necessidade de novo plantio, vulgarmente conhecida como o toco de cana.

⁶⁹ Cláusula do documento intitulado Compromisso Particular de Plantio, Cultivo e Fornecimento de cana-de-açúcar - Safras 2008 a 2012, firmado entre a usina Santa Luiza e os assentados do Monte Alegre. O documento pode ser visualizado na íntegra vide anexo 4.

totalidade da produção de cana-de-açúcar para fins industriais junto à RECEBEDORA”.⁷⁰

Se por um lado o assentado tem a garantia da demanda fixa, por outro, o que o contrato objetiva assegurar é o monopólio da produção camponesa por parte das usinas, pelo período de cinco anos. Então as usinas adquirem exclusividade na compra da produção dos assentados durante toda a safra.

Para alguns assentados, isto pode ocasionar uma dependência no futuro, principalmente se o agricultor não planejar a produção do outro restante do lote:

*Foram aí uns 8, 9 anos perdidos na história, porque na verdade os assentados não fizeram outra coisa, não se prepararam para eventualidades, não se organizaram, não criaram uma estrutura para o futuro e tornaram-se dependentes da cana.*⁷¹

O medo da dependência reflete o medo de perder a autonomia conquistada com a terra. Conforme expresso na fala:

*Se eu precisar, eu vendo meu gado. Os dois últimos anos que eu ficaria adubando o solo com a cana, eu não teria lucro. O gado permanece, dá trabalho, mas permanece. A cana, o usineiro vende e paga o que quer. É só a usina que se interessa pela cana. E se ela desistir do contrato, como vai ser?*⁷²

O campesinato representa basicamente uma luta constante por autonomia. Dessa forma, a permanência de uma base de recursos autocontrolada, como denomina Ploeg (2008) torna-se elemento estratégico de manutenção da condição camponesa, senão da sua emancipação. E o gado, para José Sanches, representa justamente o fortalecimento dessa base de recursos.

Na vivência dessa experiência, ao aceitar o contrato da cana, os assentados passam a enfrentar outros problemas e os riscos de se verem, novamente, em

⁷⁰ Cláusula do documento intitulado Compromisso Particular de Plantio, Cultivo e Fornecimento de cana-de-açúcar - Safras 2008 a 2012, firmado entre a usina Santa Luiza e os assentados do Monte Alegre. O documento pode ser visualizado na íntegra vide anexo 4.

⁷¹ Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em Dezembro de 2010.

⁷² Entrevista realizada com José Sanches, assentado do Monte Alegre 2, em Dezembro de 2010. Ele foca suas atividades na produção de leite. Há uns anos atrás ele participou do Projeto Cana, mas após a segunda safra resolveu interromper a produção e rompeu o contrato.

situação “cativa” (FERRANTE; ALMEIDA, 2009). A sensação de dependência retratada pelos assentados é sinal da relação de subordinação a qual estão inseridos:

*Uns falavam em parceria, outros em arrendamento, mas quem tinha toda a tecnologia da cana era a usina, então ela determinava o padrão, a forma, tinha o domínio de todo o processo da cadeia da cana. Então o assentado ficava mais como braçal mesmo, um servidor da usina.*⁷³

Quando a usina submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital, isto é, ela está convertendo o trabalho excedente do camponês e sua família em renda capitalizada. Está se apropriando da renda sem ser a proprietária da terra, isto é, produzindo o capital pela via não capitalista (OLIVEIRA, 1990). Nesse caso, o monopólio industrial implanta-se na circulação, subordinando consequentemente a produção. Conforme destacado no trecho:

A parceria se reveste de roupagens enganosas. Os assentados que têm, em princípio, na terra, condições novas de reprodução social retornam na condição de “parceiros associados” à situação de subordinação vivida anteriormente no passado, enquanto ex-boias-frias explorados pelo trabalho nas usinas (FERRANTE; ALMEIDA, 2009, pg.144).

Esta subordinação ameaça o ideal de vida camponês baseado na autonomia do trabalho, e por isso encontra resistência, conforme constatado na fala abaixo:

*Eu plantei por conta esse alqueire aí, não tem nada de usina e eu passei a vender pra quem eu quiser. Se eu quiser vender para garapeiro eu vendo, se eu quiser vender para uma usina eu vendo. Até o pessoal do INCRA falou, pra quem você quiser vender sua cana, a gente autoriza. Eu não tenho nada com usina, não tenho contrato, sou livre pra fazer o que eu quiser.*⁷⁴

O desenvolvimento do capitalismo, portanto, caminha na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pois dessa forma o capital pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra e, logo, pode sujeitar o trabalho que

⁷³ Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em dezembro de 2010.

⁷⁴ Entrevista realizada com Adiel, assentado do Bela Vista do Chibarro, em dezembro de 2010.

se dá na terra (OLIVEIRA, 1990). E isso ocorre porque ora o camponês é um obstáculo ao capitalista, ora ele é vantajoso. Conforme a fala de Jair:

*Para a usina era vantagem porque ela deixava de ter um cortador de cana, e tinha um fornecedor que cortava, que fazia tudo, cuidava, ela vinha e buscava, quer dizer, nem buscar ela vinha, porque eles também pagavam para um terceiro levar a cana até eles. E ela também eliminava os direitos trabalhistas. E para isso ficava para os assentados se organizarem, e por isso que eu falei para você da questão dos mutirões, que foi proposto aí. Então quer dizer, ela eliminava muita coisa e ainda tinha uma terra que ela usava como uma questão social, entrava como se ela tivesse ajudando os assentados. É a questão do trabalho social, nós estamos ajudando.*⁷⁵

Ao eliminar os tributos trabalhistas, a usina transfere ao camponês o custo da produção capitalista, e dessa forma retém uma parte da renda desta produção. Neste caso, a produção camponesa torna-se vantajosa ao capitalista, em cuja renda da terra se torna subordinada ao capital.

Embora a “parceria” tenha se mostrado preocupante para alguns, com o aceite do ITESP, o Projeto Cana vigorou. A evolução da produção de cana dentro do assentamento pode ser visualizada no Mapa 3.

⁷⁵ Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em dezembro de 2010.

Mapa 3

Assentamento Monte Alegre

Evolução das áreas de produção de cana - Safras 2004 a 2011

No ano de 2004, 40 famílias do Monte Alegre plantaram cana com venda direta realizada para a usina Santa Luiza, o que representou 11% do total de lotes do assentamento. Na safra seguinte, esse número dobrou: 96 famílias aderiram à “parceria” com as usinas. Já na safra 2006/2007, 137 famílias fecharam contrato com as usinas para a produção de cana, o que elevou para 38% o número de lotes participantes do projeto.

Com um aumento gradativo ano a ano, o plantio de cana atingiu seu recorde na safra 2009/2010 com um total de 282 produtores, o que representou 79% das famílias instaladas no assentamento. Já na safra 2010/2011, houve uma pequena redução de produtores de cana no assentamento, devido em grande parte ao período de intervalo entre a finalização das safras e a renovação dos contratos com as usinas. A renovação dos canaviais, entretanto, permanece incerta, – fato que será debatido mais adiante.

A questão é que o assentamento Monte Alegre se transformou gradativamente em um mar de cana. Se em 2004 11% das famílias ingressaram na “parceria”, na safra 2009/2010 esse número saltou para 79%, o que revela uma grande aceitação das famílias com o Projeto Cana.

Fotografia 8 – Os canaviais do Sr. Fagundes: um retrato do Projeto Cana no assentamento Monte Alegre.
(Fonte: BELLACOSA, J. 2012)

Este número é ainda mais expressivo quando analisamos o número total de famílias que aderiram ao projeto nesses últimos sete anos. Para termos uma idéia, desde que a “parceria” para o plantio de cana começou no assentamento, 89% das famílias ingressaram no projeto em algum período dessas sete safras. Significa dizer que somente 41 famílias, de um total de 358, optaram por não produzir cana até a safra 2010/2011.

É provável, contudo, que caso as usinas tenham interesse em continuar com os contratos junto aos assentados, essa porcentagem se eleve ao longo dos próximos anos, visto que durante a realização das entrevistas muitas dessas 41 famílias demonstraram interesse em iniciar o plantio, a exemplo da família de Paulinho. Ele nos relatou que no início do Projeto Cana seus pais optaram por não realizar o cultivo, uma vez que a associação com as usinas lhes remetiam ao sofrido período em que cortaram cana em Guariba. Ao conquistar a terra, eles pretendiam

romper com esse passado e começar uma nova vida, conforme o trecho em destaque:

Meus pais trabalhavam em usina lá em Guariba, conseguiram a terra em 1986 e vieram pra cá. Na primeira safra, meu pai tinha outros interesses, outra visão e resolveu não plantar. Ele achava o seguinte: que conseguindo a terra aqui, ele estava largando o serviço de corte da cana na usina. Ele já estava saindo da cidade para evitar levantar cedo e cortar cana, e então ele pensava dessa forma e não quis plantar. Mas também era uma coisa que ele imaginava na cabeça dele, ele não conhecia o projeto, e ele não queria voltar à vida que ele tinha antes de ir para o assentamento.⁷⁶

A terra, para eles, representava justamente a negação desse passado referenciado pelas péssimas condições de trabalho nos canaviais. Em contrapartida, a associação com as usinas sinalizava o recomeço dessa difícil condição de trabalhador assalariado rural das lavouras de cana, de forma que *seu pai estava saindo da cidade para evitar levantar cedo e cortar cana*.

Todavia, os pais de Paulinho perceberam que o Projeto Cana havia trazido uma renda expressiva para muitas famílias, e começaram a repensar essa decisão:

O sítio hoje é administrado pela minha mãe e meus irmãos. Eu acredito que agora eles tenham interesse em plantar, por causa da renda. Muitas pessoas tiveram uma boa produção. Se a pessoa faz o manejo correto, dá uma produção até boa. Então eles querem plantar sim.⁷⁷

Com relação à área ocupada pela cana no Monte Alegre, temos um perfil ascendente ao longo das safras, com uma pequena redução no último ano (2011). Na safra 2004/2005, a área abrangida pelo cultivo da cana era de 229,59 hectares, o equivalente a 5% da área total agricultável do assentamento. Na safra seguinte, o número dobrou para 570,88 hectares. Em 2009/2010 atingiu o auge com 1777,44 hectares, que representa 36% de toda a área de cultivo do Monte Alegre, seguido de 1487,78 em 2011 – 30% da área agricultável.

Já a média da área abrangida com o plantio de cana por lote variou de 5,72 hectares (número atingido na safra 2006/2007) a 6,26 hectares (média obtida na safra 2009/2010). Conforme ressaltado anteriormente, os lotes são formados, em

⁷⁶ Entrevista realizada com Paulinho, assentado do Monte Alegre 4, em agosto de 2012.

⁷⁷ Idem, 2012.

sua maioria, por 14 hectares, mas em alguns núcleos os lotes são menores, e medem até 11 hectares. Isso sinaliza que a cana no assentamento Monte Alegre tem sido cultivada próxima do limite permitido pela legislação, que é o de 50% do lote.

Fotografia 9 – Monte Alegre: a presença do canavial nos espaços de reforma agrária.

(Fonte: BELLACOSA, J. 2011)

Conforme citado anteriormente, o primeiro consórcio de cana na região foi realizado pela usina Santa Luiza, localizada a cerca de 10 km do assentamento Monte Alegre. Posteriormente, esta usina anunciou falência após quase 50 anos de atividade, e foi adquirida por outros três grupos que mantiveram os contratos junto aos assentados. O próximo capítulo vai explicar como se deu esse processo, que sinaliza a derrocada das usinas administradas por relações familiares, frente à atuação do capital monopolista na agricultura.

2.3 A falência da usina Santa Luiza e a internacionalização do capital na agricultura

A lógica do capital que no campo assume a expressão máxima no agronegócio não impacta somente os camponeses, mas também os diversos setores

da economia. É o que ocorreu com a usina Santa Luiza⁷⁸ que anunciou falência em 2007. Principal fonte de renda do município (responsável por 25% do orçamento de Motuca) a usina completaria 50 anos em 2008, quando teve que ser fechada.

Este processo é reflexo da internacionalização do capital no setor sucroalcooleiro, marcado pelo crescimento das grandes transnacionais no setor face à ruína das usinas sustentadas por relações familiares – que expressam, sobretudo, a atuação monopolista do capital nesse setor. Exemplos como o da família Malzoni, proprietária da usina Santa Luiza, se multiplicam na região: a família Corona entregou as unidades Tamoio, localizada em Araraquara (SP), e Bonfim, situada em Guariba (SP), em 2006 para o Grupo Cosan, já a família Zanin, de Araraquara, repetiu o processo em 2011.

A esse respeito, Élio Neves, presidente da Feraesp, destaca que as usinas familiares não tem conseguido acompanhar os novos padrões de produção impostos pela internacionalização do setor sucroalcooleiro, fazendo com que sejam incorporadas pelo grande capital, conforme trecho:

Então a cana está em um momento importante do seu desenvolvimento no Brasil porque são grandes complexos internacionais que assumiram essa produção. Então o modelo concentrador globalizou, portanto grandes empresas transnacionais estão assumindo o setor. Há uma elevação nos padrões de produção, quer dizer, a economia de escala sobe. As usinas de família que eram poderosas passam a ser pressionadas e falem, ou aderem a um sistema mais concentrador ou elas desaparecem. Esse modelo de usineiro fracassou diante dessa concentração capitalista, e isso trouxe consequência no Monte Alegre.⁷⁹

Esta afirmação também é compactuada por Dirlei Marcello, que atua no setor sucroalcooleiro há 40 anos:

Se você não tiver escala, você pára no meio do caminho. Uma unidade que na época do pró-alcool era considerada excelente moía um milhão de toneladas. Hoje, esse volume é uma porcaria, é considerado inviável economicamente. Porque é escala, o tempo vai evoluindo, se você não

⁷⁸ Na época em que a usina Santa Luiza foi desativada havia cerca de 20 integrantes da família Malzoni no controle acionário da empresa.

⁷⁹ Entrevista realizada com Élio Neves, presidente da Feraesp, em outubro de 2011.

*consegue sair disso, fatalmente você vai ser absorvido, porque você não consegue competir com o grande.*⁸⁰

Como Dirlei destaca, o mercado do etanol exige atualmente padrões muito mais elevados de produção que na época do Próalcool, o que potencializa a absorção dos pequenos frente aos grandes grupos do setor. Para exemplificar isso, ele complementa:

*Eu, por exemplo, fiz uma fábrica nova hoje e vou moer 5 milhões de toneladas. Eu consigo administrar minha fábrica com 100 pessoas. Uma usina dessas antigas de 1 milhão de toneladas, usava 400 pessoas. Eu vou moer 5 milhões de toneladas e vou usar 100. Como você consegue ser competitivo? Quem vai ter mais custos?*⁸¹

Os grandes grupos usineiros também possuem elevado padrão tecnológico e, com isso, empregam menos pessoas. Logo, ao reduzir os custos de produção, esses grupos tornam-se mais competitivos no mercado.

Segundo Dirlei, brigas familiares também contribuem para o fracasso das usinas geridas por relações familiares:

*Até uns 15 anos atrás, o setor era 97% familiar, isto é, gerido por administração familiar. Ai começou a vir a segunda e a terceira geração, e aí no começo era o avô, e depois começou a ter uma meia-dúzia de filhos, cada um com mais filhos, e começou a ser uma montanha de gente. Gente que não se preparou, e o normal é começar a briga. E aí muita gente vendo isso aí, se antecipou e profissionalizou a empresa. Esses conseguiram segurar, e manter o negócio. Quem não fez isso, na maior parte foi absorvido. A Santa Luiza era uma usina redondinha, não tinha problema financeiro grave. O problema ali foi administração.*⁸²

João Ferreira, supervisor administrativo da usina Maringá, também acredita que a sucessão familiar seja um problema para muitas usinas:

A transição de geração se torna um problema para as empresas familiares, pois muitas vezes os filhos não estão preparados para assumirem esta responsabilidade. A Maringá foi vendida por esse problema. Quando o

⁸⁰ Entrevista realizada em agosto de 2011 com Dirlei Marcello, que atua no setor sucroalcooleiro há 40 anos, e há 12 anos está à frente da SCA Etanol do Brasil - corretora que atua desde 2000 no mercado físico de etanol, prestando serviços de comercialização para mais de 60 produtores.

⁸¹ Idem, 2011.

⁸² Ibidem, 2011.

*fundador faleceu, e passou para os herdeiros, começou a briga. Então o Sr. Nelson, que comprou a usina, tem muito cuidado com isso, de preparar os filhos para a sucessão.*⁸³

Além das dificuldades trazidas pela sucessão familiar, a crise que estourou no setor sucroalcooleiro em 2008 também favoreceu este cenário. A possibilidade de rolagem de dívidas por empresas nacionais, como as usinas fizeram historicamente, foi prejudicada pela escassez de crédito em um período de crise, o que estimulou o processo de fusão e aquisição de usinas brasileiras por grupos estrangeiros (XAVIER, C. V.; PITTA, F. T.; MENDONÇA, M. L, 2011).

Nesse processo, a usina Santa Luiza foi adquirida por outras três usinas: Bonfim, do Grupo Cosan, localizada em Guariba (SP); São Martinho em Pradópolis (SP) e Santa Cruz em Américo Brasiliense (SP). A aquisição se deu através da Etanol Participações S/A, uma holding formada por essas três empresas. A usina São Martinho deteve 41,67% da usina Santa Luiza, enquanto a Cosan respondeu por 33,33% e a Santa Cruz, por 25%⁸⁴.

No período em que foi vendida, a usina Santa Luiza tinha capacidade de moagem de 1,8 milhão de toneladas de cana-de-açúcar, além de contratos de fornecimento de 200 mil toneladas de cana-de-açúcar, com 60% de sua colheita mecanizada, mas com área propícia para atingir 100% de mecanização.

A aquisição da Santa Luiza também envolveu a incorporação de sua coligada Agropecuária Aquidaban, que produzia 1,5 milhão de toneladas de cana-de-açúcar por ano, através da exploração de 19 mil hectares de terceiros, através de contratos de parceria e arrendamento. O consórcio comprador pagou R\$ 59,8 milhões pela Aquidaban⁸⁵. Os contratos foram repassados e divididos entre as três usinas conforme a participação acionária de cada uma. Os grupos, por sua vez, optaram

⁸³ Entrevista realizada com João Ferreira em agosto de 2012. João trabalha há 20 anos na usina Maringá e atualmente ocupa o cargo de supervisor administrativo na empresa.

⁸⁴ O grupo São Martinho desembolsou na operação R\$ 74,7 milhões, oriundos dos recursos captados na Oferta Pública de Ações realizada pela companhia em fevereiro de 2007. Os outros dois compradores, o Grupo Cosan e a usina Santa Cruz, investiram R\$ 59,8 milhões e R\$ 44,8 milhões respectivamente, com recursos provenientes de suas posições de caixa. O valor total da operação, pago à vista, foi de R\$ 179,3 milhões, disponível em: http://www.mzweb.com.br/saomartinho2009/web/arquivos/SaoMartinho_Release_Aquisicao_SantaLuiza_port.pdf. Acesso: agosto de 2012.

⁸⁵ Dados fornecidos pela usina São Martinho, disponível em: http://www.mzweb.com.br/saomartinho2009/web/arquivos/SaoMartinho_Release_Aquisicao_SantaLuiza_port.pdf. Acesso: agosto de 2012.

pelo fechamento da usina, apesar da presença de maquinários modernos, conforme as Fotografias 10, 11 e 12:

Fotografia 10 – Maquinários abandonados da usina Santa Luiza.
(Fonte: BELLACOSA, J. 2011)

Fotografia 11 – Maquinários abandonados da usina Santa Luiza.
(Fonte: BELLACOSA, J. 2011)

Fotografia 12 – Apesar da desativação da usina Santa Luiza, a placa com a sua indicação ainda permanece no mesmo local.

(Fonte: BELLACOSA, J. 2011)

A partir da safra 2008/09 a cana-de-açúcar processada na usina Santa Luiza passou a ser redirecionada para as unidades industriais dos grupos controladores, proporcionalmente à participação no capital social de cada um. Assim sendo, com o fechamento da usina Santa Luiza, a São Martinho informou o recebimento de mais de 750 mil toneladas de cana-de-açúcar na safra 2008/2009, e a Cosan, na unidade Bonfim, absorveu 600 mil toneladas. Já as 450 mil toneladas restantes de cana foram destinadas à Santa Cruz.

A decisão ratificou o que era comentado no setor, que a compra da Santa Luiza serviu para evitar que algum concorrente das empresas se antecipasse e adquirisse a unidade ou ainda que o futuro fechamento ampliasse a oferta de cana para as unidades de outras empresas. A usina São Martinho, por exemplo, apesar de ter uma capacidade de moer cerca de 7,5 milhões de toneladas de cana por safra, raramente atinge a meta e sempre encerra o processamento antes do término da safra por falta de matéria-prima⁸⁶.

⁸⁶ Conforme notícia publicada no site do jornal Estadão, em 10 de dezembro de 2007, intitulada: Controladores fecham usina Santa Luiza, disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,correcao-controladores-fecham-usina-santa-luiza,93475,0.htm>. Acesso: agosto de 2012.

Então o grande interesse dos grupos que compraram a Santa Luiza foi ampliar a oferta da matéria-prima de forma a fortalecer sua hegemonia na região, evitando que outro concorrente o fizesse. Por isso que mesmo com a compra, os controladores decidiram por desativar a unidade industrial da usina. Neste sentido, Grupo São Martinho, Cosan e Santa Cruz disputam os mercados da região intensificando a concentração de poderes e territórios.

O fechamento⁸⁷ da usina Santa Luiza gerou grande impacto econômico ao município de Motuca e grande preocupação aos moradores, uma vez que a usina chegou a ser responsável por 48% de todo ICMS arrecadado, e empregava mais de 800 trabalhadores em suas atividades⁸⁸. O grande prejuízo financeiro com a desativação da usina aconteceu apenas em 2010, quando a empresa deixou de pagar ao município cerca de R\$ 3 milhões anuais em impostos, tendo o comércio também apresentado queda de 40%⁸⁹.

As usinas também repartiram os contratos firmados entre a usina Santa Luiza e os assentados. A partilha foi estabelecida segundo a distância de cada lote com os empreendimentos. Então cada produtor firmou contrato com a usina mais próxima do seu lote. Os núcleos 1 e 5 com a Bonfim, 2 e 4 com a São Martinho, VI com a Santa Cruz e São Martinho, e 3 com a Santa Cruz. A partir do Mapa 4 é possível visualizar como ficou geograficamente a divisão dos novos contratos para a produção de cana após o desmembramento da usina Santa Luiza.

⁸⁷ Após a desativação da usina Santa Luiza, a prefeitura de Motuca começou a buscar outras formas de investimento na cidade. Agora Motuca desponta para dois caminhos: o têxtil e a fabricação de peças, além de um projeto para a produção de biodiesel.

⁸⁸ Uma parte desses trabalhadores foi remanejada para outras usinas do grupo que comprou a usina Santa Luiza.

⁸⁹ Conforme notícia publicada pela Agência de Notícias da Uniara – AGEUNIARA, disponível em: <http://www.uniara.com.br/ageuniara/artigos.asp?Artigo=4205>. Acesso: agosto de 2012.

Mapa 4

Assentamento Monte Alegre Divisão dos contratos agroenergéticos após a falência da usina Sta. Luiza

No Mapa 4 é possível notar também que além da aquisição dos contratos efetuados anteriormente pela usina Santa Luiza, os três grupos ampliaram seus domínios sobre a terra dos assentados, através do estabelecimento de novos contratos. Vale destaque também à presença da usina Maringá, que neste período também fixou contratos com os assentados, em lotes que ainda não haviam iniciado a “parceria” para a produção da cana.

Já no Mapa 5 é possível visualizar a localização dessas usinas, todas situadas a menos de 30 km do assentamento Monte Alegre. Também é possível observar a existência de outras usinas nas proximidades, como Zanin, Santa Adélia, São Carlos, que sinalizam a força do setor sucroalcooleiro nessa região. Somente nesse raio de distância traçado até 40 km do assentamento Monte Alegre, observamos duas unidades do Grupo Cosan, o maior do setor – Tamoio e Bonfim.

Mapa 5

Distâncias das usinas de cana em relação ao assentamento Monte Alegre

Segundo orientações da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil⁹⁰, em tradicionais regiões produtoras de cana costuma-se utilizar uma distância econômica padrão de produção até a indústria de 20 quilômetros. Esta distância é determinada pelos altos custos de transporte da cana até a unidade industrial, sendo um dos fatores decisivos na rentabilidade da lavoura.

O produtor que tiver que deslocar a cana para ser processada em uma unidade industrial distante 50 quilômetros de sua lavoura, por exemplo, terá um acréscimo no custo de produção de 13%. Já uma cana distante 5 quilômetros da unidade industrial terá um custo inferior em 7% ao de uma lavoura distante 20 Km da unidade industrial. Então, em função dos custos do transporte da cana, a

⁹⁰ CONFEDERAÇÃO da Agricultura e Pecuária do Brasil. *Cana-de-açúcar*: orientações para o setor canavieiro. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Brasília: CNA/SENAR, 2007. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Cana-deacucar_orientacoes_para_o_setor_canavieiro_000fipw96tk02wyiv80z4s4733kvhu6q.pdf>. Acesso: agosto de 2012.

localização vai interferir diretamente na formação da renda da terra diferencial, e visando à acumulação do capital as usinas tendem a cercar as terras mais próximas a ela.

Este fato revela uma das características da expansão do setor sucroalcooleiro que é o da concentração de terras, isto é, para que a usina possa ser competitiva no mercado, ela precisa expandir seus domínios sobre as terras localizadas ao redor da sua unidade industrial. Neste processo, a usina tende a pressionar as áreas vizinhas, de forma a transformar tudo em canavial – expressão concreta do processo de territorialização monopolística efetuada pelos grupos agroindustriais canavieiros. É nesse contexto que observamos o interesse das usinas também nas terras de assentamentos rurais de reforma agrária.

De acordo com João Ferreira, que trabalha na usina Maringá, a distância ideal das lavouras de cana até a usina baseia-se no raio de até 40 km, porém, com a necessidade de fazer volume e diante da forte concorrência na região, a usina vai buscar cana até em locais mais distantes, conforme cita: *“para você ter volume de cana, você tem que buscar mais longe. Nós chegamos a ter cana a 140 km daqui. Claro, se você vai buscar cana em um local desses, você vai ter que pagar menos por causa do custo do transporte”*.⁹¹

Então nesse caso, quem vai arcar com os custos do transporte é o fornecedor e não a usina – caso válido no estabelecimento de contratos de aquisição de cana por fornecedores. A usina continuará, portanto, drenando toda a renda da terra do setor na circulação de mercadorias.

Logo, quando é possível transferir os custos da produção para outrem, a distância a ser percorrida no transporte da cana torna-se mais flexível. Por isso que quando o capital é territorializado no setor sucroalcooleiro o resultado é a concentração de terras ao redor da unidade industrial e, por decorrente, a “monoculturação” da cana-de-açúcar, pois a apropriação da renda diferencial está diretamente atrelada a essa dinâmica.

Alimentado pelo processo de liberalização dos mercados e crescimento do capital financeiro em escala global, verifica-se a reestruturação de cadeias

⁹¹ Entrevista realizada com João Ferreira, supervisor administrativo da usina Maringá, em agosto de 2012.

produtivas do sistema agro-alimentar em nível global, sob a coordenação de poderosas transnacionais envolvidas com a produção de insumos, processamento e comercialização da produção, além do estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho (MARQUES, 2008).

Neste contexto, o aumento do interesse mundial pelo etanol tem alterado a estrutura do setor de açúcar e álcool no Brasil. Esse movimento tem sido marcado pelo aumento do capital estrangeiro no setor. A participação de empresas estrangeiras na indústria da cana no Brasil cresceu de 1% em 2000 para aproximadamente 25% em 2010 (XAVIER, C. V.; PITTA, F. T.; MENDONÇA, M. L, 2011). Nesse contexto, verifica-se a partir do início dos anos 2000 um crescimento da massa de investimentos estrangeiros no setor, com destaque para produtores europeus de açúcar, como os grupos franceses Tereos e Louis Dreyfus; e mais recentemente grandes tradings e grupos asiáticos.

A internacionalização do setor cresce rapidamente: empresas como a Cargill, a Bunge, a ADM e a Syngenta compram enormes extensões de terra para poder estabelecer a monocultura da cana-de-açúcar (ou da soja e da palmeira para o agrodiesel); o capital financeiro dos EUA e do Japão também mostram interesse no setor. Assim, George Soros decidiu investir 200 milhões de USD na produção de álcool em Minas Gerais, e Bill Gates injetou 86 milhões de dólares para financiar a Pacific Ethanol (HOUTART, 2010)

Muitas usinas também iniciaram a partir de 2000 a abertura de capitais de suas companhias na bolsa de valores para angariar recursos. É o caso do Grupo São Martinho⁹², da família Ometto⁹³, que abriu o capital da companhia em 2007, e comprou no mesmo ano 41,67% do capital da usina Santa Luiza e 32% da usina Santa Cruz com o adicional de 17,97% da Agropecuária Boa Vista, sua empresa agrícola, em 2011. Hoje o grupo possui três usinas em operação: São Martinho, Iracema e Boa Vista.

A Cosan, criada por Rubens Ometto em 2000, através da união das usinas da família sob o mesmo grupo, foi uma das pioneiras nesse processo, tendo

⁹² O grupo São Martinho teve, a partir de fevereiro de 2007, suas ações abertas à negociação na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código SMT03.

⁹³ Luis Ometto, João Ometto e Nelson Ometto que estão à frente do grupo São Martinho são parentes de Rubens Ometto, criador da Cosan.

ingressado no mercado de ações da Bovespa em 2005. A origem da Cosan remonta ao ano de 1936 quando seus avós fundaram sua primeira unidade agroindustrial, a usina Costa Pinto, localizada no município de Piracicaba (SP). Durante aproximadamente cinco décadas, a Cosan concentrava suas atividades nessa única unidade agroprocessadora e somente a partir da segunda metade dos anos 1980 é que a empresa adota uma política de expansão corporativa e territorial.⁹⁴

Na atualidade, essa estratégia tem significado a incorporação de novas usinas, bem como a fusão com diferentes grupos econômicos. A mais recente fusão da empresa foi feita com a petroleira holandesa Shell que resultou na formação da *joint venture* Raízen. A constituição da corporação significou a maior transação do setor sucroenergético brasileiro e apresenta como um dos seus objetivos elevar o etanol à condição de *commodity* internacional⁹⁵.

A intenção de transformar o etanol em uma *commodity* mundial também é compactuada pelo governo brasileiro⁹⁶ - sinalizada pelo Memorando de Entendimento sobre biocombustíveis assinado entre o Brasil e os Estados Unidos em 2007. O documento expressa a intenção dos países, por meio da cooperação, em expandir o mercado de agrocombustíveis de forma global para o estabelecimento de padrões uniformes e normas.

Para que uma mercadoria possa receber a qualificação *commodity* é necessário que ela atenda a pelo menos três requisitos mínimos: padronização em um contexto de comércio internacional, ou seja, que não variam consideravelmente em termos de qualidade e oferta abundante; possibilidade de entrega nas datas acordadas entre o comprador e o vendedor e possibilidade de armazenagem ou de venda em unidades padronizadas (AZEVEDO, P.F, 2001).

A Cosan, agora em parceria com a Shell, é a maior produtora de cana-de-açúcar do mundo, somando o processamento de 44,2 milhões de toneladas na safra de 2008/09. Isso representou a produção de 3,2 milhões de toneladas de açúcar,

⁹⁴ Informações obtidas no site institucional da Cosan. Disponível em: <http://cosan.com.br/Cosan>. Acesso: agosto de 2012.

⁹⁵ Ver Raízen. Disponível em: <http://www.raizen.com.br/pdfs/apresentacao.pdf>. Acesso: agosto de 2012.

⁹⁶ Para transformar o etanol em *commodity* mundial é necessário elevar o número de fornecedores mundiais do mesmo. O governo brasileiro tem realizado ações nesse sentido, a partir da transferência tecnológica do setor sucroalcooleiro a diversos países, principalmente africanos.

sendo 2,7 milhões para exportação em 2009. Em relação à produção de etanol, a empresa é a maior do Brasil e está entre as cinco maiores do mundo, sendo a maior na fabricação de etanol de cana. Na safra de 2008/09, apresentou um volume estimado de 1,7 bilhão de litros de etanol, tendo exportado 456,4 milhões de litros do produto. A corporação possui 23 usinas, com capacidade de moagem de aproximadamente 62 milhões de toneladas de cana por ano (XAVIER, C. V.; PITTA, F. T.; MENDONÇA, M. L, 2011).

O interessante é que entre os anos de 1936 e 2008 a Cosan investia basicamente no setor sucroalcooleiro. Porém, nos últimos cinco anos a direção da companhia resolveu apostar na diversificação de sua atuação no mercado, com vistas a reduzir os riscos, e neste processo investiu mais de 7 bilhões de reais em aquisições e investimentos.

Nesta escalada, a companhia fundou uma empresa de logística, a Rumo; criou ou comprou também empresas de alimentos, cogeração de energia, lubrificantes e gestão de terras. Este ano, 2012, ofereceu 900 milhões de reais para entrar no bloco de controle da ALL, maior operadora logística independente do país e adquiriu também a Comgás, maior distribuidora de gás natural do país⁹⁷.

As vendas de etanol, açúcar energia elétrica gerada da queima do bagaço da cana, que há pouco mais de três anos representavam 100% dos negócios da Cosan, responderão por 18% da geração de caixa da empresa em 2012. Caso todos os negócios sejam concluídos, o faturamento da Cosan chegará a 30,5 bilhões de reais e o grupo se tornará um dos 15 maiores do país⁹⁸, o que reforça a concentração de capital e poder nas mãos dos grandes grupos.

Portanto, estamos diante de um novo processo de mundialização do capital, marcado pela concentração de poder nas mãos de poderosas corporações transnacionais que comandam não mais um único setor, mas toda uma cadeia produtiva, passando pela produção de insumos, produção de alimentos, processamento, logística, geração de energia, e até gestão de terras.

Este novo cenário deflagrado pela intensificação do monopólio das forças produtivas e concentração de capitais traz fortes consequências para o campo e

⁹⁷ Ver reportagem sobre Rubens Ometto na Brasilagro, publicada em 12 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.brasilagro.com.br/index.php?noticias/detalhes/14/43518>. Acesso: agosto de 2012.

⁹⁸ Idem, 2012.

principalmente para as populações camponesas, pois o capital procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato. No período de ascensão dos agrocombustíveis, o agronegócio seria favorecido na disputa de territórios com o campesinato, como demonstra Fernandes (2008):

(...) a expansão e o refluxo dos territórios são resultados de conjunturas econômicas e com a nova onda da agroenergia, há a tendência de expansão principalmente do território capitalista. Mas além desta tendência, o capital tem o poder de se territorializar mais rápido que o campesinato por causa das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, que expropria o campesinato de seus territórios. A territorialização do campesinato ocorre predominantemente por meio da luta popular e de políticas públicas (FERNANDES, 2008, pg.18).

É importante destacar que uma das únicas tentativas de dificultar o crescimento desenfreado do capital estrangeiro na canavicultura está sendo colocada em xeque. O parecer da Advocacia-Geral da União - AGU em vigor que restringe as aquisições de imóveis rurais por empresas que tenham 51% ou mais de seu capital volante nas mãos de não brasileiros, pode ser modificado.

Atualmente as aquisições, regidas pela Lei nº 5.709 (7/10/71), são limitadas a 50 módulos fiscais⁹⁹ para pessoas físicas (250 a 5 mil hectares) e a 100 módulos (500 a 10 mil hectares) para empresas estrangeiras, desde que aprovadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A soma de imóveis rurais por estrangeiros também não pode ultrapassar a quarta parte da superfície de um município e, uma mesma nacionalidade tem limitada o acesso a terra em 10% da área de um município, o que limita de certa forma a entrada de novos grupos estrangeiros no setor sucroalcooleiro, cuja competitividade do mercado determina a compra de enormes extensões de terra. A esse respeito, Dirlei ressalta:

Isto vai impedir a entrada de capital barbaramente. Como você vai fazer uma usina com 350 hectares? Esquece. Então se algum estrangeiro quiser vir aqui, ele vai comprar os 350 hectares, aí ele vai fazer a unidade industrial, e vai ter que se acertar com o povo que está em volta. Então isso restringe um pouco a vinda de capital estrangeiro para ser aplicada no setor. Porque hoje um problema que nós temos e vamos ter por mais 2 ou 3 anos pelo menos é falta de matéria-prima. E matéria-prima vc. não cria

⁹⁹ O módulo fiscal varia de acordo com o município, sendo que o menor equivale a 5 hectares e o maior a 110 hectares. O módulo fiscal de Araraquara e Motuca, por exemplo, é de 12 hectares.

*com a caneta. Não adianta o governo esperniar. Não tem cana, como eu vou fazer etanol?*¹⁰⁰

Para Dirlei, gestor da empresa SCA Etanol do Brasil, a limitação da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil atrapalha o crescimento e a entrada de capitais no setor, uma vez que não é viável construir uma usina sob o aporte de *350 hectares*.

Como destaca Oliveira (2010), os dois principais setores a pressionar o crescimento da aquisição de terras por estrangeiros são o sucroenergético e o de celulose e madeira plantada, ou seja, onde ocorre a territorialização dos monopólios. O primeiro setor, em função da compra de usinas nacionais pelas multinacionais que tinham em seus ativos muita terra, além do crescimento da demanda de etanol motivada pela ampliação da frota de carros flex. Já o segundo porque tinha planos de expansão e necessitava elevar o plantio com silvicultura.

O novo relatório aprovado recentemente pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados estabelece que empresas nacionais, mesmo com maioria de capital estrangeiro, sejam consideradas brasileiras. Com isso, até empresas com 99,9% de capital estrangeiro poderão adquirir qualquer extensão de terra, desde que sigam as regras da legislação para empresas 100% nacionais. Mas organizações não governamentais, empresas e fundos soberanos estrangeiros ficam impedidas de adquirir terras no Brasil. O relatório segue agora para análise das demais comissões da Câmara, que serão designadas pela Mesa Diretora.¹⁰¹

Caso o novo relatório entre em vigor, o cenário estará ainda mais favorável para a internacionalização do setor sucroalcooleiro no avanço sobre frações do território brasileiro. Ao mesmo tempo em que a mudança da lei pode estimular e beneficiar a entrada de capital estrangeiro nesse setor que depende tanto da territorialização do monopólio, Oliveira (2010) nos mostra que não devemos recorrer a previsões alarmantes. Um estudo realizado por ele demonstrou que ao contrário do que tem sido divulgado pela imprensa e principalmente pelo INCRA, sobre a

¹⁰⁰ Entrevista realizada com Dirlei Marcello, que atua no setor sucroalcooleiro há 40 anos, e há 12 anos está à frente da SCA Etanol do Brasil, em agosto de 2011.

¹⁰¹ Reportagem publicada pelo Valor Econômico, no dia 14/06/2012. Disponível em: <https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/6/14/projeto-de-lei-libera-compra-de-terras-por-estrangeiros>. Acesso: setembro de 2012.

aquisição desenfreada de terras por estrangeiros no Brasil, os dados revelam outra realidade. Segundo ele:

(...) supondo-se que todo o Investimento Estrangeiro Direto (IED) na agricultura tivesse sido aplicado em pessoas jurídicas nacionais "laranjas", somando-se ao total de terras de estrangeiros legalmente presente no cadastro do INCRA em 2010, chegar-se-ia ao total de 6,822 milhões de hectares, ou, 0,80% do território brasileiro. E se o mesmo ritmo de crescimento fosse mantido, chegar-se-ia em 2020 com o total de 10,468 milhões de hectares sob controle de estrangeiros, ou seja, 1,23% do país (OLIVEIRA, 2010, pg.53).

Trata-se de um número muito aquém do limite legal imposto pela Lei nº 5.709/71, que legitima a aquisição de até um quarto da área do País (artigo 12), ou seja, 212,869 milhões de hectares do território brasileiro.

De fato, a exploração de grandes porções de terras sempre foi uma realidade no território brasileiro, e ocorreu principalmente comandada por empresas brasileiras que, "historicamente, sempre usaram da grilagem de terras públicas para formar sua base patrimonialista em terra" (OLIVEIRA, 2010, pg.54).

No entanto, a mundialização do capital, como revela Marques (2008) envolve a terra e o trabalho:

A terra, dado o seu caráter imóvel, é globalizada na medida em que o capital se desloca criando novas frentes de expansão, comprando ou alugando terras e promovendo mudanças quanto ao seu uso e/ou regime de propriedade. O trabalho, por sua vez, pode ser afetado de diferentes maneiras com a destruição de antigas relações de produção, precarização e crescente proletarianização dos trabalhadores, estímulo à mobilidade espacial, criação de uma variedade de formas de subcontratação do trabalho da unidade de produção familiar, etc (MARQUES, 2008, pg.55).

O trecho, citado de Marques, sinaliza as consequências da mundialização do capital na agricultura no que tange a terra e o trabalho. Como tentamos demonstrar, a expansão do setor sucroalcooleiro tem promovido alterações de uso e/ou regime de propriedade através da territorialização e da monopolização do território.

O mercado global traça novos padrões de escala de produção, ao mesmo tempo em que restringe o leque de cultivos a serem produzidos. Esse processo tem levado à orientação progressiva da produção agropecuária para o mercado externo, em detrimento da produção para o consumo próprio, local ou nacional. O campo se

transforma cada vez mais em um produtor de *commodities*, favorecendo a formação de monoculturas através de cultivos como a cana-de-açúcar e, conseqüentemente, a homogeneização dos espaços rurais.

No que concerne ao trabalho, analisaremos a seguir de que forma esse processo tem modificado as relações de trabalho na unidade de produção camponesa, sob uma análise do ingresso do setor sucroalcooleiro nas terras de reforma agrária.

2.4 As relações de trabalho na “parceria” dos canaviais

Inicialmente, o acordo firmado entre a usina Santa Luiza e os assentados estabeleceu que tanto a produção quanto o corte da cana deveria ser realizado pelos próprios assentados, que se organizaram sob o regime de mutirão. Esse regime, assim como a troca pura e simples de dias de trabalho entre os assentados, são práticas tradicionais camponesas de ajuda mútua, empregadas para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar. Esse processo tende a aparecer em função de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados (OLIVEIRA, 1990). Então as famílias começaram a se auxiliar mutuamente, um dia cortavam a cana de uma, depois a da outra, e assim sucessivamente até finalizar o ciclo.

É importante destacar que a realização do mutirão não está subscrita às leis trabalhistas, uma vez que a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT regulamenta o trabalho subordinado, configurado através da dependência econômica do empregado junto ao empregador, o que não corresponde à práxis camponesa onde as relações se dão sob a solidariedade e cooperação (PASSOS, 2011).

A execução de todo o ciclo de plantio pelos assentados foi uma das “bandeiras” do projeto apresentado pela prefeitura de Motuca e um dos fatores responsáveis pela aceitação e viabilização da entrada da cana no assentamento, conforme expresso em ofício apresentado ao Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues pelo então prefeito de Motuca Emílio Fortes:

Assim sendo, estamos fomentando uma parceria inédita em assentamentos rurais do Estado de São Paulo, uma vez que 100% dos procedimentos de mão de obra braçal são executados pelos próprios agricultores, e até o presente momento não houve utilização de crédito rural, uma vez que todo investimento será pago em produção de cana nas safras vindouras.¹⁰²

Dessa forma, a usina ficaria responsável por fornecer as mudas, tecnologia do plantio, adubos e insumos, processamento e compromisso de compra das matérias-primas, enquanto os assentados deveriam se incumbir do restante, que incluía o plantio, os tratos culturais, o corte, e até o transporte da cana junto à usina. As atividades de preparação do cultivo eram disponibilizadas apenas na primeira safra¹⁰³ e descontadas em tonelagem, 50% na primeira colheita, 30% na segunda, e 20% na terceira. Neste caso, em que o assentado participa de praticamente todas as etapas do processo produtivo, a cana aparece como produto do trabalho camponês:

*A usina fornecia a muda, mas jogar o sulco, cobrir e tal, isso era feito pelos assentados, mas a usina vinha, e passava o herbicida com máquina para não sair o mato, mas sempre acaba saindo uma moitinha aqui outra lá, que o veneno não conseguiu fazer a cobertura de 100%. Então esse mato que escapava aqui e ali, eram eles que tinham que fazer na enxadinha, carpir os carregadores, controlar as formigas.*¹⁰⁴

Assim, mesmo a usina controlando através de um “receiturário” todas as etapas do processo produtivo, a cana aparece como produto do trabalho camponês, pois é resultado do trabalho da família. Deste modo, apesar da subalternidade dos camponeses no processo, desta “inclusão subordinada” nas palavras de Fabrini (2010), estamos diante da agricultura camponesa. Logo, o trabalho e a renda da terra são transferidos ao capital na etapa da comercialização da produção. Então

¹⁰² Ofício 118/2004 enviado a Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura, pelo então prefeito de Motuca Emílio Fortes no dia 19 de abril de 2004. Este ofício teve como objetivo solicitar apoio do governo federal ao projeto desenvolvido no município de Motuca, através da aquisição de um trator agrícola de alto desempenho e viabilização do crédito rural subsequente. A visualização deste material foi disponibilizada por Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca em agosto de 2012.

¹⁰³ De acordo com Ferrante (2009), para a primeira safra, o contrato estabelecia algumas horas de trabalho do trator da usina para destocar eucaliptos que ainda estavam no solo, arar a terra e abrir os sulcos para plantar a cana, aplicação de “mata-mato”, cupinicida, veneno para formigas e ainda as mudas.

¹⁰⁴ Entrevista realizada com Mauro Cavichioli, coordenador do ITESP na regional de Araraquara, em dezembro de 2010.

nesse caso, ainda que de forma subjugada às usinas, o camponês consegue produzir agrocombustível sem perder de forma plena sua condição camponesa, mesmo que encontre desafios à sua emancipação.

Então no processo de trabalho camponês forma-se uma renda da terra, entretanto, isso não significa que ela seja apropriada por ele mesmo (SANTOS, 1978). No caso citado acima, em que o camponês participa do processo produtivo sob os ditames das usinas, o trabalho excedente da família camponesa se converte em renda capitalizada, uma vez que o camponês sujeita à renda da terra ao capital. Nesse caso, ao efetuar a comercialização da cana, a usina se apropria dessa renda sem ser a proprietária da terra.

Acontece que esse processo se modificou ao longo do tempo. Logo no primeiro ano começou haver um descontentamento por parte de alguns assentados frente ao regime de mutirão, desencadeado pela desigualdade no esforço e na quantidade de cana cortada por cada assentado. Conforme retrata Jair¹⁰⁵, assentado do núcleo II do Monte Alegre e secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente de Motuca:

Quando a cana entrou no assentamento ficou combinado que o corte seria organizado através de mutirão. Só que as pessoas são muito desiguais, então na verdade uns têm uma certa idade, uma certa capacidade de trabalho, outros têm outra, e hoje tem a questão do interesse financeiro acima de tudo. Então não se avalia, por exemplo, que é bom você estar aqui independente do quanto você rende.¹⁰⁶

Segundo D'Aquino (1996), mesmo para aqueles que aceitam a organização em cooperativa, a grande dificuldade da questão do trabalho coletivo num entorno capitalista parece ser o controle das horas trabalhadas e as diferenças de produtividade, em especial as relativas às diferenciações próprias do ciclo vital e do gênero.

Os que acabaram cortando uma grande quantidade de cana se sentiram prejudicados frente aos que tiveram um rendimento inferior, e essa insatisfação

¹⁰⁵ Jair é um dos idealizadores do projeto de biodiesel no assentamento Monte Alegre, e nunca apoiou o Projeto Cana no assentamento.

¹⁰⁶ Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em dezembro de 2010.

culminou na descaracterização do mutirão e na adoção de outra relação de trabalho, baseada no pagamento individual em dinheiro por tonelada cortada:

Eles viram que logo no primeiro ano isso não funcionou porque você cortava 10 toneladas e eu cortava 5, então era muito desproporcional. Então quando você ia cortar minha cana você cortava 5, quando eu ia cortar a sua, eu cortava 10, o rendimento era outro. Então eles decidiram colocar um valor pra essa tonelada de cana cortada, porque aí se eu cortar 10 toneladas no seu lote, eu vou ganhar sobre as 10, se você cortar 5, você vai ganhar pelas 5.¹⁰⁷

Outra questão, presente na fala de Neusa, refere-se à dificuldade de encaixar o trabalho familiar na produção canavieira nos moldes da “parceria” agroindustrial em questão:

Por 3 anos esse mutirão foi bom, depois começaram a pisar na bola. Aquela estória de fulano ficar doente, sabe? Tem gente que é folgada. Aí a usina liga e diz que o caminhão vai encostar e se a cana não estiver no chão esquece, só ano que vem. Aí tem que chamar gente de fora para cortar. Eu, por exemplo, busquei de Sertãozinho. Porque só a gente com os filhos não dá conta. Pra você derrubar cana nessa terra aqui de um dia para outro precisa de pelo menos 50 pessoas.¹⁰⁸

Fotografia 13 – Colheita e carregamento da cana no assentamento Monte Alegre.
(Fonte: GUERRA, A. 2012)

¹⁰⁷ Entrevista realizada com Mauro Cavichioli, coordenador do ITESP na regional de Araraquara, em dezembro de 2010.

¹⁰⁸ Entrevista realizada com Neusa, assentada do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

A predominância familiar possui uma limitação que é inerente à forma de organização do trabalho. Essa limitação determina a área de produção e, por conseguinte, todas as relações que lhe são resultantes como tempo de trabalho, renda, quantidade produzida, etc (WELCH; FERNANDES, 2008).

A logística traçada pela usina para o transporte da produção requer a locomoção de grandes quantidades do plantio, incompatível com o número de braços disponíveis no seio familiar. Como uma família vai cortar 60 toneladas de cana em um dia? A lógica imposta pelo modelo industrial não favorece o trabalho familiar, e sinaliza a adoção de novas relações de trabalho, como as que passam a ocorrer no assentamento após uma tentativa frustrada de realizar o corte através do mutirão. Para o presidente da Feraesp, Elio Neves, é o interesse da indústria que prevalece. Em outras palavras: a logística imposta pela usina revela a subordinação em que se encontra o camponês nessa “parceria”.

O problema é que a usina coloca uma logística: oh...precisa entrar tanto de cana. Se a usina recebesse de caminhonete, de carrocinha, talvez eles dessem conta. Porque é o interesse da indústria que está prevalecendo, não o interesse do produtor.¹⁰⁹

Na lógica capitalista, tudo é feito visando à maximização dos lucros, e por isso a utilização do caminhão, ao invés da carrocinha. No entanto, a vida camponesa não é organizada pelas necessidades do mercado, ela está assentada na forma simples de circulação de mercadoria, movimento expresso na fórmula M-D-M, em que mercadoria é convertida em dinheiro para comprar mercadoria, em oposição à produção capitalista em que dinheiro é convertido em mercadoria para novamente compor dinheiro, representado pela fórmula D-M-D' (OLIVEIRA, 1987).

A circulação simples de mercadorias por parte do camponês tem como objetivo a apropriação de valores de uso, a satisfação das suas necessidades. Então ele venderá seus produtos para adquirir outros produtos diferentes que possam satisfazer suas necessidades de consumo.

¹⁰⁹ Entrevista realizada com Elio Neves, presidente da Feraesp, em outubro de 2011.

A participação do campesinato no sistema agrícola do agronegócio é sem dúvida uma condição determinada pelo capital e por isso é marcada por contradições. Trata-se da lógica da agricultura capitalista, que subordina a agricultura camponesa, através da imposição de parâmetros de produtividade, normas de logística, isto é, controle sobre todas as etapas produtivas. Porém, como nos ressalta Marques (2008):

(...) a forma característica de organização camponesa se mantém, mesmo que modificada, devido à posição ambígua em que ele se encontra sob o capitalismo: integrado e marginal, complementar e contraditório, dentro e fora ao mesmo tempo (MARQUES, 2008, pg.69).

O novo consórcio firmado entre os assentados e as usinas São Martinho, Santa Cruz e Bonfim - oriundo da falência da usina Santa Luiza, estabeleceu que cada família deveria ser responsável por sua própria colheita. Entretanto, não foi o que passou a ocorrer na realidade. Com o insucesso do mutirão, muitas famílias começaram a delegar este processo a uma terceira pessoa, paga por eles próprios, por dia de serviço.

Nós estamos com a São Martinho e a usina só compra a produção. Toda a manutenção é da gente. A gente planta, põe a turma, colhe, porque aqui é feito um tipo assim, um mutirão. O problema está em fazer mutirão, mas sempre é pouca gente, então a gente é obrigado sempre a colocar um pessoal pra cortar cana, e nós paga o pessoal pra fazer o corte.¹¹⁰

A fala do Sr. Fagundes expressa à dificuldade na realização do mutirão: *o problema está em fazer mutirão, sempre é pouca gente, então a gente é obrigado sempre a colocar um pessoal pra cortar a cana*. De fato, em alguns núcleos existe o complicador da questão demográfica. O núcleo II, por exemplo, onde mora o Sr. Fagundes, muitas famílias são compostas por casais de idosos, cujos filhos não moram mais no lote.

Todavia, além de estar em desacordo com as orientações do contrato estabelecido, este procedimento não era permitido pelas leis trabalhistas, uma vez

¹¹⁰ Entrevista realizada com o Sr. Fagundes, assentado do Monte Alegre 2, em dezembro de 2010.

que o “assalariado” não era registrado. Conforme relato do Sr. Domingos, morador do Monte Alegre II:

Então, o ano passado cada dono de lote tinha que ter uma pessoa para cortar, só que tinha quer ser o dono do lote, não podia pegar um representante. Então eu, por exemplo, arrumei um representante, quer dizer, o que acontece, o corte da cana nois pagava R\$ 600 só que ele trabalhava cortando cana e ele ganhava a diária dele. Aquele R\$ 600 era só para representar a gente. Representava cada um e nois fizemos uma reunião e combinamos assim. Quando a gente já tinha cortado uns 10 lotes, o Ministério do Trabalho chegou e eles me ligaram aqui e disseram “Oh, o Ministério do Trabalho está aqui e quer falar com você”. Ai eu fui lá e a doutora Elaine me chamou e falou: como é que é o procedimento do corte? E eu falei, o corte aqui é o seguinte, quem não pode cortar, dono do lote, ta pondo um representante. E ela falou, “mas é irregular”. Mas a gente ta sabendo que é irregular, mas quem não pode ta fazendo isso. Agora quem não pode é uma coisa, só que ninguém queria, todo mundo punha um representante e saia fora. Mas ela falou que ah não pode, vou ter que dar um jeito.”¹¹¹

A fala do Sr. Domingos revela que poucas famílias estavam realizando sua própria colheita. Mesmo aqueles que tinham condições de trabalhar no corte, não queriam fazê-lo. Para Jair, os pais geralmente não querem que os filhos exerçam esse tipo de atividade:

O próprio pai muitas vezes também acabava fazendo bicos pra fora, porque na cana não precisava ficar, e outra, acabava trazendo gente de fora para cortar cana, porque o filho dele não podia cortar cana, mas o do outro podia, o meu filho vai estudar, agora o do outro não precisa ter estudo.”¹¹²

Segundo Jair, o fato das famílias terceirizarem o corte da cana é uma contradição: “eles estavam contratando sem carteira registrada, sem direitos trabalhistas. Quer dizer, aquele que era explorado, passou a ser um explorador - é a revolução dos bichos”, complementa.

Então os assentados começaram a assalariar os seus próprios vizinhos, além de buscar gente de fora do Monte Alegre para efetuar o corte. Ao pagar uma terceira pessoa para realizar o corte da cana, o camponês passa a se apropriar da mais-valia deste trabalhador, isto é, da fração do valor produzido por esse

¹¹¹ Entrevista realizada com o Sr. Domingos, assentado do Monte Alegre 2, em dezembro de 2010.

¹¹² Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em dezembro de 2010.

trabalhador que não lhe é paga. Em outras palavras, o camponês passa a se apropriar da renda da terra capitalista. Para Tavares dos Santos (1978) quando um camponês passa a assalarar o seu vizinho, ele está fazendo uso do trabalho acessório do mesmo. Nesse caso, o camponês passa a ser assalariado de outro camponês, cuja família não basta para o desempenho das tarefas agrícolas. Significa dizer que o trabalhador assalariado nesse caso não é um trabalhador expropriado dos meios de vida, e sim um camponês utilizando o trabalho acessório nos momentos em que a amplitude da família não o permite. Como nos explica Tavares dos Santos (1978):

Pode-se concluir que, tanto do lado da procura quanto do lado da oferta, é a força de trabalho familiar que provoca a necessidade da utilização de trabalho assalariado, bem como seu desaparecimento, no processo de trabalho camponês. [...] O camponês não desenvolve uma relação de oposição ao trabalhador na medida em que este outro, na realidade, é ele mesmo. Em outras palavras, se o trabalhador é um camponês em atividade acessória, como indiquei, não se podem diferenciar aqui posições sociais entre personagens que são efetivamente unos, personificações de um mesmo processo de trabalho camponês (SANTOS, 1978, pg.44).

O que Tavares dos Santos quer exemplificar é que o emprego da mão de obra assalariada entre camponeses, *personagens que são efetivamente unos*, decorre do ciclo de existência da família camponesa, isto é, da necessidade de ambas as famílias em momentos distintos do processo produtivo, o que não configura uma descaracterização da unidade camponesa sob esse prisma.

Assim, a força de trabalho assalariada aparece na unidade de produção camponesa como complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, nos quais as tarefas exigem rapidez e muitos braços (OLIVEIRA, 1990). No caso citado acima, o assalariamento aparece em alguns casos como necessidade expressa nas variações demográficas da família: *quem não pode cortar, dono do lote, ta pondo um representante*. Já em outros casos aparece como opção: *agora quem não pode é uma coisa, só que ninguém queria, todo mundo punha um representante e saia fora*. Neste sentido, podemos dizer que está havendo no assentamento Monte Alegre uma descaracterização das unidades camponesas sob esse viés.

Temos de um lado relações de assalariamento entre camponeses sob a mediação do trabalho acessório que se realiza como consequência da necessidade demográfica em um determinado momento do ciclo agrícola, de outro, relações de assalariamento entre camponeses cujo fio condutor não perpassa pela necessidade do complemento da mão de obra familiar, e há ainda a utilização da força de trabalho assalariada de não camponeses por camponeses. Então encontramos situações distintas que sinalizam a pluralidade do campesinato e seu processo de reprodução contraditória.

Neste sentido, vale a contribuição de Kautsky (1980) sobre o emprego da mão de obra assalariada na unidade de produção camponesa:

(...) o trabalhador camponês vende produtos agrícolas, mas não emprega assalariados, senão em pequeno número, por vezes algum camponês que não seja capitalista, mas simples produtor de mercadorias. Este é um trabalhador que não vive da renda que traz sua propriedade; vive do seu trabalho [...]. Ele necessita da terra como meio de transformar o seu trabalho em garantia de sua existência e não para a obtenção de lucro ou renda fundiária. Posto que o resultado de sua produção lhe reembolse as despesas e também lhe pague o trabalho investido, ele terá a sua condição de existência garantida (KAUTSKY, 1980, p.151).

Para Kautsky, o camponês até pode empregar o trabalho assalariado na sua unidade de produção desde que em pequeno número, e para se reproduzir como um simples produtor de mercadorias. Nesse sentido, enquanto a unidade de produção capitalista se reproduz majoritariamente através do uso da mão de obra assalariada, a unidade de produção camponesa se reproduz com base no dispêndio de trabalho de sua família.

O assalariamento não descaracteriza a unidade camponesa, desde que a renda gerada por essa atividade não seja predominante na composição total da renda da família. Neste sentido, podemos considerar camponeses os produtores que utilizam predominantemente o trabalho familiar, mesmo que não exclusivamente. Em outras palavras, o que define o capitalista é o uso majoritário da mão de obra assalariada que se resvala consequentemente na apropriação da mais-valia gerada nesse processo produtivo.

Entretanto, como veremos mais adiante, para uma boa parcela dos moradores do Monte Alegre a renda obtida através do cultivo da cana reпреntou

cerca de 60% dos rendimentos totais da família. Em alguns casos esse número foi ainda mais expressivo, atingindo 80% ou até 90% - o que indicaria elementos da reprodução contraditória do campesinato, que será discutido a *posteriori*.

Todavia, ao tomar conhecimento do caso, o Ministério do Trabalho interveio e interrompeu o corte até a resolução de um novo procedimento, que foi debatido também com o ITESP e o sindicato rural:

Nesse intervalo nós paramos 3 meses sem cortar cana, então eu ia para reunião, ia para o Ministério do Trabalho, ia para usina, trazia o pessoal da usina, todas as usinas, não era uma só não: Santa Cruz, São Martinho, Cosan, e todo mundo na briga, menos a Maringá, porque ela tava trabalhando com pessoal registrado, eles que cortavam. E nós lutamos, lutamos, e depois de 2 mês, aí chegou no último dia e aí ela falou: o que vocês resolveram? A gente precisava cortar cana, né? Aí eu falei, vamos fazer o seguinte, cada dono do lote vai colocar uma pessoa pra cortar, quem não colocar, a cana fica sem cortar, não tem outra solução, né. Se o regulamento é assim, então vamos trabalhar assim. Então, o dono do lote podia fazer isso, porque vamos se dizer que aconteça um acidente comigo que eu to cortando cana, a responsabilidade é minha. Agora se eu to com o representante e ele se acidenta aqui, a minha cana não dá para pagar a indenização dele, entendeu? Então foi muito bem conversado e aí eu trouxe a proposta para o pessoal, e eles "Ah, mas eu não posso, eu também não posso..." Nessas alturas, nós conseguimos uma parte, nós tinha 12 lotes pra cortar, então algumas pessoas colocaram gente pra cortar, vieram ajudar, os que não fizeram, que não tinham representante, diz que não podia, e podia porque tinha gente nova que podia fazer isso, não queria trabalhar na cana, ficou lote pra trás. Então nós cortamos os 12 lotes e terminamos a nossa parte, né.¹¹³

Naquele momento, como medida emergencial, já que a cana precisava ser cortada com certa rapidez, cada família ficou responsável por eleger um representante, de preferência alguém do seio familiar, para realizar o corte. A compreensão dos possíveis prejuízos de agir na ilegalidade, isto é, de contratar alguém para cortar a cana sem registro em carteira de trabalho, é destacado por Sr. Domingos: *então, o dono do lote podia fazer isso, porque vamos se dizer que aconteça um acidente comigo que eu to cortando cana, a responsabilidade é minha. Agora se eu to com o representante e ele se acidenta aqui, a minha cana não dá para pagar a indenização dele, entendeu?*

Nesta fala também é possível perceber a precarização do trabalho que envolve essa atividade, e que leva Sr. Domingos a demonstrar preocupação com a

¹¹³ Entrevista realizada com o Sr. Domingos, assentado do Monte Alegre 2, em dezembro de 2010.

ocorrência de acidentes. De acordo com a Pastoral da Terra¹¹⁴, o padrão de exploração que envolve o corte da cana tem causado sérios problemas de saúde e até a morte de trabalhadores. Em abril de 2007, por exemplo, segundo relatos da mesma, um funcionário da usina Santa Luiza, no município de Motuca, a mesma que comandou a proposta de consórcio de cana-de-açúcar nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre, faleceu de asfixia e outro ficou gravemente ferido, quando faziam o controle da queima da cana e foram atingidos pelas chamas. Exemplo como esses se multiplicam no campo, e confirmam a exploração do trabalho advinda dessa atividade.

Resolvida à questão do corte dessa safra, o ITESP orientou os assentados a procurarem “parceria” com a usina Maringá, cuja proposta era diferente. E coube às três usinas isentarem os assentados sobre a responsabilidade de permanência do contrato, isto é, mesmo sem o término das cinco safras, eles poderiam desfazer a “parceria”, sem terem que arcar com a multa. Porém, ao encerrar o contrato, não havia como se livrar do prejuízo financeiro, uma vez que as últimas safras eram as mais vantajosas ao agricultor – período em que não eram mais descontados pelas usinas, em referência às atividades de preparação do cultivo. E ao passo que os contratos foram vencendo, estas usinas em geral também não demonstraram interesse na renovação dos mesmos, conforme será abordado mais adiante.

O Sr. Domingos também ressalta a orientação fornecida pelo ITESP após esse episódio:

*O ITESP falou: bom, a usina não vai cortar mais cana aqui, nós não vamos deixar mais cortar cana, quem quiser trabalhar, trabalha com a Maringá, a Maringá tem gente registrada, a responsabilidade é deles. Então a maioria passou para a Maringá.*¹¹⁵

A usina Maringá, por sua vez, submeteu um novo projeto à apreciação do corpo jurídico do ITESP e cujo escopo consistia no registro, dos assentados envolvidos no plantio e no corte da cana, em carteira de trabalho. O modelo foi aprovado após cerca de oito reuniões dentro da delegacia do trabalho, e de acordo com Mauro Cavichioli, do ITESP, contou com a participação de representantes do

¹¹⁴ Ver Pastoral da Terra “Mitos e Impactos na América Latina” (2007).

¹¹⁵ Entrevista realizada com o Sr. Domingos, assentado do Monte Alegre 2, em dezembro de 2010.

Ministério do Trabalho, sindicalistas, procuradores do estado, defensoria pública, entre outros.

Segundo o novo projeto, cada família deveria apresentar uma pessoa para ser registrada temporariamente durante o período de safra, cerca de quatro a cinco meses, podendo ser o beneficiário do lote, o filho dele, ou algum agregado que estivesse na composição familiar. Mas caso a família não tivesse ninguém para indicar, o vizinho poderia indicar duas pessoas, desde que ele também produzisse cana e estivesse dentro do projeto. Conforme relatos ouvidos durante as entrevistas de campo, alguns representantes do projeto não passaram no exame médico, e começaram a indicar pessoas fora do núcleo familiar, fato que não agradou o Ministério do Trabalho, que passou a pressioná-los. Dessa forma, houve algumas desistências e muitos passaram a agregar pessoas ao núcleo familiar visando à inclusão no projeto. Segundo o coordenador Mauro Cavichioli do ITESP:

No começo eles não estavam achando gente no assentamento para registrar. Aí nós fizemos uma reunião com o pessoal, e nós falamos: olha pessoal, vocês sabiam da regra do jogo. A regra do jogo é vocês terem que indicar alguém do núcleo familiar de vocês pra estar sendo registrado. Aí, por exemplo, a usina Maringá tem 100 produtores, eles não iam registrar os 100, mas pelo menos uns 60 produtores. Então tinham muitos lotes lá que não iam precisar indicar, mas dos 100 produtores, pelo menos uns 60 tem que aparecer para a usina registrar para poder cortar a cana de vocês. No primeiro ano foi meio assim, mas no segundo e terceiro ano foi legal.¹¹⁶

A usina, portanto, passa a registrar o assentado no plantio e no corte da cana, e as demais atividades da cultura como controle das ervas daninhas, controle das formigas, os carregadores e a adubação continuam sob a responsabilidade da família. O produtor registrado passa a ganhar por tonelada de cana cortada e fica responsável por cortar a própria cana e a dos vizinhos, conforme a demanda. Para a usina não aplicar o capital variável para contratar o boia-fria, entra o trabalho do camponês, mas que é pago, então não é o trabalho camponês, ele está lá como um “assalariado”.

¹¹⁶ Entrevista realizada com Mauro Cavichioli, coordenador do ITESP na regional de Araraquara, em dezembro de 2010.

Mauro destaca que ao serem registrados no período da safra, os assentados não deixam de ser assegurados especiais, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

*O assentado que fica acima de 15, 20 anos, consegue se aposentar com um salário mínimo. Então quando eles ficam registrados até 6 meses, eles não perdem essa questão de segurado especial do INSS e isso foi aprovado.*¹¹⁷

Mauro também relata que durante o primeiro ano do contrato entre a Maringá e os assentados, a usina observou que muitos desviaram o dinheiro da adubação do plantio de cana para outras finalidades:

*Ai a usina começou a identificar que muitos pegavam dinheiro e não aplicavam na cana. Olha era para jogar 1000 Kg por hectare e o cara jogava só metade, e aí no ano seguinte a cana estava desse tamanho só assim. Ai a usina resolveu fazer a adubação e descontar.*¹¹⁸

Em outra fala, o fracasso da produção é explicado pela falta de cuidados necessários com o cultivo:

*Agora o que aconteceu, tem muita gente que esquece que a cana tem que tratar, você tem que por adubo, você tem que por calcário, você tem que passar o veneno mata-mato. Agora tem gente do lado de lá, (eu ando muito, sou representante do pessoal), então a gente corre atrás de tudo, a gente viu cana lá, que a braquiária tomou conta, então o que precisou fazer: abandonar, porque a braquiária esta mais alta do que a cana, não teve mais condições de usar a cana, não teve mais corte de cana.*¹¹⁹

As duas falas tentam esclarecer as causas do insucesso da produção em alguns lotes. No primeiro momento é justificada pela usina sob o argumento do desvio de verba alocada para o cultivo e, no segundo caso, pela falta de empenho no processo produtivo.

O fato é que a partir dessa constatação, a usina Maringá começou a fazer a adubação nos lotes, que eram descontados no final do ano agrícola, quando a colheita da cana era realizada. Houve assim uma supressão do trabalho camponês,

¹¹⁷ Idem, 2010.

¹¹⁸ Ibidem, 2010.

¹¹⁹ Entrevista realizada com Sr. Fagundes, assentado do Monte Alegre 2, em dezembro de 2010.

sinalizada pela redução de sua participação no processo, que também culminou na diminuição da renda final obtida com a mesma atividade. O novo processo é explicado por João Ferreira, supervisor administrativo da usina Maringá:

Aqueles que foram registrados, além deles ganharem pela cana, eles receberam pelo trabalho deles. Eles passaram a ser funcionários da usina. A usina os remunerou pelo trabalho, e descontou o serviço do corte dele como produtor. Pagou como empregado e descontou dele como produtor. Ele passou a ser um funcionário da usina trabalhando na terra dele.¹²⁰

Dessa forma, o assentado passou a receber um salário da usina para trabalhar em seu próprio lote, e ao mesmo tempo recebeu o desconto em folha pelo serviço efetuado na condição de proprietário da terra. Significa dizer que o assentado passou a ter uma dupla condição social: de “assalariado”, ao ser pago pela usina por tonelada de cana cortada, e “rentista” devido à sua condição de proprietário da terra (nesse caso sem o título de proprietário, cuja posse é do Estado), isto é, *o assentado passou a ser um funcionário da usina trabalhando na terra dele.*

Esta incoerência causou estranheza inclusive entre os assentados, conforme fala de Jair:

Registrando o assentado, ele acaba sendo um funcionário da usina. Quer dizer, ele é contratado para trabalhar pra ele mesmo. É uma coisa estranha. Por exemplo, você tem uma propriedade. Ai você tem uma produção com uma empresa, e ela contrata você para trabalhar na sua produção. E foi o que aconteceu...O ministério do Trabalho quer registro, quer IPI, quer a coisa funcionando certo. Agora essa outra parte que é quem é funcionário, da onde vem, isso não importa pra eles. Então ele jogou bem em cima disso: o que a usina precisa fazer? Registrar, ter materiais de segurança...Mas o ITESP e os assentados não viram que eles estavam sendo funcionários...Então acabou havendo esta contradição.¹²¹

Portanto, o Ministério do Trabalho, junto ao ITESP, solucionou as questões trabalhistas - como o registro em carteira de trabalho e o uso de equipamentos de segurança - instaurando uma contradição: o assentado passou a ser um *funcionário*

¹²⁰ Entrevista realizada com João Ferreira, supervisor administrativo da usina Maringá, em agosto de 2012.

¹²¹ Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em dezembro de 2010.

da usina contratado para trabalhar pra ele mesmo. Esta relação nos indica a intensidade da sujeição da renda da terra ao capital, pois apesar do camponês conservar a propriedade nominal da terra, tanto o seu produto quanto o trabalho que exerce para realizá-lo estão subjugados aos ditames da unidade industrial a ele vinculada.

Logo, apesar do camponês trabalhar em seu próprio lote, ele utiliza a força de trabalho assalariada, cuja extração da mais-valia é apropriada pela usina. Dessa forma, a usina passa a se apropriar tanto da renda quanto do lucro gerado por essa atividade. Então o raciocínio que passa a comandar a produção da cana nessa unidade camponesa é expressão da lógica da agricultura capitalista.

Enquanto isso, os assentados que fizeram acordo com as outras três usinas permaneciam trabalhando sob o regime de mutirão “adaptado”, isto é, uns trabalhando para os outros, ou contratando pessoas de fora do assentamento para cortar a cana, cujo pagamento era realizado pelo próprio assentado através de quantia em dinheiro correspondente à tonelada de cana colhida. Segundo relatos de pessoas ligadas ao ITESP, em 2007 o Ministério do Trabalho fez uma reunião com todas as usinas da região e com os líderes dos produtores com o objetivo de incentivar as usinas a seguirem o exemplo de contrato da Maringá, baseado no registro dos assentados em carteira de trabalho. Todavia, não houve aceitação por parte das usinas, que passaram a repensar em suas estratégias de ação somente no ano seguinte, em virtude de um fato ocorrido com a logística do transporte da cana.

Os próprios assentados eram encarregados de transportar o cultivo ou contratar alguém para realizar a tarefa. Em 2008, assentados que tinham associação com a usina São Martinho contrataram um prestador de serviço, que foi denunciado e autuado em R\$ 130.000 pelo Ministério Público por não registrar sua equipe de tratoristas e motoristas. Como a empresa contratada disse que não havia condições financeiras para arcar com a multa, a despesa foi paga pelo Grupo São Martinho, como forma de preservar sua imagem no mercado internacional¹²².

De acordo com o Sr. Domingos, representante do assentamento II, quem realmente acaba pagando a conta são os assentados, uma vez que cabe à usina a

¹²² Informações obtidas durante trabalho de campo na região de estudo.

realização do cálculo sobre o rendimento e o pagamento da renda obtida, conforme destacou:

A multa sobrou para a usina pagar, mas na realidade quem acaba pagando isso somos nós, né? Tira uma tonelada minha, tira uma tonelada do outro, e acaba pagando. Sozinho eles não vão pagar. Eles podem forjar a realidade, e eles têm um jeitinho de se livrar dos R\$ 130.000: um pouquinho meu, um pouquinho do outro. Porque justamente naquele ano começou a chegar umas parcelas meio curtas. E eu falei: mas peraí, cadê o dinheiro? Vocês estão descontando a multa? Porque eu falo mesmo, tem que falar né? Eu sou representante do povo.¹²³

Para ele, a multa deve ter sido paga com uma parcela da produção de cada um: *tira uma tonelada minha, tira uma tonelada do outro*, já que a usina detém o controle total sobre os rendimentos do cultivo.

Este fato fez com que o Ministério Público retomasse a conversa com as usinas sobre a questão do registro em carteira de trabalho, conforme texto disposto em ata referente à reunião realizada no dia 24 de agosto de 2009, entre o Ministério do Trabalho, a comissão dos assentados do Monte Alegre e os representantes das usinas São Martinho, Santa Cruz e Cosan:

Face à situação, foi formulada a seguinte proposta pelos assentados e suscitadas [usinas]: I) Em caráter excepcional, para término da safra 2009, as suscitadas assumem o corte, carregamento e transporte da cana-de-açúcar. Pelos representantes do Ministério do Trabalho e Emprego foi reiterada, caso não seja possível a proposta I, o registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, de parte dos assentados, pelas suscitadas na atividade de corte de cana-de-açúcar, para o término da safra 2009. O ITESP fará avaliação dos contratos, principalmente em relação à proposta constante do item I.¹²⁴

Como se pode observar no trecho extraído desse documento, as usinas se propuseram a assumir o corte, o carregamento e transporte da cana-de-açúcar da safra de 2009. Nesse caso, as usinas passariam a levar seus próprios funcionários para realizar o corte nas terras dos assentados, conforme expressou o Sr. Domingos, representante do núcleo II e membro presente nesta reunião:

¹²³ Entrevista realizada com Sr. Domingos, assentado do Monte Alegre 2, em outubro de 2011.

¹²⁴ Trecho da Ata de Mesa Redonda, processo n.46253.002410/2009-61, realizada no dia 24 de agosto de 2009 na Gerência Regional do Trabalho e Emprego pelo suscitante Ministério do Trabalho e Emprego. O material foi disponibilizado por Jair dos Santos, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em agosto de 2012.

Então os representantes das usinas disseram: nós topamos registrar o pessoal, mas não registrar o assentado, registrar o pessoal da cidade e levar lá para cortarem cana, porque nós não temos condições de fazer essa logística, registrar o próprio pessoal [o entrevistado se refere à fala das usinas durante reunião com o Ministério Público]. E também tinham uma justificativa, o argumento de que não tinha tanta gente assim no assentamento, porque como foram abertas muitas oportunidades de atividades dentro do assentamento, muitos estavam em outras atividades (as vezes no próprio lote), então não tinha tanta gente assim. E aí nós levamos isso para apreciação do ITESP. Então exclusivamente este ano [2010] o ITESP liberou para essas 3 usinas que fizessem o corte com pessoal registrado não assentado. Só que excepcionalmente esse ano, porque o ITESP quer medir qual foi o impacto econômico que isso causou na comunidade, no final agora do período de safra. Se o projeto continua sendo viável ou não.¹²⁵

Assim, as três usinas - Grupo Cosan, São Martinho e Santa Cruz - ficaram responsáveis pelo corte da cana dos assentados, e passaram a levar seus próprios funcionários para realizar esta atividade, sob os argumentos de que *não tinham condições de fazer essa logística*, isto é, de registrar os agricultores do Monte Alegre, e de que não havia mão de obra suficiente no assentamento.

Então a usina, em concordância com o ITESP, resolve o impasse das normas trabalhistas, retirando mais uma tarefa do camponês no cultivo da cana. O camponês, por sua vez, passa a entregar aos monopólios industriais a última etapa do processo produtivo: a colheita. O que sobrou então de tarefa para o camponês realizar?

É importante salientar que mediante a aceitação do ITESP em relação à transferência sobre a responsabilidade do corte às usinas, e diante da alegação de falta de mão de obra para a realização do corte no assentamento, a usina Maringá também passou a levar seus funcionários para a execução desta tarefa, conforme afirmou Ferreira:

No começo, a cana só poderia ser cortada por pessoas do assentamento e nós resolvemos registrar o pessoal. Começamos com uma turma boa, mas depois não tinha mais ninguém pra registrar porque eles também têm outras atividades no lote (pasto, horta) e eles não podem ficar cortando cana o dia inteiro. Às vezes, eles falavam: eu posso cortar, mas tem que ser meio período. Mas não dá para cortar meio período. Então no começo até que deu certo, mas depois você não conseguia mais gente para fazer isso aí. Hoje, o projeto que temos aprovado pelo Ministério do Trabalho é o

¹²⁵ Entrevista realizada com Mauro Cavichioli, coordenador do ITESP na regional de Araraquara, em dezembro de 2010.

*seguinte: se tiver alguma mão de obra lá, a gente contrata, senão, a gente pode levar a nossa própria mão de obra.*¹²⁶

A informação sobre a falta de mão de obra para o corte foi compartilhada também por alguns assentados, cujas razões citadas foram a grande presença de idosos no assentamento, bem como a ocupação dos mais jovens com outras atividades. Como já refenciamos anteriormente, muitos pais também demonstraram não querer seus filhos exercendo essa atividade, especialmente porque essa tarefa contrasta com aquilo que eles buscaram ao conquistar a terra, após intenso período de vida como assalariados das lavouras de cana nas usinas da região.

Cabe destacar que apesar da prefeitura de Motuca sinalizar a participação integral dos assentados no cultivo da cana, no que se refere à mão de obra, contratos da usina Santa Luiza com os assentados (datados pelo menos do ano de 2006) já previam, através de cláusulas contratuais, a transferência da responsabilidade pelo cultivo da cana à usina, mediante pagamento estabelecido:

“Caso o(s) FORNECEDOR(ES) não possuam de imediato todos os subsídios técnicos, mecânicos e financeiros, necessários para implementação da referida cultura, a RECEBEDORA poderá efetuar-los, total ou parcialmente, inclusive com o fornecimento de mudas, adubos, herbicidas, adubo verde antes do plantio e todos os demais serviços de plantio das canas, tais como: preparo do solo, aplicação de calcário, sulcação, corte e transporte das mudas, plantio, cobrição, recobrição, aplicação de adubos e herbicidas e quebra de lombo, nas épocas oportunas e de acordo com as técnicas apropriadas para tal cultura, sendo que pela quebra de lombo, nas épocas oportunas e de acordo com as técnicas apropriadas para tal cultura, sendo que pela prestação desses serviços, será(ão) cobrado(s) do(s) FORNECEDOR(ES) os preços usuais e praticados junto aos demais fornecedores, de acordo com a tabela anexa.”¹²⁷

Então desde que a “parceria” começou a usina já havia chancelado oficialmente a possibilidade dela mesma arcar com todas as atividades que envolvem o plantio da cana-de-açúcar no assentamento, o que faz com que o assentado participe do processo apenas com a condição de proprietário da terra.

¹²⁶ Entrevista realizada com João Ferreira em agosto de 2012. João trabalha há 20 anos na usina Maringá e atualmente ocupa o cargo de supervisor administrativo na empresa.

¹²⁷ Cláusula do documento intitulado Compromisso Particular de Plantio, Cultivo e Fornecimento de cana-de-açúcar - Safras 2008 a 2012, firmado entre a usina Santa Luiza e os assentados do Monte Alegre. O documento pode ser visualizado na íntegra vide anexo 4.

De acordo com outras cláusulas descritas no contrato, a cobrança pelos serviços de corte, carregamento, e transporte da cana deve ser feito de uma só vez após o período de colheita, em que são descontados 35% do total da produção de cada safra. Desse montante: o corte é responsável por 19,90%, o carregamento por 4,02% e o transporte por 11,08%.

Conforme referenciamos anteriormente, o camponês que opta por delegar à usina a tarefa do plantio e fornecimento de todos os insumos necessários para o cultivo recebe os descontos em tonelagem: 50% na primeira colheita, 30% na segunda e 20% na terceira. Já aquele que transfere para o comando da usina também as tarefas do corte, carregamento, e transporte, recebe ainda o desconto de 35% sobre o valor total da produção. Esse fato sinaliza a apropriação de uma parcela cada vez maior da renda da terra camponesa pelas usinas e o fortalecimento da lógica da agricultura capitalista nesses espaços de reforma agrária.

Ao transferir praticamente todo o trabalho para a usina, o camponês passa a participar minimamente do processo agrícola, cujo preceito estabelece plena semelhança à prática do arrendamento. Os camponeses passarão então a viver de renda da terra? A propósito, a transformação dos assentados à semelhança de “rentistas” sinalizaria a condução de uma contrarreforma agrária no campo, mediada pelo Estado em prol do grande capital?

De acordo com o presidente da Feraesp, Élio Neves, a maioria dos assentados já entregou as principais etapas do cultivo da cana às usinas, que dessa forma passam a controlar a produção:

Sim, porque a cana é excludente de mão de obra. Se você adota o modelo da usina, a mão de obra desaparece. Se você for aqui a qualquer sítio em 5, 6 alqueires que planta cana, as principais operações são feitas pela usina, o assentado vira rentista. Aqui não tem produtor de cana, tudo aqui é a usina que faz. Ela tem que fazer isso para controlar a produção.¹²⁸

A participação do assentado no processo de produção da cana passou então a ser restrita aos tratos culturais do plantio: controle das formigas, controle das ervas-daninhas. A parte que exige um trabalho mais árduo, plantio e corte, já não está sendo mais feita por ele, o que vai reduzir sua renda com a atividade, uma vez que

¹²⁸ Entrevista realizada com Élio Neves, presidente da Feraesp, em outubro de 2011.

a usina receberá por este serviço prestado, e se apropriará de mais uma parcela da renda da terra camponesa. Dessa forma, há uma clara transferência de renda dos camponeses para o grande capital que ocorre não somente no âmbito da comercialização do produto camponês e na venda de insumos, como também ao que concerne à extração de mais-valia de todos os trabalhadores inseridos nesse processo.

Os tratos culturais ainda permanecem sob a responsabilidade do produtor, pois é desta forma que o ITESP consegue legitimar esta “parceria”, isto é, justificando que não ocorre arrendamento total nas terras de reforma agrária, uma vez que a família camponesa participa do cultivo da cana ao despender algum trabalho no canavial. Então a manutenção dos tratos culturais pelo assentado tornou-se uma exigência do ITESP para manter os contratos. O representante de uma das usinas comentou ter proposto ao ITESP transpor a responsabilidade dos tratos culturais à sua empresa, sob a justificativa que alguns assentados abandonam os lotes e ocasionam prejuízos à produção e, conseqüentemente, perda do investimento inicial realizado.

Para exemplificar esse processo, e ilustrar a nossa análise, segue abaixo a Figura 1:

Figura 1

As relações de trabalho na “parceria” dos canaviais durante a vigência do Projeto Cana no assentamento Monte Alegre

Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2010-2012). Org. BELLACOSA, J., HOFFMANN, M. 2011.

O fato é que o Projeto Cana no assentamento, materializado pelo contrato firmado entre os assentados e as usinas, foi alterado ao longo do processo. No início, os assentados eram responsáveis por todas as etapas do processo produtivo, desde o plantio até o corte, que era realizado através da prática do mutirão. Passado algum tempo, restou ao assentado à realização dos tratos culturais, isto é, sua tarefa se resume hoje ao controle das formigas e ervas-daninhas, conforme citado anteriormente. Assim, é a lógica da agricultura capitalista que passa a comandar o cultivo da cana-de-açúcar no assentamento Monte Alegre, subordinando o trabalho camponês e drenando consigo boa parcela da renda e do lucro gerados nesses espaços.

Se a cana já não requeria muito trabalho, a partir do repasse do plantio e da colheita à usina ela passa a exigir cada vez menos esforços. Sua própria vocação

não explora o trabalho familiar. Se a unidade camponesa está centrada no trabalho da família, começam a surgir às contradições:

*A cana aqui no assentamento acho que é mais para não trabalhar mesmo, porque arrenda pra usina e não faz nada, vão trabalhar na cidade. É que a cana não faz nada, a usina vem, planta, colhe, leva, depois o pessoal nem veneno na cana não passa para matar o mato, nem arranca nem nada e fica isso aí. Muitos plantaram nos 6 alqueires. Tem gente que não respeitou nem a reserva [legal].*¹²⁹

A fala de Adiel retrata o que passou a ocorrer em alguns lotes do assentamento vizinho ao Monte Alegre - o Bela Vista do Chibarro: *arrenda pra usina e não faz nada, vão trabalhar na cidade*. Segundo Ferrante e Amaral (2007) não se pode generalizar, mas em alguns lotes ocorreu o arrendamento total através da “parceria”. As variações demográficas da família, a mão de obra disponível e a capacidade de investir em insumos são fatores que variam de um lote para outro.

No final de 2007, por exemplo, o INCRA solicitou a reintegração de posse de alguns lotes do assentamento Bela Vista do Chibarro, com a justificativa deles terem violado à legislação vigente a respeito do arrendamento de terras públicas a partir da expansão de monoculturas:

Em 10 de dezembro último, foram cumpridos 11 mandados de lotes: 01 construção em área comunitária, 01 ocupação e construções irregulares em área de reserva legal transformado em lote de produção, dos outros 04, que inicialmente foram regularmente assentados pelo INCRA: 02 acumulavam lotes, onde desenvolviam a monocultura da cana-de-açúcar em regime de arrendamento, disfarçado de parceria/compra e venda de insumos com uma usina local, sem contar que estes ocupavam ainda irregularmente as áreas de reservas legais e área de preservação permanente com pastagem do gado (...) (INCRA-SP, 2008, pg.2).

A contradição está instaurada: que agricultura é essa que não favorece o trabalho familiar? Como incentivar a agricultura camponesa na produção da cana?

Outra questão refere-se à socialização do camponês no interior do processo produtivo, que segundo Oliveira (1990) é um importante elemento da produção camponesa, pois é através dela que as crianças são iniciadas como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva. Segundo Jair, a cana tem

¹²⁹ Entrevista realizada com Adiel, assentado do Bela Vista do Chibarro, em dezembro de 2010.

colaborado para a “expulsão” dos jovens do assentamento, isto é, ela tem contribuído para que os jovens trabalhem fora dos limites da unidade camponesa, conforme relatado:

O menino não se via como cortador de cana e acabava buscando outras alternativas para ter uma renda, para ter a renda dele, até porque aquilo era uma coisa do pai dele, era um contrato da cana do pai dele, ele não era colocado como fazendo parte daquilo, e também não tinha espaço pra ele. E isso foi uma das coisas que ajudou a expulsar os jovens. O próprio pai muitas vezes também acabava fazendo bicos pra fora, porque na cana não precisava ficar. Se fosse outras culturas os jovens teriam se identificado mais.¹³⁰

Assim, a cana aparece como um obstáculo tanto para o desenvolvimento do trabalho familiar na unidade camponesa, quanto para a socialização do camponês no interior do processo produtivo, uma vez que *o menino não se via como cortador de cana e acabava buscando outras alternativas para ter uma renda*. A cana, neste sentido, é vista como um trabalho externo ao jovem, *ele não era colocado como fazendo parte daquilo, e também não tinha espaço pra ele*.

Na contramão dessa perspectiva há quem fale, como é o caso do Sr. Luiz Pereira, assentado antigo do Monte Alegre I, que após o término das cinco safras de cana, os filhos foram obrigados a deixar o assentamento para trabalhar fora da unidade familiar, já que não havia mais tarefas para eles na terra, conforme o trecho:

Nós estamos aqui há 26 anos. Depois que acabaram os 5 anos de cana, meus filhos foram obrigados a sair pra fora, para ir trabalhar, porque aí é um fracasso danado, porque nós teríamos que ter pelo menos uma arrancada de reforma de cana para que tivéssemos resultado para investir em outras coisas. Se você olhar ali, eu tenho 600 telhas, que era para fazer um barracão de frango de corte. Só que na hora que eu cheguei no banco do Brasil para obter financiamento, eles negaram. Então, a telha nós compramos com o dinheiro um pouco da Usina que meus filhos trabalhavam e um pouco daqui. Então temos uns 90 pliares lá embaixo, mas não vai dar para construir o barracão porque não vai ter dinheiro, isso se não plantar cana. Agora se plantar...Hoje meus 3 filhos homem estão em Araçatuba trabalhando. Dois são operadores de caldeira, e o outro trabalha na fabricação de açúcar. Eles ficam ligando toda a semana para saber se vamos ou não plantar cana. Porque, se não for plantar cana, eles não vem

¹³⁰ Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em dezembro de 2010.

*pra cá, porque não tem serviço pra eles fazerem. O que tem aqui, eu e a mulher damos conta.*¹³¹

Nesse caso, ao invés de representar um obstáculo, o contrato agro-industrial para produção de cana aparece como uma estratégia de sobrevivência na terra e uma forma de socialização do camponês no processo produtivo, uma vez que o cultivo seria o responsável por trazer os filhos de Luiz Pereira de volta a terra e ao seio familiar. Isso porque a cana favoreceria a capitalização da família e, conseqüentemente, o desenvolvimento de outros cultivos – até então inviabilizados pela contração de dívidas junto às instituições financeiras.

A preocupação do Sr. Luiz em ter a família trabalhando no lote sinaliza que não se trata aqui da busca desenfreada pela obtenção de lucro, mas da busca pela reprodução do grupo familiar. Como resposta adaptativa à crise instaurada, os filhos do Sr. Luiz recorreram ao trabalho acessório não agrícola e à migração – fato que não os descaracteriza enquanto camponeses. Neste sentido, a produção de cana seria uma forma temporária de obtenção de recursos para investimento na produção de frango.

O trabalho acessório é muito comum entre os camponeses e representa uma forma alternativa de garantir a reprodução da família no lote. Ele geralmente ocorre quando “o número de membros da família é suficiente para a realização das tarefas da unidade produtiva, liberando um de seus membros para trabalhar fora” (SANTOS, 1978, pg. 38), como nos revela Moisés que utiliza o trabalho acessório na época da seca:

*Na época da seca eu costumo trabalhar fora, não é que eu gosto, mas eu quero controlar a situação financeira. Pode conversar com todos que trabalham fora e ninguém está contente. Eu trabalho de motorista na usina. Eu sempre falo pra minha esposa: meu gosto é trabalhar na terra, mexendo no que é meu, a gente ser mandado pelos outros não é bom, e o sacrifício que a gente faz pra sair cedo e voltar tarde.*¹³²

A fala de Moisés nos revela importantes características do campesinato, como a tenacidade com a qual os camponeses defendem a sua autonomia: *meu gosto é*

¹³¹ Entrevista realizada com Luiz Pereira, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

¹³² Entrevista realizada com Moisés, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

trabalhar na terra, mexendo no que é meu, a gente ser mandado pelos outros não é bom. Igualmente nos sinaliza a flexibilidade com a qual os camponeses se ajustam a novas condições e formas de se reproduzir: *na época da seca eu costumo trabalhar fora, não é que eu gosto, mas eu quero controlar a situação financeira.* Nesse caso, a flexibilidade ocorre através da combinação do trabalho camponês e do trabalho não camponês.

Segundo Shanin, é justamente a questão da flexibilidade que torna o estudo sobre o campesinato ainda mais relevante:

Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações (SHANIN, 2008, pg.28).

Seria o cultivo da cana através das “parcerias” agroindustriais uma questão de flexibilidade de adaptação a uma situação de crise? Ou esse processo nos revela indícios de descamponização?

Até os assentados que falam com reservas do ingresso da cana no assentamento, afirmam que o cultivo trouxe muitos benefícios à população local, e inclusive alterou o padrão de vida de muitos camponeses do Monte Alegre, conforme expresso nas falas:

*Olha, de um lado foi bom, não resta dúvidas, mudou muito o padrão de vida das pessoas.*¹³³

*A cana não é lá essas coisas, mas é o que deu um pouco de dinheiro para todo mundo, o cara comprou um carrinho, uma moto, o cara pagou o banco. Então, o que a gente conseguiu até agora foi o rendimento da cana.*¹³⁴

Olha, se não fosse a cana eu estava enterrado aqui, foi uma salvação. Eu consegui pagar todas minhas dívidas no banco. Graças a Deus com a cana

¹³³ Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em dezembro de 2010.

¹³⁴ Entrevista realizada com o Sr. Domingos, assentado do Monte Alegre 2, em dezembro de 2010.

*eu consegui quitar tudo, se não fosse isso, eu teria mais uns 12 anos pra pagar.*¹³⁵

Segundo Wanderley, a cana permitiu que ele se livrasse do endividamento bancário - fato que vai corroborar para que ele consiga obter financiamento junto às instituições financeiras, para futuros cultivos. Sem financiamento, é difícil produzir e por isso a frase: *se não fosse a cana eu estava enterrado aqui*. A palavra "enterrado" reforça a idéia de inércia, de estagnação a qual estava submetido Wanderley devido à impossibilidade de obter financiamento.

Esta sensação de imobilidade relatada por Wanderley em que a cana aparece como *salvação* encontra respaldo no esgotamento e na falta de continuidade das políticas públicas dirigidas ao assentamento. Conforme afirma Ferrante (2007), a proposta de consórcio com as usinas da região surge e ganha força justamente num momento de "vazio" político-institucional no interior destes assentamentos.

Questões pertinentes, como a descaracterização do trabalho familiar – condição mínima para a permanência nos assentamentos – foram profundamente afetadas pela entrada da cana e do capital produtivo da usina em terras de reforma agrária (AMARAL; FERRANTE, 2007).

Entretanto, ao permitir o pagamento das dívidas, a cana pode ter possibilitado ao assentado investir em outras atividades, antes paralisadas, por falta de financiamento. Neste sentido, a monocultura canavieira, que ameaça a autonomia camponesa, a continuidade do trabalho familiar e a socialização no interior do processo produtivo, pode ter representado, contraditoriamente, a permanência do camponês na terra, a possibilidade da realização de novos cultivos, favorecendo a socialização dentro do assentamento?

A situação relatada por Wanderley e os demais é similar à realidade vivida por outros assentados? Quais foram os reais impactos da presença da cana no assentamento Monte Alegre? O que mudou na vida dos assentados que optaram por essa produção? O que foi feito com a renda advinda dessa atividade? Estas e outras questões serão analisadas nos capítulos que seguem, onde é feito um balanço, principalmente socioeconômico, do cultivo da cana no assentamento.

¹³⁵ Entrevista realizada com Wanderley, assentado do Monte Alegre 2, em dezembro de 2010.

2.5 O cenário pré-cana: uma análise da reprodução familiar camponesa antes do ingresso da cana no assentamento

Antes de adentrar no universo da produção canavieira é necessário resgatar, contudo, o cenário pré-cana. O que os assentados produziam antes da entrada do Projeto Cana? Para quem eles vendiam essa produção? Qual era a situação das famílias frente aos financiamentos bancários? Estas questões servirão de base para compreendermos o cenário que possibilitou o ingresso da cana no assentamento.

Antes do Projeto Cana, os assentados produziam mandioca e principalmente grãos, tais como milho, soja, feijão e arroz. Segundo relatos dos moradores do Monte Alegre, a terra era “fraca” e a comercialização difícil:

*A gente plantava grão, só grão, porque eu também era contra o plantio de cana. A gente plantava soja, milho, feijão, amendoim. No primeiro ano que a gente plantou amendoim aqui, não conseguimos tirar nem para o gasto, milho dava naquelas manchinhas onde a terra ficava mais estercada, mais cinza, então o resto era tudo cabeça de maritaca. A terra era fraquíssima mesmo. O que produziu melhor na época foi o arroz, porque ele não exige terra muito forte. Nos primeiros anos ele produziu até bem, depois foi caindo, caindo...*¹³⁶

*Vai plantar milho, você enche esse terreno, planta aduba, faz cobertura...o que você vai colher dá 3000 reais. Ai o que você gastou você não consegue o retorno. Milho aqui é besteira...você pode plantar para alimentar um porco, uma galinha. Mas mesmo que dê bastante, o milho, se eu for comprar hoje eu pago 30 reais o saco de milho, de 50 kg. O dia de nós colher 100, 200 sacos de milho, o cara vai te pagar 20..quer dizer, é uma exploração, e o governo não ajuda a gente nesse sentido.*¹³⁷

*No começo era muito bom para arroz, milho, mandioca... mas depois foi enfraquecendo.. a terra precisa de muito trato, ... ai o meu marido tinha plantado muito arroz na época, não só ele, bastante gente...e Deus não mandou a chuva e morreu tudo... ai começamos a ficar desgostosos...*¹³⁸

*Arroz não dá dinheiro, eu sei porque eu sou um dos maiores cultivadores de arroz e sei que não dá dinheiro. Ano passado eu plantei milho, quando você vai plantar o milho está 60 pau o saco, quando você colhe ele vai pra 10, 20, e a semente está lá cima lá no alto. E o adubo, e mão de obra, gladição, quando você coloca no lápis não sobra nada pra você.*¹³⁹

Nós tocávamos lavoura de milho, feijão, soja, só dava assim pras despesas, pra vender pra pagar umas dívidas, não dava não. Então mesmo que colhia

¹³⁶ Entrevista realizada com Moisés, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

¹³⁷ Entrevista realizada com Sr. Domingos, assentado do Monte Alegre 2, em outubro de 2011.

¹³⁸ Entrevista realizada com Neusa, assentada do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

¹³⁹ Entrevista realizada com Sr. Dorvalino, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

*bastante, não tinha valor. O milho não tinha valor. Não tinha jeito de pagar as contas com lavoura de milho. Com soja a mesma coisa, não tinha condição. Tentei de tudo. Tentei mamona também e não deu nada. A empresa faliu e eu perdi tudo.*¹⁴⁰

De acordo com o Sr. Domingos, a vida era tão difícil, que muitos assentados solicitavam cestas básicas na prefeitura:

*Nós viemos pra cá em 2002...No tempo que não tinha cana, o pessoal aqui vivia pedindo cesta básica para as prefeituras...*¹⁴¹

A cada ciclo agrícola a reposição dos meios de trabalho é realizada por intermédio de empréstimos bancários - necessário em função das más condições financeiras dos camponeses do assentamento. A compra de insumos, e equipamentos necessários ao cultivo, isto é, mercadorias industrializadas, possui um valor superior à venda do produto camponês sob a forma de matéria-prima.

Nesse processo, como Tavares dos Santos (1978) esclarece em seu estudo sobre os colonos do vinho, há uma transferência de parte do valor incorporado no produto camponês para o capital industrial, em função dos preços que o camponês paga por aqueles bens, cujo retorno na hora da venda do produto fica aquém do investimento realizado. Inserido nesse contexto, parte da renda da terra camponesa é drenada também pelo capital financeiro através de juros cobrados pela aquisição de empréstimos. Ademais, o camponês geralmente se vê obrigado a vender sua produção a baixos preços.

Então é comum os camponeses disporem de rendimentos negativos, determinados pelo modo de produção capitalista e pelas exigências que a dominação deste impõe ao produtor simples de mercadoria. Logo, apesar do processo de trabalho camponês não ser especificamente capitalista ele é reproduzido pelo modo de produção capitalista, isto é, ele é necessário à reprodução ampliada do capital.

Na confluência desses fatores, os assentados dificilmente conseguem escapar do endividamento bancário, conforme as falas:

¹⁴⁰ Entrevista realizada com Sr. Fagundes, assentado do Monte Alegre 2, em outubro de 2011.

¹⁴¹ Entrevista realizada com Sr. Domingos, assentado do Monte Alegre 2, em outubro de 2011.

A gente tentou plantando o milho, o arroz, o feijão, a mandioca industrial pra farinha, plantamos algodão, soja, mas tudo precisa de dinheiro e nada disso deu retorno para pagar as contas no banco. A gente pagava metade e ficava devendo a outra metade (o financiamento). E foi quando surgiu em 2004 a oportunidade de plantar a cana-de-açúcar. Aqui nós somos umas 480 famílias, e só umas 30, 40 que não estão inadimplentes no banco.¹⁴²

Hoje ninguém planta arroz mais no assentamento, a gente planta e não consegue produzir. Ai foi aonde a gente optou pela cana. A gente plantava tudo financiado também. Ai chegava na hora a gente colhia e não conseguia cobrir as dívidas.¹⁴³

Exemplos como o do Sr. Luiz Pereira e do Moisés se multiplicam no interior do assentamento. O endividamento junto às instituições financeiras passou a se tornar uma realidade dura e cada vez mais comum pela região – o que corroborou para o enfraquecimento das atividades agrícolas nessas áreas. Conforme expressa Neusa, a dívida com o banco a impediu de obter um novo financiamento e, sem um aparato financeiro é difícil produzir:

O meu ex-marido saiu daqui e ficou afundado em R\$ 18.000. Como que um pobre que trabalha pra comer vai pagar R\$ 18.000? Ainda bem que eles perdoaram e foram embora. Viram a situação e a conta ficou pra eles. Mas com a dívida no banco, você não consegue mais uma agulha fiado...você tá suja, você fica com as quatro paredes fechadas pra você. Num adianta, pra você mexer aqui você tem que ter dinheiro. Se não tem, deixa quieto. Eu, por exemplo, vendi tudo o que eu tinha.¹⁴⁴

Então em meio a esse cenário de escassez de recursos, de imobilidade, eis que surge a proposta da cana, que passa a ser encarada como salvação: *"nem sei se ia existir eu e neto aqui hoje não. Por que onde a gente ia tirar comida? Quando eu estava desanimada, saiu a história da cana, ai deu certo"*¹⁴⁵.

Então se por um lado o capital cria os liames para a dependência do produtor via endividamento, ele também transforma essa fragilidade em novos mecanismos de acumulação de capital através da introdução de projetos de "integração" que subordinam ainda mais à produção no campo.

¹⁴² Entrevista realizada com Luiz Pereira, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

¹⁴³ Entrevista realizada com Moisés, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

¹⁴⁴ Entrevista realizada com Neusa, assentada do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

¹⁴⁵ Idem, 2011.

A presença da cana passa a representar também um marco histórico no imaginário dos moradores do assentamento: o antes (a luta, o sofrimento) e o depois do cultivo (a conquista, o retorno):

"Eu fiquei acampado em Pradópolis. Eu trabalhava na usina São Martinho, eu cortava cana. (...) Foi sofrido demais aquela época e com muita luta nós conseguimos chegar até aqui porque naquele tempo nós não tinha condição, nós lutamos, dividiu as terras pra cada um, lote de 6 alqueires, daí plantamos lavoura. Sempre que plantávamos lavoura, não dava muito não. E aí chegou um momento... agora, há pouco tempo, que teve um plano aí do plantio de cana e melhorou pra todo mundo. Se não fosse a cana, o povo não agüentava ficar aqui".¹⁴⁶

Mais do que isso, as usinas passam a ser vistas como entidades generosas, acolhedoras, que, diferentemente das instituições bancárias, não selecionam seus "clientes/parceiros" pelas condições sócio-econômicas. Então, com ou sem dívidas, todos puderam se tornar "parceiros", conforme fala de Moisés:

A cana surgiu em uma hora boa para nós, porque uns 80% estava com nome no Serasa e SPC e conseguiu plantar a cana. A usina não olhou para esse lado, ela entrou fez o investimento, foi descontando em três vezes, e o pessoal foi pagando as dívidas. A cana foi um ótimo negócio para nós no assentamento.¹⁴⁷

Para Moisés, o contrato com as usinas possibilitou aos assentados uma nova oportunidade para produzir, ao mesmo tempo em que representou liberdade frente às amarras das instituições financeiras. Esta visão também é compartilhada pelo assentado Luiz Pereira:

A cana é diferente, você não depende de dinheiro de banco para sujar seu nome. Porque você faz um financiamento de investimento hoje, você planta: se da certo, ótimo, se não da, aí você não tem como pagar e fica a dívida pra trás. Já a cana, você tem toda a confiança porque a própria usina banca: ela desconta por exemplo em 3 anos todo o gasto que ela faz: o preparo do solo, a distribuição de calcário, o adubo, as mudas, e nós entramos com o plantio. Então antigamente, a gente plantava tudo financiado. Aí chegava na hora a gente colhia e não conseguia cobrir as dívidas. Ficávamos endividados, e foi aí aonde a cana deu certo, porque o pessoal não conseguia mais crédito porque estava com nome sujo, não

¹⁴⁶ Entrevista realizada com Sr. Fagundes, assentado do Monte Alegre 2, em outubro de 2011.

¹⁴⁷ Entrevista realizada com Moisés, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

*conseguia um outro financiamento. Ficava pendente no Serasa e SPC, porque não pagou a conta.*¹⁴⁸

Na fala de Luiz Pereira, a usina também é vista como uma entidade “parceira” que fornece os meios para o assentado produzir, uma vez que ela *banca a produção*. Ao financiar o plantio, que é descontado de cada assentado ao longo das safras subsequentes, o Projeto Cana dispensa a utilização de crédito rural o que culmina nessa visão positiva dos assentados frente às usinas. Já o Sr. Dorvalino reforça as vantagens da “parceria”:

*A usina paga em parcelas: 50%, 30% e 20%. Então vai cobrando parcela, o que sobrar é seu, é limpo, porque a gente não paga imposto.*¹⁴⁹

Então para ele, além da usina parcelar as cobranças, ela ainda permite que o assentado fature uma boa parcela de forma integral, sem cobrar nada a mais por isso. Na verdade, tudo é descontado nos primeiros três anos de plantio, inclusive os impostos correspondentes. O fato de o cheque com o valor total da safra ser recebido anualmente, e os descontos serem efetuados no início do ciclo da cana, causa uma sensação de que o valor obtido foi excepcional, além do esperado. Isso não minimiza o fato de que em muitos casos o valor recebido tenha realmente surpreendido, mas reforça que o recebimento do montante de uma única vez transmite uma ilusão sobre o valor final pago.

A partir desses relatos é possível compreender com mais exatidão o que fez da cana um projeto de tamanha adesão, como será evidenciado a seguir. É preciso ressaltar, sobretudo, que mesmo no período em que o Projeto Cana vigorou, outros cultivos foram produzidos no assentamento.

Segundo dados obtidos junto ao ITESP, cujas informações foram extraídas de anotações de cadernetas de campo, referentes ao ano de 2009 sobre a produção agrícola no assentamento: além da cana, o milho ocupava lugar de destaque, seguido de mandioca, feijão, manga e alface. Outros alimentos também eram cultivados, mas em uma quantidade bem mais reduzida, são eles: abacaxi, abóbora, abobrinha, almeirão, arroz, banana, berinjela, beterraba, brócolis, café, cenoura,

¹⁴⁸ Entrevista realizada com Luiz Pereira, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

¹⁴⁹ Entrevista realizada com Sr. Dorvalino, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

caqui, cheiro verde, chicória, couve-flor, jiló, laranja, limão, mamão, pepino, pimenta, quiabo, repolho, rúcula, vagem.

Apesar da predominância absoluta, a cana tem dividido espaço com outros cultivos, isto é, ainda há uma diversificação na produção, mesmo que em escala reduzida. O que de fato foi possível notar ao visitar o assentamento é que enquanto alguns assentados trataram de investir em outros cultivos nos outros 50% do lote, outros não diversificaram e se focaram apenas na produção da cana, o que gerou também a presença de terrenos ociosos.

Mas há, por exemplo, os que produzem leite e frango ou hortaliças que lhes garante o autoconsumo e a renda através da venda direta e da participação em programas municipais. O dinheiro advindo dessa produção lhes garante a renda do dia-a-dia, enquanto o da cana garante uma renda anual para investimento nas demais atividades do lote. Essa heterogeneidade de situações evidencia a complexidade do processo de reprodução do campesinato, como veremos adiante – onde analisaremos o que de fato representou a presença da cana no assentamento Monte Alegre.

2.6 Balanço da produção canavieira no assentamento Monte Alegre: a renda da cana em números

Faremos a seguir um balanço quantitativo dos impactos da produção canavieira no assentamento Monte Alegre. Os dados foram obtidos junto ao ITESP¹⁵⁰, e após serem digitalizados, foram minuciosamente trabalhados para gerarem gráficos que poderão ser visualizados na sequência.

Como podemos observar no Gráfico 1, o número de famílias que aderiu ao projeto “cana” foi crescendo ao longo do tempo. Em 2004, 40 famílias iniciaram o plantio de cana no assentamento. No ano seguinte esse número saltou para 96 famílias, e na safra 2009/2010 atingiu o recorde: 284 famílias ingressaram na “parceria”, o que representou 79% das famílias do Monte Alegre. Já na safra

¹⁵⁰ O material composto por mais de 50 páginas de tabelas em formato analógico foi disponibilizado pelo ITESP em outubro de 2011.

2010/2011, ocorreu uma pequena redução de produtores de cana no assentamento, devido ao período de renovação dos canaviais em alguns lotes.

Gráfico 1
Número de lotes produtores.

Fonte: ITESP, 2011. Org. BELLACOSA, Julia.

O gráfico indica o crescimento vertiginoso de produtores de cana no assentamento Monte Alegre – o que sinaliza uma grande aceitação do Projeto Cana pelos assentados. A área utilizada para produção de cana-de-açúcar, conforme Gráfico 2, saltou de 229,59 hectares, o equivalente a 5% da área total agricultável do assentamento, para 1777,44 hectares na safra 2009/2010, que representa 36% de toda a área de cultivo do Monte Alegre, seguido de 1487,78 em 2011 – 30% de toda área agricultável do assentamento. A cana-de-açúcar passa a vigorar nas terras do Monte Alegre, seguida pelas produções em escala bem mais reduzida de milho, mandioca, feijão, manga, alface, entre outras.

Gráfico 2
Área utilizada para produção de cana-de-açúcar no assentamento Monte Alegre.

Fonte: ITESP, 2011. Org. BELLACOSA, Julia.

O assentamento Monte Alegre transformou-se, de fato, em um mar de cana, principalmente se levarmos em conta que a legislação vigente determina o limite de 50% do plantio de cana por lote, o que impossibilita que este cultivo obtenha contornos ainda mais expressivos. Nesse caso, se levarmos em conta o limite de 50% estabelecido pela legislação, podemos referenciar que a produção de cana foi realizada em 72% da área permitida ao cultivo.

Desde que a cana adentrou no assentamento, nenhum outro cultivo obteve tanto êxito e foi cultivado nessas proporções. Ao que se deve o sucesso de tamanha adesão? Muitos assentados, cuja postura crítica acenava contra este contrato junto às usinas, acabaram aderindo ao projeto – o que serviu para engrossar as estatísticas do triunfo da monocultura neste espaço de reforma agrária. Como nos revela a fala de Moisés:

Eu era contra a cana, porque a gente sabe que veio para o assentamento para produzir alimento, então a gente queria plantar arroz, feijão, milho, sorgo. Mas não teve jeito, a gente plantava tudo financiado e chegava a

*hora de colher e não conseguia cobrir as dívidas. Foi onde a cana deu certo.*¹⁵¹

A expansão da cana no interior do assentamento está atrelada, sobretudo, ao fato de que para a realização deste cultivo nos moldes em questão não foi necessária à utilização de crédito rural. Ademais, o que chamou a atenção dos moradores do Monte Alegre foi a renda auferida com essa produção.

Para termos um parâmetro, pouco mais de 40% das famílias do Monte Alegre iniciaram o plantio de cana em 50% do lote durante a safra 2004/2005. O restante plantou cana em área inferior à permitida pela legislação.

Ao longo das sete safras, o número de famílias que cultivou cana no limite permitido, isto é, em 50% do lote, aumentou e ultrapassou 60% do total na safra 2009/2010, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3
Porcentagem da área plantada de cana.

Fonte: ITESP, 2011. Org. BELLACOSA, Julia.

¹⁵¹ Entrevista realizada com Moisés, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

De acordo com o Gráfico 4, na primeira safra (2004/2005) a renda líquida média obtida por família foi de R\$ 17.081, o equivalente a R\$ 1.423 mensais. No ano seguinte, esse número se elevou para R\$ 20.622. Nas safras subsequentes o número variou na casa dos R\$ 14.000 e R\$ 11.000, alcançando na safra 2010/2011 seu pior desempenho: R\$ 10.863.

A renda total líquida refere-se ao resultado da renda total menos despesa total, isto é, o valor total recebido pelos assentados, já descontados os investimentos realizados no plantio pelas usinas, salvo os investimentos feitos para os tratos culturais a partir do segundo ano de produção, como adubo, herbicidas, etc. É importante destacar que alguns assentados sofreram um desconto maior em relação a outros devido às condições do terreno de cada um. Depois de muitos anos de cultivo de eucalipto, diversos lotes apresentaram terreno com tocos, o que elevou o custo da preparação da terra.

Gráfico 4
Média da renda total líquida no assentamento Monte Alegre.

Fonte: ITESP, 2011. Org. BELLACOSA, Julia.

Então a partir da segunda safra, para a manutenção da lavoura (tratos culturais), cada produtor teve que utilizar uma parcela da renda obtida através do

plantio de cana. No entanto, alguns investiram mais do que outros o que impactou diretamente na produtividade do canavial, e, consequentemente na extração da renda da terra diferencial, como veremos a seguir.

O que representou essa renda para as famílias do Monte Alegre? O que significou receber R\$ 14.000, R\$ 17.000, R\$ 20.000 por ano? É um valor significativo? Eles recebiam uma renda média semelhante com a produção de outros cultivos?

Ao percorrer os lotes do assentamento Monte Alegre, observamos que os assentados consideram, de forma unânime, a renda da cana elevada, conforme trecho extraído da conversa com Sr. Artur:

"A cana dá bastante dinheiro. A primeira vez eu recebi R\$ 14.000 e as outras vezes foi diminuindo, porque a cana vai diminuindo, R\$ 13.000 e depois tinham as parcelas de R\$1000, R\$ 800... Dá para o pessoal viver bem. Eu acredito que aqui o que deu mais lucro até hoje foi a cana".¹⁵²

A renda obtida com a cana representou para muitas famílias uma elevada quantia financeira – a maior que já tiveram ao longo das diversas experiências agrícolas. Para a maior parte dos assentados a cana representou cerca de 60% dos rendimentos totais da família, tendo esse número variado em uma média de 40% a 90%, segundo relatos. Do ponto de vista econômico, conforme os dados apresentados, a cana foi um projeto que apresentou êxito.

Para termos uma ideia sobre a variação de renda adquirida por cada família, apresentamos o Gráfico 5 a seguir:

¹⁵² Entrevista realizada com Sr. Artur, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

Gráfico 5
Renda total líquida – assentamento Monte Alegre.

Fonte: ITESP, 2011. Org. BELLACOSA, Julia.

Ao longo das safras temos uma diferença bastante significativa sobre a renda recebida pelas diversas famílias. Na safra 2004/2005 aquele que mais recebeu pela produção obteve a quantia de R\$ 35.000 e o que menos recebeu adquiriu apenas R\$ 5.220. Na safra seguinte, observamos uma variação semelhante entre aquele que mais recebeu e o que menos arrecadou, cujos valores variam de R\$ 7.106 a R\$ 38.710. Entretanto, a diferença mais significativa ocorreu na safra 2007/2008 – período em que uma família obteve renda anual de R\$ 50.000 enquanto outra contraiu dívida de R\$366,00 junto à usina.

Com relação à formação de dívidas nesta “parceria” agroindustrial, os dados mostram que se trata de um caso isolado, isto é, apenas uma família teve saldo negativo durante uma safra (2007/2008). Esse resultado possivelmente está ligado à ocorrência de queimada na produção. Durante entrevista de campo, nos foi relatado que uma família do núcleo II do assentamento havia perdido toda a produção de cana por conta de queimada. Como o plantio é descontado pela usina em tonelagem ao longo das três primeiras safras, mesmo que a produção tenha sido nula fica a

dívida com o valor gasto no plantio e por isso o número negativo encontrado. Segundo cláusula do contrato:

É ainda de responsabilidade do(s) mesmo(s) a fiscalização sobre eventuais incêndios que possam ocorrer com o canavial, quer sejam por culpa, dolo ou ainda de caso fortuito ou força maior e que em decorrência possam causar prejuízos junto ao meio ambiente ou terceiros, respondendo pelos danos que eventualmente vier a ocorrer nos termos da legislação e se responsabilizando junto aos órgãos fiscalizadores, por eventuais ações e multas que possam advir relativamente ao imóvel e respectiva área cultivada com cana-de-açúcar.¹⁵³

Então o contrato menciona que em um eventual incêndio o assentado deverá arcar com o ônus, livrando a usina de qualquer responsabilidade sobre o resultado final da produção.

Ainda sobre a renda total líquida ao longo das safras, podemos observar através do gráfico 5 que houve uma queda, cuja curva não ocorre de forma linear - a renda alcançada na safra 2008/2009, por exemplo, é superior ao valor da safra anterior.

Questiona-se: por que a renda caiu? Inúmeras variáveis podem alterar a renda, a começar pelo número de cortes do cultivo. A cana-de-açúcar, uma vez plantada, permanecerá produzindo durante quatro ou cinco anos consecutivamente (podendo atingir em alguns casos até o sétimo e o oitavo corte) quando então a produtividade diminui muito e é feita a reforma do canavial. Esta lavoura recebe o nome de cana-planta, no seu primeiro corte; soca ou segunda folha, no segundo; e, ressoça ou folha de enésima ordem nos demais cortes até a última colheita, completando, assim, o ciclo da cana plantada, quando é feita a renovação do canavial. Trata-se da progressiva perda de produtividade.

O ciclo da cana pode ter influenciado na queda do rendimento ao longo das safras. Cabe também analisar se a queda da renda advinda da cana esteve acompanhada da queda de produtividade. A produtividade é medida em toneladas por hectares e, de acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil,

¹⁵³ Cláusula do documento intitulado Compromisso Particular de Plantio, Cultivo e Fornecimento de cana-de-açúcar - Safras 2008 a 2012, firmado entre a usina Santa Luiza e os assentados do Monte Alegre.

um bom retorno econômico é de 85 toneladas por hectare em média nas cinco safras de cana¹⁵⁴.

Gráfico 6
Produtividade média, mínima e máxima por hectare.

Fonte: ITESP, 2011. Org. BELLACOSA, Julia.

Com relação à média de produtividade de cana-de-açúcar por hectare, temos uma curva descendente ao longo das safras. Em 2004/2005, a produtividade média de cana no Monte Alegre era de 111 toneladas por hectare. Já na safra seguinte, esse número cai para 100 toneladas, seguido de 75 toneladas em 2006/2007 e 86 em 2007/2008. Já na safra 2010/2011 o valor foi de 49 toneladas por hectare – a produtividade mais baixa já verificada.

Podemos notar também, conforme Gráfico 6, uma grande diferença de produtividade entre os lotes do assentamento Monte Alegre, entre a produtividade máxima e a mínima obtida, conforme exemplo da safra 2007/2008 em que esses números somaram 167 toneladas/hectare e 14 toneladas/hectare respectivamente.

¹⁵⁴ CONFEDERAÇÃO da Agricultura e Pecuária do Brasil. *Cana-de-açúcar: orientações para o setor canavieiro*. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Brasília: CNA/SENAR, 2007. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Cana-deacucar_orientacoes_para_o_setor_canavieiro_000fipw96tk02wyiv80z4s4733kvhu6q.pdf>

Por que isso ocorre? A produtividade é influenciada pelas condições climáticas, pelos tratamentos culturais e escolha da variedade adequada de sua região.

Para os assentados, a quantidade de trabalho despendida no canavial, bem como os investimentos no cultivo são fatores determinantes para o desempenho da produção. Segundo nos contou D. Neusa, assentada do núcleo I, o dinheiro que seria utilizado para adubar a terra foi transferido para alimentar sua família, o que impactou no crescimento de sua cana:

A minha cana deu pra fazer o sexto corte, mas foi bem fraquinha porque não cuidei, porque praticamente fiquei sozinha e os dois últimos anos ficam fracos. E o caminhão de adubo é muito caro, cerca de R\$ 3000, aí tem o calcário, tem o maquinário pra você cultivar. Então vamos supor: se no último ano eu recebi os R\$ 3000 com a cana, se eu pago o caminhão, vou comer o que? E os cultivos são que nem a gente, se não se alimentam, ficam fracos. O Moisés teve condições, ele é bem melhor do que a gente. Então ele não precisa se alimentar com o dinheiro daquela cana. Então ele recebeu e aplicou nela mesma. Ele tem cana até hoje (oitavo corte), a cana dele é boa.¹⁵⁵

D. Neusa compara o rendimento da sua cana-de-açúcar com o do seu vizinho. Ela reconhece que a cana do Moisés alcançou o oitavo corte devido ao investimento que ele aplicou no cultivo e o trabalho que ele despendeu sobre o mesmo. Ela justifica a diferença no tratamento aplicado à produção pela situação econômica de cada um e pela diferença demográfica familiar. Então aquele que tem uma condição financeira melhor, pôde investir mais e obter um resultado mais satisfatório.

Como já foi citado anteriormente, o preço mínimo dos produtos é definido a partir da produtividade dos piores solos, então quanto mais dinheiro for adicionado à terra e mais investimentos forem feitos para elevar a produtividade, maior será a renda extraída pelo proprietário, a qual denominamos de diferencial II.

Como citado anteriormente, a partir da segunda safra da cana, todo o aparato para a realização dos tratamentos culturais assim como a mão de obra necessária aos mesmos ficam a cargo de cada assentado. Então aqueles que estão mais capitalizados, têm mais condições de investir.

¹⁵⁵ Entrevista realizada com Neusa, assentada do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

Conforme destacou D. Neusa, Moisés obteve realmente grande êxito em sua produção de cana-de-açúcar, o que despertou em 2004 a atenção de diversos jornais¹⁵⁶, que noticiaram o feito. Ele bateu o recorde regional na produção de cana sem irrigação. Na safra 2004, ele produziu em 6,5 hectares 1216 toneladas, o que representou 187,22 toneladas por hectare. A média do cultivo no assentamento referente à mesma safra foi de 111 toneladas por hectare, sendo a média da região equivalente a 80 toneladas/hectare.

Nesta safra, o valor bruto recebido pelo assentado foi de R\$ 39.000. A respeito do sucesso alcançado, Moisés ressalta:

Eu acabei de cortar a oitava safra da cana. Do meu pai que já faleceu, eu também usei o oitavo corte. Se fizer lá direitinho, se estiver sempre cuidando com adubo, calcário, aí a cana vai longe. O meu lote foi um dos que mais produziu desde o começo. No primeiro corte deu 1216 toneladas. Aí depois veio caindo, porque fazemos uma parceria com a usina e ela desconta em três safras: 50% no primeiro ano do que ela investiu (óleo de máquina, calcário), 30% no segundo e 20%. Aí a gente continua cultivando ela, carpindo e as outras safras ficam por conta do dono do lote.¹⁵⁷

Tanto D. Neusa quanto Moisés destacam a influência da força de trabalho familiar sobre os resultados da produção. Dessa forma, é possível perceber que mesmo o assentado entregando à usina as etapas mais cruciais do processo produtivo da cana, como o plantio e o corte, os tratos culturais exercem relevância no resultado final do cultivo. Então, mesmo que pouco expressivo, ainda sobra uma tarefa para o camponês realizar no que se refere ao cultivo da cana nas “parcerias” agroindustriais.

Outro excepcional recorde de produtividade ocorreu na safra 2008/2009, quando um assentado do Monte Alegre alcançou 242 toneladas/hectare – a maior quantidade verificada no assentamento em todo esse primeiro ciclo de plantio.

O impacto da condução dos tratos culturais sobre o resultado final da produção também é compartilhado por outros assentados:

¹⁵⁶ O jornal Folha de S. Paulo publicou em 19 de dezembro de 2004 reportagem sobre o recorde obtido por Moisés na produtividade da cana-de-açúcar, sob o título: “Assentado produz cana em Motuca”. O jornal Correio da Região também publicou nota a respeito desse assunto na edição de 27/11 a 03/12 de 2004. A reportagem foi intitulada de “Assentado de Motuca bate recorde de produção de cana”.

¹⁵⁷ Entrevista realizada com Moisés, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

O ano retrasado tinha uns dois lotes ali. O cara não tratou, comprou veneno e não passou, não carpiu, não limpou. A cana sumiu na braqueara. Ai quando vieram para trazer o contrato, eu falei: esses dois contratos aqui leva de volta porque não tem cana pra cortar. Mas que nem aconteceu com a Toninha e o João Careca. A cana morreu no mato. Quer dizer, o cara nem no sítio pára, nem fica aqui, o mato foi crescendo e tomou conta. Ele comprou um monte de veneno, pagou caro, e o veneno ficou lá estragando, preguiça de passar.¹⁵⁸

"Se fizer lá direitinho, se estiver sempre cuidando com adubo, calcário, ai a cana vai longe".¹⁵⁹

Quem trata bastante da cana pega mais dinheiro de quem não zela bem.¹⁶⁰

De acordo com Sr. Domingos, alguns assentados abandonaram a cana no lote, o que fez com que a braquiara crescesse e prejudicasse o crescimento do cultivo. No momento em que o camponês não exerce trabalho no lote, isto é, não realiza as principais tarefas como o plantio e a colheita, e nem dispense trabalho na manutenção dos tratos culturais, a "parceria" transforma-se em arrendamento e o camponês passa a viver de renda da terra (nesse caso sem o título de propriedade).

É importante destacar que tanto a primeira preparação de solo quanto o plantio inicial são feitos pela usina. Para o restante das safras, a manutenção do cultivo fica a cargo de cada família:

O plantio é o seguinte: quando começa no primeiro corte você não vai precisar fazer quase nada, porque já vai vir adubo, o veneno do mata-mato. Ai no segundo corte, você tem que olhar onde vai nascer braqueara, ai você tem que catar o pé de braqueara, fazer o boca de rua. Depois, ai começa...Se você não tratar, a braqueara toma conta. Se você não tirar a cana fica fininha, e não cresce. Então esse ano, eu e o rapaz estamos cuidando. Ai depois que passou a máquina, cultivou e passou o adubo, nós vamos passar com a bomba de veneno, passa no meio da "rua" toda. A usina só faz o plantio inicial e o corte, e nós fazemos a condução da cultura.¹⁶¹

O *rapaz* ao qual Sr. Domingos se refere é uma pessoa contratada por ele para ajudá-lo nos tratos culturais do canavial, uma vez que ele e a esposa por conta da idade avançada não conseguem arcar com todas as tarefas de manutenção do plantio da cana combinadas às atividades requeridas em outros cultivos. Então por

¹⁵⁸ Entrevista realizada com Sr. Domingos, assentado do Monte Alegre 2, em outubro de 2011.

¹⁵⁹ Entrevista realizada com Moisés, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

¹⁶⁰ Entrevista realizada com Sr. Artur, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

¹⁶¹ Entrevista realizada com Sr. Domingos, assentado do Monte Alegre 2, em outubro de 2011.

uma questão demográfica até mesmo os tratos culturais em alguns casos tem sido realizados por pessoas que estão fora do seio familiar.

O Monte Alegre está para completar quase 30 anos e carrega na vivência das famílias uma parte dessa história - que sinaliza, sobretudo, um envelhecimento demográfico desse lugar. Em algumas famílias os filhos se casaram e foram morar na cidade. Em outras, os filhos moram no lote, mas trabalham na cidade.

Na visão de Jair, com o advento da internet, a facilidade de ir para a cidade, e a possibilidade de estudar, uma parte dos jovens está saindo do assentamento. Ademais, não se cria uma identidade como agricultor:

Na verdade, eles não se vêem como agricultores, porque essa realidade de agricultores está mudando muito. Por exemplo, nesse assentamento hoje você não vê carroça, você não vê tração animal. Com toda essa tecnologia: é internet, moto, carro, a facilidade de ir pra cidade. Hoje as pessoas tem facilidade pra estudar e as pessoas não se vêem mais com uma enxada.¹⁶²

Segundo ele, em muitos casos até mesmo os pais incentivam os filhos a buscarem um futuro na cidade, como um sinal de progresso. *“As pessoas sempre falam: eu puxei enxada, mas meu filho não vai puxar, eu vou estudar meu filho. Às vezes sonham com o melhor, e o melhor está aqui”* ¹⁶³.

A valorização do estudo funciona como uma forma de preparar o jovem para o desempenho de tarefas urbanas, possibilitando uma “profissão” na cidade. Essa prática, segundo Santos (1978), configura um processo de ressocialização que prepara o filho do camponês para a vida de trabalhador urbano, expropriado, que deve contar apenas com a qualificação de sua força de trabalho. A educação é avaliada, então, como principal alternativa de inserção em atividades não agrícolas.

Outro ponto a ser levado em conta no tocante à diferença de produtividade da cana por lote refere-se ao fato de que os assentados ficam à mercê da usina em todo o processo produtivo, inclusive sobre o cálculo da produtividade e do lucro. Porém, é autorizado o acompanhamento do assentado no processo de pesagem da cana, e cálculo do ATR. Mas poucos assentados realmente participam desse processo, a exemplo da fala do Sr. Domingos: *“a contagem da cana é feita na usina,*

¹⁶² Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em outubro de 2011.

¹⁶³ Idem, 2011.

né? Eu quase não acompanho, só acompanhei nessa última safra. Pouca gente acompanha” ¹⁶⁴. Alguns porque desconhecem a possibilidade de participar do processo, outros por estarem ocupados com outros afazeres, e ainda há aqueles que não creditam importância nesta tarefa.

De acordo com Ferrante e Almeida (2009) crescem as desconfianças que os assentados têm sobre os insumos, o transporte e a pesagem, já que durante uma mesma safra, o lucro de assentados que plantaram no mesmo período, na mesma área, varia muito. Segundo a autora:

Há outros elementos a considerar nessa trama, entre eles, a relação de compadrio que alguns assentados têm com usineiros, o que por vezes os beneficia na hora de “pegar o cheque”. Existem assentados que parecem ser um tipo de representante da usina na parceria, eles controlam as turmas de trabalho que plantam e colhem a cana, as horas de máquinas na preparação da terra. Geralmente alguns deles têm uma antiga relação de trabalho com a usina ou até são funcionários dela. Depoimentos de alguns assentados indicam sua desconfiança diante do fato de terem conseguido alta renda com a cana, enquanto alguns outros estão em endividamento progressivo (FERRANTE, ALMEIDA, 2009, pg.143).

Um dos assentados revelou: *“a cana é uma boa opção, mas eu acho que a usina que eu fiz contrato passou a gente para trás, mas a gente não pode provar. A usina pagou quanto ela quis, mas por outro lado valeu sim”*.

O preço para o pagamento da cana tem sido feito com base no valor do ATR divulgado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA-SP no mês da entrega da safra. Então a cana é paga pela sua qualidade em açúcares. Esta qualidade é medida pelo ATR presente em cada tonelada de cana.

Desta forma, o preço da cana é formado por quilogramas de ATR por tonelada (KgATR/tonelada de cana). O cálculo do ATR¹⁶⁵ é resultado das vendas de açúcar e de álcool no mercado da região de abrangência do CONSECANA estadual. É

¹⁶⁴ Entrevista realizada com Sr. Domingos, assentado do Monte Alegre 2, em agosto de 2012.

¹⁶⁵ A fórmula para a determinação da quantidade de ATR em quilogramas por tonelada de cana é: $ATR = 10 \times PC \times 1,0526 \times (1 - PI/100) + 10 \times AR \times (1 - PI/100)$ onde:
PC = pol da cana, que determina a quantidade de sacarose aparente na cana-de-açúcar.
PI = a perda industrial média dos açúcares contidos na cana-de-açúcar em função dos processos industriais e tecnológicos utilizados.
AR = açúcares redutores, que determina a quantidade conjunta de frutose e glicose contida na cana-de-açúcar, 1,0526 = o fator de cálculo estequiométrico de transformação da sacarose em açúcares redutores. Fonte: CONSECANA-SP.

possível notar, contudo, que a fórmula determinante do ATR, demonstrada na referência abaixo, é extremamente complexa e de difícil entendimento, o que dificulta o acompanhamento dos cálculos sobre a produtividade por parte dos assentados que ficam praticamente à mercê das usinas nesse processo.

Para o cálculo no assentamento, algumas usinas utilizam a média do ATR apurado em conjunto de todos os lotes do assentamento Monte Alegre, dos quais firmaram contrato, enquanto outras se baseiam no cálculo do ATR individual de cada lote, que pode variar bastante.

Quando o caminhão carregado de cana-de-açúcar adentra na usina, logo é recolhida uma amostra para que seja feito o cálculo do ATR. Esta passa por vários processos até ser mensurada em laboratório, conforme Fotografias 14 e 15, cujo procedimento é fiscalizado por representantes da Associação dos Fornecedores de Cana de Araraquara - CANASOL¹⁶⁶.

Fotografia 14 – Caminhão estacionado na usina para recolhimento de amostra de cana.
(Fonte: BELLACOSA, J. 2012)

¹⁶⁶ A CANASOL é uma associação de classe, de caráter privado, sem fins lucrativos, que congrega os fornecedores da região central do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.canasol.com.br>. Acesso: agosto de 2012.

Fotografia 15 – Medição do ATR da cana no laboratório de uma usina da região. Ao fundo, de vestuário azul, estão 2 representantes da CANASOL fiscalizando o processo.
(Fonte: BELLACOSA, J. 2012)

Após o procedimento, geralmente é elaborado um relatório de entrada de cana por propriedade agrícola, contendo informações, tais como nome do proprietário, número total de viagens, área do cultivo, quantidade de cana colhida em toneladas, ATR, brix (que mede a pureza do caldo extraído da moagem da cana-de-açúcar), entre outros dados. Esse relatório é entregue ao assentado para que ele possa tomar conhecimento da quantidade e qualidade verificada em sua produção. Entretanto, como já demonstramos, é a usina que detém o controle sobre os cálculos do rendimento da cana.

Em posse das informações sobre o cálculo, a produtividade, e os rendimentos obtidos pelos assentados junto ao Projeto Cana, partimos para uma segunda etapa: analisar o que foi feito com a renda adquirida através do cultivo da cana-de-açúcar no assentamento, com o objetivo de compreender com mais clareza os desafios e as contradições presentes no processo de reprodução social camponesa no âmbito da produção dos agrocombustíveis.

2.7 O que foi feito com a renda da cana? A reprodução contraditória do campesinato

Como já indicamos anteriormente, a propriedade privada da terra no capitalismo pressupõe a apropriação de uma renda paga pela sociedade para que essa terra seja colocada em produção. Além de incidir sobre essa renda elementos como a fertilidade, a localização e o investimento aplicado na terra.

Neste sentido, também atentamos ao fato de que a renda camponesa vai muitas vezes se realizar nas mãos de outra classe social, uma vez que a agricultura foi drenada nas duas pontas do processo produtivo: na do consumo, pelos altos preços que têm que pagar pelos produtos industrializados (insumos, maquinários) e na da circulação onde é obrigada a vender seus produtos a baixos preços (OLIVEIRA, 1987).

Então, o processo de reprodução da produção camponesa é simples, mas isso não impede que ela possa acumular ganhos, uma vez que se encontra integrada ao mercado. Conforme explica Oliveira (1987):

Quando o camponês já está em situação privilegiada no mercado, ele pode acumular dinheiro, como produto do trabalho familiar, e assim procurar garantir para os filhos a possibilidade de também reproduzirem-se como camponeses, e com isso assegurar o processo de reprodução ampliada do camponês (OLIVEIRA, 1987, pg.71).

Esse processo conduziria à diferenciação interna do campesinato que para Oliveira (1987) explicaria as diferentes situações vividas pelos camponeses na utilização combinada ou não de seus elementos estruturais de produção tais como o trabalho acessório, a força de trabalho familiar, a ajuda mútua, entre outros.

Na perspectiva de Chayanov (1981) esse processo estaria ligado ao balanço trabalho-consumo. Significa dizer que ao obter ganhos excedentes de produção, o camponês poderia reduzir o dispêndio de trabalho na terra e melhorar a qualidade de vida da família. Esse excedente não seria articulado para a extração de novos lucros, cuja finalidade seria alimentar o ciclo da reprodução ampliada do capital.

No entanto, cabe destacar que a renda da terra camponesa pressupõe a existência do trabalho camponês agregado à produção. É importante reiterar que

não é na propriedade da terra nem na presença da renda que estão os indicadores da mudança de camponeses para capitalistas, mas sim na presença do assalariamento nessas unidades de produção.

Quando ocorre a exploração do trabalho alheio, há a apropriação do lucro, consequência da extração da mais-valia desse trabalhador. Então a terra somente proporcionará lucro quando estiver inserida no circuito produtivo via trabalho assalariado (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Conforme descrevemos no subcapítulo anterior, as famílias obtiveram um rendimento expressivo com o cultivo da cana. Se compararmos a renda obtida na produção da cana nesse período e a renda adquirida anteriormente através do plantio de outras culturas, observaremos que a primeira alcançou resultados muito mais notórios sob esse viés econômico. A cana, assim como a soja e a pecuária de corte são setores econômicos do campo cuja renda da terra costuma ser alta, e por isso são mais suscetíveis ao processo de territorialização do capital por parte das grandes empresas.

Não há números oficiais sobre a renda obtida com outras culturas anteriores à “parceria” agroindustrial canavieira. Os dados que temos a esse respeito foram colhidos durante a realização de diversas entrevistas em campo na região, pelo período de três anos.

Procuramos demonstrar ao longo desse capítulo como a subordinação da agricultura à indústria, por intermédio do contrato agroindustrial, se modificou ao longo do tempo. Aos poucos a cana deixou de ser produto do trabalho camponês e, portanto, deixou de ser parte da reprodução camponesa, para transformar-se em produto do trabalho assalariado na unidade camponesa – resultado da combinação entre o insucesso do mutirão, a precarização que envolve o corte da cana e ao mesmo tempo afasta o interesse dos camponeses em ver os seus filhos executando essa tarefa, problemas demográficos e de cunho trabalhista, e principalmente pelo interesse das usinas em controlar todas as etapas do processo, subordinando cada vez mais a renda camponesa.

Esse processo culminou na transferência das principais etapas do processo produtivo da cana às usinas, à semelhança de um arrendamento, e,

consequentemente, na descaracterização das unidades camponesas sob esse prisma.

Ao mesmo tempo, como já colocamos anteriormente, esse processo suscitou novos apontamentos acerca da reprodução camponesa o que nos fez questionar se a cana poderia ter favorecido a permanência do camponês na terra, ao mesmo tempo em que representou um entrave ao modo de vida camponês. Situações que a princípio seriam indícios de descamponização poderiam converter-se em estratégias de resistência, um negar-se para continuar sendo aquilo que nunca deixaram de ser? (PAULINO; ALMEIDA 2010)

Neste contexto, à medida que a renda da cana possibilita a realização de novos cultivos nos outros 50% do lote antes paralisados por falta de financiamento, ela pode contribuir à manutenção da autonomia camponesa na outra parcela do processo produtivo? Isto é, a renda da cana pode ter favorecido a reprodução do camponês enquanto camponês ao trazer-lhe condições de produzir, uma vez que o endividamento bancário havia lhe sucumbido essa condição?

Como já mencionamos, a reprodução do campesinato está no seio do modo de produção capitalista. O capital, por sua vez, cria os liames da dependência e subordinação do produtor, para extrair-lhe renda de forma a alimentar a reprodução do capital. Todavia, quando essa situação chega ao limite, isto é, quando o camponês não consegue mais financiamento, e não consegue mais produzir, cabem-lhe duas alternativas mais primordiais: ou ele abandona a terra e passa a vender sua força de trabalho para sobreviver, ou ele continua no lote vivendo no limite de sua sobrevivência e se reproduzindo enquanto camponês através das práticas do campesinato, como a ajuda mútua, o trabalho acessório, etc.

Acontece que quando o camponês está no limite de sua sobrevivência, mas não abandona o lote para vender sua força de trabalho, ele não favorece de forma significativa a reprodução ampliada do capital, pois ele já não é um bom produtor de matérias-primas e comprador de mercadorias industrializadas, e não consegue pagar o dinheiro que deve aos sistemas financeiros. Então, nesse caso, o capital passa a criar estratégias para torná-lo mais rentável ao sistema, para que assim possa drenar de forma mais significativa parte de sua renda, a exemplo dos contratos agroindustriais.

Então, ao se capitalizarem, os camponeses podem novamente reproduzir o ciclo da circulação simples de mercadorias, podem quitar suas dívidas no banco e podem se tornar novamente muito vantajosos ao sistema (via agronegócio canavieiro).

Haja vista a participação do camponês na produção do capital, passamos a compreender a articulação desse processo que culmina na reprodução contraditória do mesmo, fundamental à reprodução do sistema capitalista. Essa reprodução contraditória caminha no limiar entre a resistência camponesa e indícios de descamponização, sinalizada pelo fato de que ao mesmo tempo em que o cultivo da cana representa um obstáculo ao modo de vida camponês, ele também favorece a reprodução camponesa na outra metade do lote, através do desenvolvimento de outros cultivos.

Por isso que os indícios de descamponização não indicam o fim do campesinato, mas sim sua reprodução contraditória – uma tendência que extrapola o limite temporal dessa pesquisa. Mas vejamos na sequência seus indícios.

A respeito das contradições do ingresso do campesinato no cultivo da cana, merece destaque as considerações de Passos (2011) sobre seu estudo desenvolvido acerca dos camponeses do bairro rural Santo Antônio do Sapezeiro:

Podemos dizer assim, que nas unidades camponesas do Sapezeiro há a existência paralela da autonomia e da subordinação que agem em sentidos opostos, pois, se a subordinação trazida pela cana afasta esse sujeito social de sua condição camponesa tornando-o um rentista, as outras atividades onde ele trabalha juntamente com sua família outorgam a ele essa condição, garantindo-lhe a autonomia que lhe é típica [...] Sua reprodução, portanto, é garantida em conjunto com as outras atividades realizadas nas propriedades. Tanto porque, com exceção de uma família que possui a maior extensão de terra, não temos evidências de acumulação por parte dos camponeses, pelo contrário, a cana não proporciona a eles condições de adquirir novas terras ou mesmo maquinários (PASSOS, 2011, pg.158 e 159).

Ela menciona que os sitiantes do Sapezeiro apresentam uma dupla condição social: são rentistas no cultivo da cana e, ao mesmo tempo, são camponeses quando realizam outros cultivos no lote através da mão de obra familiar. Essa ambiguidade de situações é resultado da reprodução contraditória do campesinato que tratamos anteriormente.

Entretanto, diferentemente do que ocorreu no bairro Sapezeiro, o cultivo da cana no Monte Alegre proporcionou aos assentados rendimento econômico significativo, possibilitando a compra de maquinários, automóveis, entre outros utilitários, como veremos adiante.

Então se questiona: o que exatamente foi feito com a renda da cana no assentamento Monte Alegre? Mesmo que parte dessa composição tenha sido drenada pelo capital industrial, não podemos ignorar seu significado no conjunto da renda total obtida por essas famílias.

De fato, conforme referenciamos anteriormente, até os que falavam com reservas sobre o ingresso da cana no assentamento afirmam que do ponto de vista econômico, a cana trouxe benefícios à região.

Um dos elementos que sustentam essa afirmação é a mudança no padrão de habitação do assentamento. No período que antecedeu o advento da cana, as casas eram mais simples, menores, sem acabamento, algumas sem forro ou sem piso. A renda obtida através da produção canavieira foi, primordialmente, utilizada para ampliar e reformar a moradia:

A cana foi muito boa para nós. Eu mesmo, nessa casa, todo mundo me conhece. Estou há 26 anos aqui no assentamento, essa casa era bem pequeninninha, bem apertadinha. Dá até para ver a divisa se olhar direito: olha o tamanho que era o meu quarto. Não tinha laje, era uma casinha bem humilde mesmo. Ai quando plantei a cana, no primeiro ano eu reformei a casa. No segundo ano eu comprei aquele carro gol.¹⁶⁷

Em outro relato, Sr. Dorvalino, um dos mais antigos do assentamento, ressalta que foi através da renda da cana que ele construiu uma nova moradia (vide Fotografia 16), muito mais ampla e confortável que a anterior. Ele também nos disponibilizou uma foto de sua antiga casa (Fotografia 17): “*Olha, eu morava ali, naquele lugarzinho ali, e há quatro anos eu construi essa casa com o dinheiro da cana, porque o material que eles mandam [ITESP] não é suficiente*”.

¹⁶⁷ Entrevista realizada com Moisés, assentado do Monte Alegre I, em outubro de 2011.

Fotografia 16 – Sr. Dorvalino em sua nova moradia, construída com o auxílio dos rendimentos da cana.

(Fonte: BELLACOSA, J. 2011)

Fotografia 17 – Moradia antiga do Sr. Dorvalino.

(Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Dorvalino, ano desconhecido)

Moisés afirma que a renda obtida com a cana foi utilizada também para comprar um automóvel. Assim como ele, muitos adquiriram um carro com a renda da cana:

*Não teve um que não gostou da cana. Teve o que carpiu, o que não carpiu, o que zelou, o que não zelou, mas todo mundo gostou da cana. Quem não tinha seu carrinho comprou. Quase todos compraram seu carrinho, e ajudou bastante, não ajudou? Eu comprei também um carrinho usado. Na época eu paguei 12.800 reais a vista, tudo dinheiro da cana.*¹⁶⁸

Além da aquisição do automóvel e de benfeitorias nos lotes, a renda obtida com a cana foi muito utilizada também para quitar dívidas junto às instituições financeiras. Diante desse cenário questiona-se: além da aquisição de bens e pagamento de dívidas, a renda da cana foi utilizada para outros fins? Mais especificamente: ela foi utilizada como base de investimento em outras culturas? Os assentados diversificaram a produção ou tornaram-se totalmente dependentes da produção canavieira?

Para apoiar essa análise montamos uma tabela a partir do depoimento de dez famílias que foram escolhidas de forma aleatória entre os núcleos I, II e III do assentamento Monte Alegre. Por uma questão de ética, os nomes das famílias não foram discriminados. As informações apresentadas destacam o número de safras em que cada família participou do cultivo; a renda líquida obtida em todo esse período; a média da renda líquida por safra; e por último o que foi feito com a renda da cana.

É importante destacar que a diferença no número de safras revela o período em que cada família ingressou no Projeto Cana. As que tiveram apenas três safras, até o presente momento, aderiram mais tardiamente ao contrato agroindustrial.

Conforme podemos visualizar na tabela 3, a renda média obtida por essas famílias durante o primeiro ciclo de plantio variou de R\$ 11.799 a R\$ 26.360 - o que lhes permitiu alcançar até R\$184.520 com o cultivo da cana - o que representou, de fato, uma quantia bastante significativa.

A renda alcançada superou inclusive o prognóstico realizado no início da implantação da "parceria" no assentamento. De acordo com a projeção efetuada pela prefeitura de Motuca, através do relatório analítico do Projeto Cana, os assentados deveriam adquirir com o primeiro ciclo do plantio uma receita líquida média de R\$ 10.000 ao ano - correspondente ao período de cinco safras agrícolas.

¹⁶⁸ Entrevista realizada com Sr. Artur, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

Tabela 3

Balanco socioeconômico do cultivo da cana no assentamento					
Família	Núcleo	Nº de safras	Renda total no período	Média por safra	O que foi feito com a renda?
A	1	5	R\$ 106.746	R\$ 21.349	Ampliou e reformou a casa, comprou um carro.
B	1	7	R\$ 119.870	R\$ 17.124	Pagou dívidas no banco, construiu a casa, comprou um carro, e guardou parte do dinheiro que vai tirando aos poucos para garantir o sustento da família.
C	2	3	R\$ 41.340	R\$ 13.780	Pagou dívidas no banco, comprou adubo e investiu no gado.
D	1	7	R\$ 145.007	R\$ 20.715	Pagou dívidas no banco de 15 anos atrás, ampliou e reformou a casa, investiu em outras culturas (comprou 150 mudas de manga e mexerica). Espera renovar o canavial para formar um pomar e uma granja nos outros 50% do lote, e assim trazer os filhos de volta ao assentamento.
E	1	7	R\$ 184.520	R\$ 26.360	Ampliou e reformou a casa, comprou eletrodomésticos, construiu uma piscina no lote, comprou um carro, investiu nos outros 50% do terreno, no plantio de grãos e frutas.
F	2	3	R\$ 51.832	R\$ 17.277	Pagou dívidas no banco, ampliou e reformou a casa, investiu na produção de leite.
G	1	4	R\$ 76.751	R\$ 19.188	Pagou dívidas no banco, reformou a casa (colocou piso, forro), comprou um carro, investiu na cana e em outras culturas como milho e manga.
H	2	4	R\$ 60.102	R\$ 15.026	Pagou dívidas no banco.
I	2	3	R\$ 35.397	R\$ 11.799	Pagou dívidas no banco, comprou vacas.
J	3	3	R\$ 38.147	R\$ 12.715	Pagou dívidas no banco, investiu na horta (comprou bomba, mangueira, insumos, entre outros)

Fonte: Dados ITESP (2004-2011) e informações obtidas em trabalho de campo (2010-2012). Org. BELLACOSA, J.

A leitura da tabela nos permite visualizar o que foi feito com a renda do cultivo da cana: grande parte das famílias pagaram dívidas junto às instituições financeiras, isto é, boa parcela da renda da cana foi apropriada pelo capital financeiro, e muitos também compraram automóveis e eletrodomésticos, ampliaram e reformaram a casa. Um deles inclusive construiu uma piscina no jardim, conforme Fotografia 18:

Fotografia 18 – Monte Alegre 1 – piscina construída com a renda da cana.
(Fonte: BELLACOSA, J. 2011)

A maior parte dos assentados também aplicou uma parcela no cultivo da mesma cana para a realização dos tratos culturais, além de investir em outras culturas nos outros 50% do lote, com destaque para o plantio de grãos, eucalipto, frutas, criação de gado e produção de leite. Neste contexto, foram adquiridos adubos, mudas e em alguns casos até equipamentos, como o trator vide Fotografia 19.

Fotografia 19 – Trator do Sr. Fagundes comprado através da renda do plantio de cana.

(Fonte: BELLACOSA, J. 2012)

Dessas 10 famílias, apenas duas focaram mais estritamente na cana, sendo que uma delas ainda manteve uma pequena lavoura de milho, enquanto a outra ainda permaneceu com um pequeno pasto. O restante diversificou mais a produção e aproveitou a renda da cana para investir em outros cultivos. O Sr. Domingos, por exemplo, que vive com a esposa no lote, paralelamente ao cultivo da cana manteve o pasto, a criação de porcos (Fotografia 20) e galinhas, a plantação de eucalipto e uma horta para o autoconsumo.

Fotografia 20 – Sr. Domingos com sua criação de suínos e a horta ao fundo.

(Fonte: BELLACOSA, J. 2012)

O Sr. Fagundes, que mora com a esposa e um dos filhos no lote, continuou investindo na produção de leite, além de grãos e horta para autoconsumo. Segundo ele, que tem mais de 40 vacas leiteiras, o gado dá muito gasto e pouco retorno, mas mesmo assim ele não pensa em interromper a produção de leite:

O leite está com um preço muito baixo, mas a gente não pensa em parar a produção, pois essa é nossa atividade. Nem que esteja bom ou ruim, nós vamos sempre continuar. O leite garante nossa renda de todo mês e a cana dá uma renda anual.¹⁶⁹

O fato do Sr. Fagundes manter a produção de leite, mesmo que ela esteja com *um preço muito baixo* nos revela uma das características do campesinato que é o de garantir a reprodução da família sem visar o lucro desenfreado. O capitalista provavelmente investiria no cultivo do qual ele pudesse extrair o maior lucro possível e nesse caso, não seria na produção de leite.

O leite para a família do Sr. Fagundes já virou uma tradição, tanto que ele a identifica como “*nossa atividade*” – expressão que também sinaliza a autonomia conquistada com essa produção. Em contraposição ao cultivo da cana, em que ele não tem o domínio sobre o processo, o gado leiteiro aparece como a atividade sobre a qual ele e sua família se afirmam enquanto camponeses. Mesmo que de forma inexpressiva, é com essa renda que a família do Sr. Fagundes alcança a sobrevivência diária, já que a renda da cana é recebida anualmente. Ao mesmo tempo, a renda da cana garante um ganho “fixo”, que possibilita à família do Sr. Fagundes realizar a atividade que lhes agrada na outra parte do lote, mesmo que a rentabilidade desta outra atividade não seja promissora em termos econômicos.

¹⁶⁹ Entrevista realizada com o Sr. Fagundes, do assentamento Monte Alegre 2, em agosto de 2012.

Fotografia 21 – Sr. Fagundes em seu pasto.
(Fonte: HOFFMANN, M. 2011)

Já o Sr. Artur investiu boa parte da renda da cana em outras lavouras. Ele cita o exemplo do milho, que não trouxe o retorno esperado:

*Eu joguei o dinheiro na mesma cana, e coloquei nas outras lavouras, nos outros três alqueires. Mas tira dum e o outro comia, porque se você planta o milho, gasta muito para preparar a terra, depois tem que jogar o calcário... No fim um comeu o outro, sabe como é, tira da cana e põe na terra e na terra vai, e não repõe o dinheiro, vai gastando. Muita coisa acontece aí, faltou um pouco de chuva também, né? Mas não pode desanimar. Eu nasci na roça, então eu não desanimo.*¹⁷⁰

Então a renda advinda da cana que foi aplicada na forma de adubo e insumos na lavoura de milho do Sr. Artur não compensou o investimento aplicado, isto é, trouxe um rendimento negativo, insuficiente até mesmo para repor a força de trabalho familiar: “no fim um comeu o outro, sabe como é, tira da cana e põe na terra e na terra vai, e não repõe o dinheiro, vai gastando”.

Nesse sentido, ao possibilitar o pagamento das dívidas, e o investimento em outros cultivos, antes paralisados por falta de financiamento, a monocultura canavieira, contraditoriamente, favoreceu a permanência do camponês na terra e, de certa forma, sua socialização no interior do assentamento. É importante ressaltar

¹⁷⁰ Entrevista realizada com Sr. Artur, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

que diante do endividamento bancário e da falta de recursos para investir no lote, o camponês também tinha de certa forma sua autonomia tolhida, uma vez que estava de “mãos atadas” sem poder produzir, o que poderia culminar até no abandono do lote.

Esse movimento ocorre de forma dialética, pois essa atividade da forma como foi realizada representou uma ameaça à autonomia camponesa, à continuidade do trabalho familiar e, em muitos casos, simbolizou um obstáculo à socialização do camponês no assentamento, já que a cana é excludente de mão de obra. De fato, a atividade canavieira no assentamento Monte Alegre sob o controle das usinas representou um entrave ao modo de vida camponês ao mesmo tempo em que favoreceu sua resistência contraditória, uma vez que a maioria dos assentados procurou reafirmar sua condição camponesa na realização de outros cultivos, antes paralisados por falta de recursos.

A família do Sr. Luiz Pereira exemplifica um pouco esta questão. A partir da renda da cana o Sr. Luiz pôde trazer seus filhos de volta a terra, pois ao se capitalizar, ele pôde investir em outros cultivos nos quais seus filhos puderam empregar a força de trabalho.

Neste cenário, portanto, a associação dos assentados com as agroindústrias da cana apresentam mais dilemas do que verdadeiramente perspectivas. Ainda mais se levarmos em conta o desinteresse das agroindústrias na renovação dos contratos.

A questão central não está na cana, mas na forma como esse cultivo foi conduzido no assentamento, através dos contratos agroindustriais, que se assemelham a arrendamentos contrariando as premissas da reforma agrária, principalmente no que se refere às melhorias nas condições sociais e políticas das comunidades rurais.

A transformação de alguns assentados à similaridade de “rentistas” mostra os sinais da contra reforma agrária no campo. A princípio, não há contradição entre campesinato e agrocombustível, a contradição que existe está na subordinação da agricultura à indústria, isto é, na produção canavieira realizada pelos setores dominantes ligados ao agronegócio. A fala de Adiel, destacada no início deste trabalho, é singular nesse processo:

*Eu plantei por conta esse alqueire aí, não tem nada de usina e eu passei a vender pra quem eu quiser. Se eu quiser vender para garapeiro eu vendo, se eu quiser vender para uma usina eu vendo. Até o pessoal do INCRA falou, pra quem você quiser vender sua cana, a gente autoriza. Eu não tenho nada com usina, não tenho contrato, sou livre pra fazer o que eu quiser.*¹⁷¹

O depoimento de Adiel sinaliza que é possível produzir agrocombustíveis sem perder a condição camponesa, principalmente no que se refere à autonomia e a emancipação: “*eu não tenho nada com usina, não tenho contrato, sou livre para fazer o que eu quiser*”. Entretanto, é necessário assinalar que apesar da possibilidade de produzir cana às expensas, essa não é uma tarefa fácil, principalmente diante das novas exigências que o capital, na figura do Estado, impõe ao setor sucroalcooleiro no campo.

Inserido neste contexto está a introdução da lei paulista que proíbe a prática de queimadas nas colheitas de cana-de-açúcar até 2014 e, conseqüentemente, exige a mecanização do corte, o que pode inviabilizar o cultivo familiar e autônomo na presea dos canaviais. Como Tavares dos Santos (1978) demonstrou ao analisar o processo de expropriação do artesanato doméstico do vinho na década de 1930, as exigências legais colocaram os camponeses em duas alternativas possíveis: a de adequação aos equipamentos necessários pela nova legislação aprovada, ou o abandono do artesanato doméstico do vinho.

No caso da cana-de-açúcar o processo é semelhante, se o governo impõe como norma um padrão de produção com base na mecanização a todo o setor, aqueles que não tiverem condições de se adequar à composição dos novos equipamentos, deverão ou abandonar a produção da cana, ou procurar “parcerias” com as agroindústrias para produzir, mesmo que de forma subalterna.

O exemplo de Adiel mostra que não há um único processo em curso. A resistência camponesa aparece nas mais variadas formas. Nesta direção, ao observar mais detalhadamente, registram-se diversas alternativas familiares para permanecer na terra, algumas das quais contam com apoio oficial, caso dos mecanismos de escoamento da produção hortifrutigranjeira dos assentamentos promovidos pelas prefeituras locais ou da incorporação da produção assentada à

¹⁷¹ Entrevista realizada com Adiel, assentado do Bela Vista do Chibarro, em dezembro de 2010.

merenda municipal de Araraquara, através de incentivos como o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal – PAA.

Nas duas iniciativas, parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, prioritariamente assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a composição da merenda escolar, no caso do PNAE, e para formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social, no projeto do PAA.

No PNAE, a Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. O FNDE repassa os investimentos para os estados e municípios e o agricultor pode vender até R\$ 20.000 de produtos ao ano.¹⁷² Entretanto, não foi possível localizar nenhum participante desse programa governamental dentre os entrevistados do assentamento Monte Alegre.

Quanto ao PAA¹⁷³, o Programa possui quatro modalidades, cujas fontes de recursos provêm do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab. A modalidade à qual estão inseridos os assentados do Monte Alegre é a da Compra Direta com Doação Simultânea, que possibilita vendas anuais de até R\$ 4.500¹⁷⁴. Com relação aos valores pagos pelos produtos, eles fazem referência aos preços praticados nos mercados locais.

¹⁷² Em 4 de julho de 2012, foi publicada Resolução nº 25 que altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução 38, de julho de 2009. Com a alteração, o limite de venda ao PNAE passa de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil por Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP/ano.

¹⁷³ Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>. Acesso: agosto de 2012.

¹⁷⁴ Os valores são definidos pelo Grupo Gestor, de acordo com o decreto 6.959. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6959.htm. Acesso: agosto de 2012.

Na opinião do Sr. João¹⁷⁵, que vive com a esposa e os filhos há 11 anos no assentamento Monte Alegre, e também plantou cana (cultivo responsável por 60% dos rendimentos totais de sua família), a horta oferece um excelente retorno, e os programas de venda direta para a prefeitura tem auxiliado muito, conforme trecho:

*O povo foi vendo que a verdura é bem melhor que a carne. A horta foi melhorando pra muita gente. A horta é um retorno fácil, em um prazo de 50 a 60 dias você já vai fazendo um dinheiro, então você já vai estruturando, mas tem que trabalhar, ne? Nós produzimos praticamente de tudo: mandioca, vagem, giló, couve, cenoura, etc, e nós entregamos na Secretaria de Agricultura de Araraquara, no Programa Fome Zero. É um dinheiro seguro, cai na conta direitinho, são R\$ 4500 por ano. E eles pagam bem, o preço deles acompanha o Ceasa de São Paulo. Agora está para sair um outro programa desses, aí vai melhora cada vez mais.*¹⁷⁶

Ao vender a produção diretamente aos programas governamentais, os camponeses do Monte Alegre obtêm um rendimento fixo ao longo do ano, e também conseguem eliminar os intermediários e atravessadores, o que favorece a apropriação de uma renda mais significativa com a venda dos seus produtos, e por isso a fala do Sr. João: “É um dinheiro seguro, cai na conta direitinho, são R\$ 4.500 por ano. E eles pagam bem, o preço deles acompanha o Ceasa de São Paulo”.

Outra moradora do assentamento Monte Alegre, Célia, também participa do programa junto à prefeitura de Araraquara e se mostrou bastante satisfeita com o resultado:

*Eu fiquei muito contente com o projeto da prefeitura, eles atendem muito bem a gente lá, eu não tenho do que reclamar. Estou no projeto há uns três anos e quero continuar. Foi graças a esse projeto que nós conseguimos fazer a casinha aqui embaixo, compramos um carro, e comecei a mexer com estufa.*¹⁷⁷

Célia é um exemplo de que existe alternativas para gerar renda no assentamento além da cana-de-açúcar. Participando do projeto há quatro anos, ela conseguiu construir uma pequena casa, comprar um automóvel, e investir em

¹⁷⁵ Atualmente o Sr. João cultiva a horta em meio alqueire da agrovila. Já no sítio, ele divide o terreno entre as produções de cana, eucalipto e pasto.

¹⁷⁶ Entrevista realizada com João, assentado do Monte Alegre 3, em agosto de 2012.

¹⁷⁷ Entrevista realizada com Célia, assentada do Monte Alegre 2, em agosto de 2012.

estufa. Mais do que isso: Célia nos mostra o quão importante é o papel das políticas públicas no interior do assentamento e, principalmente, na produção de alimentos. Diversos setores, como o sucroalcooleiro, têm sido diversas vezes amparados pelo governo através de subsídios, enquanto os alimentos de primeira necessidade sempre ficam aquém dos investimentos governamentais.

Célia cuida da horta (vide Fotografia 22) praticamente sozinha, pois seu marido trabalha como motorista de um ônibus escolar. De vez em quando ela chama um senhor para ajudá-la, e o marido a auxilia na lavagem das verduras aos finais de semana. Por conta disso, ela chegou a ficar em dúvida se ingressaria no programa, por não saber se conseguiria arcar sozinha com todas as atividades necessárias ao cultivo da horta. Seu sogro, que mora no mesmo lote, cuida do pasto.

Fotografia 22 – Célia em sua horta.
(Fonte: BELLACOSA, J. 2012)

Para a vizinha de Célia, D. Selma, a horta pode dar um retorno financeiro bom, mas que talvez não compense pela quantidade de trabalho despendida, conforme destacou durante entrevista: *“Eu vejo a Célia, ela está bem e comprou até carro novo, mas eu vejo ela todo final de semana trabalhando, enchendo as caixas porque na segunda ela tem que levar as coisas na prefeitura.”*

Selma vive com o marido no lote, e como os dois já são idosos, selecionam as atividades baseado no dispêndio de trabalho. Trata-se de uma característica do

campesinato em prezar pelo equilíbrio interno da unidade de produção familiar. Como revela os ensinamentos de Chayanov (1981), a família camponesa objetiva satisfazer suas necessidades em conformidade com o gasto da força de trabalho requerida:

(...) o camponês trabalhador, ao perceber o aumento da produtividade do trabalho, inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua granja, ou seja, com menor autoexploração de sua capacidade de trabalho. Ele satisfaz melhor as necessidades de sua família, com menor dispêndio de trabalho, e reduz assim a intensidade técnica do conjunto de sua atividade econômica (CHAYANOV, 1981, pg.141).

Então a condição de funcionamento da unidade de produção camponesa não é a obtenção do lucro, visando o máximo de retorno possível, mas sim o alcance do equilíbrio entre trabalho/consumo, de forma atender as necessidades da família, como nos revela também o Sr. Dorvalino:

*Então, você tem que pensar bastante no que vai fazer. Eu que sou sozinho, e não tenho mão de obra, tenho que pensar bastante no que vou fazer...Eu também não preciso sustentar família, né? Só preciso me sustentar. Se você for na minha terra, eu tenho manga, eucaplito e agora estou esperando ver o que vou plantar no resto da terra.*¹⁷⁸

D. Selma também justifica sua escolha em não cultivar horta pela distância de seu terreno em relação ao rio. Segundo ela, o lote de Célia é privilegiado nesse sentido:

*Para nós é difícil horta por causa da água. Nós temos um poço, mas ele não dá conta das vacas e da horta. Mas pra quem tem um rio ou uma represa próxima é bom. Pra gente puxar também água no poço fica muito cara a energia. Com o gasto que eu teria com a horta grande, eu compro as verduras.*¹⁷⁹

De fato, no assentamento Monte Alegre, como consequência direta de mais de 40 anos de cultivo de eucaliptus, o solo apresenta baixa fertilidade, problemas crônicos relacionados à acidez do solo e incidência considerável de pragas como

¹⁷⁸ Entrevista realizada com Sr. Dorvalino, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

¹⁷⁹ Entrevista realizada com Selma, assentada do Monte Alegre 2, em agosto de 2012.

formigas e cupins - resultado do longo período de monocultura e da destoca mal executada no terreno.

Nas regiões mais baixas do assentamento, no entanto, as áreas são mais férteis devido à proximidade com os córregos, o que favorece o plantio de frutas e verduras e possibilita a apropriação da renda da terra diferencial pelo dono do lote. Quanto mais férteis e melhor localizadas são as terras, maior será a renda da terra (diferencial I) e quanto mais investimentos forem realizados para melhorar a produtividade, também mais elevada será a renda da terra (diferencial II) apropriada pelo proprietário (OLIVEIRA, 1987).

De um lado, uma postura comandada pelo imperativo da integração na racionalidade capitalista, apresenta a entrada da cana nos assentamentos como garantia de autonomia e de permanência na terra. De outro, uma perspectiva que procura levar os agentes políticos locais e regionais a verem na diversificação agrícola e na quebra da cultura da dádiva, outro caminho possível, ainda que cercado de indefinições (FERRANTE, SANTOS, 2003).

Além de todas as contradições já mencionadas, há também os que afirmam que a “parceria” agroindustrial através do plantio de cana desmobilizou politicamente a organização dos assentados, conforme a fala de Élio Neves, presidente do sindicato rural fundador do assentamento:

Já faz mais de um ano que nós estamos sendo demandados pelos assentados para rediscutir o processo de desenvolvimento dentro do assentamento, inclusive a cana. É quase que aquilo que antes, durante esse tempo em que a cana foi vendida como o canto das sereias, fazia dos assentados adversário frontal do sindicato que nós dirigimos e que é fundador do assentamento. Então os assentados viraram oposição ao sindicato e agora eles querem voltar para casa.¹⁸⁰

Élio se refere ao momento atual do projeto cana no assentamento, cuja renovação dos canaviais permanece incerta, já que as usinas não têm demonstrado interesse em renovar os contratos. Isso tem sido motivo de muita preocupação para os assentados que tem procurado apoio do sindicato rural para intermediar um novo diálogo com as usinas.

¹⁸⁰ Entrevista realizada com Élio Neves, presidente da Feraesp, em outubro de 2011.

Desmobilizados e controlados pelas regras das usinas, os camponeses sofrem com a falta de organização política e a ausência da participação em associações de representação de interesses. Neste contexto, tentam resgatar o diálogo com o sindicato fundador do assentamento para que em conjunto consigam reverter o posicionamento das usinas frente ao futuro do projeto agroenergético no interior do Monte Alegre.

2.8 A crise do Projeto Cana

Uma grande inquietação circula no assentamento Monte Alegre. “O que parecia ser a solução se tornou um pesadelo”. As últimas safras de cana se aproximam e o contrato de renovação para uma nova produção ainda não foi firmado. Ao conversar com diversas famílias é notória a preocupação referente à continuidade do Projeto Cana dentro do assentamento. Da parte da maioria dos assentados, é possível observar o desejo de permanência dessa produção, mas o projeto não depende exclusivamente deles para durar.

A cana teve um problema aí entre a usina e o ITESP. Então nós estamos fazendo votos que o ITESP entre em acordo pra renovar os contratos. Se não fosse a cana, o povo não agüentava ficar aqui, que a renda é melhor com a cana.¹⁸¹

Em meio à discussão sobre a renovação dos contratos, a Feraesp, sindicato que ajudou a constituir o assentamento, foi chamada para participar das reuniões entre os assentados e as usinas.

De acordo com Élio Neves, a Feraesp não é contra a produção de cana em si, mas contra o modelo adotado nos contratos agroindustriais do Monte Alegre. A proposta de Neves, que representa formalmente os trabalhadores assalariados do Estado de São Paulo, é unir os interesses dos assentados com o interesse dos trabalhadores da usina, conforme destaca:

¹⁸¹ Entrevista realizada com o Sr. Fagundes, assentado do Monte Alegre 2, em dezembro de 2010.

Funcionaria assim: o primeiro passo seria uma organização política que respeite o universo dos assentados. Reunir grupos de afinidades, discutir a partir das relações internas, vamos descentralizar. Então podemos ter várias associações, cooperativas, todas reunidas em uma trajetória política. O grande acordo é político. Então eu posso ter assentado produzindo roupas que os trabalhadores da usina vão comprar. O uniforme usado na usina pode ser produzido no assentamento. O reflorestamento das matas ciliares que a usina precisa fazer, as mudas podem ser feitas no assentamento. A comida que os trabalhadores vão comer pode ser produzida no assentamento. E a usina tem que investir. O assentado precisa compreender que o produto que a usina precisa não é só cana e a usina precisa ajudar nesse parque de investimento, portanto, ela precisa ter uma nova visão de sustentabilidade. O que eu acho é que quando entra o capital externo isto pode ter uma chance de discutir. Então seria uma nova parceria, que pode ocorrer desde que a usina compreenda e se sensibilize com esse processo¹⁸².

Neves acredita que os assentados podem firmar um contrato mais amplo com as usinas, de forma a incluir o fornecimento de alimentos, mudas e roupas, que deverão ser consumidos pelos trabalhadores da usina. Para ele, esta nova engenharia para o plantio de cana, que ampliaria a “parceria” com as usinas para além desse cultivo e combinaria o interesse dos assentados e trabalhadores rurais, poderia ser viável pela necessidade de inserção dos grupos usineiros no mercado da “sustentabilidade”:

No caso dos grandes grupos a responsabilidade social tem valor de mercado porque eles disputam ações em bolsa. Não basta ter cana, se não tiver valor social a empresa fecha, porque eles precisam captar recursos. A fonte de financiamento do grande capital não é necessariamente o que ele produz, é muito mais especulação financeira.¹⁸³

Na visão de alguns assentados, a proposta de Élio Neves visa afastar politicamente as usinas do assentamento: “*ele quer fazer uma coisa que as usinas não vão querer. Na verdade é uma forma de dizer não às usinas, e ao mesmo tempo mostrar aos assentados que está disposto a negociar com eles*”¹⁸⁴, argumentou um deles.

Outro assentado foi mais categórico: “*a usina é a única que está em condições de exigir. Hoje nós estamos em uma situação de pedir pelo amor de Deus para plantar. Nós é que perguntamos para as usinas: o que vocês querem para*

¹⁸² Entrevista realizada com Élio Neves, presidente da Feraesp, em outubro de 2011.

¹⁸³ Idem, 2011.

¹⁸⁴ Entrevista realizada em outubro de 2011.

*plantar cana no assentamento?*¹⁸⁵ Esta fala revela a subordinação do assentado nessa cadeia da agroenergia, marcada pela assimetria de poderes entre os dois contratantes. Diante deste cenário, de completa subalternidade, a continuidade do Projeto Cana poderá estar permeada por relações ainda mais desiguais.

Ao que tudo indica as usinas não têm demonstrado interesse em renovar os contratos devido a alguns fatores. O primeiro refere-se à introdução da Lei Estadual 11.241, de 19 de setembro de 2002, que proíbe a prática da queima da palha de cana-de-açúcar em áreas mecanizáveis em São Paulo. Como a prática não pode acabar de um dia para o outro, porque demanda planejamento por parte do produtor, foi definido um prazo limite, que se encerra em 2014¹⁸⁶.

Com essa lei, o corte passa a ser obrigatoriamente mecanizado¹⁸⁷ e, portanto, economicamente mais viável em grandes extensões de terra, já que o custo da máquina em pequenas extensões é mais elevado. Em virtude desse fator, para que se tenha uma lucratividade maior, é necessário que a máquina seja utilizada em uma área contínua, o que justifica o desinteresse das usinas na renovação dos contratos.

E a tendência é acabar com o corte de cana queimada. Os nossos lotes são pequenos para entrar máquina, então começa a perder o interesse pela cana nos assentamentos e volta tudo aquilo de 1994, que na verdade alguns tinham uma certa condição, outros não, e a questão do endividamento na época. Só que as pessoas acabaram tirando tudo que tinha, tirou cerca, tirou pasto, tirou tudo e começou uma nova atividade [cana]. Hoje, o que está acontecendo é o seguinte: hoje as pessoas estão tentando voltar às velhas atividades: fruta, pasto. Tinha muito limão, muita laranja... É o que aconteceu na região.¹⁸⁸

Jair destaca que, ao produzir cana, muitos assentados deixaram de lado suas antigas atividades: *as pessoas acabaram tirando tudo que tinha, tirou cerca, tirou pasto, tirou tudo e começou uma nova atividade*. Muitos assentados acabaram

¹⁸⁵ Entrevista realizada em outubro de 2011.

¹⁸⁶ O prazo até 2014 foi estabelecido em 2007, com a criação do Protocolo Agro-Ambiental do Setor Sucroalcooleiro Paulista. Um dos itens do documento antecipou, em terrenos com declividade até 12%, o prazo final para a eliminação da queima de 2021 para 2014 e adiantou o percentual de cana não queimada, em 2010, de 50% para 70%. Em áreas com declividade acima de 12%, o prazo final para o fim da prática foi antecipado de 2031 para 2017, com o aumento do percentual de cana não queimada de 10% para 30%, em 2010.

¹⁸⁷ Estima-se que cada máquina substitua entre 80 e 200 trabalhadores (ÚNICA, 2000).

¹⁸⁸ Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em dezembro de 2010.

ficando na dependência da produção canavieira e assim, no momento “pós-cana”, tendem a enfrentar mais dificuldade no retorno às outras atividades agrícolas, nesse novo recomeço. Esse processo é um reflexo da contradição presente na incorporação do campesinato às dinâmicas produtivas do capital nacional e transnacional que atua no setor de agrocombustível. A dependência que se criou é na verdade reflexo da subordinação dos camponeses nesta produção agroenergética, comandada pela lógica capitalista que visa, sobretudo, a acumulação desenfreada de capital, onde o camponês é visto de forma vantajosa em alguns momentos e, repentinamente, não é mais atrativo.

Seguindo essa lógica, para que o projeto continue tendo a viabilidade econômica esperada pelas usinas, é necessário que vários lotes sequenciais entrem na “parceria” e produzam cana. Lotes espalhados ou em áreas alternadas não permitirão um trabalho uniforme e seqüencial do corte, o que ocasionará um aumento no custo da máquina colheitadeira. Segundo publicação do MAPA¹⁸⁹, a mecanização do corte exige aumento dos talhões, variedades mais produtivas e adaptadas a essas condições, principalmente aquelas que não tombem com ventanias e temporais e que produzam pouca palha, facilitando o uso da colheitadeira e evitando incêndios, além de requerer terrenos pouco acidentados, com baixa declividade. De acordo com a publicação, a mecanização do corte sinaliza uma nova configuração territorial do complexo sucroalcooleiro, conforme trecho:

Usinas localizadas em áreas com relevo montanhoso estão promovendo a transferência de suas unidades produtivas para áreas agrícolas mecanizáveis e de melhor qualidade, acarretando um processo de mudança na configuração territorial do complexo sucroalcooleiro nacional, que passa a se expandir em direção à região Centro-Oeste do país (principalmente Mato Grosso do Sul e Goiás).¹⁹⁰

Para Vian (2003) com todas as necessidades impostas pela mecanização, as terras de fornecedores ou de arrendatários começam a ser deixadas de lado pelas usinas e destilarias, o que acentua ainda mais a integração vertical, característica marcante em toda a história desse setor.

¹⁸⁹ Ver Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Série Agronegócios: Cadeia Produtiva da Agroenergia. Vol.3. 2007.

¹⁹⁰ Idem, 2007, pg. 94.

Alguns moradores do Monte Alegre já foram alertados pelas usinas, de que a durabilidade do projeto da cana depende da organização deles, isto é, para que o projeto da cana continue sendo viável economicamente para as usinas, segundo o posicionamento delas, e dessa forma garanta a manutenção do projeto no assentamento, eles precisarão se organizar para que juntos consigam formar uma área contínua de produção.

Embora o uso de máquinas agrícolas na lavoura seja hoje uma realidade dentro do segmento sucroenergético nacional, sua implantação teve um impulso significativo a partir da década de 2000, com a introdução da lei que proíbe as queimadas de cana-de-açúcar.

Segundo o balanço do Protocolo Agroambiental do Setor Sucroalcooleiro¹⁹¹, divulgado em março de 2012, a mecanização das lavouras de cana-de-açúcar em São Paulo alcançou a marca de 81,3% das usinas e 24,2% dos fornecedores do Estado na safra 2011/2012. Isso representa uma área de 3,12 milhões de hectares mecanizados ou 65,2% de toda cana plantada no Estado. Ao todo, 2.890 colhedoras de cana estão em operação no Estado. Na safra passada, esse percentual era de 55,6%. Então gradativamente, as usinas têm elevado seu grau de mecanização.

Atualmente o grau de mecanização na colheita do Grupo São Martinho é de 85,7%, sendo 100% na usina Boa Vista, 88% na usina São Martinho, e 66,6% na usina Iracema. Já a Santa Cruz, apresenta 85% de mecanização no corte da cana. A Maringá, por sua vez, possui 95% da colheita mecanizada em terras próprias e arrendadas. Já em relação à cana de fornecedores, esse número é bastante inferior.

É importante destacar que o direcionamento do setor à mecanização tem implicado na imposição de parâmetros de produtividade definidos pela máquina ao ritmo humano. A pressão dos empresários para que os cortadores de cana aumentem a produtividade do trabalho manual é uma das consequências mais visíveis e tem levado a práticas cada vez mais precárias de trabalho, provocando graves problemas de saúde e até mortes de trabalhadores no campo. Como nos esclarece Alves (2006):

¹⁹¹ Ver balanço do Protocolo Agroambiental do Setor Sucroalcooleiro, divulgado pela Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, em março de 2012.

A partir da década de 1990 houve um grande aumento da produtividade do trabalho. Para garantir seus empregos, os cortadores de cana precisavam cortar no mínimo 10 toneladas de cana por dia, aumentando a média de cana cortada para 12 toneladas por dia; portanto a produtividade média cresceu 100%, passou de 6 toneladas/homem/dia, na década de 1980, a 12 toneladas de cana por dia, na década de 1990 (ALVES, 2006, pg.96).

As consequências desse dispêndio de energia e esforço que se traduzem na superexploração do trabalho têm levado diversos trabalhadores à morte ou a perda precoce de capacidade de trabalho. Se por um lado a atividade do corte da cana tem se desenvolvido de forma desgastante e insalubre, a mecanização vai reduzir drasticamente os postos de trabalho, o que mais uma vez vai penalizar esse trabalhador, submetido desde sempre a condições desumanas de vida.

As usinas também têm recuado a respeito da renovação dos contratos devido aos problemas enfrentados junto ao Ministério do Trabalho no primeiro ciclo do plantio, caso da multa que a usina São Martinho teve de pagar pela irregularidade no transporte da cana. Nesse episódio, os assentados contrataram uma empresa para realizar o carregamento da cana, cujos empregados não possuíam registro trabalhista, o que resultou em uma autuação para a usina.

As questões que envolveram o corte da cana também serviram de subsídio para esta nova postura das usinas, a começar pelos problemas enfrentados pelo regime de mutirão. Essa prerrogativa foi debatida durante reunião realizada pelo Ministério do Trabalho, junto aos assentados e ITESP – momento em que se discutia o futuro do Projeto Cana no Monte Alegre, conforme explicou Sr. Domingos:

Mutirão você pega todo mundo aí e vai plantar cana. Pega todo esse pessoal, e aí vai um sem equipamento, outro sem luva, e o Ministério do Trabalho chega aqui e mete a caneta. Na primeira reunião entre os representantes de cada núcleo, o Ministério do Trabalho e ITESP, o pessoal do assentamento 4 e do assentamento 5 disseram que eles tem associação e querem plantar com mutirão. Aí eu fui categórico e falei para o advogado do Ministério do Trabalho: olha doutor, nós não vamos fazer mutirão porque nós não temos gente pra fazer. O pessoal lá é de idade (núcleo II), outros trabalham fora, e menores lá quase não tem, mas se tivesse também não serve. E ele falou para os outros: eu acho melhor vocês deixarem a usina plantar porque mutirão não vai dar certo. Vai pela idéia do Sr. Domingos, porque eles não têm gente pra fazer mutirão, mas eu acho que sem mutirão funciona: a usina faz e você paga um pouquinho mais, mas

*vocês ficam livres de qualquer problema, como multa, acidente. A usina já tem todo o pessoal preparado pra isso. Eles são registrados e tudo mais.*¹⁹²

Conforme a fala do Sr. Domingos, a questão do mutirão encontrou divergências entre os representantes dos diversos núcleos do assentamento. Enquanto os representantes dos núcleos 4 e 5 se posicionaram a favor do mutirão, a realizar-se através de associações, os responsáveis pelo núcleo II alegaram falta de mão de obra: *o pessoal lá é de idade, outros trabalham fora, menores lá quase não tem*. De fato no núcleo II é notória esta questão demográfica, isto é, a presença majoritária de idosos – o que dificulta a realização do mutirão no corte da cana, já que se trata de um trabalho bastante pesado.

Já a orientação fornecida pelo representante do Ministério do Trabalho foi a de substituir o mutirão como forma de trabalho no cultivo da cana, devido aos problemas enfrentados anteriormente, como falta de equipamento no trato da cana, falta de mão de obra, contratação de pessoas sem registro, etc.

As usinas, por sua vez, também não querem o estabelecimento do mutirão no próximo ciclo do plantio. A Cosan, por exemplo, que sinalizou uma factível chance na renovação dos contratos, já impôs a retirada do mutirão em um possível acordo, conforme destacou Sr. Domingos:

*Então a Cosan já avisou que não quer mutirão. E todos aqueles que queriam mutirão ficaram com umas caras meio aborrecidas. Mas vai fazer o que? Eu falei: vamos fazer o que a usina quiser. Se nós queremos cana plantada aqui de novo, que é a única que dá renda aqui, então nós vamos plantar, mas esquece mutirão. O mutirão deu muito problema para as usinas.*¹⁹³

O que o Sr. Domingos expõe mostra justamente a fragilidade dos camponeses nesse processo produtivo. Para a renovação dos contratos ser concretizada e cientes da condição subalterna em que se encontram nesta “parceria”, muitos assentados estão dispostos a acatarem todas as normas impostas pelas usinas: *vamos fazer o que a usina quiser*.

¹⁹² Entrevista realizada com o Sr. Domingos, assentado do Monte Alegre 2, em outubro de 2011.

¹⁹³ Idem, 2011.

A Cosan propôs então se tornar responsável pelo plantio e corte da cana dos assentados, restando aos mesmos apenas a tarefa dos tratos culturais (atividade que ainda é assegurada por exigência do ITESP). Para Jair, os problemas gerados junto ao Ministério do Trabalho atrapalham a imagem das usinas e, conseqüentemente, a venda de seus produtos no mercado internacional:

O que aconteceu na verdade: teve problema de corte, mão de obra. Ai foi dando problema, as usinas hoje elas vendem imagem de responsabilidade social, padrão de tecnologia e meio ambiente. Então tem que estar muito bem estruturado para ter essa imagem de uma usina legal. Deu um problema aqui, um trabalho irregular com o Ministério do Trabalho e elas não querem ter problema. E os assentados deram muito problema com a estória de mutirão, ai um contrata o outro, virou um fuzuê...E a usina não quer ter problema nenhum porque ela quer vender açúcar para o mercado europeu. E se der problema aqui no Ministério do Trabalho, eles não conseguem vender. Então eles tem medo, e é insignificante a quantidade de cana dentro dos assentamentos. Dá muito trabalho para pouco resultado.¹⁹⁴

O comentário proferido por Jair sobre o impacto da imagem da usina no resultado das vendas no mercado internacional é reflexo do processo atual de internacionalização do capital na agricultura. Trata-se de um modelo cujo modo de funcionamento global orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas *commodities* orientadas ao mercado externo. Esta condição confere às transnacionais do agronegócio a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo.

A fala de Jair revela as características do trabalho “cativo” ao qual estão inseridos os assentados nessa cadeia da agroenergia, comandada pela lógica do lucro e do mercado mundial. A absorção do trabalho dos camponeses se realiza por mecanismos diversos: fornecimento de sementes, compra da produção, plantio e colheita da cana realizada pelas usinas, e até a imposição de regras de comportamento no trabalho, características de uma empresa capitalista.

A contradição é tão expressiva, que a imagem das usinas no mercado internacional tornou-se também uma preocupação dos assentados:

¹⁹⁴ Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em outubro de 2011.

*Ai eu tive com o técnico da São Martinho faz uns 20 dias, e ele disse que a usina não se interessa mais em renovar os contratos, porque eles tiveram que pagar uma multa de R\$ 130.000 por causa do carregador, que não pagou. O carregador tinha uma firma, um caminhão, tudo, mas trabalhava com o pessoal irregular, então o Ministério do Trabalho multou, e o cara não pagou. A multa sobrou para a usina pagar. A usina pagou para não ficar com o nome sujo na praça, porque depois eles mandam o açúcar e o álcool pra fora, né? Então não pode sujar a imagem deles lá fora.*¹⁹⁵

Um estudo¹⁹⁶ sobre o impacto do *marketing* “verde” na indústria sucroalcooleira de Alagoas apontou o uso de ações de *marketing* de forma estratégica, impulsionando a adoção de ações em prol do meio ambiente, visto que exceder aos cumprimentos da legislação vigente traz benefícios, como melhoria da imagem da empresa; e se tratando de *commodities* o cumprimento das exigências mundiais faz com que esses produtos ingressem em mercados consumidores mais exigentes ou até mesmo definem a aprovação de investimento e parcerias. Então o *marketing* “verde” como foi citado pelo estudo sobre a indústria em Alagoas, assim como o *marketing* ligado à questão social, é fruto das novas regras impostas pelo mercado mundial.

Esta nova conjuntura traz desdobramentos para as unidades de reprodução camponesa e a vida no campo. Ao associar-se com os grandes grupos usineiros, o assentado passa a executar seu trabalho de forma cada vez menos autônoma, ao passo que favorecer a imagem da usina no mercado mundial torna-se uma nova preocupação para ele.

Em estudo realizado por Welch e Fernandes (2008) sobre o campesinato e o agronegócio da laranja, os autores relatam que as políticas de controle maquinadas pelas processadoras criam uma forma de compreensão generalizada em que transparece o camponês como o problema do processo e, portanto, uma tendência de marginalizá-los.

Acredito que podemos transpor essa compreensão para o caso da cana na área de estudo em questão. A postura das usinas frente à renovação dos contratos sinaliza esse processo – de transferência da responsabilidade da questão para o camponês. Este fato não surpreende, pois a lógica camponesa é realmente diversa

¹⁹⁵ Entrevista realizada com Sr. Domingos, assentado do Monte Alegre 2, em outubro de 2011.

¹⁹⁶ Ver SANTOS, J. R. ABREU, N. R. O impacto do *marketing* verde para as usinas sucroalcooleiras que atuam em Alagoas. Revista Alcance, Alagoas, 2009.

da lógica capitalista, da lógica do agronegócio. Mesmo que haja um controle extenso sobre todas as etapas do processo produtivo por parte das usinas, é de se esperar uma conflitualidade entre o modo de vida camponês e as exigências do capital internacional.

Até o momento, a única usina que apresentou realmente uma proposta para renovação dos contratos foi a Maringá. Todavia, a nova proposta sugerida não tem agradado muito aos assentados. O modelo que segue protocolado no ITESP altera alguns preceitos do antigo contrato. A principal mudança refere-se ao financiamento inicial do plantio, que não ficará mais a cargo da usina. O adubo, assim como todos os insumos necessários para o plantio, deverá ser financiado pelos assentados. A usina fornecerá as mudas e a mão de obra, caso seja do interesse do assentado, e descontará posteriormente esses encargos:

*A Maringá não tem mais condições de renovar. Ela até aceita, mas se nós fornecermos todos os insumos: pagar o adubo, o veneno, gladição, mas nós não temos estrutura pra isso. O fundo monetário do povo aqui é praticamente zero.*¹⁹⁷

Segundo nos informou Sr. Domingos, a usina Maringá justificou a mudança no contrato alegando que muitas pessoas não cuidam da cana e acabam não tendo como pagar o investimento feito a *priori* pela usina. Ele ainda completou: “*se eles não têm condições de colocar adubo, também não têm condições de plantar, porque se eles que são usineiros não têm condições, os assentados muito menos. O investimento inicial para o plantio é de cerca de R\$ 10.000*”.¹⁹⁸

Selma também está apreensiva com a nova proposta: “*a usina quer renovar, mas você que tem que fornecer o adubo, o calcário, preparar a terra, ela só fornece as mudas. Mas pra nós é muito dinheiro, não sei se compensa a gente entrar em uma dívida grande assim*”.¹⁹⁹

Enquanto isso, as outras três usinas não têm comparecido às reuniões para discutir o processo de renovação dos contratos, o que demonstra desinteresse na continuidade da “parceria”. Contrariando essa perspectiva, o representante de uma

¹⁹⁷ Entrevista realizada com João, assentado do Monte Alegre 3, em agosto de 2010.

¹⁹⁸ Entrevista realizada com Sr. Domingos, assentado do Monte Alegre 2, em agosto de 2012.

¹⁹⁹ Entrevista realizada com Selma, assentada do Monte Alegre 2, em agosto de 2012.

dessas três usinas que preferiu não ser identificado e que coordenou junto aos assentados os contratos do primeiro ciclo do plantio, expôs durante entrevista o interesse da usina (da qual faz parte e solicitou sigilo²⁰⁰) na renovação dos mesmos. Segundo ele, o objetivo da usina em manter a associação com os assentados está vinculado à responsabilidade social da companhia, que procura auxiliar principalmente a comunidade da qual faz parte. No discurso dele, a usina não tem interesse econômico nesta “parceria”, uma vez que o volume de cana adquirido é muito pequeno e praticamente insignificante no volume total que a usina processa anualmente.

Trata-se de um discurso assistencialista, que mascara o real interesse que existe no avanço dos domínios das usinas sobre esses espaços de reforma agrária. Como já foi colocado anteriormente, há um déficit de matérias-primas na região em relação à capacidade de processamento das unidades industriais, o que reforça o empenho das mesmas nesta expansão sobre terras de terceiros.

Já Ferreira, funcionário da usina Maringá, afirmou durante entrevista que o volume de cana adquirido através do consórcio firmado entre a empresa e os assentados agregou uma boa produção à usina: “*Nós vimos um mercado bom a ser aberto, tanto que hoje nós temos lá quase 100 contratos. Para nós foi positivo*”.²⁰¹

Atualmente a Maringá possui a maior parcela dos contratos firmados no assentamento para o cultivo de cana, conforme Mapa 6, que mostra a distribuição atual da associação entre as usinas e os assentados – com dados da última safra de cana (2010/2011). A atuação da Maringá tornou-se bastante expressiva nos núcleos II, III e VI. A Santa Cruz, por sua vez, reduziu sua participação no Monte Alegre, e mantém atualmente apenas 22 contratos.

²⁰⁰ Entrevista realizada com um funcionário de um dos grandes grupos sucroalcooleiros da região, em agosto de 2012. Ele foi responsável por coordenar os contratos do primeiro ciclo do plantio junto aos assentados. Ele nos recebeu pessoalmente, mas pediu para que o nome dele e o da empresa fossem ocultados, uma vez que ele não poderia falar em nome da usina sem aprovação prévia do departamento competente.

²⁰¹ Entrevista realizada com João Ferreira, supervisor administrativo da usina Maringá, em agosto de 2012.

Mapa 6 Assentamento Monte Alegre

Divisão atual dos contratos com as usinas dentro do assentamento

É importante destacar que alguns assentados que possuíam contrato com a usina Santa Cruz e a usina São Martinho transferiram seus contratos para a usina Maringá. Isto ocorreu devido ao desinteresse desses dois grupos em manter a “parceria” junto aos assentados, até mesmo antes do período de renovação dos canaviais, por motivos que já foram mencionados. “A São Martinho com esse problema da multa começou a querer sair fora, e quis diminuir o número de contratos”, destacou Jair.

Para Élio Neves, presidente da Feraesp, este panorama incerto sobre a continuidade do Projeto Cana no assentamento é reflexo da incorporação da usina Santa Luiza por grandes grupos, conforme explica:

Os grandes grupos lotearam as canas, repartiram o interesse alheio, e deram uma banana para os assentados e autoridades de Motuca, etc. Aliás o capital não precisa se justificar com ninguém, manda do Brasil aos EUA. Então, com o fracasso desse modelo de usina, qual é o grande debate? Aquelas áreas de produção dentro do assentamento são pequenas, de pouca escala de produção. Então passa a ter um desinteresse dos grandes

*grupos por essas áreas. Isso combina com o momento de renovação dos canaviais, que é o momento que a usina precisa investir na produção da matéria-prima.*²⁰²

Para ele, a quantidade de cana produzida no assentamento é pequena frente à escala de produção dos grandes grupos. De fato, os camponeses não possuem informações e capacidade de operacionalizar negócios na grande escala de produção. Entretanto, a conjuntura composta por demanda de matérias-primas para processamento, acirramento da concorrência e escassa disponibilidade de terras na região, faz com que haja interesse por parte das usinas na expansão do cultivo em áreas de assentamentos rurais, a exemplo do Monte Alegre.

O fato é que se de um lado as usinas não têm demonstrado interesse em renovar os contratos, por outro, os assentados não perdem a esperança de renovar o plantio. O resultado dessa equação são lotes ociosos à espera de uma resolução:

*O ano passado a gente estava naquela luta para renovar, mas aí entrou o sindicato e a coisa desandou. O plantio tem que ser feito em janeiro, fevereiro e março. Muitos moradores aqui tiraram a cana o ano passado e estão esperando pra ver se conseguem plantar cana novamente.*²⁰³

Nesse ínterim, alguns têm optado participar do plantio de soja para o projeto de biodiesel – programa que aparece como uma alternativa nesse período de crise:

*Olha, muitos querem participar do plantio de soja para biodiesel, mas tem gente que está com um pé atrás se vai dar tempo de tirar a colheita da soja e plantar a cana, então preferem não arriscar a plantar soja agora. Mas a maioria quer plantar porque melhora bastante a terra. A matéria orgânica da soja pode melhorar o plantio de cana.*²⁰⁴

O projeto é fruto do programa criado pelo governo federal para alavancar a produção de biodiesel no país. Antes de adentrar nas particularidades dessa experiência vivenciada no assentamento Monte Alegre vamos entender o contexto da ascensão do biodiesel na atualidade.

²⁰² Entrevista realizada com Élio Neves, presidente da Feraesp, em outubro de 2011.

²⁰³ Entrevista realizada com Sr. Domingos, assentado do Monte Alegre 2, em agosto de 2012.

²⁰⁴ Entrevista realizada com Moisés, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

Capítulo 3 – O biodiesel e os limites da reprodução camponesa no assentamento Monte Alegre

3.1 Do alimento à energia: o biodiesel como moeda de negociação no mercado internacional

O biodiesel é um agrocombustível produzido a partir de gorduras animais ou de óleos vegetais, tais como mamona, dendê, girassol, canola, gergelim, soja, dentre outras. Ele pode substituir total ou parcialmente o óleo diesel de petróleo em motores automotivos (de caminhões, tratores, camionetas, automóveis, etc) ou estacionários (geradores de eletricidade, calor, etc). Pode ser usado puro ou misturado ao diesel em diversas proporções.

As primeiras experiências com biodiesel no mundo ocorreram há mais de um século, pois desde 1900, o inventor do motor diesel, Rudolph Diesel, promovia experimentos em motores movidos à base de óleos vegetais, e um protótipo deste tipo de máquina foi apresentado por ocasião da Exposição Universal realizada em Paris, tendo sido usado na ocasião o óleo de amendoim. Já em 1937 houve o primeiro registro do que conhecemos hoje como biodiesel, por iniciativa de um cientista da Universidade de Bruxelas, na Bélgica, que patenteou tal processo em 1937.

Contudo, foi a partir da década de 1990 que vários países no mundo começaram a apresentar significativas ações e avanços na produção e uso de biodiesel, motivados pelo discurso da “sustentabilidade” e pela preocupação com as limitações do uso dos combustíveis a base de petróleo.

Como já tratamos anteriormente, a União Européia adotou em 2005 diretrizes para reduzir as emissões de gás de efeito estufa, bem como aprovou proposta para a elevação do consumo de energias renováveis, que incluiu a utilização de um percentual de agrocombustíveis no transporte.

Para atingir as novas metas, a União Européia, além de desenvolver tecnologias e elevar a produção de agrocombustíveis, tem buscado alavancar sua estratégia com a exploração de recursos fora de seu território. Este processo é

sinalizado pela crescente produção de agrocombustíveis em países da América Latina, Ásia e principalmente da África por empresas transnacionais oriundas de diversos países como Inglaterra, Itália, entre outros. Estudos do *The Guardian*²⁰⁵ apontam que desde Moçambique até ao Senegal há pelo menos 3,2 milhões de hectares, e muitos projetos em vista com plantações para agrocombustíveis pertencentes a empresas estrangeiras.

Segundo nota do *The Guardian*, metade dos 3,2 milhões de hectares já plantados é de propriedade de empresas britânicas. Uma única empresa inglesa, a Crest Global Green Energy – detém o total de 900.000 hectares em três países. Outra empresa inglesa – a Sun Biofuels – possui 8.000 hectares na Tanzânia onde plantou pinhão manso (*Jatropha curcas*) para a produção de biodiesel destinado ao mercado europeu.

Outro exemplo emblemático do novo estilo do “agro-imperialismo” é a aquisição sul-coreana de 1,3 milhões de hectares de terra arável em Madagascar, segundo um contrato de arrendamento de 70 a 90 anos em que a Daewoo Logistics Corporation of South Korea pagará um preço irrisório para cultivar milho e óleo de palma para exportação (PETRAS, J, 2008).

Vista pelas transnacionais como uma das últimas fronteiras agrícolas do mundo, a África volta a ser o foco das atenções mundiais, pois une diversos fatores de interesse ao capital: terra e mão de obra abundante e de baixo custo, clima favorável à produção agrícola, e pouca ou quase inexistente fiscalização ambiental.

O governo de Moçambique, por exemplo, está oferecendo seis milhões de hectares – o equivalente a três Sergipes – para que agricultores brasileiros plantem soja, algodão e milho no norte do país, através de um regime de concessão. Os produtores poderão usar as terras por 50 anos, renováveis por outros 50, mediante o pagamento de um imposto anual, no valor de R\$ 21 por hectare. “Moçambique é um Mato Grosso no meio da África, com terra de graça, sem tanto impedimento ambiental e frete muito mais barato para a China”, diz Carlos Ernesto Augustin, presidente da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão – Ampa, em

²⁰⁵ Ver reportagem do jornal *The Guardian*, intitulada “Biofuels boom in Africa as British firms lead rush on land for plantations”, de 31 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/environment/2011/may/31/biofuel-plantations-africa-british-firms>. Acesso: agosto de 2011.

reportagem ao jornal Folha de S. Paulo²⁰⁶. Trata-se, segundo expressão utilizada por James Petras (2008), de um "colonialismo" por convite.

Conforme afirmação de Petras (2008), o principal benefício para o país "explorado" é o emprego de trabalhadores agrícolas manuais locais, que raramente são pagos acima da taxa US\$ 1-2 dólares dos EUA por dia. Em contraste, as empresas e regimes recolhem lucros enormes, asseguram abastecimentos de alimentos a preços subsidiados, exercem influência política ou controle hegemônico sobre elites colaboradoras, expandem seus investimentos e facilitam a tomada estrangeira do sistema financeiro local.

O momento atual é marcado, então, pela exploração de vastas extensões de terras a preços irrisórios, sob o discurso em prol da "sustentabilidade". Trata-se, pois, de uma nova reconfiguração territorial do capital na agricultura, que coloca o continente africano e outros países da América Latina e Ásia como centro da exploração agrícola, através da velha fórmula - monocultura, concentração fundiária, e exploração da mão de obra. Todavia, agora tem um componente a mais - o debate em torno da produção de alimentos.

A propósito, países como Brasil e China exercem um papel duplo nesse processo: estão sujeitos a terem suas terras exploradas por diversos países, ao mesmo tempo em que se tornaram também "agentes" da expansão e exploração agrícola. Multinacionais japonesas, européias e norte-americanas exploram o Brasil mesmo quando agroindustriais brasileiros instalam projetos no Paraguai, Uruguai, Bolívia e países da África. Um padrão similar ocorre na China onde terras agrícolas são exploradas por japoneses e capitalistas chineses no exterior, ao mesmo tempo em que a China está a tomar terra fértil nos países mais pobres na África e Sudeste Asiático (PETRAS, J, 2008).

Como se observa, o Brasil também tem investido em projetos de agrocombustíveis e produção de alimentos na África. A intenção do Brasil é se tornar também um exportador de tecnologia agrícola, incluindo sementes, genética e equipamentos. Segundo o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São

²⁰⁶ Ver reportagem do jornal Folha de S. Paulo: Moçambique oferece terra à soja brasileira, de 14 de Agosto de 2011.

Paulo – Fiesp: “*o Brasil pode transferir tecnologia agrícola, dentro de uma estratégia para ser líder em economia verde*”.²⁰⁷

O governo brasileiro tem orientado esforços para que o Brasil lidere mundialmente o setor de agrocombustíveis. O acúmulo de conhecimento do País sobre a questão energética, principalmente produção de etanol, tem favorecido sua participação em diversos acordos de cooperação técnica internacional nesta área.

Desse modo, para atender adequadamente às expectativas da política externa brasileira foi criado, durante o governo Lula, o Programa Pró-Renova, coordenado pela Divisão de Energias Novas e Renováveis do Ministério das Relações Exteriores - MRE. Desde a criação desse programa, foram assinados 60 memorandos de entendimento para cooperação técnica bilateral na área de produção de agrocombustíveis (MORAES; MATOS, 2012).

Neste sentido, merece destaque o Memorando de Entendimento Brasil – EUA, assinado em 2007, para Cooperação em Biocombustíveis e o Memorando de Entendimentos com a União Econômica e Monetária do Oeste Africano - UEMOA firmado em outubro de 2007 e aprovado pelo Congresso Nacional em novembro de 2009. Esse memorando, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), está apoiando a realização de estudos, iniciados em março de 2012 e com previsão de encerramento para 2013, de viabilidades de produção de agrocombustíveis em diversos países africanos (MORAES; MATOS, 2012).

Se a política externa do governo brasileiro tem sido orientada à expansão dos agrocombustíveis sob a instituição de memorandos de cooperação com diversos países, na política interna o governo tem criado iniciativas para o avanço do setor em território nacional, como será descrito a seguir.

²⁰⁷ Ver reportagem do jornal Folha de S. Paulo: Moçambique oferece terra à soja brasileira, de 14 de Agosto de 2011.

3.2. A iniciativa brasileira: o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

No momento em que o agrocombustível emerge no centro do debate mundial sobre a “sustentabilidade” e o Brasil aparece como um dos países a liderar o crescimento desse setor, o governo brasileiro instituiu em 2004 o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), como ação estratégica e prioritária para o País.

Em janeiro de 2005, o governo promulgou a Lei nº 11.097, que introduz o biodiesel na matriz energética brasileira e amplia a competência administrativa da ANP, que passou, desde então, a denominar-se Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. A partir da publicação da citada lei, a ANP assumiu a atribuição de regular e fiscalizar as atividades relativas à produção, controle de qualidade, distribuição, revenda e comercialização do biodiesel e da mistura óleo diesel-biodiesel (BX).

A Lei determina ainda que “O biodiesel necessário ao atendimento dos percentuais mencionados (...) terá que ser processado, preferencialmente, a partir de matérias-primas produzidas por agricultor familiar, inclusive as resultantes de atividade extrativista” (Art. 2º, § 4º).

Para efeitos do programa, o governo considera agricultor familiar àquele que atende os requisitos impostos pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo.

Ademais, o governo considera agricultor familiar o beneficiário do Pronaf, conforme estabelecido no art. 5º do Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, e possuidor da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas. Como já referenciamos, o termo agricultura familiar tem sido muito utilizado no discurso das

políticas públicas como forma de escamotear o caráter concentrador da agricultura capitalista, na tentativa de modernizá-la. Nesta perspectiva, o termo agricultor familiar surge de forma a designar o quão os agricultores estão inseridos no mercado - na tentativa de substituir o conceito de camponês, vinculado a lutas políticas e entendido academicamente (por uma corrente de pensamento) como associado ao atraso.

Neste sentido, quando nos referirmos ao discurso oficial do Programa de Biodiesel manteremos o termo agricultura familiar, mesmo que arbitrário, para que seu entendimento esteja em consonância com a preleção governamental.

Com o objetivo de incentivar o crescimento do mercado de biodiesel, o governo brasileiro impôs a mistura de um percentual de biodiesel ao diesel comercializado no país, que atualmente é da ordem de 5% - denominada de B5. Entidades ligadas ao setor prevêm o aumento desse percentual para B7 ou B10, isto é, 7% e 10% respectivamente, ao longo dos próximos anos.

Em 2010, após seis anos da implantação do programa, o Brasil se consolidou como o segundo maior produtor de biodiesel do mundo, atrás apenas da Alemanha. A produção brasileira no ano de 2010 foi de 2,4 milhões de m³, enquanto que a Alemanha produziu 2,6 milhões de m³ - uma diferença de 8%, vide Gráfico 7:

Gráfico 7

É importante destacar que em 2011 o Brasil se tornou o principal mercado consumidor de biodiesel no mundo. Isso em função do crescimento da demanda doméstica brasileira, e da pequena redução do consumo de biodiesel na Alemanha.

Segundo o discurso oficial, o programa surge com o compromisso de viabilizar a produção e o uso do biodiesel no país, além de apoiar a participação dos agricultores familiares nesta produção. O grande diferencial deste programa voltado à produção dos agrocombustíveis residiria, então, no conteúdo social, que visa incorporar *"mais de quatro milhões de famílias de agricultoras e de assentados da reforma agrária na cadeia de produção do biodiesel no Brasil"* (MDA, 2011, pg.6).

Neste contexto, a principal ação verificada refere-se à institucionalização do Selo Combustível Social que garante benefícios às empresas que comprarem a matéria-prima de agricultores familiares, tais como diferenciação/isenção nos tributos PIS/PASEP e COFINS; participação assegurada de 80% do biodiesel negociado nos leilões públicos da ANP; acesso às melhores condições de financiamento junto aos bancos que operam o Programa (ou outras instituições financeiras que possuam condições especiais de financiamento para projetos); além de poderem se beneficiar da imagem "socialmente responsável" em suas propagandas comerciais.

Para aquisição do Selo Social, as indústrias precisam comprovar a compra de matéria-prima da agricultura familiar de acordo com percentuais mínimos: 30% nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e 15% nas regiões Norte e Centro-Oeste, além de outros ajustes contratuais.

Uma nova era no campo estaria começando? Finalmente os camponeses assumem um papel central na condução das novas políticas orientadas ao mundo rural?

A inserção dos camponeses na produção da agroenergia tem sido palco de divergências entre entidades e movimentos sociais. As organizações que são favoráveis à participação dos camponeses no programa federal do biodiesel entendem que os camponeses podem alcançar de fato uma alternativa de renda com essa produção.

Todavia, nos diversos posicionamentos há um consenso de que tudo dependerá de como o programa for conduzido, isto é, se os camponeses realmente

participarão ativamente do processo ou se viverão à sombra do modelo do agronegócio:

*"O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) acredita que o biodiesel é um tema extremamente relevante e importante para o conjunto da sociedade brasileira. O que determinará se a proposta vai servir aos pequenos agricultores e assentados ou se vai servir novamente às grandes indústrias do agronegócio é a forma como será conduzido o processo. Existe um grande risco de reproduzirmos modelos que vão chegar perto do antigo Proálcool, que acabou fortalecendo os latifúndios, principalmente no Nordeste, prevalecendo o uso de trabalho escravo, a exploração do capital sobre o trabalho e um forte impacto ambiental"*²⁰⁸

Em entrevista à Carta Maior, Temístocles Marcelos Neto, ambientalista e membro da executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) também assinalou:

"Os movimentos sociais não são contra o agrocombustível, mas sim contra o modelo de exportação e a forma de organização do agronegócio para a produção de grãos e cana-de-açúcar. Seria fundamental que a produção fosse pela modalidade de agricultura familiar e, principalmente, abastecesse o mercado nacional, a frota de transporte coletivo e de automóveis".

Segundo a publicação "Agricultura Familiar, Agroecologia e Agrocombustíveis" desenvolvida pela Comissão da Articulação Nacional de Agroecologia, destacam-se quatro princípios gerais adotados pelos movimentos sociais do campo brasileiro a respeito da produção de biodiesel:

- Integrar a produção de oleaginosas a um sistema diversificado sem sacrificar a produção de alimentos;
- Não adotar sistemas de alto uso de insumos químicos pelos seus custos financeiros e riscos elevados;
- Negociar com o Programa (na prática com a Petrobras) o apoio à instalação de infraestruturas de esmagamento sob controle dos agricultores;
- Garantir a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente pela adoção de práticas agroecológicas (este ponto aparece claramente nas posições do MPA, MST, MMC e da Cooperativa Grande Sertão e, de forma menos nítida, da Fetraf). (SANTOS; LONDRES, 2011, pg.185)

²⁰⁸ Entrevista realizada com Ciro Eduardo Corrêa, do setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST, publicada pela Agência Brasil em 10/11/2004. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2004-11-10/especial-3-sem-terra-apoiam-programa-e-temem-que-pessoas-levem-biodiesel-beneficiar-latifundio>. Acesso: julho de 2012.

Então há um consenso entre os movimentos sociais de que a realização do Programa de Biodiesel deve estar em consonância com a produção de alimentos, com adoção de práticas agroecológicas e deve congrega a construção de unidades industriais de produção de biodiesel a serem geridas pelos agricultores de pequeno porte, de forma a agregar valor e renda às suas produções.

O que vamos analisar no desenrolar do texto perpassa por essa questão sobre como ocorre atualmente à integração dos camponeses na produção do biodiesel, e de que forma a proposição do governo tem se realizado na prática, sob a experiência vivenciada no assentamento Monte Alegre.

Em termos quantitativos, é possível observar uma elevação no número de aquisições de matérias-primas oriundas da agricultura familiar no Brasil por empresas detentoras do Selo Combustível Social. Em 2006, as empresas pagaram R\$ 68,5 milhões por matérias-primas da agricultura familiar, conforme Gráfico 8. Já em 2010, esse número se elevou para R\$ 1.058 bilhão – o equivalente a 26% de todo o montante de matéria-prima adquirido por empresas detentoras do Selo Combustível Social daquele ano (R\$ 4,043 bilhões).

Gráfico 8

Fonte: SAF/MDA (2011)

Desde a criação do programa até o ano de 2010, o MDA concedeu o uso do Selo Combustível Social a 42 unidades produtoras de biodiesel e suspendeu a

mesma concessão para 9 unidades produtoras. No ano de 2005, por exemplo, apenas 3 unidades produtoras faziam parte do programa. Já em 2007, o número saltou para 26, e em 2010 alcançou o recorde de 33 - que representou aproximadamente 60% do total de usinas de biodiesel em operação no Brasil. Então, segundo dados do governo federal, mais da metade de todo o biodiesel produzido no país é proveniente da agricultura familiar.

Neste contexto, o número de estabelecimentos da agricultura familiar participantes do PNPB também apresentou crescimento desde a instituição do programa: passou de 16.328 em 2005 para 100.371 em 2010.

Uma das diretrizes do PNPB é a formação de cooperativas de produção agrícola que segundo o discurso oficial permitem uma participação mais qualificada dos agricultores no programa, ajudando a superar os tradicionais gargalos agrícolas, mercadológicos e gerenciais destes atores.

De fato, um dos desafios do PNPB é a organização das trocas comerciais, uma vez que a produção das matérias-primas se realiza sob um número elevado de fornecedores. A esse respeito Dirlei expressa:

Conversei com um pessoal da Petrobras e eles estão tendo um problema sério na Bahia porque lá eles têm uma planta do biodiesel, a mamona, e é cultura familiar, e eles têm em uma única planta 21.000 fornecedores. Imagina o que é administrar isso. É complicado. Agora você pega um cara que está no Centro-Oeste, ele compra soja do Blairo Maggi, e tem um fornecedor só, sabe que está garantido, não tem dor de cabeça.²⁰⁹

A cooperativa seria utilizada justamente para resolver a gestão desses inúmeros contratos, poupando o trabalho das empresas participantes. Ações nesse sentido têm sido realizadas e os resultados são visíveis: desde o início do projeto governamental o número de cooperativas da agricultura familiar tem aumentado, partindo de quatro cooperativas em 2006 para 59 em 2010. Dessas 59, 42 estão no sul do Brasil – região que já acumula experiências cooperativistas.

Para termos uma ideia, do total de 100.371 estabelecimentos da agricultura familiar fornecedores de matéria-prima para empresas produtoras de biodiesel em

²⁰⁹ Entrevista realizada com Dirlei Marcello, que atua no setor sucroalcooleiro há 40 anos, e há 12 anos está à frente da SCA Etanol do Brasil, em agosto de 2011.

2010, aproximadamente 70% delas venderam sua produção por meio de cooperativas. Em 2009 essa proporção era de 68%, e em 2008 somente 31%.

Sob o ponto de vista regional, dados de 2010 mostram que as regiões Sul e Centro-oeste possuem as maiores participações regionais nas aquisições da agricultura familiar no PNPB, com um total de 68% e 23% respectivamente. Já Nordeste, Sudeste e Norte participam com 5%, 4% e 0,3% do total de aquisições, o que revela a concentração da participação dos agricultores de pequeno porte na produção de biodiesel em determinadas unidades da federação.

No Sudeste, os principais polos de biodiesel estão no norte de Minas Gerais. Já no Estado de São Paulo, as regiões de destaque são Araçatuba, Médio Vale do Paranapanema e Pontal do Paranapanema, conforme Mapa 7. Segundo o MDA, os polos de Produção de Biodiesel são áreas compostas por diversos municípios, com a presença de agricultores familiares, produtores ou potenciais produtores de matérias-primas para fins de produção de biodiesel nos termos do PNPB. Dessa forma, os polos não contemplam especificamente as áreas produtoras de biodiesel no Brasil, mas sim áreas com elevado potencial para o projeto, segundo visão do governo federal.

Mapa 7

Pólos produtores de biodiesel da Região Sudeste

Fonte: SAF/MDA (2010)

No Estado de São Paulo, a produção de biodiesel ainda é incipiente, devido em parte à presença de plantações de cana-de-açúcar que ocupam grande parcela das terras férteis paulistas. Esta constatação também é visível na distribuição das indústrias de agroenergia instaladas no estado. As usinas canavieiras ocupam posição hegemônica em São Paulo, embora seja possível visualizar a presença de algumas usinas de biodiesel após 2 anos da criação do PNPB, conforme Mapa 8.

Tanto as usinas processadoras de cana-de-açúcar, quanto às de oleaginosas tem recebido um incremento nos últimos anos. Como é possível visualizar no mapa construído a partir de dados de 2006, há diversos projetos para a instalação de novas unidades industriais no estado. Ademais, muitos desses projetos já foram concretizados.

Mapa 8

Localização das usinas de agroenergia no estado de São Paulo - 2006

Para termos uma ideia, atualmente existem 64 plantas produtoras de biodiesel autorizadas pela ANP para operação no País, cuja capacidade total correspondente é de 19.533,95 m³/dia. Destas 64 unidades, 61 possuem autorização para comercialização do biodiesel produzido, o equivalente a 18.606,25 m³/dia. Também há dez novas plantas de biodiesel autorizadas para construção e oito plantas de biodiesel autorizadas para ampliação de capacidade, que podem elevar em 4.775,79 m³/dia a capacidade total autorizada ²¹⁰. Ademais, destaca-se também, segundo informações da ANP, a existência de:

(...) seis solicitações de autorização para construção de novas plantas produtoras de biodiesel e nove solicitações de autorização para construção, referentes a ampliações de capacidade de plantas já existentes. Tais

²¹⁰ Informações obtidas no Boletim Mensal de Biodiesel, publicado pela ANP, em julho de 2012.

Disponível em:

<http://ubr.bio.com.br/sites/1800/1891/PDFs/InformacaodoSetor/BoletimMensaldBiodieselANPjulho2012.pdf>. Acesso: setembro de 2012.

solicitações se encontram em processo de análise na ANP. (ANP, 2012, pg.2)

O biodiesel é comercializado através de leilões realizados pela ANP, desde 2005. Nos leilões, refinarias compram o biodiesel para misturá-lo ao diesel derivado do petróleo. Segundo afirmação do governo federal, o objetivo inicial dos leilões foi gerar mercado e, desse modo, estimular a produção de biodiesel em quantidade suficiente para que refinarias e distribuidores pudessem compor a mistura (BX) determinada por lei.

Nos leilões de biodiesel realizados pela ANP no primeiro semestre de 2012 foram negociados volumes do agrocombustível por sete unidades produtoras com sedes no Estado de São Paulo: Biocapital (Charqueada), Bioverde (Taubaté), Brejeiro (Orlândia), Fertibom (Catanduva), Innovatti (Mairinque), JBS Lins (Lins), SPBio (Sumaré). Já a Biopetro, unidade da empresa Bio Clean Energy, localizada em Araraquara-SP, não negociou em leilão nenhum volume de biodiesel no primeiro semestre de 2012, pois foi impedida de participar já que não atendeu a uma das cláusulas disposta no edital do pregão.²¹¹

Todavia, apesar desses números aspirarem favoravelmente à integração dos agricultores de pequeno porte no programa governamental é preciso destacar que o biodiesel está tomando caminho semelhante ao etanol, uma vez que 94% de toda a matéria-prima detentora do selo social adquirida pelas empresas para a produção de biodiesel é proveniente da soja, tradicionalmente cultivada em sistema de monocultura do agronegócio.

A soja é cultivada no Brasil em larga escala há pelo menos 30 anos, cujo principal produto consolidou-se na proteína vegetal (farelo) utilizada na alimentação animal. Com a introdução do PNPB, o óleo oriundo do grão, antes considerado um subproduto, passa a ser utilizado e valorizado como coproduto para a produção de biodiesel. Então a soja passa a ser um produto agrícola também voltado à geração de energia.

²¹¹ Informações obtidas no documento publicado pela ANP, em julho de 2012, intitulado: Entregas de biodiesel das unidades produtoras em 2012 referentes aos leilões ANP.

Todas as outras oleaginosas representam apenas 6% da matriz social do biodiesel. Em destaque está a mamona, que vem adquirindo uma evolução – passou de R\$5,1 milhões em 2008 (1,8% do volume total de aquisições) para R\$ 46,3 em 2010 (4,4% do total). Cabe destacar que do total da área produzida de mamona no Brasil em 2010, quase 50% foi oriunda da agricultura familiar participante do PNPB, a exemplo da produção realizada no Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, onde centenas de assentados cultivaram a matéria-prima para combustível a partir de 2008.

Outras oleaginosas produzidas pela agricultura familiar continuam participando do programa de forma inexpressiva, caso do dendê, do gergelim, do girassol e da canola. Também tem sido realizados experimentos com outras matérias-primas, caso do pinhão-manso e da macaúba no Pontal do Paranapanema, e do crambe, na região de Araraquara, como será visto na sequência.

A implantação de uma política nacional de biodiesel, que coloca a agricultura camponesa como sua principal base de fornecimento de matéria-prima, projeta impactos ainda não claramente definidos nos assentamentos rurais – um desafio que será desvendado ao longo do amadurecimento do projeto e do desenvolvimento das diversas experiências no Brasil. À luz da experiência do assentamento Monte Alegre, serão desenhadas reflexões de um projeto ainda no início de seu curso.

3.3 O Projeto Biodiesel no assentamento Monte Alegre

Em meio à crise na “parceria” entre os assentados e as usinas sucroalcooleiras, eis que surge um novo projeto no interior do Monte Alegre. A iniciativa foi introduzida pelo atual prefeito de Motuca João Ricardo Fascinelli (2009 - 2012) e contou com a parceria de diversos órgãos, tais como Ministério de Desenvolvimento Agrário, Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (FEPAF), UNESP, Instituto Inova, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Fundação Banco do Brasil e empresa Biopetro (Bio Clean Energy) e o apoio da Federação da Agricultura Familiar.

*Nós ganhamos a última eleição em Motuca, em 2009, e aí o prefeito me chamou pra trabalhar e a gente discutiu uma nova estrutura de desenvolvimento para o município. Nós tínhamos outra ideia de agricultura, que é a agricultura familiar. Enquanto isso, o Sergio Dutra²¹², em São Carlos, apresentou um projeto que viria a casar com as nossas idéias aqui. Nós discutimos e chegamos a conclusão do biodiesel. Aí conseguimos parceria com a FEPAF, Instituto Inova, depois a gente conseguiu Embrapa, enfim, fomos crescendo no projeto.*²¹³

A proposta, segundo Jair, consiste em elevar a participação dos agricultores de pequeno porte na cadeia da agroenergia. O escopo baseia-se na produção e fornecimento da matéria-prima e na transformação desta em biodiesel, por meio de processos industriais. Para isso, o projeto prevê a construção de uma usina de biodiesel a ser implantada no município de Motuca, com capacidade de produção estimada em seis milhões de litros de combustível por ano e cuja matéria-prima seria fornecida por cerca de dois mil produtores da região, através da formação de cooperativas:

*Até então se falava que os assentados iam gerar para a grande indústria o selo social. A empresa vem e investe nos assentamentos, na agricultura familiar, e acaba tendo benefícios ajudando a agricultura familiar a plantar. Nosso processo é o inverso, vamos ter o nosso próprio negócio, nós faremos o nosso próprio biocombustível. Com isso, a gente vai conseguir realizar um sonho que é fazer com que o agricultor seja o próprio gerador de toda a cadeia produtiva: produzir, industrializar e comercializar em uma cooperativa.*²¹⁴

Nesse caso, a usina seria gerida pelos próprios assentados, oriundos de diversos assentamentos da região de Araraquara, como o Monte Alegre, o Bela Vista do Chibarro, o Horto de Silvânia, entre outros. O projeto foi inclusive noticiado por diversos veículos midiáticos de atuação regional, cujas manchetes destacavam o projeto descrito: “Representantes do governo federal debatem projeto da usina de Biodiesel em Motuca” (jornal debateonline); “Assentados articulam produção para usina de biodiesel” (Araraquara.com); Motuca terá a primeira usina de Biodiesel da Agricultura Familiar (Ageuniara), etc.

²¹² Sérgio Dutra é engenheiro agrônomo e consultor da Bio Clean Energy e da Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (Fepaf).

²¹³ Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em dezembro de 2010.

²¹⁴ Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em dezembro de 2010.

Para o atual prefeito de Motuca (João Ricardo Fascineli), segundo a reportagem da Ageuniara, a construção da usina de biodiesel amenizaria o impacto do fechamento da usina Santa Luiza ocorrido em 2007, quando a prefeitura deixou de arrecadar R\$ 3 milhões, referentes ao ICMS da empresa.

Fotografias 23 e 24 – Jair dos Santos, Secretário da Agricultura de Motuca e um dos idealizadores do Projeto Biodiesel no Monte Alegre, durante entrevista, e ao lado o técnico agrícola Paulinho indicando no mapa os lotes participantes da produção das oleaginosas no assentamento.

(Fonte: BELLACOSA, F. 2012)

A participação do agricultor na condução de sua própria unidade industrial é mencionada na cartilha do PNPB, divulgada pelo governo federal, que apresenta um conjunto de etapas a serem realizadas pelos agricultores dentro do programa:

- 1 - produzindo sementes e mudas de oleaginosas;
- 2 - fornecendo os grãos das oleaginosas (mamona, dendê, girassol, soja, etc.) para as indústrias processadoras;
- 3 - extraindo o óleo vegetal dos grãos e separando-o do farelo. Neste caso, quando comercializam apenas o óleo bruto, além de agregar um valor maior, os agricultores familiares podem utilizar o farelo para ração dos animais ou para adubação, obtendo mais vantagens no uso da produção;
- 4 - organizando suas próprias usinas para a produção do biodiesel.

A quarta etapa refere-se à criação de usinas a serem geridas pelos próprios agricultores. Todavia, essa é uma experiência ainda nova no desenvolvimento do projeto governamental. Nesse contexto, as cláusulas do PNPB não contemplam a especificidade do caso citado acima, isto é, não há menção do que ocorre nesses casos com o Selo Combustível Social, ou sobre a existência de incentivos

governamentais, como melhores condições de financiamento junto às instituições financeiras, ou direito à concorrência em leilões de compra de biodiesel, ou até mesmo a desoneração de alguns tributos. Segundo Jair, um dos idealizadores do projeto no assentamento, ainda não se tem uma resposta para a inclusão do Selo Combustível Social nesse caso:

*Eles ganham o selo para ganhar do pequeno, e agora nós mesmos vamos fazer. A história começa a mudar, até então era uma inovação: a grande indústria recebia benefícios para ajudar o pequeno e agora o pequeno está andando com suas próprias pernas...E aí, como é que fica?*²¹⁵

Há um novo processo em curso, a *história começa a mudar*? Podemos falar em ruptura? Se antes, *a grande indústria recebia benefícios para ajudar o pequeno, agora*, nas palavras de Jair, *ele está andando com suas próprias pernas*. Entretanto, a real participação do camponês nesse processo deve ser analisada, uma vez que podemos ter mesmo que menos aparente, diversos tipos de subordinação, já que o capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção ditadas pelo lucro capitalista. Conforme Welch e Fernandes (2008), se o capital controla a tecnologia, o conhecimento, o mercado, as políticas agrícolas, entre outros, os camponeses estão subalternos.

Neste sentido, a dependência de insumos, assistência técnica, e conhecimentos produzidos por empresas capitalistas nacionais e transnacionais, como é o caso da Bio Clean Energy, pode representar a subordinação do camponês na produção da agroenergia (FABRINI, 2010). Ademais, como veremos na sequência, a construção da usina não saiu do papel, pois não foi possível angariar recursos governamentais – o que sinaliza a presença de um antagonismo entre as proposições do governo e as ações práticas do Programa Nacional.

O projeto de Motuca também prevê uma sinergia entre a produção de oleaginosas e a produção de alimentos:

Nosso objetivo é primeiro recuperar o solo desse povo, que está totalmente degradado porque primeiro foi eucalipto, depois foi cana, e se você não fizer manutenção ela acaba com o solo, e futuramente trabalhar com

²¹⁵ Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em dezembro de 2010.

*fruticultura e horticultura. Mas com o melhor jeito de fazer dinheiro a principio para recuperar esse solo? Soja e girassol como segunda cultura.*²¹⁶

A proposta estaria estruturada na perspectiva do fortalecimento do agricultor a partir da diversificação dos cultivos: produção de oleaginosas associadas, em um segundo momento, à produção de frutas e verduras.

Para a viabilização do projeto, o prefeito de Motuca, João Ricardo, doou uma área para a construção da usina, e negociou a aquisição de R\$ 2 milhões junto ao governo federal, de forma a obter recursos para a construção da unidade industrial, bem como financiamentos para a produção e cooperação tecnológica, através da Embrapa:

*Nós corremos atrás de recursos, buscamos nossos deputados, tanto o João Paulo (PT), como o Vicentinho (PT), que apóiam a gente e aí começamos a negociar em Brasília recursos de 2 milhões de reais para montar nossa própria usina. O governo tem recursos para isso e coube a nós apresentar um bom projeto para que fosse viabilizado no assentamento. Então os recursos vem sendo negociados há um ano e meio e foram acertados, mas a verba ainda não saiu. A construção ainda não começou, o que está segurando é o recurso em Brasília no ministério, que está em trâmite burocrático.*²¹⁷

Na proposta apresentada ao governo federal, a Embrapa atuaria no fornecimento de mudas, na definição de um pacote tecnológico adequado e na assessoria técnica ao produtor, através do termo geral de cooperação tecnológica. Trata-se de um acordo onde a Embrapa estabelece ampla parceria com as empresas, onde tanto as tecnologias desenvolvidas pelas empresas, como pela Embrapa devem ser compartilhadas, mediante a negociação futura de contratos de negócios tecnológicos entre as partes.

O outro lado da cooperação tecnológica ficaria a cargo da empresa Bio Clean Energy que tem atuado no setor de agrocombustíveis desde 2004. A empresa possui uma unidade produtiva, a Biopetro, no município de Araraquara, e outra unidade no município de Luiz Eduardo Magalhães, na Bahia. Então caberia à empresa, o

²¹⁶ Entrevista realizada com Alexandre Guerra, engenheiro agrônomo contratado pela Embrapa para atuar junto ao projeto de biodiesel, em dezembro de 2010.

²¹⁷ Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em dezembro de 2010.

fornecimento de tecnologia para o processamento industrial do óleo, assim como o suporte na comercialização:

A Biopetro se propôs a vender a tecnologia para a indústria dos assentados, eles têm patente disso, vão vender para nós, e seremos a primeira indústria da agricultura familiar do País, uma agroindústria familiar de biodiesel. ²¹⁸

Segundo Alexandre Guerra, engenheiro agrônomo contratado para atuar junto ao projeto de biodiesel, a Bio Clean se interessou pelo projeto em “parceria” com os assentados com o objetivo de transformá-lo em uma vitrine de vendas de tecnologia para o futuro mercado em ascensão. A empresa, localizada no município de Araraquara, é a usina de biodiesel mais próxima do Monte Alegre, distando cerca de 20 km do assentamento. Na sequência a mais próxima dista cerca de 90 km e está localizada no município de Catanduva. O Mapa 9 permite visualizar a localização da futura usina de biodiesel prevista pela prefeitura de Motuca, através do projeto de biodiesel, assim como a localização da Bio Clean Energy, “parceira” do projeto.

²¹⁸ Idem, 2010.

Mapa 9

Localização da futura usina de biodiesel dos assentados e da usina de biodiesel "parceira" do projeto

Outro fator que motivou a Bio Clean Energy a ingressar no projeto foi a possibilidade de aquisição de matéria-prima. A unidade localizada em Araraquara tem capacidade para produzir 80 milhões de litros de biodiesel por ano – uma demanda superior ao volume de matéria-prima disponível. Segundo Guerra: *“falta matéria-prima, até porque no local que eles instalaram a usina, não é propício, não tem soja, tem óleo, mas não tem soja. Soja é Bahia, eles estão na Bahia também agora, soja é Bahia Maranhão, Mato Grosso”*.²¹⁹

Além da falta de matéria-prima, o interesse das usinas produtoras de biodiesel na “parceria” com os assentados é ainda fortalecido pela existência do Selo Combustível Social, que lhes proporcionam vantagens na comercialização e na desoneração de alguns tributos, conforme programa do governo federal.

²¹⁹ Entrevista realizada com Alexandre Guerra, Engenheiro Agrônomo contratado pela Embrapa para atuar junto ao projeto de biodiesel, em dezembro de 2010.

Os agricultores, por sua vez, atrelam a venda de suas produções a essas indústrias, o que permite que o campesinato fique sujeito ao capital, sem que seja expulso da terra. O camponês passa a se vincular ao movimento do capital na condição de produtor de mercadorias, mesmo que continue habitando sua parcela de terra (MOURA, 1986). A participação do campesinato no sistema agrícola do agronegócio é uma condição determinada pelo capital. É de se desvendar, contudo, de que forma ocorre a participação do camponês na produção do biodiesel, cuja integração aparece subordinada à lógica capitalista.

O fato é que a usina idealizada pela prefeitura de Motuca e assentados do Monte Alegre não foi concretizada, isto é, os recursos negociados junto ao governo federal não foram disponibilizados.

De qualquer forma, a prefeitura decidiu prosseguir com o projeto de biodiesel enquanto aguarda novas oportunidades de buscar recursos públicos para a construção da usina. Nesse caso, um projeto-piloto já tem sido realizado dentro do assentamento Monte Alegre para testar as oleaginosas a serem cultivadas, cuja produção foi inicialmente atrelada à Bio Clean Energy – responsável pela fabricação do óleo e comercialização do mesmo nos leilões da ANP.

3.4 A organização do Projeto Biodiesel: a formação da cooperativa

Aos idealizadores do Projeto Biodiesel no assentamento Monte Alegre, estava colocado um grande desafio: a resistência dos agricultores em aderir ao programa em função do histórico de fracasso de projetos anteriores que levaram um grande número de famílias ao endividamento.

Então, para a realização do projeto-piloto, houve um longo período de diálogo entre a parte interessada em implantar a iniciativa, prefeitura de Motuca e técnicos contratados pela Embrapa, e os assentados. No início, o novo projeto sofreu resistência, conforme constata Jair:

Tudo é novo, então quando a gente começou com o crambe, a resistência era muito maior: ah, eu pago pra ver! E aí quando a gente fez agora um pré-contrato de interesse diante da Biopetro, muita gente: "ah eu vou ver, vou assinar, depois nois conversa". Era um contrato de interesse, e agora muitos: "ah eu assinei o contrato e quero plantar", já se sente no direito e

*como é uma área pequena, já virou até competitivo. E agora nós temos que dosar, pois é um teste que a empresa está fazendo e não dá para todos participarem.*²²⁰

A resistência e a insegurança de apostar em um novo cultivo são observadas na fala do Wanderlei:

*Olha, tem uns aí que plantaram crambe e não acharam bom negócio não. Mas isso aí eu não me interessei. Eles já falaram do projeto e eu falei: vamos dar um tempo, eu estou trabalhando nessa parte aqui, isso aí é uma cultura nova, eu não sei como reage. Então a gente tem que ir movimentando com aquilo que a gente está mais na área.*²²¹

Para ele, é difícil apostar em uma nova cultura, já que não se sabe *como reage*. A segurança é percebida na realização de atividades cuja bagagem de experiências foi acumulada, isto é: *a gente tem que ir movimentando com aquilo que a gente está mais na área*.

Então para ser implantado no assentamento, o projeto teve que passar por um período de sensibilização, para que o agricultor ganhasse confiança e tomasse a decisão de apostar no novo cultivo. Conforme destaca Alexandre Guerra:

*A parte política é a mais complicada, faz um ano que estou aqui tentando ganhar a confiança deles, e para perder é assim (super rápido). Agricultor é desconfiado por natureza. A gente senta com cada um, conversa bastante. E agora que conseguimos firmar alguns contratos, a minha preocupação é não conseguir plantar a tempo e quebrar essa relação. Estabelecemos uma relação de confiança.*²²²

Após um ano de diálogo, foi estabelecida uma relação de confiança entre o engenheiro Alexandre Guerra, contratado pela Embrapa para atuar junto ao projeto, e os assentados. A preocupação da qual Alexandre demonstra na fala acima se refere ao período em que foi realizada a entrevista, em dezembro de 2010, marcada pela escassez de chuvas. Alexandre estava à espera de uma chuva para poder iniciar o plantio de soja nos lotes participantes do projeto, que permaneciam com os solos

²²⁰ Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em dezembro de 2010.

²²¹ Entrevista realizada com Wanderley, assentado do Monte Alegre 2, em dezembro de 2010.

²²² Entrevista realizada com Alexandre Guerra, Engenheiro Agrônomo contratado pela Embrapa para atuar junto ao projeto de biodiesel, em dezembro de 2010.

preparados para receber o cultivo já há algum tempo. Por isso sua *preocupação era não conseguir plantar a tempo e quebrar essa relação*²²³.

Para outros assentados, o cultivo de oleaginosas para o biodiesel é vista como vantajosa já que favorece a rotação de culturas e, conseqüentemente, melhora o solo, conforme retratado na fala de Adiel:

*Eu achei interessante e eu precisava de uma rotação de culturas e eu não tava querendo fazer uma rotação de cultura com milho, porque o milho não ta dando muita coisa e eu queria plantar soja, porque a soja além de facilitar a rotação de cultura, ela melhora a terra, da muito nitrogênio pra terra. Eu achei muito interessante o projeto e pra mim foi bom porque eu preciso, eu não posso plantar mandioca todo ano numa terra só, porque senão começa a dar doença e começa a produzir menos. Então tem que fazer rotação de culturas.*²²⁴

Em outras manifestações, o projeto aparece como uma possibilidade futura, uma forma de repor o suposto vazio a ser deixado pela produção de cana-de-açúcar, cujo aceno advém da incerteza quanto à permanência dos contratos com as usinas sucroalcooleiras:

*Então, tem a proposta aí de crambe pra fazer biodiesel. Vão montar uma firma aqui em Motuca, a gente está conversando sempre com o Ricardo [prefeito], e a gente está sempre conversando, ta tentando ver se faz essa indústria. Pra mim fazer isso, a minha terra agora não está desocupada para isso. Agora se a cana não vingar, se der uma parada aí, começar a encrencar o pagamento, essas coisas, a gente passa o trator e planta.*²²⁵

Para o Sr. Domingos, a primeira opção é a cana, que já está na terra, mas se ela *não vingar, se der uma parada aí, começar a encrencar o pagamento, essas coisas, a gente passa o trator e planta*, referindo-se às culturas para biodiesel. Contudo, após a etapa de sensibilização e a verificação dos interessados no projeto-piloto de biodiesel, partiu-se para uma segunda etapa: a criação de uma cooperativa para gerir o projeto. Conforme explica Alexandre:

²²³ Nesse mesmo dia, ao final da entrevista, caiu uma forte chuva, que possibilitou a Alexandre iniciar o plantio no dia seguinte - 14/12/2010.

²²⁴ Entrevista realizada com Adiel, assentado do Bela Vista do Chibarro, em dezembro de 2010.

²²⁵ Entrevista realizada com o Sr. Domingos, assentado do Monte Alegre 2, em dezembro de 2010.

*Em primeira instância são convocadas as pessoas, são informadas, depois é feito um curso de capacitação, e com isso as pessoas que tem interesse vão sendo selecionadas. E aí foi juntando um grupo. O curso de capacitação já induz a produção do cooperativismo, explicando o que é uma cooperativa, suas vantagens, e as próprias pessoas já vão se interessando. Dessa forma, foram sendo selecionadas as famílias de produtores mais tecnicizados e que apresentaram realmente vontade de produzir.*²²⁶

O cooperativismo encontra certa resistência entre os assentados do Monte Alegre. De acordo com Jair, o fracasso de tentativas associativas anteriores corrobora para esta realidade, assim como outros fatores:

*As pessoas tem resistência em trabalhar em cooperativas devido ao passado, das associações realizadas no passado. E as pessoas querem ganhar. Elas não tem a ideia de cooperação. As pessoas acham que dentro de uma cooperativa você tem dinheiro pra isso, dinheiro pra aquilo, então fica mais fácil acesso. As pessoas olham as vantagens, de organização mesmo, não veem as dificuldades.*²²⁷

De fato, as cooperativas oferecem as vantagens da compra/venda em escala, consolidando e fortificando o camponês, e permitindo, assim, a sua reprodução, em oposição à crescente proletarização a que também está historicamente submetido. Ao longo da história elas se tornaram um instrumento de defesa tanto do pequeno como do grande agricultor (OLIVEIRA, 1990). Ao trabalhar com quantidades elevadas de produção, o agricultor consegue um preço mais reduzido em todos os serviços. "Agora que a gente tá trabalhando num grupo, a gente conseguiu hora/máquina mais barata", ressalta o assentado Adiel. Para Alexandre Guerra, a cooperativa fortalece o agricultor:

*Agricultura é a única produção que quando você chega para comprar você pergunta quanto é, e para vender é quanto você me paga. O objetivo da cooperativa é ter poder de negociação, fortalecer o produtor.*²²⁸

²²⁶ Entrevista realizada com Alexandre Guerra, Engenheiro Agrônomo contratado pela Embrapa para atuar junto ao projeto de biodiesel, em dezembro de 2010.

²²⁷ Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em dezembro de 2010.

²²⁸ Entrevista realizada com Alexandre Guerra, Engenheiro Agrônomo contratado pela Embrapa para atuar junto ao projeto de biodiesel, em dezembro de 2010.

O fato de a cooperativa favorecer o levante de um volume maior de recursos, que facilitará a compra de equipamentos, a realização de empréstimos junto às instituições financeiras, entre outros, também é destacado por outro assentado:

*Olha, do jeito que está indo hoje em dia se não for cooperativa vai chegar um ponto que ninguém mais vai conseguir fazer nenhum empréstimo. Vai ter que ser só na base de cooperativa. Por exemplo, a cooperativa consegue um investimento grande pra comprar até 2, 3 tratores, porque é bastante gente então tem a força, né? Essa que é a vantagem.*²²⁹

Para outros, onde a resistência ao cooperativismo é mais visível, a formação de grupos poderia representar a imposição do interesse de uma pessoa ou um grupo sobre os demais. Nesse caso, a formação da cooperativa estaria voltada ao interesse estratégico de um grupo que supostamente manipularia os participantes dessa organização, conforme destacado:

*Com relação ao crambe, eles querem montar uma cooperativa. Eles querem pegar o povo, para o povo comer na mão deles. Isso é tudo uma pessoa que quer ganhar em cima das outras. Eu não quis plantar crambe, porque eu já tinha plantado milho. O governo ajuda com o Pronaf para milho, mandioca, etc. Alguns que plantaram não virou nada. Parece que a terra estava fraca. É que nem uma pessoa, se não toma vitamina, a pessoa não consegue trabalhar.*²³⁰

Na visão do coordenador do ITESP, o cooperativismo no Brasil sempre foi um desafio, e nos últimos tempos tem sido bastante estimulado pelas diversas políticas públicas:

A cooperativa aqui no Brasil é complicada. Nós não temos essa cultura de organização, de confiança no outro, embora isso tenha mudado um pouco, porque todas as políticas públicas estão exigindo essa questão, só trabalham com produtores organizados. Então merenda escolar que eles tem que comprar no mínimo 30% da agricultura familiar, as prefeituras só vão trabalhar com associações, só vão comprar de produtores associados que estejam organizados, senão eles não vão comprar. Outro exemplo, o programa de microbacias, fase 2 agora, só vão trabalhar com associações e cooperativas e outras políticas públicas que têm incentivado a formação de grupos organizados. Então isso tem mudado um pouquinho, muito embora às vezes eles montem uma associação, ou uma cooperativa somente com

²²⁹ Entrevista realizada com Wanderley, assentado do Monte Alegre 2, em dezembro de 2010.

²³⁰ Entrevista realizada com o Sr. José Prudente, assentado do Monte Alegre 2, em dezembro de 2010.

*essa finalidade, de estar acessando esse programa, não tem aquele objetivo maior de produzir, comercializar junto, porque quem compra volume, compra mais barato. Mas a questão da individualidade, ainda é muito grande, a ingerência, as experiências negativas que houveram no passado, pouca formação escolar. Então chega um certo momento que eles não conseguem administrar, passar com clareza para os outros associados o que está acontecendo, e aí começa a gerar aquela desconfiança: "ah, fulano está roubando...então acabam morrendo na praia."*²³¹

Para Mauro, a *individualidade* indicaria um obstáculo para o estabelecimento de um projeto de vida coletivo. Certamente, para aqueles que trazem na bagagem um projeto de vida camponês, o desenvolvimento coletivizado da produção pode representar um embate, visto que os novos rumos econômicos geram novas dependências que geralmente conflitam com valores centrados na autonomia. Para essas pessoas, é necessário preservar a possibilidade de escolher o que plantar, quando e como trabalhar. Dessa forma, as diferentes origens e trajetórias refletem-se nos projetos grupais (D'AQUINO, 1996). Então esses camponeses preferem optar pela produção familiar individual²³². Segundo Marcos e Fabrini (2010), isto não significa que os camponeses sejam avessos às coletividades. A diferença é que para a agricultura camponesa, pautada pelas necessidades da família, as coletividades se realizam em outra esfera, ou seja, estão relacionadas mais aos aspectos comunitários e simbólicos e menos à esfera produtiva.

Assim como Mauro ressaltou, o governo brasileiro tem apostado na formação de cooperativas de produção e esta tem sido também uma das bandeiras do PNPB. Segundo as diretrizes do programa, é por meio do cooperativismo que o agricultor se fortalece e pode melhorar a maneira com que se relaciona com o mercado, quer seja na venda da oleaginosa ou de seus outros produtos. Ademais, o transporte da matéria-prima até o ponto de recebimento de forma coletiva diminui os custos do produto, dentre outras vantagens.

Os assentados do Monte Alegre resolveram se associar em cooperativa em decorrência de quatro fatores principais: garantia da demanda fixa das oleaginosas, pagamento dos preços mínimos, recebimento fixo de retorno, e como uma forma de minimizar os efeitos trazidos pela crise do Projeto Cana no assentamento. É nesse

²³¹ Entrevista realizada com Mauro Cavichioli, coordenador do ITESP na regional de Araraquara, em dezembro de 2010.

²³² A individualidade, nesse caso, não deve ser confundida com individualismo, mas sim concebida como respeito à liberdade individual.

contexto que é formada a Cooperativa dos Agricultores Familiares da Região Centro Paulista – COOPERFASC, estabelecida no Município de Motuca, que reuniu inicialmente cerca de 40 associados, cujo corpo englobou assentados e não assentados. O presidente, o diretor e o tesoureiro, por exemplo, são assentados. Já o vice-presidente e o corpo técnico não são.

Fotografia 25 – Membros da cooperativa reunidos para discutir o projeto de biodiesel.
(Foto: GUERRA, A. 2011)

Segundo Alexandre Guerra, a formação da cooperativa é uma etapa imprescindível do projeto-piloto, tão importante quanto à própria atividade produtiva:

O projeto não é só produção de biodiesel, mas é projeto de cooperativa, não adianta o produtor produzir e não ter para quem vender. O projeto inclui produção de hortaliça, pegar as áreas que sobram e produzir alimento. O biodiesel vem recuperar o solo. Formar uma cooperativa, produzir o biodiesel, produzir alimento e jogar na cooperativa, assim o produtor pode produzir mais e assim você consegue unir os produtores e fortalecer eles, pois hoje sozinho eles não conseguem.²³³

Para a implantação das áreas de produção de biodiesel foram selecionados inicialmente 30 lotes, sendo 22 do assentamento Monte Alegre e 8 do assentamento

²³³ Entrevista realizada com Alexandre Guerra, Engenheiro Agrônomo contratado pela Embrapa para atuar junto ao projeto de biodiesel, em dezembro de 2010.

vizinho, o Bela Vista do Chibarro. A escolha desses lotes pautou-se principalmente sobre a localização geográfica dos mesmos.

Alexandre Guerra buscou firmar contrato com famílias vizinhas, com o objetivo de obter uma área extensa e contínua para o cultivo, o que facilita a inserção das máquinas colheitadeiras no terreno, e, conseqüentemente, reduz o custo da produção. Logo, com a finalidade de tornar a produção das oleaginosas no assentamento viável economicamente, criou-se um projeto cujos membros são vizinhos. Estabeleceram-se, dessa forma, vários aglomerados de produtores de matérias-primas para biodiesel, espalhados pelos núcleos 1, 2, 4 e 5 do Monte Alegre, conforme Mapa 10:

Mapa 10

Assentamento Monte Alegre

Localização dos lotes do projeto de biodiesel - 2010/2011

A conquista dessa organização, isto é, a formação desta "sólida" cooperativa chamou a atenção de outros setores, que viram brotar na viável disposição

geográfica dos lotes produtores, uma boa oportunidade de lucro. Referimo-nos às usinas sucroalcooleiras da região, que propuseram aos assentados, segundo eles nos relataram, o plantio de cana-de-açúcar nos lotes selecionados para o projeto de biodiesel. Significa dizer que as usinas sucroalcooleiras demonstraram interesse em renovar contrato com os lotes organizados para o projeto-piloto de biodiesel, cuja disposição geográfica é favorável ao corte mecanizado da cana-de-açúcar, obrigatório a partir de 2014.

Conforme foi citado anteriormente, as usinas de cana colocaram como um dos pré-requisitos para a renovação dos contratos, a organização dos assentados em um projeto que reunisse o agrupamento deles em áreas contínuas, isto é, a formação de um grupo de lotes vizinhos interessados na plantação do cultivo, de forma a viabilizar o corte mecanizado da cana, justamente o feito conseguido pelos idealizadores do projeto de biodiesel.

Com a cooperativa formada (COOPERFASC) e os contratos assinados, foram iniciados os primeiros experimentos com oleaginosas nos lotes.

3.5 As características do Projeto Biodiesel no assentamento Monte Alegre e os desafios da reprodução camponesa

Diferentemente do Projeto Cana, os contratos para a produção das oleaginosas no assentamento Monte Alegre foram estabelecidos entre os assentados e a COOPERFASC – a cooperativa responsável por intermediar a comercialização das oleaginosas junto à empresa “parceira” do projeto. O acordo jurídico foi firmado para o período de 12 meses e estabeleceu 50% do lote como área limite para o cultivo, em concordância com a legislação do ITESP que regulamenta a produção de cana e as demais culturas para fins de processamento industrial. A cláusula competente é descrita a seguir:

O(a) VENDEDOR(A) se compromete a entregar toda a produção das culturas oleaginosas, neste caso a cultura da soja, com produção estimada de 40 sacas de 60 kg, por hectare, em uma área correspondente a cinquenta por cento do lote, obedecendo a portaria 77/2004 do ITESP à COOPERFASC, num período de 12 meses, sendo possibilitada a celebração de novo contrato, com a mesma finalidade, após o vencimento do presente contrato, por igual período, e a COOPERFASC, por sua vez, se obriga e se

compromete a adquirir a totalidade da produção, durante todo o ciclo, correspondendo à colheita da safra de verão de 2012/2013.²³⁴

Enquanto o contrato da cana é firmado por cinco anos, o do biodiesel estabelece apenas um ano de vigência, e cada cultivo permanece cerca de quatro meses na terra, com alternância de culturas. Este limite contratual de 12 meses está em consonância com as normas estabelecidas pelo MDA. Nesse caso, o cultivo da soja permite uma flexibilidade maior do que o cultivo da cana – fato reconhecido pelos assentados:

*A soja é uma cultura rápida, né? E se no ano seguinte a pessoa não quiser dar para eles plantarem, pode plantar por conta. Então também é um negócio bom. O ano passado eu não plantei, mas esse ano eles me procuraram e eu estou querendo plantar.*²³⁵

No contexto das “parcerias” agroindustriais de produção de agrocombustíveis, operacionalizadas no assentamento Monte Alegre, a soja possibilitaria ao camponês mais autonomia do que a cana sob este viés: *se no ano seguinte a pessoa não quiser dar para eles plantarem, pode plantar por conta.*

Outro assentado assinala outra vantagem do ciclo curto da soja - a rapidez com que a renda é obtida: *“eu acho a soja mais interessante que a cana. A cana até dá dinheiro, mas só que é 1 ano e 8 meses para cortar ela, e a soja é 110 dias. E você pode até tirar ela e plantar cana depois. Ai você tem o dinheiro da soja para investir na cana.”*²³⁶

Para Alexandre Guerra, que está do outro lado da situação, o ideal é que os contratos fossem fixados por no mínimo três anos, conforme expressa:

Nós investimos cerca de R\$10.000 na preparação do solo de cada lote. A maioria ganhou pouco, mas o solo já vai ficar corrigido. E o que ele vai fazer agora? Vai arrendar pra milho, e agora vai dar milho porque o solo está corrigido. Só que o ano passado ele não ia fazer nada. E agora ele vai arrendar pra milho, coisa que não pode fazer e vai ganhar uns R\$ 400. Isso

²³⁴ Cláusula do Compromisso Particular de Plantio, Cultivo e Fornecimento de Oleaginosas na Safra de Verão 2012/2013, firmado entre a COOPERFASC e os assentados do Monte Alegre. O documento, disponibilizado por Paulinho, técnico que atua junto ao projeto biodiesel, pode ser visualizado na íntegra vide anexo 5.

²³⁵ Entrevista realizada com Moisés, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

²³⁶ Entrevista realizada com Sr. Dorvalino, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

que mata a gente, porque o MDA exige um contrato de um ano. Isso mata a cooperativa, porque você recupera o solo do agricultor, aí no primeiro ano não dá muito, e no segundo ele vai plantar milho. Se a gente pudesse ter um contrato de 3 anos: eu recupero o solo dele, ele vai produzir um milho de um padrão comercial muito maior. Hoje eles produzem 50 sacos por alqueire, eles poderiam produzir no mínimo 120 sacos por alqueire.

De acordo com ele, a preparação do solo leva um tempo para dar um resultado satisfatório de produção. Em decorrência de solos desgastados, naturalmente o primeiro ciclo da soja fica mais fraco. Então as áreas que receberam aplicação de calcário podem se beneficiar do aumento da capacidade produtiva por mais três ou quatro anos. Dessa forma, segundo Guerra, ao verificar baixa produtividade logo do início, alguns agricultores escolheram migrar para outra atividade, mas dessa vez com o solo já corrigido, o que lhes conferem melhor rentabilidade nos outros cultivos selecionados. Nesse caso, o agricultor desloca parte da renda que seria absorvida pelo setor das oleaginosas, para outros setores.

Se por um lado o período estabelecido pelo contrato favorece a autonomia do agricultor (principalmente no comparativo ao Projeto Cana), por outro, ela é igualmente cerceada no momento em que o agricultor aceita comercializar a sua produção única e exclusivamente para a cooperativa, sob todas as regras da mesma, nos moldes de uma “parceria” agroindustrial, conforme o trecho:

Toda a produção colhida na área deste CONTRATO e durante a vigência do mesmo, deverá ser entregue pelo(a) AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A) à COOPERFASC, sob pena de responder por perdas e danos e multa. Para tanto a COOPERFASC garantirá o pagamento do valor da cotação, vigente na data da colheita, referente ao Preço Médio de Mercado para o Estado de São Paulo, cotação disponível no site da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, sendo que se o valor dessa cotação for inferior ao valor do Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), para o Estado de São Paulo, a COOPERFASC compromete-se a pagar o maior valor entre essas duas cotações. A esse valor poderão ser acrescidas bonificações, negociadas, diretamente com a COOPERFASC, durante a vigência do presente CONTRATO.²³⁷

O pagamento pela matéria-prima é realizado via COOPERFASC, com base no preço médio de mercado das oleaginosas para o Estado de São Paulo na data

²³⁷ Cláusula do Compromisso Particular de Plantio, Cultivo e Fornecimento de Oleaginosas na Safra de Verão 2012/2013, firmado entre a COOPERFASC e os assentados do Monte Alegre. O documento, disponibilizado por Paulinho, técnico que atua junto ao projeto biodiesel, pode ser visualizado na íntegra vide anexo 5.

vigente da colheita divulgados pela Conab, com resguardo do Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar – PGPAF.

Com relação à mão de obra, o contrato menciona que para a execução do trabalho braçal, o agricultor deve utilizar exclusivamente a força de trabalho familiar, o que reforça que não deve haver contratação, nem auxílio de pessoas que estejam fora da composição da força de trabalho do referido lote, conforme cláusula:

O(a) AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A), em conformidade com os incisos III e IV do artigo 186 da Constituição Federal, compromete(m)-se a observar rigorosamente as leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, especialmente relativas às normas de segurança e de saúde do trabalho, referentes aos serviços por eles executados, e responderão por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais, inclusive autuações e ainda indenizações por acidente de trabalho, de seus empregados, prepostos ou auxiliares.

As operações que envolvam o emprego de mão de obra braçal relativas a qualquer operação, plantio, colheita e tratos culturais serão realizadas, exclusivamente, por pessoas que compõem a força de trabalho do referido lote pertencente ao AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A), e que estejam cumprindo com as obrigações estabelecidas pela Lei n.º 4957/85, Termo de Permissão de Uso (ou Autorização de Uso), no caso de assentamentos do ITESP.²³⁸

Este fato inviabiliza as práticas de ajuda mútua presentes nas unidades de produção camponesa como o mutirão e as trocas de dias de trabalho entre os moradores do Monte Alegre. Como já mencionamos anteriormente, o mutirão não é regulamentado pelas leis trabalhistas, pois não corresponde a um trabalho subordinado. Entretanto, ele vem sendo suprimido pela normatização do trabalho do universo empresarial. Quando se formam associações entre camponeses e indústria a tendência é a indústria comandar o processo produtivo, e inclusive as relações de trabalho permeadas por ele. Práticas como o mutirão não se encaixam na lógica industrial e por isso enfrentam obstáculos em sua realização.

Esta cláusula também objetiva evitar problemas trabalhistas como os que ocorreram durante a vigência do Projeto Cana, quando houve a descaracterização do mutirão e autuações junto ao Ministério do Trabalho, devido à contratação de pessoas sem registro em carteira de trabalho, sem equipamentos de segurança, etc.

²³⁸ Cláusula do Compromisso Particular de Plantio, Cultivo e Fornecimento de Oleaginosas na Safra de Verão 2012/2013, firmado entre a COOPERFASC e os assentados do Monte Alegre. O documento, disponibilizado por Paulinho, técnico que atua junto ao projeto biodiesel, pode ser visualizado na íntegra vide anexo 5.

Neste sentido é destacado que ao firmar o contrato, o assentado se compromete *a observar rigorosamente as leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, especialmente relativas às normas de segurança e de saúde do trabalho.*

Se por um lado o regimento contratual reforça a participação da mão de obra familiar no processo, por outro o vínculo jurídico prevê o respaldo técnico e financeiro necessários à implantação das referidas culturas pela COOPERFASC, a serem devidamente descontados pela mesma:

Cláusula 3ª – Caso o(s) AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A) não possua, de imediato, todos os subsídios técnicos, mecânicos e financeiros necessários para implementação da referida cultura, a COOPERFASC poderá efetuarlos mediante o fornecimento de sementes, adubos, herbicidas, fungicidas e inseticidas bem como apoiar todas as operações envolvidas no plantio, tais como: preparo do solo, aplicação de calcário, gesso, adubos e demais aplicações que a cultura especificamente necessitar, nas épocas oportunas e de acordo com as técnicas apropriadas para tais culturas, sendo que todos os insumos e prestação de serviços serão devidamente registrados e documentados pela COOPERFASC, durante a vigência do presente CONTRATO.

Cláusula 4ª - O valor total apurado das sementes, insumos e serviços de colheita e transporte eventualmente fornecidos ou prestados pela COOPERFASC, nos termos da cláusula 3ª, serão reembolsados pelo(a) AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A) à COOPERFASC, quando do acerto final de contas, da referida safra.²³⁹

A cláusula discorre sobre a terceirização do processo produtivo, isto é, os assentados que não possuírem os subsídios técnicos, mecânicos e financeiros adequados poderão deixá-los à mercê da cooperativa, que fará a contratação de trabalhadores e efetuará as principais tarefas como o plantio, e a colheita.

Nesse sentido, também não se faz necessária à utilização de crédito rural – o que se torna bastante atrativo aos moradores do Monte Alegre, que como referenciamos anteriormente, vivenciam cotidianamente situações de endividamento junto às instituições financeiras. Então todos os serviços prestados pela cooperativa são descontados durante a safra vindoura.

²³⁹ Cláusula do Compromisso Particular de Plantio, Cultivo e Fornecimento de Oleaginosas na Safra de Verão 2012/2013, firmado entre a COOPERFASC e os assentados do Monte Alegre. O material disponibilizado por Paulinho, técnico que atua junto ao projeto biodiesel, pode ser visualizado na íntegra vide anexo 5.

No contrato também são discriminadas algumas tarefas a serem desenvolvidas pelos assentados, como o acompanhamento de todas as etapas executadas pela cooperativa, e o recebimento de assistência técnica:

O(a) AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A) compromete-se a auxiliar a COOPERFASC em todas as etapas desde a coleta das amostras de solo, aplicação de corretivos (se necessário), preparo de solo, plantio, tratos culturais e colheita. 3.2.2- O(a) AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A) acompanhará o desenvolvimento da lavoura e para tanto será orientado(a) pela COOPERFASC no que diz respeito as técnicas desenvolvidas para a cultura, nos termos da Cláusula 1ª, item 1.1 e da Cláusula 3ª, item 3.1. 3.2.3- O(a) AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A) acompanhará toda a colheita de seu lote, para averiguação da produção obtida.²⁴⁰

Então à semelhança do Projeto Cana, o assentado também tem que seguir o “receituário” conduzido pela cooperativa para a produção das oleaginosas. Na prática, ele pouco utiliza a mão de obra familiar, uma vez que o processo de plantio e colheita das culturas para biodiesel é mecanizado e, portanto, realizado pela cooperativa.

Segundo Guerra, cabe ao agricultor auxiliar no preparo da semente, colocar a semente na plantadeira, colocar o adubo na plantadeira, e acompanhar. O agricultor também recebe um curso de Manejo Integrado de Praga – MIP e os agrotóxicos são aplicados junto à assistência técnica. Geralmente são realizadas três aplicações de fungicida, duas para lagarta e uma para percevejo, mas tudo depende da necessidade, que é verificada e acompanhada pelo produtor.

Ao que parece, o assentado participa como coadjuvante do processo produtivo, ele mais observa e acompanha o trabalho que é feito no lote do que realiza as tarefas propriamente ditas. Então a princípio a produção de matérias-primas para biodiesel também não favorece o trabalho familiar, tão caracterizadora do trabalho camponês e fundamental para a permanência dos assentamentos. Segundo destaca Moura (1986), o trabalho familiar caracteriza o vínculo social do camponês com a terra. A família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando à reprodução física e social desse grupo de pessoas.

²⁴⁰ Cláusula do Compromisso Particular de Plantio, Cultivo e Fornecimento de Oleaginosas na Safra de Verão 2012/2013, firmado entre a COOPERFASC e os assentados do Monte Alegre. O material, disponibilizado por Paulinho, técnico que atua junto ao projeto biodiesel, pode ser visualizado na íntegra vide anexo 5.

As principais tarefas do cultivo das oleaginosas para biodiesel são terceirizadas, isto é, não são feitas pela família camponesa. Segundo Guerra:

A produção da soja não caracteriza arrendamento. Tudo bem que a gente vem com o pacote da cooperativa, o trator. Mas quem é a cooperativa? É o agricultor, então o ITESP enxerga com bons olhos até, porque quem faz não é uma empresa. Quem faz é uma cooperativa, que é uma empresa, mas é do agricultor.²⁴¹

Para Guerra, a cooperativa é a representação do produtor, entretanto, é importante destacar que as relações que se tecem entre o assentado e a cooperativa não são muito diferentes daquelas que o assentado estabelece diretamente com a indústria, uma vez que é a usina de biodiesel que regula o processo produtivo. Neste sentido, a usina se livra da responsabilidade de administrar inúmeros contratos e ao mesmo tempo obtém um volume expressivo de matérias-primas para processamento, enquanto os camponeses se subordinam às necessidades e exigências do capital.

Embora a cooperativa funcione juridicamente como propriedade dos associados, ela aparece como instituição que segue as determinações da reprodução ampliada do capital, isto é, os padrões de produtividade são ditados pela unidade industrial a ela vinculada. Ao delegarem as principais tarefas à cooperativa, os assentados transferem boa parcela da renda obtida com as oleaginosas para a cooperativa e para a indústria que comercializa a matéria-prima.

Em posse dos mecanismos que regem o desenvolvimento do projeto biodiesel no assentamento, passamos às experiências de fato.

3.6 O projeto-piloto em ação: o cultivo e os primeiros resultados

A área disponibilizada por cada assentado à produção das culturas de biodiesel variou de 6 a 7 hectares, correspondentes à metade de cada lote. No total,

²⁴¹ Entrevista realizada com Alexandre Guerra, Engenheiro Agrônomo contratado pela Embrapa para atuar junto ao projeto de biodiesel, em dezembro de 2010.

o primeiro cultivo atingiu aproximadamente 150 hectares de terras do assentamento Monte Alegre, e 100 hectares do assentamento Bela Vista do Chibarro.

Propôs-se a manutenção de duas safras ao ano: inicialmente uma de soja e outra de *crambe*, no período da entressafra. Para Jair, o sistema de rotação de culturas favorece a preparação do solo, conforme expõe:

O crambe se planta bastante hoje, tem um trabalho legal no Mato Grosso do Sul, e nós trouxemos pra cá para ver o que acontece. A ideia é ter duas culturas durante o ano, tipo soja nessa época e na época de inverno, o crambe, e aí começar o plantio direto, tira um e coloca o outro e aí não precisa fazer todo o preparo de solo.²⁴²

Alexandre Guerra aponta outros benefícios da rotação de culturas: a diversificação da produção, e o aumento da “liberdade” do produtor, conforme expresso no trecho:

O objetivo do projeto é maior, é substituir a monocultura por uma rotação de culturas; a cana fica cinco anos em um mesmo lugar, se você produzir um ano soja, no outro você planta crambe, depois você pode entrar com girassol²⁴³, de forma a rotacionar na própria área. E o agricultor vai se fortalecendo (financeiramente), aumentando o capital, o que permite depois ele investir em outras coisas, como produção de frutas, legumes. E a cooperativa vai gerindo todo esse processo.²⁴⁴

O primeiro teste foi realizado com *crambe* (*Crambe abyssinica* - planta da família das brassicaceae) – uma cultura de inverno, considerada uma alternativa para a safrinha. O custo do cultivo é de cerca de R\$500 por hectare e a extração do óleo pode ser feita de forma mecânica, com extrusora e prensa²⁴⁵.

O *crambe* é uma solução para épocas de baixa pluviosidade, e recomendado para ser produzido duas vezes ao ano, no período da entressafra.

²⁴² Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em dezembro de 2010.

²⁴³ Há um crescimento no cultivo mecanizado desta espécie, principalmente na região Centro-oeste e Nordeste, onde o girassol representa uma alternativa para o plantio da chamada safrinha nas áreas da soja.

²⁴⁴ Entrevista realizada com Alexandre Guerra, Engenheiro Agrônomo contratado pela Embrapa para atuar junto ao projeto de biodiesel, em dezembro de 2010.

²⁴⁵ Informações coletadas em entrevista realizada com Alexandre Guerra, em dezembro de 2011, e junto a revista Biodiesel BR, disponível em: <http://www.biodieselbr.com/blog/vedana/2007/crambe-crambe-abyssinica-promissora-planta-para-biodiesel/>, no dia 23/03/2011.

A primeira tentativa do cultivo no assentamento ocorreu em abril de 2010, mas o resultado não foi satisfatório, devido à escassez de chuva:

Nós plantamos crambe no ano passado e não choveu. Plantamos em 27 de abril quando deu uma chuva, e do dia 28 até setembro não choveu. Produzimos pouquinho, uma miséria, pois é uma planta resistente, mas não é uma planta de deserto, ela tem um limite de milímetros.²⁴⁶

Na visão de Alexandre, mesmo com o insucesso da produção, a primeira tentativa não foi totalmente negativa, pois pelo menos o solo do agricultor ficou preparado para a próxima plantação, com calcário e gesso. Segundo ele:

O biodiesel é a ponta do ice berg, o resto é fortalecer o agricultor, através da recuperação do seu solo, pois cana, monocultura por oito anos ali acaba com o solo, que nem o eucalipto destrói.²⁴⁷

Com um solo um pouco mais recuperado, foram iniciados os experimentos com a soja (conforme as Fotografias 26 e 27), porém com certo atraso, devido à falta de recursos competentes à empresa “parceira” do projeto.

Fotografia 26 – Uso do trator na preparação do solo no Monte Alegre.
(Fonte: GUERRA, A. 2011)

²⁴⁶ Entrevista realizada com Alexandre Guerra, Engenheiro Agrônomo contratado pela Embrapa para atuar junto ao projeto de biodiesel, em dezembro de 2010.

²⁴⁷ Idem, 2010.

Fotografia 27 – Plantio de soja no assentamento Monte Alegre.
(Fonte: GUERRA, A. 2011)

Segundo Alexandre Guerra, a empresa Bio Clean Energy não investiu a quantia acordada, o que comprometeu os primeiros resultados do projeto. A equipe técnica, por exemplo, ficou sem respaldo quando findou o convênio, o que significou a interrupção do recebimento dos salários cabíveis.

A gente não tinha dinheiro. Eu fiquei quatro meses sem receber. Mas para não deixar o arranjo todo que nós construímos cair por terra, e abandonar o projeto, porque em fevereiro eu fui demitido, né? Mas aí eu pensei: eu vou largar tudo no meio? Sem colher? Mas nós não abandonamos. A cooperativa foi até o final, até colher. Colheu, acertou tudo, porque a Biopetro deixou de pagar mais de R\$ 200.000 reais à FEPAF.²⁴⁸

Na perspectiva de não interromper o projeto no meio do caminho, e em face de todo o trabalho despendido anteriormente, a equipe técnica trabalhou até o final da colheita, e a cooperativa e a Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais - FEPAF auxiliaram no que foi possível para mantê-los. A Bio Clean, por outro lado, não conseguiu adquirir o Selo Combustível Social:

Para tirar o selo, a empresa precisa investir, precisa plantar. A Bio Clean deixou de pagar mais de 200 mil reais à FEPAF. Quando o rapaz do

²⁴⁸ Entrevista realizada com Alexandre Guerra, Engenheiro Agrônomo contratado pela Embrapa para atuar junto ao projeto de biodiesel, em outubro de 2011.

Ministério da Agricultura veio, ele percebeu que não tinha toda a área plantada. Mesmo porque a empresa não investiu nada. Então nós como técnicos, não conseguimos fazer nada. Tanto é que todo o ônus chegou agora para a cooperativa pagar. Qualquer empresa para tirar o selo, tem que investir. Eles tinham que investir 1 milhão de reais..esse é o custo...E eles não investiram quase nada.²⁴⁹

Segundo as diretrizes divulgadas pelo governo federal, o Selo só é concedido aos produtores que comprovem que estão promovendo a inclusão social e o desenvolvimento regional. Para tanto, os produtores de biodiesel precisam obedecer algumas regras, cumprir algumas tarefas para com os agricultores, tais como firmar contratos com os agricultores familiares negociados com a participação de uma entidade representativa dos mesmos (sindicatos, federações), assegurar assistência técnica gratuita, adquirir um percentual mínimo de matéria-prima da agricultura familiar, que varia de região para região, assim como orientar ações para capacitação dos agricultores à produção de oleaginosas, dentre outras (MDA, 2011).

Sem conseguir obter o Selo Combustível Social, a empresa Bio Clean abandonou o projeto do assentamento Monte Alegre deixando algumas dívidas, e alguns lotes sem plantio por falta de recursos, conforme fala de Guerra:

Como a Bio Clean não investiu nada, nós conseguimos plantar uma área mínima de quase 400 ha no total, porque a cooperativa assumiu. Tanto que o ônus que ela deixou, estamos pagando até hoje: calcário, gesso, notas de várias empresas. E aí o que nós fizemos: produzimos a soja, pagamos os agricultores e o dinheiro que era para fortalecer o projeto foi para pagar insumos, porque a empresa não honrou com o que ela havia combinado. Não pagou ninguém, e ainda queria receber a soja do agricultor.²⁵⁰

Nesse contexto, a primeira tentativa de cultivo de soja para o projeto de biodiesel ficou muito abaixo do esperado, e a maioria dos assentados que participou do projeto não obteve renda com o plantio:

O meu irmão Aparecido, e minha irmã Aurelina plantaram, e foram os únicos dois que ganharam dinheiro. Teve um primo meu que plantou um monte de hectares, e ganhou muito pouco. Agora tem um outro irmão meu, que plantou e a soja dele deu, dava pra tirar uns R\$ 10.000, mas só ganhou

²⁴⁹ Idem, 2011.

²⁵⁰ Ibidem, 2011.

*R\$ 500 reais e falaram que o resto ficou para pagar a terra de outro que não colheu.*²⁵¹

Entretanto, apesar do pouco volume de soja produzido e, consequentemente, da inexpressiva renda gerada com essa produção, alguns assentados avaliaram de forma positiva o ingresso no projeto, em decorrência dos ganhos obtidos com a preparação do solo:

*Eu quis plantar soja. E aí como essa soja é rápida, 3 meses e 20 dias já está colhendo. É uma vantagem que está melhorando a terra. Pegaram muitos lotes brutos, abandonados, que o pessoal não estava conseguindo tocar, era só braqueara. Então o pessoal entrou e preparou. Então tem essa vantagem, mesmo que não dê muito lucro, a pessoa vai pegar o lote cultivado, desempreguejou o mato, adubou, já corrigiu o solo.*²⁵²

A correção do solo também é exaltada por Guerra, engenheiro agrônomo responsável pelo projeto. Segundo ele, o solo da maioria dos assentados estava muito desgastado por conta de plantio de cana e eucalipto:

*Como foi o primeiro ano de uma lavoura que estava perdida no mato, e nós recuperamos o solo, não deu muito lucro. Tem lavouras que não deu nada, mas só o que nós investimos: colocamos três toneladas de calcário a R\$ 80, multiplicado por 10 ha, pronto. Colocamos uma tonelada de gesso, adubo, arou, gradeou, nivelou, subsolou. Deixamos a terra pronta, plantou: primeiro ano de soja, se o solo não estiver super corrigidinho, não dá, mas o cara ficou com o solo pronto. Pra quem não ia plantar nada? É um baita de um lucro.*²⁵³

Pelo que as falas indicam, houve um ganho no que se refere ao preparo do solo, todavia, a primeira tentativa não saiu conforme o planejado. Tanto a cooperativa que está à frente do projeto biodiesel quanto à equipe técnica da Embrapa reconheceram os resultados limitados da primeira safra, e creditaram boa parcela desses efeitos à falta de recursos e abandono da empresa “parceira”, assim como perdas por fatores climáticos e más condições pedológicas existentes.

²⁵¹ Entrevista realizada com Luiz Pereira, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

²⁵² Entrevista realizada com Moisés, assentado do Monte Alegre 1, em outubro de 2011.

²⁵³ Entrevista realizada com Alexandre Guerra, Engenheiro Agrônomo contratado pela Embrapa para atuar junto ao projeto de biodiesel, em outubro de 2011.

Ademais, a cooperativa teve suas finanças prejudicadas e ainda comprometeu sua credibilidade frente aos assentados participantes do projeto. Nesse ínterim, as produções de soja e crambe foram vendidas para outro grupo da região.

Com o objetivo de dar prosseguimento ao projeto, a FEPAF e a prefeitura de Motuca, junto à COOPERFASC, procuraram novas “parcerias” para a produção das oleaginosas no assentamento, e quatro empresas mostraram interesse: Biocapital, Fertibom, Granol e Bioverde.

3.7 A nova tentativa: a parceria com a Granol

O novo contrato foi fixado no final de 2011 com a empresa Granol²⁵⁴, uma empresa brasileira fundada em 1965, cuja inserção no mercado de biodiesel começou em 2006. A Granol possui duas usinas de biodiesel, localizadas em Anápolis (GO) e Cachoeira do Sul (RS) e é detentora do Selo Combustível Social.

A Granol foi a maior produtora de biodiesel do país no ano de 2011, seguida pela Caramuru, Oleoplan e pela Petrobras Biodiesel. Juntas, as quatro primeiras empresas em produção de biodiesel responderam por 40% de toda a produção nacional. Nesse mesmo ano, 12 grandes empresas de capital nacional e internacional, foram responsáveis por 80,8% da produção nacional de biodiesel (SANTOS, SUZUKI, 2012).

Esses dados revelam que a produção de biodiesel está concentrada nas mãos de um número seletivo de empresas, do qual a Granol ocupa posição de destaque. Nesse sentido, vale a reflexão de Santos e Suzuki (2012):

(...) na teoria, o Programa é colocado como fruto de uma política pública voltada para a soberania energética e para o desenvolvimento social, sendo que, na prática, vem se revelando como um conjunto de ações que estão gerando muito mais oportunidades para a territorialização concentrada do capital no campo e na produção industrial (SANTOS, SUZUKI, 2012, pg.56).

A Granol possui contrato com diversos agricultores da região, e fez pela primeira vez um arranjo com camponeses de assentamentos rurais, em busca de

²⁵⁴ A Granol dedica-se à produção e comercialização de grãos, farelos, óleos vegetais e biodiesel para o mercado interno e externo. Disponível em: <http://www.granol.com.br>. Acesso: agosto de 2012.

ampliar o volume de soja e garantir a manutenção do Selo Social. O escopo do projeto está baseado na alternância das culturas de soja, girassol e outras oleaginosas a serem testadas. O primeiro cultivo foi realizado em cerca de 500 hectares do assentamento, isto é, cerca de 10% da área agricultável do Monte Alegre – um aumento considerável em relação à safra anterior.

Nesta “parceria”, a Granol ficou responsável pela compra das matérias-primas e pelo pagamento da assistência técnica em regime integral a ser contratada pela cooperativa, isto é, os agricultores tem acesso à assistência técnica durante o ano inteiro, e esta contempla tanto orientação no ramo das oleaginosas quanto na produção dos demais cultivos presentes no lote. Significa dizer que os profissionais da assistência técnica, pelo menos na teoria, olham as propriedades dos agricultores como um todo, e não só para o sistema produtivo da soja e do girassol. Segundo Jair, a assistência técnica integral objetiva integrar energia e alimento.

Os primeiros cultivos dos assentados em “parceria” com a Granol foram realizados com culturas de girassol e soja. A produção ficou novamente aquém do esperado e o fator climático foi tido como o grande responsável: *nós tivemos dificuldade na safra passada por causa do fator clima. Nós fizemos um planejamento na última safra, mas aconteceu uma situação atípica dos últimos 30 anos: uma seca danada.*²⁵⁵

Nesse contexto, poucas famílias obtiveram rentabilidade com a produção. Outras, não conseguiram pagar nem o custo da produção, conforme a declaração de Paulinho:

*Olha, do início do plantio até o final teve uns intervalos. As famílias que começaram a produção em um período de mais chuvas, conseguiram produtividade e lucro. Mas tem pessoas que não pagaram nem o custo de produção que foi investido na cooperativa. Então tem algumas pessoas que deram lucro e outras prejuízos. Mas a cooperativa assumiu os prejuízos, e as famílias que ficaram negativo não precisaram pagar para a cooperativa.*²⁵⁶

²⁵⁵ Entrevista realizada com Paulinho, assistente técnico da cooperativa que gere o projeto de biodiesel, e assentado do Monte Alegre IV, em agosto de 2012.

²⁵⁶ Idem, 2012.

As famílias cujo resultado da produção foi negativo, isto é, aquelas cuja produção foi insuficiente para pagar os custos do plantio, não entraram em dívidas, uma vez que a cooperativa assumiu todo o ônus do processo.

Todavia, é possível notar uma grande insatisfação por parte dos assentados em relação aos primeiros resultados do projeto de biodiesel. Apenas algumas famílias compartilham da opinião de que mesmo sem a obtenção de um rendimento expressivo, o projeto é vantajoso em decorrência do investimento realizado na preparação do solo. O não endividamento dos agricultores também foi apontado como um ponto positivo do trabalho da cooperativa junto às comunidades.

Mesmo com resultados pouco expressivos, a cooperativa e a prefeitura de Motuca ainda acreditam na viabilidade do projeto. Dessa forma, as entidades já renovaram contrato com a Granol, e os novos experimentos serão realizados com soja e nabo forrageiro²⁵⁷. Atualmente há um estudo em andamento para verificar quantas e quais são as famílias interessadas em participar do próximo ciclo do plantio.

Como o recurso do governo federal para a construção da usina dos assentados permanece incerto, os idealizadores do projeto biodiesel também estão pleiteando a verba de R\$ 800.000 junto ao Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável Micro Bacias II, do Governo do Estado de São Paulo, com financiamento parcial do Banco Mundial, a ser executado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, por intermédio da CATI, e da Secretaria do Meio Ambiente, por intermédio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN).

Com a quantia, a prefeitura de Motuca pretende construir uma esmagadora de oleaginosas, cujo produto é o farelo – uma das primeiras etapas industriais para a produção do biodiesel. É uma forma de agregar valor à produção, já que os grãos ao invés de serem entregues in natura serão vendidos na forma de farelo.

Segundo Jair, a ideia do projeto original de construir a usina não se perdeu. O objetivo principal continua sendo esse, mas com a dificuldade da viabilização dos

²⁵⁷ O nabo forrageiro, *Raphanus sativus* L., é uma planta da família das crucíferas, antiga espécie usada na produção de óleo, adubação verde no inverno, rotação de culturas e alimentação animal. O corte é feito 120 dias após o plantio. Disponível em: <http://www.biodieselbr.com/plantas/nabo-forrageiro/nabo-forrageiro.htm>. Acesso: junho de 2012.

recursos por parte do governo, a solução encontrada foi pleitear o empreendimento por partes:

A idéia que temos agora é fazer o projeto por partes. Ao invés de pleitear R\$ 2 milhões para fazer tudo, a gente vai fazendo por partes. Estamos trabalhando a questão do plantio, e estamos organizando o micro bacias II, que nós estamos trabalhando a possibilidade de esmagar a soja aqui. Depois teria outro passo que aí é refinar o óleo. Quer dizer, agora estamos apresentando o projeto, que já passou da primeira fase. Então primeiro pleiteamos a esmagadora, e depois faremos o segundo e o terceiro passo que seria a usina completa.²⁵⁸

Nesta perspectiva, busca-se uma inserção mais significativa dos camponeses na produção da agroenergia, uma vez que, da forma como o Programa de Biodiesel está estruturado, os camponeses participam do projeto apenas na etapa de fornecimento de matéria-prima para as indústrias de biodiesel – não diferindo muito das formas tradicionais de subordinação do capital sobre a agricultura. Para que a atividade se torne mais rentável, é preciso também esmagar o grão para vender o óleo e aproveitar os subprodutos do processamento para adubação e alimentação animal.

A grande questão que se coloca é exatamente esta: os camponeses estarão condicionados a serem somente fornecedores de matérias-primas na produção do biodiesel, ou também poderão se beneficiar dos ganhos advindos da etapa agroindustrial?

Apesar da construção de unidades industriais de produção de biodiesel, a serem geridas por agricultores de pequeno porte, constar no regulamento do PNPB, ainda não é possível verificar a materialização desse processo a partir dos recursos governamentais.

Outro fato interessante é que o projeto gerido pela COOPERFASC tem buscado diversificar as culturas para biodiesel através do cultivo do crambe, girassol e nabo-forrageiro. Entretanto, enquanto essas culturas são testadas, a soja é sempre produzida em paralelo, isto é, a soja é o cultivo principal enquanto as

²⁵⁸ Entrevista realizada com Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca, em agosto de 2012.

culturas exercem papel secundário, e são produzidas majoritariamente nas entre-safras.

A soja tem mesmo monopolizado o plantio de oleaginosas no campo sendo responsável por cerca de 80% de todo o volume de biodiesel produzido no País²⁵⁹, apesar da variedade de opções como girassol, mamona, canola, pinhão-manso, etc.

Entretanto, no caso da mamona, embora as compras do cultivo continuem sendo feitas e aceitas para comprovação de Selo Social, este produto está, inclusive formalmente, excluído da produção de biodiesel devido à sua inviabilidade econômica. O produto é comprado, esmagado e vendido pelas empresas como óleo de rícino para uso industrial, e o biodiesel tem sido feito, em sua maior parte, a partir de óleo de soja, que é 60% mais barato que o óleo de mamona (SANTOS; LONDRES, 2011).

O uso majoritário do óleo de soja para a produção de biodiesel também deriva do grau de amadurecimento dessa cultura no Brasil. Apenas no ciclo 2009/2010²⁶⁰, o país teve uma safra recorde de 68,71 milhões de toneladas. A elevada disponibilidade é outro fator determinante. A produção de soja não é orientada à produção de óleo, mas principalmente à de farelo, empregado na ração animal. A moagem do grão tem como subproduto o óleo, na proporção de cerca de 20%. Dessa forma, a diversificação de fontes para a produção de agrocombustível, que é uma das premissas do PNPB, ainda se mostra incipiente, apesar de um direcionamento que há nessa direção.

É importante destacar que no regulamento do Selo Combustível Social, não está incluída nenhuma cláusula sobre a questão da monocultura em unidades de agricultores de pequeno porte. O Programa deixa expresso que os “objetivos são promover a inclusão social e o desenvolvimento das regiões mais carentes, com sustentabilidade em sentido amplo”, mas não especifica regras para a formação dos cultivos nas propriedades dos agricultores (SANTOS; LONDRES, 2011). Então o governo, por meio do PNPB, não impõe normas sobre a diversificação da produção

²⁵⁹ Dados do Boletim Mensal de Biodiesel, divulgado pela ANP, em setembro de 2012. Disponível em: <http://www.anp.gov.br>. Acesso: setembro de 2012.

²⁶⁰ Reportagem do Jornal Folha de São Paulo, intitulada “Soja deve continuar sendo a principal fonte para produção de biodiesel no país”, publicada em 11 de agosto de 2010.

e/ou restrição de monoculturas nas terras do campesinato e o que a realidade mostra é que o agronegócio está tomando conta do Programa.

Nesta perspectiva, é preciso destacar que da forma como o PNPB tem sido conduzido, o papel do campesinato no conjunto das políticas energéticas brasileiras tem ficado aquém da proposição anunciada pelo governo federal. Por outro lado, o programa tem obtido sucesso na tentativa de projetar o Brasil na vanguarda da produção energética “sustentável”, o que sinaliza a possibilidade de tratar-se mais de um jogo de “*marketing*” do que um esforço em contribuir efetivamente com a inclusão social no País. A esse respeito, concordamos com a reflexão de Santos e Suzuki (2010):

Com um olhar atento, percebemos que o PNPB, em muitos momentos, serve mais ao campo ideológico do marketing internacional, visando projetar a imagem do Brasil como um país que está na vanguarda da produção de energias limpas e renováveis do que, de fato, se colocando como um Programa voltado para o desenvolvimento social de forma horizontalizada, sobretudo, com a inclusão autônoma do campesinato em sua estrutura produtiva e de gestão a real inclusão dos camponeses no processo (SANTOS; SUZUKI, 2010, pg.56).

Como foi possível perceber também a partir das primeiras experiências com culturas para biodiesel no assentamento Monte Alegre, os agricultores estão susceptíveis a tornarem-se reféns das empresas e, dessa forma, expostos a levarem prejuízos, seja em função do abandono da entidade parceira pela não obtenção do Selo Social, ou do atraso na entrega de recursos, ou até mesmo pelas condições climáticas e/ou solos desfavoráveis.

Considerações Finais

Analizamos na exposição precedente como tem se realizado a reprodução do campesinato brasileiro frente aos novos desafios impostos pela internacionalização do capital na agricultura e, conseqüentemente, pelo avanço do agronegócio no campo, sob o imperativo dos agrocombustíveis.

O crescimento significativo de cultivos para geração de energia ocorre no momento em que os agrocombustíveis são apontados como solução para o futuro do planeta. Se de um lado a agroenergia é celebrada sob o discurso da “sustentabilidade”, por outro, ela deve ser compreendida, parafraseando Houtart (2010), como uma das saídas da crise para o capital.

Nesse contexto, a elevação dos preços do petróleo, a tecnologia dos motores *flex fuel* e a adoção de diretrizes pela União Europeia em prol da redução das emissões de gases de efeito estufa, entre outros, fizeram com que os agrocombustíveis se tornassem uma importante moeda de negociação no mercado internacional. Com a experiência adquirida no Proálcool e o lançamento do Programa de Biodiesel a nível federal, o Brasil é colocado na vanguarda da produção de agrocombustíveis no mundo.

Nessa perspectiva, há um movimento de transformação do alimento em energia que coloca principalmente a América Latina e a África como centro da exploração agrícola – processo conduzido por empresas transnacionais oriundas de diversos países majoritariamente europeus. No Brasil, esse movimento ocorre nas duas direções: enquanto as transnacionais se instalam no país para explorar parcelas do território brasileiro, o País exporta tecnologia e implanta projetos agroenergéticos em diversos países, principalmente da América Central e África.

A aposta do governo brasileiro no projeto do agrocombustível, isto é, no crescimento desse setor estratégico, operacionalizado via agronegócio, é sinalizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através de publicação sobre as Projeções do Agronegócio 2011/2012 a 2021/2022. De acordo com os planos do governo, as matérias-primas do agrocombustível são praticamente as únicas culturas que crescerão nas terras brasileiras durante os próximos anos.

Como já demonstramos, a área total plantada com lavouras deve passar de 64,9 milhões de hectares em 2012 para 71,9 milhões em 2022 - um acréscimo de 7,0 milhões de hectares. Desses, 4,7 milhões de hectares serão expandidos com culturas de soja, e cerca de 1,9 milhão com cana-de-açúcar, isto é, quase 100% do crescimento total das áreas agrícolas estarão voltadas à produção de cultivos agroenergéticos.

Essa expansão de áreas de soja e cana-de-açúcar deverá ocorrer pela incorporação de áreas novas e também pela substituição de outras lavouras que deverão ceder área, tais como feijão, arroz, milho. Então as matérias-primas dos agrocombustíveis tendem a avançar sobre áreas de pastagens e cultivos onde a taxa de renda é menor, atingindo produtos básicos da alimentação dos brasileiros, como é o caso do feijão, e ainda segmentos tradicionais de produção de alimentos da agricultura camponesa. Esse processo produz ainda um deslocamento de algumas culturas alimentares e a criação de gado, que repercutem nas zonas florestais. Sem dúvida, esses novos processos engendrados no campo desafiam a consolidação de uma efetiva soberania alimentar brasileira.

Outra característica marcante desse arranque da agroenergia é a concentração de capitais sem precedentes, reflexo da internacionalização do setor. Esse processo é sinalizado pelo crescimento das grandes transnacionais face à ruína das usinas geridas por relações familiares, a exemplo da usina Santa Luiza que decretou falência e foi adquirida por três grandes grupos da região. A atuação monopolista do capital no setor mostra que os novos padrões de produção impostos ao mercado de etanol potencializam a absorção dos pequenos frente aos grandes grupos. Esse processo é intensificado ainda pela ocorrência de crises, como a que ocorreu em 2008, e também pelas dificuldades encontradas na sucessão familiar no comando das usinas.

A internacionalização do setor também é expressa no processo de abertura de capitais das usinas na bolsa de valores para angariar recursos, além da intensificação de fusões entre grupos empresariais. Nesse interim encontram-se o setor petrolífero e a indústria automobilística cujo exemplo mais emblemático é a formação da *Join Venture* Raízen, entre a Shell e a Cosan. Acresce-se aí também a diversificação da atuação dos grandes grupos no setor sucroalcooleiro, que passam

a comandar não mais um único segmento, mas diversos setores, a exemplo da Cosan que recentemente orientou esforços para diversificar suas operações que vão desde a produção de insumos, alimentos e energia até o ramo de logística e gestão de terras.

A estratégia desses grupos para expandir seus domínios sobre terras de terceiros se pauta, sobretudo, sobre os processos de territorialização e monopolização do território. O primeiro é efetuado através da aquisição de terras, e o segundo é realizado através de práticas, tais como o arrendamento, a parceria e a compra de cana por fornecedores. Como analisamos no decorrer do trabalho, a territorialização é inerente à reprodução do capital sucroalcooleiro, que precisa manter uma parcela considerável de terras próprias, de forma a proteger-se das oscilações do mercado, além do fato de que esse processo favorece a obtenção de ganhos em todas as esferas.

No entanto, como nem sempre é viável e possível ao capitalista imobilizar dinheiro na aquisição fundiária, surgem outras estratégias para sujeitar a renda que se dá na terra, cujo reflexo é verificado na expansão do setor em áreas de reforma agrária. Nesta perspectiva, há um adensamento da produção de matéria-prima no menor raio de distância da unidade produtora, de modo a reduzir os custos de transporte neste elo produtivo, que garante a formação da renda diferencial. Logo, a usina tende a pressionar as áreas vizinhas, de forma a transformar tudo em canavial.

Frente a este contexto de internacionalização da agricultura e a decorrente expansão dos agrocombustíveis, nos empenhamos em desvendar o papel dos camponeses nesse processo, haja vista a perspectiva de que a produção da agroenergia poderia indicar uma alternativa de renda aos camponeses e favorecer a inclusão no campo.

Essa proposição foi sinalizada nas ações governamentais expressas no Programa de Biodiesel lançado em 2004. Inspirado no Proálcool dos anos 1970, o novo programa agroenergético indicaria um novo conteúdo: a tentativa de transformar o agricultor de pequeno porte no principal beneficiário e ator econômico do projeto, diferentemente do Proálcool que foi voltado para o grande empresariado

do setor sucroalcooleiro, transformando-se em um dos grandes ícones do agronegócio no País.

Entretanto, fundamentado na experiência vivenciada pelos moradores do assentamento Monte Alegre, constatamos que o território camponês tem majoritariamente se transformado em espaço de produção da agroenergia sob fortes mecanismos de subordinação, que os alijam de atuarem como protagonistas nesse processo, tanto no que diz respeito à produção de cana-de-açúcar para fabricação do etanol, quanto ao que concerne às oleaginosas para a produção de biodiesel, com algumas diferenças entre ambas - assinaladas adiante.

Com relação à primeira, cabe destacar que para viabilizar a expansão do domínio das usinas de cana em áreas de assentamentos rurais foi utilizado o termo parceria, embora o processo tenha ocorrido à semelhança de um arrendamento. As dificuldades na comercialização, o endividamento junto às instituições financeiras, o vazio de eficientes políticas públicas, juntamente com o interesse do poder público local, fizeram com que o Projeto Cana adentrasse e ganhasse muitos adeptos no assentamento Monte Alegre. Desde então, a cana se expandiu e 317 famílias aderiram ao plantio com as usinas – o que representa 89% de todas as famílias do assentamento.

A princípio, os assentados eram responsáveis pela realização de todas as etapas do processo produtivo, desde o plantio até o corte, que era realizado através da prática do mutirão. A utilização de 100% da mão de obra assentada na condução dos canaviais foi assinalada na proposta inicial apresentada pelo poder público, para legitimar esse controverso projeto, de forma a diminuir os setores resistentes.

Todavia, o processo foi alterado ao longo do tempo e restou ao assentado apenas a realização dos tratos culturais, isto é, sua tarefa se resume hoje ao controle das formigas e ervas daninha. Logo, é a lógica da agricultura capitalista que passa a comandar o cultivo da cana-de-açúcar no assentamento Monte Alegre, subordinando o trabalho camponês e drenando consigo boa parcela da renda e do lucro gerados nesses espaços.

Aos poucos a cana deixou de ser produto do trabalho camponês para transformar-se em produto do trabalho assalariado na unidade camponesa – resultado da combinação entre a precarização que envolve o corte da cana e ao

mesmo tempo afasta o interesse dos camponeses em ver os seus filhos executando essa tarefa, problemas de cunho trabalhista, além do interesse das usinas em controlar todas as etapas do processo, subordinando cada vez mais a renda camponesa.

Como demonstramos ao longo do trabalho, a cana-de-açúcar através das “parcerias” agroindustriais representou um obstáculo à autonomia camponesa, à socialização do camponês no interior do processo produtivo e também uma ameaça à continuidade da força de trabalho familiar, já que é excludente de mão de obra. Entretanto, esse processo ocorreu de forma dialética, pois ao mesmo tempo em que a atividade canvieira representou um empecilho ao campesinato, ela favoreceu sua resistência contraditória, haja vista que a maioria dos assentados procurou reafirmar sua condição camponesa na realização de outros cultivos na outra metade do lote, antes estagnados por falta de recursos.

Conforme demonstramos, sob o ponto de vista econômico a cana foi um projeto que apresentou êxito. A renda obtida a partir desse cultivo representou para muitas famílias uma elevada quantia financeira – a maior que já tiveram ao longo das diversas experiências agrícolas. Isso nos fez questionar se a cana poderia ter favorecido à permanência do camponês na terra, ao mesmo tempo em que representou um entrave ao modo de vida camponês, e para encontrar tal resposta, averiguamos o que foi feito com a renda advinda da cana no interior do assentamento.

Nesta perspectiva, observamos que grande parte das famílias pagaram dívidas junto às instituições financeiras, compraram automóveis e eletrodomésticos, ampliaram e reformaram a casa, e também investiram em outras culturas nos outros 50% do lote, com destaque para o plantio de grãos, eucalipto, frutas, criação de gado e produção de leite. Neste contexto, foram adquiridos adubos, mudas e em alguns casos até equipamentos, como tratores. Assim, apesar da predominância, a cana tem dividido espaço com outros cultivos, isto é, ainda há uma diversificação na produção, mesmo que em escala reduzida.

Simultaneamente o capitalismo cria as condições para a existência do campesinato e também impõe obstáculos à sua reprodução, com vistas à reprodução do capital. Como observamos, no período que antecedeu o advento da

cana no assentamento, grande parte dos camponeses do Monte Alegre estava vivendo no limite da sobrevivência – descapitalizados e inadimplentes, sem recursos para a realização de novos plantios. É importante destacar a habilidade dos camponeses em encontrar novas formas de se adaptar e “ganhar a vida”. Os camponeses tem provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso (SHANIN, 2008, pg. 25). O próprio cultivo da cana no assentamento sinaliza esse limiar calcado entre as estratégias de sobrevivência às situações de crise, e os desafios da reprodução camponesa.

No entanto, em termos gerais, nessa conjuntura o camponês não favorece de forma significativa a reprodução ampliada do capital, pois ele permanece no lote e já não é um expressivo produtor de matérias-primas e comprador de mercadorias industrializadas, e não consegue quitar sua inadimplência junto aos sistemas financeiros. Então, nesse caso, o capital passa a criar estratégias para torná-lo mais rentável ao sistema, para que assim possa drenar de forma mais significativa parte de sua renda. Então, ao se capitalizarem, os camponeses podem novamente reproduzir o ciclo da circulação simples de mercadorias, podem quitar suas dívidas no banco e transferir parte da renda ao capital financeiro e podem se tornar novamente muito vantajosos ao sistema. Ademais, o capital sucroalcooleiro precisa expandir seus domínios sobre as terras localizadas ao redor da sua unidade industrial.

Dessa forma, se por um lado o capital cria os liames para a dependência do camponês via endividamento, ele também transforma essa fragilidade em novos mecanismos de produção de capital através da introdução de projetos de “integração” que subordinam ainda mais a produção no campo. Diante da subalternidade engendrada por essas relações, o camponês do assentamento Monte Alegre tem sofrido com a indefinição das usinas em relação à renovação dos contratos para o plantio de cana. Esse fato acirra ainda mais os níveis de subalternidade aos quais estão inseridos os camponeses nessa cadeia agroenergética.

Esta relação, pautada por mecanismos de subordinação, revela a faceta perversa da expansão do agronegócio no campo sobre áreas de produção

camponesa. As usinas visam à acumulação desenfreada do capital, em cujas ações se pautam pela mercantilização das relações sociais. Nesse caso, o camponês é visto de forma vantajosa em alguns momentos e, repentinamente, pode não ser mais atrativo. Esse processo é um reflexo da contradição presente na incorporação do campesinato às dinâmicas produtivas do capital nacional e transnacional que atua no setor de agrocombustível.

As usinas têm recuado a respeito da renovação dos contratos devido a alguns fatores como a introdução da Lei Estadual 11.241, de 19 de setembro de 2002, que proíbe a prática da queima da palha de cana-de-açúcar e impõe, conseqüentemente, a mecanização da colheita e também devido aos problemas enfrentados junto ao Ministério do Trabalho no primeiro ciclo do plantio, desencadeados pela falta de equipamentos no trato da cana, contratação de pessoas sem registro, etc. Diante do processo de internacionalização do capital na agricultura, os problemas trabalhistas podem impactar negativamente nas operações das empresas no mercado internacional e esta preocupação passa a ser compartilhada pelos camponeses do Monte Alegre.

Esse processo é emblemático para compreendermos de que forma a mundialização do capital interfere nas práticas locais camponesas. Cabe destacar que nesse processo as usinas tendem a transferir a responsabilidade da não renovação dos contratos aos camponeses. Este fato não surpreende, pois a lógica camponesa é realmente diversa da lógica capitalista, da lógica do agronegócio. Mesmo que haja um controle extenso sobre todas as etapas do processo produtivo por parte das usinas, é de se esperar uma conflitualidade entre o modo de vida camponês e as exigências do capital internacional.

No que se refere ao Projeto de Biodiesel, acompanhamos as primeiras experiências do cultivo das oleaginosas no intuito de analisar de que forma a proposição do governo, através do Programa de Biodiesel, tem se realizado na prática, isto é, como tem ocorrido atualmente a integração dos camponeses na produção dos agrocombustíveis e sua conseqüente reprodução.

À semelhança do Projeto Cana, o assentado também tem que seguir o “receituário” conduzido nesse caso por uma cooperativa para a produção das oleaginosas. Ao atrelar a venda de suas produções a essas indústrias, o campesinato

fica sujeito ao capital, sem que seja expulso da terra, isto é, o capital monopoliza o território sem se territorializar.

Nesse processo, o assentado pouco utiliza a mão de obra familiar, uma vez que o processo de plantio e colheita das culturas para biodiesel é mecanizado e, portanto, realizado por funcionários da cooperativa, via trabalho assalariado. Então o assentado participa como coadjuvante do processo produtivo, ele mais observa e acompanha o trabalho que é feito no lote do que realiza as tarefas propriamente ditas.

Nesse caso ocorre à supressão do trabalho na unidade de produção camponesa e, conseqüentemente, a transferência da renda e do lucro gerados por essa atividade para o capital industrial e comercial. Embora a cooperativa atue juridicamente como propriedade dos assentados, ela aparece como instituição que segue as determinações da reprodução ampliada do capital, isto é, os padrões de produtividade são ditados pela unidade industrial a ela vinculada. Dessa forma, as relações que se tecem entre o assentado e a cooperativa não são muito diferentes daquelas que o assentado estabelece diretamente com a indústria, uma vez que é a usina de biodiesel que regula o processo produtivo.

Como demonstramos através da experiência do assentamento Monte Alegre, os agricultores estão susceptíveis a tornarem-se reféns das empresas e, dessa forma, expostos a levarem prejuízos, seja em função do abandono da entidade parceira pela não obtenção do Selo Social, ou do atraso na entrega de recursos – fato ocorrido com a empresa Bio Clean Energy.

Se por um lado o projeto de biodiesel não favorece o trabalho camponês e nem a autonomia sobre as etapas do processo produtivo, por outro ele proporciona mais flexibilidade sobre o período do plantio. Enquanto o contrato da cana é firmado por cinco anos, o do biodiesel estabelece apenas um ano de vigência, e cada cultivo permanece cerca de quatro meses na terra, com alternância de culturas.

Também vimos que a inserção mais significativa dos camponeses na produção da agroenergia, expressa pela construção de suas próprias unidades industriais, tem um caminho árduo pela frente. Até o presente momento, os camponeses do Monte Alegre têm participado apenas da etapa de fornecimento de matéria-prima para as indústrias de biodiesel – não diferindo muito das formas

tradicionais de subordinação do capital sobre a agricultura. Para que a atividade se torne mais rentável, é preciso também esmagar o grão para vender o óleo e aproveitar os subprodutos do processamento para adubação e alimentação animal.

Ao contrário do Projeto Cana, o projeto de biodiesel não atingiu a rentabilidade esperada, o que comprometeu a credibilidade da cooperativa formada. Entretanto, os ganhos com a correção dos solos foram avaliados positivamente pelos assentados.

É preciso destacar também que o biodiesel está tomando caminho semelhante ao etanol, uma vez que 94% de toda a matéria-prima detentora do selo social adquirida pelas empresas para a produção de biodiesel é proveniente da soja, tradicionalmente cultivada em sistema de monocultura do agronegócio, embora haja um direcionamento em torno da diversificação das matérias-primas para biodiesel, a exemplo do próprio assentamento Monte Alegre que tem combinado a produção de soja com os cultivos de crumbe e girassol.

Se de um lado o Programa de Biodiesel mostra um vasto potencial para a promoção de alternativas de renda e inclusão no campo, por outro, ainda não é possível visualizar a concretização dessa perspectiva. O imperativo da soja, a concentração da produção de biodiesel nas mãos de um grupo seleto de empresas e a subordinação dos camponeses frente às usinas de biodiesel parece transpor um abismo entre as premissas do Programa e a prática vivenciada.

Referências Bibliográficas

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? *In: Saúde e Sociedade*, Vol.15, n.3, 2006.

AMARAL, D. T.; FERRANTE, V. L. S. B. Assentamento rurais e desenvolvimento local: produção comercial de cana em parcerias com a agroindústria. *In: Raízes*. Vol. 26, n°s 1 e 2, janeiro/dezembro, 2007.

ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). **Boletim Mensal de Biodiesel**. Julho de 2012. Disponível em: <http://ubrabio.com.br/sites/1800/1891/PDFs/InformacaodoSetor/BoletimMensaldoBiodieselANPjulho2012.pdf>. Acesso: setembro de 2012.

ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). **Boletim Mensal de Biodiesel**. Setembro de 2012. Disponível em: <http://ubrabio.com.br/sites/1800/1891/PDFs/InformacaodoSetor/BoletimMensaldoBiodieselANPjulho2012.pdf>. Acesso: setembro de 2012.

ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). **Entregas de biodiesel das unidades produtoras em 2012 referentes aos leilões ANP**. Julho de 2012.

ANTUNIASI, Maria H. Rocha; AUBRÉE, Marcos; CHONCHOL, Maria E. Ferreira de. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. *In: São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Vol. 7, n.3, p. 125-132, julho/setembro, 1993.

AZEVEDO, P.F. Comercialização de Produtos Agroindustriais. *In: BATALHA*, Mário Otávio (org). **Gestão Agroindustrial**. 2.ed. São Paulo: Atlas, Vol.1, cap.2, p.64-99, 2001.

BAÚ, C. H. R. **Pequenos Produtores fornecedores de cana-de-açúcar na Região de Araraquara (SP): uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro**. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

BIODIESELBR. **Site de informações sobre biodiesel**. Disponível em <http://www.biodieselbr.com>. Acesso: Jan-Mar, 2011.

BOMBARDI, L. M. O papel da Geografia Agrária no debate teórico sobre os Conceitos de Campesinato e Agricultura Familiar. *In: Geosp*, n.14, São Paulo, p. 107-117, 2003.

_____. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Ana Blume, 2004.

_____. Impactos da Expansão da Cana no Estado de São Paulo. *In: Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos*, Porto Alegre, 2010.

BRASIL. Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971.

BRASIL. Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil**. Marília: Unesp-Marília-Publicações, 2000.

CANAL RURAL. **Site de notícias agropecuárias**. Disponível em <http://www.canalrural.com.br>. Acesso: Fevereiro de 2011.

CARLOS, A. F. A. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. *In: Estudos Avançados*, Vol.23, n.66, São Paulo, 2009.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. *In: SILVA, José G.; STOLKE, Verena (Orgs.). A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHONCHOL, Maria Edy Ferreira de. Assentamento Monte Alegre: Conflitos e Negociações nas Ocupações e Terras. *In: BERGAMASCO, S. M. P. P; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B. (org) Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo: INCRA, 2003.

CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). **Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar, primeiro levantamento, abril/2012**. Brasília: Conab, 2012.

CONFEDERAÇÃO da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Cana-de-açúcar: orientações para o setor canavieiro**. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Brasília: CNA/SENAR, 2007.

COSAN. **Site Institucional**, 2012 [online] Disponível em: <http://cosan.com.br>. Acesso: agosto de 2012.

CPT (Comissão Pastoral da Terra). **Agroenergia: Mitos e Impactos na América Latina**. São Paulo, 2007.

D'AQUINO, T. A casa, os sítios e as Agrovilas: uma porética do tempo e do espaço o assentamento das terras de promessa. *In: Encontro da ANPOCS*, XX, 1996. Caxambu, 35p. (Mimeo.)

FABRINI, J. E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. *In: SAQUE, M. A e SANTOS, R. A. (org). **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.*

FELICIANO, C. A. **Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. *In: **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, Vol. 93, n. 2, 1999.*

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, B.M.; MOLINA, M.C. O campo da educação do campo. *In: **Revista Nera**, 2005.*

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. *In: **Revista Nera**, 2008.*

FERRANTE, V. L. S. B. Os herdeiros da modernização: grilhões e lutas dos boias-frias. *In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, Vol. 8, n. 3, jun-set. São Paulo: Fundação Seade, 1994.*

_____. BERGAMASCO, S.M.P.P. (Orgs.) **Censo de Assentamentos Rurais do estado de São Paulo**. Pesquisa Multicamp/UNESP – Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo. Dezembro, 1995.

_____. Assentamentos rurais: estratégia de recusa ao modelo estatal?. *In: **Raízes**. Ano. X, n.15, dezembro 1997.*

_____. SANTOS, M.P. dos. A cana nos assentamentos: novas roupagens, velhas questões. *In: **Congresso da SOBER**, Juiz de Fora, Julho de 2003.*

_____.; BARONE, L.A; BERGAMASCO, S. M. P. P. A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: Impasses do presente, dilemas do futuro. *In: FERRANTE, V. L. S. B. e ALY Junior, O (Orgs.) **Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. Araraquara: UNIARA/INCRA/ABRA, 2005.*

_____. Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena. *In: **Revista Nera**, Ano 10, n.11, 2007.*

_____.; ALMEIDA, L. M. M. C. Assentamentos rurais como celeiros da cana. Por onde caminha a reforma agrária? *In: **Ruris**, Vol. 3, n.1, 2009.*

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L.A; ALMEIDA, L. M. M. C. Controvérsias do Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais em São Paulo: produção para os biocombustíveis e as alternativas de programas municipais. *In: INTERAÇÕES*, Campo Grande, Vol.11, n.1, p. 9-21, janeiro/julho 2010.

Folha de São Paulo, Jornal. **Assentados transformam lote em canavial**. São Paulo-SP, 14 de março de 2004.

Folha de São Paulo, Jornal. **Soja deve continuar sendo a principal fonte para produção de biodiesel no país**. São Paulo, 11 de agosto de 2010.

Folha de São Paulo, Jornal. **Moçambique oferece terra à soja brasileira**. São Paulo, 14 de agosto de 2011.

Folha de São Paulo, Jornal. **Participação de estrangeiro no setor sucroalcooleiro deve crescer**. São Paulo-SP, 24 de dezembro de 2011.

GAVIOLI, F. R. **As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre – Araraquara-SP**. (Dissertação de mestrado). São Carlos: UFSCAR, 2010, 177p.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Dissertação de Doutorado. Universidade Estadual Paulista: Campus Presidente Prudente, 2008.

Globo Rural, Revista. **Nova moeda no campo. Brasil amplia produção de etanol e biodiesel beneficiando agricultores de todo o país**. São Paulo: n.299, p. 28-35, set. 2010.

HOUTART, F. **A agroenergia: solução para o clima ou saída da crise para o capital?** Petrópolis: Vozes, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: resultados preliminares** - São Paulo.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INCRA-SP. Bela Vista do Chibarro: um assentamento que recupera sua dignidade. *In: Boletim Dataluta*. São Paulo: 2008.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KURANAGA, **Feiras do produtor: alternativa para sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara**. (Dissertação de mestrado). Araraquara: UNIARA, 2006, 134p.

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) **Série Agronegócios: Cadeia Produtiva da Agroenergia**. Brasília, 2007. Vol. 3.

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). **Anuário estatístico da agroenergia**. Brasília: Mapa/ACS, 2009.

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) **Projeções do Agronegócio 2011/2012 a 2021/2022** – Assessoria de Gestão Estratégica. Brasília: AGE/MAPA, Embrapa, 2012.

MARCOS, V; FABRINI, J. E. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARQUES, Marta Inez M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. *In*: PAULINO Eliane T. e FABRINI, João E. (orgs.), **Campeinato e territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986a.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1986b.

MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). **Cartilha do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel**. Brasília-DF, 2011. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/biodisel/arquivos-2011/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf. Acesso: Agosto de 2012.

MME (Ministério de Minas e Energia). **Plano Nacional de Energia 2030**. Colaboração Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME: EPE, 2007.

MME (Ministério de Minas e Energia). **Boletim Mensal dos Combustíveis Renováveis**. Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis. Brasília: MME, Edição n. 42, junho de 2011.

MORAES, I.A. MATTOS, R.B. Cooperação Brasil-África em Biocombustíveis durante o governo Lula: uma parceria para o desenvolvimento. *In*: **Revista Conjuntura Austral**. Vol.3, n.13, Ago-Set de 2012.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MRE (Ministério das Relações Exteriores). **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis**. São Paulo, 9 de março de 2007.

O Estado de S. Paulo. Jornal. **Maior parte de área desmatada da Amazônia virou pasto, mostra estudo.** São Paulo-SP, 3 de Setembro de 2011.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e Indústria no Brasil. *In: Boletim Paulista de Geografia*, n.58, São Paulo: AGB, 1981.

_____. Renda da terra. *In: Orientação*, n.5, p.94-95. IGEOG/USP, São Paulo, 1984.

_____. Renda da terra diferencial I e II. *In: Orientação*, n.6, IGEOG/USP, São Paulo, 1985.

_____. Renda da terra absoluta. *In: Orientação*, n.7, p.77-85. IGEOG/USP, São Paulo, 1985.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1987.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1990.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In: Novos caminhos da geografia.* São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Agricultura Brasileira Transformações Recentes. *In: ROSS. J. L. S. (Org.), Geografia do Brasil.* 4. ed. 1. Reimpr. São Paulo: Edusp, 2003a.

_____. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *In: Terra Livre*, São Paulo, Ano 19, Vol.2, n.21, p. 113-156, julho/dezembro 2003b.

_____. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês. *In: Revista Agrária/USP.* São Paulo: 2010.

PASSOS, D. H. P. **A territorialização camponesa em Santa Bárbara D'Oeste – SP: o bairro rural Santo Antonio do Sapezeiro.** Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011.

PAULINO, E. T. Geografia agrária e questão agrária. *In: FERNANDES, B.M; MARQUES, M.I.M; SUZUKI, J. C (org). Geografia Agrária: teoria e poder.* São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PAULINO, E. T; ALMEIDA, R. A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PETRAS, J. **The Great Land Giveaway: Neo-Colonialism by Invitation.** Global Research, Dezembro de 2008. Disponível em:
<http://www.globalresearch.ca/index.php?context=va&aid=11231>. Acesso: Agosto de 2011

PLOEG, Jan D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

PNPB (Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel) **Site Institucional**. Disponível em <<http://www.biodiesel.gov.br>>. Acesso: Janeiro-Março de 2010.

PORTARIA ITESP – 75, de 24-10-2002 – Diário Oficial do Estado – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 2002.

PORTARIA ITESP – 77, de 2004 – Diário Oficial do Estado – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 2004.

PRADO JR., C. A **Questão Agrária no Brasil**. 4ª Edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAÍZEN. Disponível em: <http://www.raizen.com.br/pdfs/apresentacao.pdf>. Acesso: Junho de 2011.

RUDORFF, B. F. T.; BERKA, L. M. S.; XAVIER, A. C.; MOREIRA, M. A.; DUARTE, V.; ROSA, V. G.C.; SHIMABUKURO, Y. E. **Estimativa de área plantada com cana-de-açúcar em municípios do Estado de São Paulo por meio de imagens de satélites e técnicas de geoprocessamento: ano safra 2004/2005**. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2005. 54 p. (INPE- 11421-RPQ/762).

SANTOS, F. D.; LONDRES, F. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Agrocombustíveis: caderno da Comissão de Agroenergia da Articulação Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

SANTOS, J. A. L. SUZUKI, J. C. Territorialização do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e concentração de capital no Brasil. *In: Revista Agrária*, São Paulo, n.13, 2012.

SANTOS, J. R. ABREU, N. R. O impacto do *marketing* verde para as usinas sucroalcooleiras que atuam em Alagoas. *In: Revista Alcance*, Alagoas, 2009.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SHANIN, T. **La clase incómoda: Sociología política del campesinado en una sociedad em desarrollo (Rússia 1910-1925)**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, T. Lições Camponesas. *In: PAULINO, Eliane. T., FABRINI, João. E. (Orgs). Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, M. A. M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

STETTER, E. A. **A Cana nos Assentamentos Rurais: presença indigesta ou personagem convidada?** (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Sociologia, UNESP/Fclar, 2000.

STETTER, E. A. A trajetória da cana no assentamentos Monte Alegre. *In*: FERRANTE, V. L. S. B. (org) **Retratos de Assentamentos**, n.9, UNIARA/UNESP, 2004.

TERÁN, J. F. La economía de los biocombustibles: una mirada a los proyectos hegemônicos para América Latina. *In*: FERNANDES, B. M (org). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, José Edmilson. (org). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia. 2008.

The Guardian. Jornal. **Biofuels boom in Africa as British firms lead rush on land for plantations**. Londres, Inglaterra, 31 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/environment/2011/may/31/biofuel-plantations-africa-british-firms>. Acesso: Agosto de 2011.

THOMAZ JUNIOR, A. **A territorialização do monopólio: as agro-indústrias canavieiras em Jaboticabal**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1988.

THOMAZ JUNIOR, A. **Por Trás dos Canaviais, os "nós" da cana**. São Paulo: Editora Annablume, 2002.

Usina Santa Cruz. **Site Institucional**, 2012 [online] Disponível em: <http://www.usinasantacruz.com.br>. Acesso: Agosto de 2012.

Usina São Martinho. **Site Institucional**, 2012 [online] Disponível em: <http://www.saomartinho.ind.br>. Acesso: Agosto de 2012.

VIAN, C. E. de F. **Agroindústria canavieira: estratégias competitivas e modernização**. Campinas: Átomo, 2003.

XAVIER, C. V.; PITTA, F. T.; MENDONÇA, M. L. Monopólio na produção de etanol no Brasil: a fusão Cosan-Shell. *In*: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (Org.). **Direitos Humanos no Brasil 2011 - Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos**: Expressão Popular, 2011.

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, José Edmilson. (org). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia. 2008.

Anexos

Anexo 1

Mapa 1

Localização da área de estudo

Mapa 2 Assentamento Monte Alegre

Mapa 3

Assentamento Monte Alegre

Evolução das áreas de produção de cana - Safras 2004 a 2011

Legenda

Lotes produtores

3 1,5 0 3 km

Fonte: ITESP e INCRA, 2010.
Sistema de coordenadas geográficas.
Datum: SAD-69.
Elaboração: BELLACOSA, J. M. e HOFFMANN, M.
Data: Dezembro, 2011.

Mapa 4

Assentamento Monte Alegre

Divisão dos contratos agroenergéticos após a falência da usina Sta. Luiza

Mapa 5 **Distâncias das usinas de cana** **em relação ao assentamento Monte Alegre**

Mapa 6

Assentamento Monte Alegre

Divisão atual dos contratos com as usinas dentro do assentamento

Safrá 2010 - 2011

Legenda

Agroindústria

- Cosan
- Maringá
- Sta. Cruz
- São Martinho

0 0,5 1 2 3 4 km

Fonte: ITESP e INCRA, 2010.
Sistema de coordenadas geográficas.
Datum: SAD-69.
Elaboração: BELLACOSA, J. M. e HOFFMANN, M.
Data: Dezembro, 2011.

Mapa 8

Localização das usinas de agroenergia no estado de São Paulo - 2006

Mapa 9 Localização da futura usina de biodiesel dos assentados e da usina de biodiesel "parceira" do projeto

Mapa 10

Assentamento Monte Alegre

Localização dos lotes do projeto de biodiesel - 2010/2011

Anexo 2

Prefeitura do Município de Motuca
ESTADO DE SÃO PAULO

RELATÓRIO ANALÍTICO
PROJETO CANA
CASA DA AGRICULTURA DE MOTUCA

Período : nov/2002 – nov/2004

Área Analisada : 229,59 ha ; 40 produtores.

Plantio : 37 produtores (mar-maio / 2003) – cana 18 meses
03 produtores (outubro/2003) – cana 12 meses

Variedade : SP 81 32 50

Produção Total Obtida : 25.765,09 toneladas de cana de açúcar

Total do ATR obtido – médio = 146,09

Valor do ATR = R\$ 0,2284

Valor apurado da Ton/cana – média = R\$ 33,36

ANÁLISE ECONÔMICA

Valor do Investimento Total em 229,59 ha = R\$ 581.053,71

Receita Bruta Apurada 1ª Safra = R\$ 859.523,40

Receita Líquida obtida = R\$ 278.469,69

Receita Líquida – média por hectare = R\$ 1.212,89

**Lucratividade do empreendimento para o período (nov/2002-
nov/2004) ou 24 meses = 47,93%**

Prefeitura do Município de Motuca
ESTADO DE SÃO PAULO

Cana de 18 meses (produtividade por hectare);

Média : 117,18 ton/ha

Mediana : 114,91 ton/ha

Menor produtividade obtida = 74,29 ton/ha

Maior produtividade obtida = 187,22 ton/ha

% de produtores abaixo da expectativa do projeto = 5,4 %

% de produtores dentro da expectativa do projeto = 19,0 %

% de produtores **acima** da expectativa do projeto = **75,6 %**

Cana de 12 meses (produtividade por hectare)

Média : 56,74 ton/ha

Menor produtividade obtida = 52,39 ton/ha

Maior produtividade obtida = 59,94 ton/ha

% de produtores abaixo da expectativa do projeto = 100 %

Motuca, 01 de Dezembro de 2.004

Paulo Roberto do Amaral

Engenheiro Agrônomo

de acordo,

Emílio Carlos Fortes

Prefeito Municipal

Prefeitura do Município de Motuca
ESTADO DE SÃO PAULO

**PROPOSTA DE PARCERIA AGRÍCOLA NO
AGRONEGÓCIO.**

PROJETO CANA 2002.

Introdução

O Município de Motuca está circunscrito numa área de 23.200 hectares, apresentando 280 propriedades rurais, das quais mais de 200 são oriundas dos Assentamentos Monte Alegre. É fato mencionar que a principal atividade agrícola do município é o cultivo da cana-de-açúcar, em área atualmente cultivada com mais de 17.000 hectares, fonte de matéria prima da indústria sucroalcooleira situada no município, a qual responde por 70% da arrecadação municipal.

Pode-se notar que a cultura da cana de açúcar é de suma importância para economia municipal e regional. Seguindo esta linha de raciocínio, pensou-se em aproveitar o potencial econômico e produtivo deste agronegócio, lançando-se mão de um sistema de parceria agrícola entre pequenos produtores rurais, Prefeitura Municipal e

Prefeitura do Município de Motuca
ESTADO DE SÃO PAULO

Agroindústria local, aproveitando inclusive as características topográficas e posicionamento estratégico, de algumas propriedades rurais, situadas nos assentamentos Monte Alegre, proporcionando em primeiro plano a redução imediata dos custos de produção da cultura.

Diretrizes

O projeto Cana 2002, segue as diretrizes que foram preconizadas e institucionalizadas no Plano Plurianual da Casa da Agricultura de Motuca direcionando seu objetivo principal no atendimento ao agricultor familiar, utilizando os benefícios do Agronegócio, aproveitando as oportunidades oferecidas pela agricultura local, além de poder movimentar a economia do Município, tanto no aspecto de aumento de arrecadação de impostos, como melhoria da qualidade de vida da população e principalmente fomentando a agricultura familiar, através de iniciativas concretas, imediatas, sempre com o intuito de solucionar os problemas emergenciais que ocorrem atualmente na agricultura do município.

Prefeitura do Município de Motuca
ESTADO DE SÃO PAULO

Problematização

Os Assentamentos Monte Alegre possuem atualmente mais de 400 famílias assentadas, das quais 50% estão localizadas no Município de Motuca, sendo 40% no município de Araraquara e 10% em Matão.

Desta forma, observa-se que atualmente apenas o município de Motuca vem arcando com o ônus social dos assentamentos, pois Motuca sempre atuou de forma imediata no auxílio à comunidade ali existente, através da infra estrutura formada dentro do próprio assentamento, demonstrada pela saúde, construção de posto de saúde 24 horas, educação, absorção de todas as crianças do campo na escola pública, transporte diário tanto escolar como convencional, passando por todos assentamentos, auxílio social através de programas sociais implementados pela prefeitura e agrícola, através da patrulha agrícola municipal, Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, Programas de Melhoramento Genético Bovino, Projetos de apoio e orientação ao associativismo e cooperativismo e assistência técnica oferecida pela Casa da Agricultura.

Prefeitura do Município de Motuca
ESTADO DE SÃO PAULO

Além desta situação, encontramos um problema muito grave, referente à ociosidade de terras agricultáveis dentro dos Assentamentos rurais, onde, apesar de muitos agricultores estarem assentados a mais de 15 anos, ainda não conseguem cultivar e obter rendimento satisfatório de forma plena em seu lote agrícola, pois se encontram muitas vezes inadimplentes, descapitalizados, sofrendo exclusão ao crédito rural convencional, levando à procura de outros afazeres fora de seu lote agrícola, trabalhando informalmente, esporadicamente, ficando na maioria das vezes de mãos atadas, quando se pretende produzir dentro do lote agrícola confiado. Neste sentido, observa-se uma deficiência no sistema operacional de gestão dos assentamentos Monte Alegre, fugindo das intenções e atribuições dos verdadeiros objetivos da reforma agrária, causando um certo incômodo social, manifestado nos índices de produção e produtividade tão baixos, numa região agrícola e econômica forte e importante, caracterizado pelo empobrecimento do pequeno agricultor.

Prefeitura do Município de Motuca
ESTADO DE SÃO PAULO

Ainda pertinente aos objetivos da reforma agrária em terras públicas estaduais, nota-se que no início da distribuição e ocupação das mesmas, havia um compromisso na implantação de culturas inerentes à produção da subsistência do assentado, o que atualmente tornou-se obsoleto, uma vez que dentro do conceito da agricultura familiar, há que se falar além da subsistência, em produtividade de 100% do lote agrícola, capaz de fornecer sustentabilidade ao sistema fundiário sugerido, uma vez que o mundo moderno, globalizado, imprime a necessidade de uma demanda suplementar de outros produtos do cotidiano de uma família, extrapolando o conceito anterior de *agricultura de subsistência*, o que só poderia ser factível de realização, através de uma política de implementação de projetos de investimento sustentáveis.

Assim sendo, entendemos que atualmente, a presença de uma parceria entre produtores, poder público local e agroindústria, poderia incrementar o sistema agrícola familiar local, proporcionando a curto prazo, o início da sustentabilidade do agricultor familiar, sem que ocorra qualquer tipo de financiamento público convencional ou crédito rural.

Prefeitura do Município de Motuca
ESTADO DE SÃO PAULO

Objetivos

A proposta de parceria agrícola sugerida, tem como objetivos básicos em linhas gerais, ocupar com o plantio da cana-de-açúcar, áreas ociosas dos assentamentos Monte Alegre, trabalhando em sistema de parceria agrícola, agregando valor ao trabalho dos produtores rurais, ocupando uma área dentro do lote agrícola de no máximo 50% de sua totalidade.

O empreendimento, também preconiza o fomento à economia local, possibilitando o aumento da renda agrícola anual do agricultor familiar, aumento do volume de cana-de-açúcar processada na indústria, tendo como consequência, aumento da produção de açúcar e álcool e posteriormente, aumento de arrecadação, traduzido na melhoria da qualidade de vida da comunidade e justiça tributária local. (*o que se produz no município é tributado integralmente no mesmo – “verticalização tributária”; campo- indústria- serviços públicos.*)

Prefeitura do Município de Motuca
ESTADO DE SÃO PAULO

Metas

Aumentar área cultivada com cana de açúcar em 250 hectares, distribuídos em 40 lotes agrícolas, dos assentamentos Monte Alegre.

Produzir e colher anualmente no primeiro ano de implementação 60.000 ton / cana, partindo para uma média de 5 safras em torno de 20.000 ton/ano.

Controlar a erosão destas áreas, através da construção de terraços, atuando diretamente na conservação do solo.

Melhorar as condições químicas do solo, aumentando sua capacidade produtiva, através da correção de acidez do solo, com aplicação de calcário de acordo com as recomendações embasadas nas análises de solo das áreas cultivadas.

Introduzir na economia local R\$ 1.000.000,00 , a partir do segundo semestre de 2003, distribuindo renda direta aos beneficiários do programa e detentores da agricultura familiar.

Prefeitura do Município de Motuca

ESTADO DE SÃO PAULO

Operacionalização

O sistema de **parceria agrícola** dimensionado, será implementado da seguinte forma:

A agroindústria local, Usina de Açúcar e Alcool Santa Luiza, fornecerá as mudas de cana de açúcar, a tecnologia de plantio, assistência técnica primária, processamento e compromisso de compra da matéria prima, baseando-se em na planilha de custos sugerida em anexo.

A Prefeitura Municipal de Motuca fornecerá os insumos básicos necessários para implementação da cultura (adubo e calcário), bem como, assistência técnica complementar, disponibilização da patrulha agrícola, principalmente no cultivo da cana "soca" a partir da segunda colheita.

Os produtores rurais assentados, participarão inicialmente com a mão de obra braçal necessária à colheita e manejo da cultura, e posteriormente com todos insumos, para os tratos culturais a partir da primeira colheita da cultura.

Prefeitura do Município de Motuca
ESTADO DE SÃO PAULO

Caracterização das Áreas p/cultivo de Cana.

O projeto inicialmente preconiza a ocupação de uma área total de 250 hectares distribuídos em 40 lotes agrícolas dos assentamentos Monte Alegre, obedecendo o limite de 50% de ocupação por lote agrícola, de acordo com as normas previstas para os assentamentos do Estado de São Paulo.

Estas áreas apresentam em sua grande maioria Classe II, de acordo com as classes de capacidade de uso, latossolo vermelho amarelo (60%) e latossolo Vermelho Escuro fase arenosa (40%). Ocorre em grande parte destes lotes, erosão laminar, quando descobertos, devido a ausência de terraços, provocando baixa produtividade, quando cultivado sistematicamente por culturas anuais. Existe também, em algumas áreas um histórico de altos teores de acidez no solo, devido à ocupação anterior de cultivo de eucalipto, sem que posteriormente fosse introduzido um sistema de cultivo rotacional de outras culturas recuperadoras, principalmente leguminosas.

Prefeitura do Município de Motuca
ESTADO DE SÃO PAULO

Planejamento de Recursos do Programa

Contrapartidas/ Implantação da Cultura (ano 1)

obs: Dados de insumos, serviços e mão de obra convertidos em tonelada de cana /hectare /ano.

Agroindústria : 30 ton/cana/ha

Prefeitura/Motuca : 20 ton/cana/ha

Produtores Rurais: 10 ton/cana/ha

Contrapartidas / manutenção soqueira (ano 2)

Agroindústria : -----

Prefeitura Motuca : 03 ton/cana/ha

Produtores Rurais : 22 ton/cana/ha

Resumo :

1ª colheita : receita bruta : 103 ton/ha
 receita líquida : 53 ton /ha

2ª colheita : receita bruta : 80 ton/ha
 receita líquida : 55 ton/ha

Receita líquida média 5 safras por lote agrícola :
R\$ 10.000,00 / ano.

Prefeitura do Município de Motuca
ESTADO DE SÃO PAULO

O volume total de recursos movimentado no primeiro ano de ano de implantação do programa, a partir de setembro de 2002, será da ordem de R\$ 500.000,00 com uma receita líquida esperada para setembro de 2003 de R\$ 400.000,00, lembrando que o retorno das contrapartidas, por parte dos produtores, será efetuado em uma única parcela, na primeira safra vindoura, através da fonte compradora de matéria prima – Agroindústria canavieira.

Motuca, 10 de maio de 2002.

CASA DA AGRICULTURA DE MOTUCA

Engº Agrº Paulo R. do Amaral

De Acordo,

PREFEITO MUNICIPAL DE MOTUCA
Emílio Carlos Fortes

AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA

ASSENTAMENTOS MONTE ALEGRE
Representante

Anexo 3

Projeto Cana

Histórico

O Município de Motuca está circunscrito numa área de 23.200 hectares, apresentando 280 propriedades rurais, das quais mais de 200 são oriundas dos Assentamentos Monte Alegre. É fato mencionar que a principal atividade agrícola do município é o cultivo da cana-de-açúcar, em área atualmente cultivada com mais de 17.000 hectares, fonte de matéria prima da indústria sucroalcooleira situada no município, a qual responde por mais de 70% da arrecadação municipal.

Desta forma, tornou-se necessário a implementação de um programa de base que pudesse atingir grande parte destes atores rurais, fortalecendo o sistema produtivo presente, aliando as forças locais e regionais, manifestadas pela parceria frutífera entre Poder Público Municipal - (Casa da Agricultura), Governo do Estado (ITESP), Iniciativa Privada e Produtores rurais assentados.

Em síntese, o Projeto Cana, Idealizado a partir do ano 2000, porém materializado somente após dois anos, através da edição da portaria Itesp nº 75/2002 (hoje 77/2004), a qual, regulamentou a atividade de parceria de assentamentos rurais (em nível estadual) com as agroindústrias, imprimiu a sistematização deste empreendimento entre os setores público e privado, em benefício direto ao cidadão (pequeno produtor rural), lembrando que em todo processo de implementação do programa, a mão de obra executada nos lotes agrícolas, foi exclusiva dos produtores assentados e a Prefeitura Municipal disponibiliza em decorrência do programa a patrulha agrícola mecanizada para efetivação dos tratos culturais necessários ao desenvolvimento da cultura.

Metas conquistadas

- 140 produtores rurais atendidos
- 1.200 hectares implantados e recuperados (desde 2003).
- Produção anual de 67.000 toneladas de cana / safra 2005
- Investimento privado global de R\$ 3.000.000,00
- Receita bruta anual de R\$ 1.697.000,00 (safra 2005)

Parcerias

- Casa da agricultura de Motuca
- Usina Santa Luiza S/A
- Itesp Instituto de terras do Estado de São Paulo
- Produtores rurais organizados dos assentamentos Monte Alegre

Objetivos

Criar oportunidades para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, empreendida nos assentamentos Monte Alegre, através da concretização do retorno econômico ao pequeno produtor, proporcionada em 1º plano pelo cultivo da cana-de-açúcar no sistema agroindustrial (sem o advento do crédito rural), posteriormente propiciando condições de investimento em outras atividades produtivas no lote agrícola, atraindo investimentos de diversos setores da iniciativa privada para que num futuro próximo possam ser formalizados outros projetos de igual envergadura.

Para saber mais:
www.motuca.sp.gov.br/agricultura

Anexo 4

**COMPROMISSO PARTICULAR DE PLANTIO, CULTIVO E FORNECIMENTO DE CANA-
DE-AÇÚCAR-SAFRAS 2008 a 2012 – ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE 04 –
LOTE Nº 01 -Araraquara-SP - CONTRATO Nº 2006-224-0**

Pelo presente instrumento particular de compromisso particular de plantio, cultivo e fornecimento de cana-de-açúcar as partes, de um lado, como **COMPROMISSÁRIO(S) FORNECEDOR(ES)** portador do RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____ e sua esposa _____ portadora do RG _____ e CPF _____, brasileiros, agricultores, residentes e domiciliados no Assentamento Monte Alegre IV, Lote 01, no município de Araraquara - SP, doravante denominado(s) simplesmente FORNECEDOR(ES) e de outro lado, como **COMPROMISSÁRIA RECEBEDORA: USINA SANTA LUIZA S/A.**, estabelecida na Rodovia Francisco Malzoni, Km 13 – Faz. Santa Cecília, no município de Motuca-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 52.312.774/0001-51, neste ato representada por quem de direito, doravante denominada RECEBEDORA, de comum acordo, nos termos da Portaria do ITESP nº 77/2004, celebram o presente compromisso, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1a. O(s) FORNECEDOR(ES), são beneficiário(s) do projeto de assentamento nos termos da Lei 10.207 de 08/01/99, instituída pelo Decreto 44.294 de 04/10/99; Decreto 44.944 de 31/05/00; Lei 4.957 de 30/12/85, e ainda nos termos citada Portaria nº 77/2004 do ITESP, declara(m) sob as penas da lei, que lhe(s) fora fornecido pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”-ITESP, o Termo de Autorização-TAU relativamente ao **Lote nº 01, com área de 14,00 ha. ou 5,78 alqueires paulistas**, localizado no Assentamento **Monte Alegre IV**, no município de Araraquara, Estado de São Paulo, cujas divisas e confrontações constam do memorial/croqui anexo, cadastrado no **INCRA em área maior sob nº _____**, **SIPRA nº SP012900000027 e Inscrição de Produtor P-0729.01858/000.**

2a. Na qualidade de beneficiário(s) do mencionado projeto de assentamento e possuidor(es) do Lote descrito na cláusula anterior, o(s) FORNECEDOR(ES) destaca(m) uma área de até 50% (cinquenta) por cento do referido Lote, equivalente a **7,00 hectares ou 2,89 alqueires paulistas**, conforme croqui anexo, o qual depois de assinado pelas partes passará a fazer parte integrante deste contrato, área essa devidamente reconhecida pelos contratantes, para que seja **implementado uma cultura de cana-de-açúcar**, cujo **plantio deverá ocorrer no primeiro quadrimestre do ano 2007 (cana de 18 meses).**

2.1 Declara(m) o(s) FORNECEDOR(ES), sob as penas da lei, que tanto o imóvel, como referida área objeto deste contrato, se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, inclusive contratuais, se encontrando os mesmos devidamente adimplentes quanto sua condição de beneficiários do projeto de assentamento junto ao ITESP.

3a. O(s) FORNECEDOR(ES) se obriga(m) e se compromete(m) a entregar toda a produção das canas advindas da mencionada área à RECEBEDORA e esta por sua vez, se obriga e se compromete a adquirir a totalidade das mesmas durante todo o ciclo canavieiro, correspondendo às colheitas das safras dos anos 2008 à 2012.

4a. Nos termos da mencionada Portaria do ITESP nº 77/2004, o(s) FORNECEDOR(ES) está(ão) ciente(s) que o objetivo da mesma é que ele(s), na qualidade de beneficiário(s) do citado projeto, deverá(ão) envidar todos os esforços possíveis, para poder diretamente, planejar, conduzir e comercializar a totalidade da produção de cana-de-açúcar para fins industriais junto à RECEBEDORA, efetuando assim todos os serviços com relação a referida cultura, desde o preparo do solo para o plantio até a colheita e transporte das canas junto à unidade industrial da RECEBEDORA, de acordo com as técnicas exigidas para tal cultura.

4.1- Não obstante, caso o(s) FORNECEDOR(ES) não possua(m) de imediato todos os subsídios técnicos, mecânicos e financeiros, necessários para implementação da referida cultura, a **RECEBEDORA poderá efetuar-los, total ou parcialmente, inclusive com o fornecimento de mudas, adubos e herbicidas, adubo verde antes do plantio e todos os demais serviços de plantio das canas, tais como: preparo do solo, aplicação de calcário, sulcação, corte e transporte das mudas, plantio, cobertura, recobertura, aplicação de adubos e herbicidas e quebra deombo**, nas épocas oportunas e de acordo com as técnicas apropriadas para tal cultura, sendo que pela prestação desses serviços, será(ão) cobrado(s) do(s) FORNECEDOR(ES) os preços usuais e praticados junto aos demais fornecedores, de acordo com a tabela anexa, a qual após assinada pelas partes passará a fazer parte integrante deste compromisso, cuja equivalência em toneladas de cana por alqueire, deverá ser convertido em reais pelo preço da tonelada de cana vigente à época do respectivo pagamento, quando da colheita, oportunidade em que será descontado dos créditos do(s) FORNECEDOR(ES) junto à RECEBEDORA, o valor equivalente apurado.

4.2. Na hipótese da RECEBEDORA efetuar total ou parcialmente os serviços de implementação da cultura canavieira descritos na cláusula anterior, o(s) FORNECEDOR(ES) poderá(ão) acompanhar referidos serviços à medida que forem executados, visando assim, obter capacitação técnica necessária para desenvolver(em) referida cultura. A RECEBEDORA, poderá ainda ao seu critério, visando contribuir com o objetivo de o(s) próprio(s) FORNECEDOR(ES) implementar(em) e conduzir(em) referida cultura em seu respectivo lote, incentivá-lo(s), concedendo bônus de capacitação quando este(s) efetuar(em) diretamente o plantio das canas.

5a. O valor total apurado dos serviços eventualmente prestados pela RECEBEDORA nos termos da cláusula 4.1 supra, de acordo com a tabela anexa, será cobrado do(s) FORNECEDOR(ES) em três etapas, à saber: 50% (cinquenta) por cento na primeira colheita (safra 2008/2009), 30% (trinta) por cento, por ocasião da segunda colheita (safra 2009/2010), e o restante 20% (vinte) por cento, quando da terceira colheita (safra 2010/2011).

6a. Relativamente ao **corte, carregamento e transporte** da totalidade das canas por ocasião das colheitas em cada safra (2008 a 2012), também deverá(ão) ser efetuado(s) pelo(s) FORNECEDOR(ES). Todavia, na impossibilidade de fazê-lo(s), a RECEBEDORA poderá efetuar-los, mediante cobrança de um percentual sobre o total de canas colhidas, de acordo com a referida tabela anexa, em cada safra, cuja quantidade de toneladas equivalentes, será convertido ao preço vigente à época do pagamento, quando da colheita, oportunidade em que o valor apurado será descontado dos créditos do(s) FORNECEDOR(ES) junto à RECEBEDORA

6.1- Caso o(s) FORNECEDOR(ES) venha(m) a se utilizar da RECEBEDORA para efetuar os serviços de corte, carregamento e transporte das canas, quando da colheita, estes serviços serão cobrados por esta de uma só vez quando da colheita, na forma da tabela já mencionada, bem como, nesta hipótese, também os valores dos serviços porventura por ela prestados descritos na cláusula 4.1 supra, deverão ser descontados de uma só vez, ou seja, deixará(ão) o(s) FORNECEDOR(ES) de gozar do benefício de pagamento parcelado dos serviços em 03 (três) safras, como previsto na cláusula 5 (quinta) supra.

6.2- Igual procedimento será adotado caso o(s) FORNECEDOR(ES) necessite(m) que o cultivo das canas em cada safra, após a primeira colheita, seja efetuado pela RECEBEDORA, ou seja, nos termos da citada tabela anexa, esta poderá fazê-lo e cobrará do(s) FORNECEDOR(ES), descontando dos seus créditos, o valor apurado por ocasião da próxima colheita em que os serviços forem realizados.

7a. O preço para pagamento das canas será aquele apurado pela RECEBEDORA ao final da safra, até 31 de março do ano seguinte ao da colheita, com base no valor do **ATR** a ser divulgado pelo CONSECANA-SP (Conselho dos Produtores de Cana de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo).

8a. A RECEBEDORA pagará ao(s) FORNECEDOR(ES) a título de **ADIANTAMENTO**, por ocasião da colheita das canas, até o dia **10 (dez) do mês subsequente ao da colheita, 80%** (oitenta por cento) do valor total das Notas Fiscais de Entradas em nome de este(s), calculado em função do valor do **ATR** (Açúcar Total Recuperável) divulgado pelo CONSECANA-SP para o mês da entrega. Os **20%**

(vinte) por cento restantes, serão pagos no ano seguinte ao da respectiva colheita, no dia **10 (dez) dos meses de janeiro, fevereiro e março**, após deduzidos dos referidos créditos pelas entregas, todas as taxas, impostos, contribuições e outros descontos legais incidentes ou que venham a incidir sobre as canas de açúcar, devidas pelo fornecedor durante a vigência deste contrato.

8.1 Os adiantamentos/pagamentos a serem efetuados pela RECEBEDORA ao (à)(s) FORNECEDOR(A)ES, nos termos desta cláusula, em cada safra, deverão ser observados a **média do ATR** apurado em conjunto de todos os lotes do Assentamento da Fazenda Monte Alegre e não individualmente.

8.2- O(A)(s) FORNECEDOR(A)ES **autoriza(m)** desde já, **que sejam descontados de seus créditos** pela entrega das canas junto à RECEBEDORA, por ocasião do primeiro adiantamento/pagamento, em cada safra, até o vencimento do contrato, **os valores relativo às despesas com o carregamento e transporte das canas até a unidade industrial** da mesma (valor por tonelada), conforme apurado através dos Certificados de Pesagens, e sejam pagos diretamente à empresa/pessoa por eles contratada para execução destes serviços, os quais deverão informar à RECEBEDORA no prazo de até 15 (quinze) dias antes do adiantamento/pagamento, o respectivo valor por tonelada e à quem deverá ser pago, enviando cópia do referido contrato entre eles celebrado em cada safra.

8.3- Autoriza(m) ainda o(a)(s) FORNECEDOR(A)ES, que sejam deduzidos do seu bônus de plantio, o valor do(s) KIT-colheita (1 facão canavieiro, um par de luvas de raspa de couro, um óculos, uma lima, um par de perneiras e um par de calçados apropriados para o serviço) caso estes venham ser retirados junto à RECEBEDORA e fornecidos por esta, valor este que deverá ser equivalente ao preço do custo de aquisição. À partir da segunda colheita, caso referido KIT venha ser retirado em cada safra, nesta hipótese, igualmente o valor do mesmo deverá ser descontado dos créditos do(s) FORNECEDOR(ES).

9a. Até 31 de março do ano seguinte ao da respectiva colheita das canas, será efetuado o ajuste final do preço da tonelada de cana-de-açúcar, com base no valor do **ATR** divulgado pelo CONSECANA-SP. Caso o valor final apurado for superior ao valor de referência efetivamente adiantado e pago pela RECEBEDORA, esta deverá pagar ao(s) FORNECEDOR(ES) a diferença até o dia 10 de abril do ano seguinte ao da colheita. Caso, entretanto, for apurado valor inferior aos efetivamente pagos e adiantados, o(s) FORNECEDOR(ES) igualmente se compromete(m) na mesma data a restituir à RECEBEDORA referida diferença.

10a. O presente contrato tem **início de vigência na data de sua assinatura e seu término após a colheita e fechamento da safra 2012/2013**, que deverá ocorrer até 10/04/2013, ou seja, abrangerá 05 (cinco) cortes de canas relativo às safras: 2008/2009, 2009/2010, 2010/2011, 2011/2012 e 2012/2013.

11a O(s) FORNECEDOR(ES) e a RECEBEDORA estão cientes que nos termos da citada Portaria 77/2004, a Fundação ITESP poderá requisitar junto desta, relatórios específicos do resultado de cada safra, da produção de cada gleba, dos adiantamentos efetuados, dos preços pagos, bem como demais informações relacionadas à produção de cana-de-açúcar relativo ao lote objeto deste compromisso e oriundo do projeto de assentamento.

12a. Todas e quaisquer responsabilidades decorrentes deste contrato, serão tratadas entre as partes contratantes, ficando o Estado de São Paulo bem como a Fundação ITESP isentos de quaisquer obrigações e ou responsabilidades deles oriundas.

13a. Após o término deste contrato, caso o(s) FORNECEDOR(ES) resolva(m) continuar explorando a referida área objeto deste contrato com o cultivo de cana-de-açúcar, em igualdade de condições com terceiros terá preferência a RECEBEDORA.

14a. À RECEBEDORA, fica assegurado desde já, o direito de passagem por quaisquer dos caminhos do Lote objeto deste contrato, de maneira a facilitar o acesso à referida cultura.

15a. Todas as canas a serem colhidas na área objeto deste contrato e durante a vigência do mesmo, quer sejam para moagem, mudas, etc., deverão ser entregues pelo(s) FORNECEDOR(ES) à RECEBEDORA, sob pena de responder(em) o(s) primeiro(s) por perdas e danos e multa.

16a. O(s) FORNECEDOR(ES) se compromete(m) em demarcar, fazer e manter limpos os aceiros nas divisas existentes nos imóveis em todas áreas cultivadas com cana de açúcar, principalmente nas divisas com caminhos e carreadores, reservas florestais e matas ciliares, etc. nos termos da legislação própria. É ainda de responsabilidade do(s) mesmo(s), a fiscalização sobre eventuais incêndios que possam ocorrer com o canavial, quer sejam por culpa, dolo ou ainda de caso fortuito ou força maior e que em decorrência possam causar prejuízos junto ao meio ambiente ou terceiros, respondendo pelos danos que eventualmente vier a ocorrer nos termos da legislação e se responsabilizando junto aos órgãos fiscalizadores, por eventuais ações e multas que possam advir relativamente ao imóvel e respectiva área cultivada com cana de açúcar. Deverão ainda, na condução da referida cultura, observar sempre a legislação ambiental e demais técnicas quanto à preservação do solo, nascentes, rios, fauna, flora, etc.

16.1 Em caso de eventual incêndio no canavial na área objeto deste contrato, os FORNECEDOR(ES) além das providências nos termos da cláusula 16a (décima sexta) deverão comunicar imediatamente a RECEBEDORA. Nesta hipótese, caso esta esteja nas proximidades da área com sua brigada de incêndio, desde já se propõe a colaborar com os mesmos no que for possível e desde que atendidos as medidas de segurança, visando a combater o foco de incêndio.

16.2 Na eventual hipótese de ocorrer qualquer sinistro com o canavial da área objeto deste contrato e desde que a RECEBEDORA tenha efetuado serviços de implantação da referida cultura ainda não quitados na forma da cláusula 5ª (quinta), poderão de comum acordo entre as partes estudarem alternativas para o caso específico.

17a. A época, forma de corte (mecanizado ou manual, crua ou queimada) e transporte das canas, serão definidos em comum acordo pelos FORNECEDORES e RECEBEDORA, de acordo com os cronogramas desta, observando sempre as técnicas exigidas para tal cultura.

18a. O presente compromisso obriga não só as partes contratantes, como também seus herdeiros e sucessores na forma da lei. Na eventual hipótese de o(s) FORNECEDOR(ES) pretender(em) transferir por qualquer forma o lote objeto deste contrato a terceiros, inclusive, eventual perda do mesmo e ou da condição de beneficiário legal perante o ITESP por quaisquer motivos, deverá constar expressamente no respectivo documento de transferência, que o adquirente/sucessor/novo beneficiário, etc., deverá respeitar o presente contrato em todas as suas cláusulas e condições até o final.

19a. Fica estipulada a multa contratual ou cláusula penal, de 150 (cento e cinquenta) toneladas de cana por alqueire, ao preço apurado pelo sistema CONSECANA, para cada ano a vencer, até final do presente instrumento, a ser paga pela parte inadimplente que violar o presente contrato em quaisquer de suas cláusulas e condições. Essa multa, em caso de ação judicial, será acrescida de 20% (vinte por cento), para cobertura de honorários advocatícios da parte inocente, bem como as despesas processuais que incidirem, além das perdas e danos a serem apuradas em razão de eventuais despesas que cada parte tiver efetuado.

19.1 A multa contratual referida nesta cláusula, terá seu valor atualizado na forma dos preços apurados pelo sistema Consecana, para cada tonelada de cana, na época em que for paga pela parte inadimplente.

20a. As partes elegem o foro distrital de Américo Brasiliense-SP, Comarca de Araraquara-SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por reproduzir este os termos dos entendimentos havidos, assinam o presente em duas vias de igual teor e para um só efeito, assinados também por duas testemunhas a tudo presente, na forma da lei.

Motuca (SP), 02 de Dezembro de 2006.

Tabela de Custo p/ Prestação de Serviços da Cultura Canavieira - Assentamento Monte Alegre

Preparo de Solo								
Item	Operação/Produto	Descrição	Rend.	Unidade	Custo Ton./ha	% (ha)	Custo Ton./alq.	%(alq.)
1	Uma Gradação Pesada	D-6 SR	1,32	hora/hectare	0,93	1,55%	2,25	1,55%
2	Uma Gradação Interm.	Valtra 1780	1,32	hora/hectare	0,85	1,41%	2,05	1,41%
3	Uma Subsolação	D-6 SR	2,20	hora/hectare	3,81	6,36%	9,22	6,36%
4	Uma Gradação Leve	V. 1580	0,85	hora/hectare	0,42	0,71%	1,02	0,71%
5	Marcação Carreadores	V. 1580	0,25	hora/hectare	0,34	0,57%	0,82	0,57%
6	Levantamento Terraço	D-6 SR	0,50	hora/hectare	1,10	1,84%	2,66	1,84%
7	Aplicação Calcário	FM 283	0,84	hora/hectare	0,68	1,13%	1,64	1,13%
8	Calcário	Dolomítico	2,00	hora/hectare	3,39	5,65%	8,19	5,65%
	Soma=				11,51	19,21%	27,86	19,21%

Plantio								
Item	Operação/Produto	Descrição	Rend.	Unidade	Custo Ton./ha	% (ha)	Custo Ton./alq.	%(alq.)
1	Sulcação	Valtra 1780	2,00	hora/hectare	0,85	1,41%	2,05	1,41%
2	Adubo	10-24-24	0,50	ton./hectare	10,16	16,95%	24,58	16,95%
3	Corte de Muda	Mão de Obra	12,50	ton./hectare	2,70	4,51%	6,53	4,51%
4	Mudas	Cana	12,50	ton./hectare	19,20	32,04%	46,46	32,04%
5	Carregam. de Mudas	Carreg. MF 290	12,50	ton./hectare	1,95	3,25%	4,71	3,25%
6	Transporte de mudas	MB.2318(10Km)	12,50	ton./hectare	2,20	3,67%	5,33	3,67%
9	Cobrição	V- 800	1,00	hora/hectare	1,27	2,12%	3,07	2,12%
10	Aplicação Herbicida	MF-283	0,75	hora/hectare	1,10	1,84%	2,66	1,84%
11	Herbicida	*	2,20	litros/hectare	4,06	6,78%	9,83	6,78%
12	Contr. Form. /Cupim	Regent	0,25	kg/hectare	5,08	8,48%	12,29	8,48%
14	Adubo (Logística)	Munk	2,10	hora/hectare	1,18	1,98%	2,87	1,98%
	Som=				49,74	83,02%	120,38	83,02%
	Total=				61,26	102,23%	148,24	102,23%

Obs. Valor Base por tonelada de cana R\$ 56,00

Safra 2.006/2.007

Corte, Carregamento e Transporte, 35% do Total da Produção (corte= 19,90%, Carreg.= 4,02%, Transp.= 11,08%)

Custo para Cultivo			
Produto	Valor	Unidade	Porcentagem
Adubo	39,20	Ton.por	60,31%
Trator	4,87	Ton.por	7,49%
Herbicida	17,44	Ton.por	26,83%
Trator	3,49	Ton.por	5,37%
Soma=	65,00	Ton.por	100,00%

Bônus de Capacitação				
N. Viagem	Plantador		Picador	
	Valor	Bônus Ton.	Valor	Bônus Ton.
	Diária R\$	Alq./Dia	Diária R\$	Alq./Dia
até 04	17,61	0,31	17,61	0,31
5	22,01	0,39	17,61	0,31
6	27,15	0,48	19,75	0,35
7	34,91	0,62	23,42	0,42
8	45,10	0,81	28,24	0,50
9	58,46	1,04	33,54	0,60
10	75,53	1,35	39,17	0,70
Recobrição			17,61	0,31

Data 26/10/06

Anexo 5

**COMPROMISSO PARTICULAR DE PLANTIO, CULTIVO E FORNECIMENTO DE
OLEAGINOSAS NA SAFRA DE VERÃO 2012/2013, FIRMADO ENTRE A COOPERFASC E
AGRICULTOR(A)**
(Assentamento Monte Alegre)

Pelo presente instrumento de compromisso particular de plantio, cultivo e fornecimento de oleaginosas, _____, e CPF n.º _____, brasileiro(a), agricultor(a), residente e domiciliado na _____, no Lote _____ do Assentamento _____ situado no município de Motuca-SP, portador da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, de n.º _____, doravante denominado(a) simplesmente **AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)**, e de outro lado, **COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO CENTRO PAULISTA**, doravante denominada **COOPERFASC**, estabelecida no Município de Motuca/SP, a Rua Romildo Siqueira Lins, s/nº, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.408.801/0001-30, neste ato representada por Naderço Constantino, portador do RG nº 19.403.515-3 SSP/ SP, inscrito no CPF sob o nº 083.532.078-26 de comum acordo, nos termos da Portaria do ITESP n.º 77/2004, celebram o presente compromisso, mediante as cláusulas e condições seguintes: o(a) **AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)** declara, sob as penas da lei que, farão a utilização de até metade do Lote Agrícola nº _____, com área de _____ hectares, integrante do assentamento _____ para realizar esse fornecimento à **COOPERFASC**.

Cláusula 1ª - O(a) **VENDEDOR(A)** se compromete a entregar toda a produção das culturas oleaginosas, neste caso a cultura da soja, com produção estimada de 40 sacas de 60 kg, por hectare, em uma área correspondente a cinquenta por cento do lote, obedecendo a portaria 77/2004 do ITESP à **COOPERFASC**, num período de 12 meses, sendo possibilitada a celebração de novo contrato, com a mesma finalidade, após o vencimento do presente contrato, por igual período, e a **COOPERFASC**, por sua vez, se obriga e se compromete a adquirir a totalidade da produção, durante todo o ciclo, correspondendo à colheita da safra de verão de 2012/2013.

1.1. – Toda a produção colhida na área deste CONTRATO e durante a vigência do mesmo, deverá ser entregue pelo(a) **AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)** à **COOPERFASC**, sob pena de responder por perdas e danos e multa. Para tanto a **COOPERFASC** garantirá o pagamento do valor da cotação, vigente na data da colheita, referente ao Preço Médio de Mercado para o Estado de São Paulo, cotação disponível no site da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, sendo que se o valor dessa cotação for inferior ao valor do Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), para o Estado de São Paulo, a **COOPERFASC** compromete-se a pagar o maior valor entre essas duas cotações. A esse valor poderão ser acrescidas bonificações, negociadas, diretamente com a **COOPERFASC**, durante a vigência do presente CONTRATO. A **COOPERFASC** compromete-se a apoiar o planejamento da produção, orientar e prestar toda a assistência técnica, ao(a) **AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)**, em conformidade com o disposto no o disposto no art. 2º, inciso III do Decreto No-5297, de 6 de dezembro de 2004, bem como no art. 1º, inciso IX da Instrução Normativa No. 01, de 19 de fevereiro de 2009, e demais regras para os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, estabelecidas na referida Instrução Normativa, necessários ao cultivo de oleaginosas, por meio da equipe técnica, contratada pela **COOPERFASC**, para essa finalidade, de acordo com as técnicas exigidas para a cultura, e adquirir, diretamente, a totalidade da produção.

Cláusula 2ª - O(a) **AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)**, em conformidade com os incisos III e IV do artigo 186 da Constituição Federal, compromete(m)-se a observar rigorosamente as leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, especialmente relativas às normas de segurança e de saúde do trabalho, referentes aos serviços por eles executados, e responderão por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais, inclusive autuações e ainda indenizações por acidente de trabalho, de seus empregados, prepostos ou auxiliares.

2.1. - As operações que envolvam o emprego de mão-de-obra braçal relativas a qualquer operação, plantio, colheita e tratos culturais serão realizadas, exclusivamente, por pessoas que compõem a força de trabalho do referido lote pertencente ao **AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)**, e que estejam cumprindo com as obrigações estabelecidas pela Lei n.º

4957/85, Termo de Permissão de Uso (ou Autorização de Uso), no caso de assentamentos do ITESP.

Cláusula 3ª – Caso o(s) **AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)** não possua, de imediato, todos os subsídios técnicos, mecânicos e financeiros necessários para implementação da referida cultura, a **COOPERFASC** poderá efetuar-los mediante o fornecimento de sementes, adubos, herbicidas, fungicidas e inseticidas bem como apoiar todas as operações envolvidas no plantio, tais como: preparo do solo, aplicação de calcário, gesso, adubos e demais aplicações que a cultura especificamente necessitar, nas épocas oportunas e de acordo com as técnicas apropriadas para tais culturas, sendo que todos os insumos e prestação de serviços serão devidamente registrados e documentados pela **COOPERFASC**, durante a vigência do presente CONTRATO.

3.1. - O(a) **AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)** deverá acompanhar os serviços realizados pela **COOPERFASC** à medida que forem executados, visando, assim, obter capacitação técnica necessária para desenvolver a referida cultura.

3.2. – As ações abaixo relacionadas serão desenvolvidas pelo(a) **AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)**:

3.2.1- O(a) **AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)** compromete-se a auxiliar a **COOPERFASC** em todas as etapas desde a coleta das amostras de solo, aplicação de corretivos (se necessário), preparo de solo, plantio, tratos culturais e colheita.

3.2.2- O(a) **AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)** acompanhará o desenvolvimento da lavoura e para tanto será orientado(a) pela **COOPERFASC** no que diz respeito às técnicas desenvolvidas para a cultura, nos termos da Cláusula 1ª, item 1.1 e da Cláusula 3ª, item 3.1.

3.2.3- O(a) **AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)** acompanhará toda a colheita de seu lote, para averiguação da produção obtida.

Cláusula 4ª - O valor total apurado das sementes, insumos e serviços de colheita e transporte eventualmente fornecidos ou prestados pela **COOPERFASC**, nos termos da cláusula 3ª, serão reembolsados pelo(a) **AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)** à **COOPERFASC**, quando do acerto final de contas, da referida safra.

4.1 – No caso da soja, os grãos deverão respeitar os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa No. 11 de 2007, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, abaixo mencionados.

Limites máximos de tolerância, expressos em porcentagem, para a soja do Grupo II (não pode ser utilizada para consumo *in natura*):

Tipo	Avariados				Esverdeados	Partidos Quebrados e Amassados	Matérias Estranhas e Impurezas
	Total de Ardidos e Queimados	Máximo de Queimados	Mofados	Total (1)			
Padrão	4,0	1,0	6,0	8,0	8,0	30,0	1,0

(1) Corresponde a soma de queimados, ardidos, mofados, fermentados, germinados, danificados, imaturos e chochos.

A umidade do grão deverá ser obrigatoriamente determinada, sendo recomendado o percentual máximo de 14% (catorze por cento).

A soja deverá se apresentar fisiologicamente desenvolvida, sã, limpa, seca e isenta de odores estranhos ou impróprios ao produto.

Cláusula 5ª – O preço para pagamento das culturas será apurado ao final de cada safra específica, de acordo com o período da qual esta será implantada, com base na quantidade em quilogramas de acordo com o preço vigente, mencionado no **item 1.1 da Cláusula 1ª**.

Cláusula 6ª – Será descontado 2,3% da produção adquirida do produtor rural vinculado à cooperativa (art. 25 da Lei nº. 8.212 de 1991, CC e IN RFB nº. 971 de 2009, art. 184).

Cláusula 7ª – O presente CONTRATO tem início de vigência na data de sua assinatura, e seu término após a última colheita e liquidação da safra de verão de 2012/2013, que deverá ocorrer até 30/06/2013.

Cláusula 8ª - As partes estão cientes de que a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP, fundação pública criada pela Lei estadual n.º 10.207/99, instituída pelo Decreto n.º 44.294/99, com seu Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 44.944/00, é a Administradora do Assentamento onde se localiza o aludido lote agrícola. Essa condição não envolve quaisquer responsabilidades pelos compromissos ou obrigações das partes, inclusive incidências contratuais, fiscais, trabalhistas, securitárias, tributárias ou outras, de qualquer natureza, sendo as Partes envolvidas suas únicas responsáveis.

8.1- Todas e quaisquer responsabilidades decorrentes deste CONTRATO serão tratadas entre as partes contratantes, ficando o Estado de São Paulo, bem como a Fundação ITESP, isentos de quaisquer obrigações e ou responsabilidades deles oriundas.

Cláusula 9ª - Após o término deste CONTRATO, caso o(a) **AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)** resolva continuar explorando a referida área objeto deste CONTRATO com o cultivo de espécies oleaginosas, em igualdade de condições com terceiros, terá preferência a **COOPERFASC**.

Cláusula 10ª – Fica assegurado à **COOPERFASC**, desde já, o direito de passagem por quaisquer dos caminhos do Lote objeto deste contrato, de maneira a facilitar o acesso à referida cultura.

Cláusula 11ª - O presente compromisso obriga não só as partes contratantes, como também seus herdeiros e sucessores na forma da lei. Na eventual hipótese de o(a) **AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)** pretender transferir por qualquer forma o lote objeto deste CONTRATO a terceiros, deverá constar expressamente no respectivo documento de transferência que o adquirente/sucessor/novo beneficiário etc. deverá respeitar o presente CONTRATO, em todas as suas cláusulas e condições até o final.

Cláusula 12ª - O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou transferido, sob qualquer título ou forma, por qualquer das partes, a não ser mediante prévia e expressa concordância da outra e com total observância das disposições contidas na Portaria ITESP n.º 77/2004, na Lei estadual n.º 4.957/85 e no Termo que autorizou o uso do lote agrícola ao(s) **AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)**, assim como nas demais disposições legais aplicáveis ao caso.

Cláusula 13ª – Na hipótese de descumprimento, por qualquer das Partes, de qualquer das obrigações previstas neste CONTRATO, as Partes, desde já, se comprometem a envidar seus melhores esforços para sanar a inadimplência em questão, com vistas à manutenção do seu bom relacionamento.

13.1 -Verificada a inadimplência acima mencionada, a Parte que tiver cumprido suas obrigações poderá notificar a Parte inadimplente para que a inadimplência em questão seja sanada, no prazo de até 05 (cinco) dias, contado a partir do recebimento, pela Parte inadimplente, da referida notificação.

13.2- Caso a Parte inadimplente deixe de sanar a inadimplência no prazo previsto na Cláusula 13.1, as Partes concordam, desde já, que a Parte Inadimplente incorrerá em multa nos termos da Cláusula 15ª, por infração, facultado, ainda, à Parte que tiver cumprido suas obrigações exigir o cumprimento da obrigação da parte inadimplente, mediante execução específica, nos termos dos artigos 461, 461-A, 466-A a 466-C, 632 et seq, 642 et seq e 646 et seq do Código de Processo Civil. Este Contrato, assinado por duas testemunhas, constitui título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

13.3- As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **COOPERFASC** autorizada a descontá-las dos pagamentos devidos à **COOPERFASC**, se for o caso, autorizada a acrescer aos valores originalmente devidos, no valor da multa devida pela

CONTRATANTE, servindo, para tanto, o presente instrumento como título executivo extrajudicial.

Cláusula 14ª - Fica estipulada a multa contratual ou cláusula penal de 01 tonelada da cultura implantada por hectare, ao preço apurado do dia da determinada cultura, até o final do presente instrumento, a ser paga pela parte inadimplente que violar o presente contrato em quaisquer de suas cláusulas e condições. Essa multa, em caso de ação judicial, será acrescida de 20% (vinte por cento), para cobertura de honorários advocatícios da parte inocente, bem como as despesas processuais que incidirem, além das perdas e danos a serem apuradas em razão de eventuais despesas que cada parte tiver efetuado.

Cláusula 15ª - O presente instrumento não poderá ser rescindido imotivadamente por qualquer das Partes durante o período de 180 (cento e oitenta) dias. Após o referido período, qualquer das Partes poderá terminar o presente CONTRATO, a qualquer momento, desde que a Parte interessada notifique a outra por escrito com antecedência de 60 (sessenta) dias.

15.1- O presente CONTRATO poderá, ainda, ser rescindido por qualquer das Partes, mediante prévia comunicação da Parte inocente à outra Parte, por escrito, no caso de (a) infração de qualquer dispositivo deste CONTRATO, obedecido o disposto na cláusula 14ª acima; ou (b) falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou insolvência de qualquer das Partes.

15.2- A parte que der causa à rescisão motivada nos termos do item 15.1 acima ficará responsável por indenizar a Parte inocente de todas as perdas e danos diretos que vier a experimentar em decorrência da rescisão.

Cláusula 16ª - Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que, a abstenção do exercício pelas Partes, de quaisquer direitos ou faculdades que lhes assistam pelo presente CONTRATO, ou a tolerância com atrasos no cumprimento das obrigações, não caracterizarão novação ou afetarão aqueles direitos ou faculdades, que poderão ser

exercidas a qualquer tempo e tampouco alterarão as condições convencionadas neste CONTRATO.

Cláusula 17ª - Se qualquer das Partes ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, deverá comunicar o fato de imediato à outra Parte e ratificar por escrito a comunicação em até 02 (dois) dias úteis, informando os efeitos danosos do evento.

17.1- Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas, enquanto perdurar o evento, as obrigações que as Partes ficarem impedidas de cumprir, comprometendo-se a retomá-las tão logo cesse a ocorrência em questão.

17.2- Não serão considerados eventos de caso fortuito ou de força maior as paralisações decorrentes de greves e congêneres por exclusiva responsabilidade do **AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)**.

17.3- Se o evento de caso fortuito ou de força maior se prolongar por mais de 30 (trinta) dias, contados da data de sua ocorrência, qualquer das Partes terá o direito de rescindir o presente CONTRATO, sem qualquer ônus.

Cláusula 18ª – Qualquer alteração neste instrumento, no todo ou em parte, só será realizada em comum acordo entre as Partes, devidamente assinada pelas Partes.

Cláusula 19ª – O(a) **AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)** reconhece, expressamente, que não poderá, nem por si, ou prepostos, firmar qualquer documento ou assumir obrigações em nome da **COOPERFASC**.

Cláusula 20ª - A entidade representativa da agricultura familiar, **Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos dos Municípios de Araraquara, Américo Brasiliense,**

Santa Lúcia, Rincão, Bebedouro, Dourado e Ribeirão Bonito, inscrito no CNPJ sob o n. 66.997.362/0001-07, domiciliado a Rua Almirante Tamandaré, 521, Altos da Vila Xavier, Araraquara – SP, filiado à Federação dos Agricultores Familiares, FAF, inscrita no CNPJ sob o n. 04.108.463/0001-22, domiciliada à Rua Caetano Pinto, 575, 2º andar – Brás – CEP 03041-000 – São Paulo – SP, sendo a FAF, por sua vez, integrante da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar, FETRAF, neste ato representado pelo seu Presidente, **Pedro Cícero dos Santos**, agricultor, casado, inscrito no CPF sob o n. 005.739.938-74, residente no Assentamento II da Fazenda Monte Alegre, lote 54 – Motuca - SP, conforme previsto em seus estatutos, vem manifestar sua plena concordância com os termos do presente CONTRATO.

Cláusula 21ª - As partes elegem o foro da cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas, oriundas do presente CONTRATO.

E, por reproduzir este os termos dos entendimentos havidos, assinam o presente em 03 (três) vias, de igual teor e para um só efeito, assinadas, também, por duas testemunhas, a tudo presentes, na forma da lei.

Motuca, 25 de setembro de 2012.

VENDEDOR(A)

AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A)

COMPRADORA

COOPERFASC – CNPJ **07.408.801/0001-30**

_____ TESTEMUNHA 1	_____ TESTEMUNHA 2
-----------------------	-----------------------

ANUENTE